Maria José Coelho de Azevedo

A IGREJA MATRIZ DE VALONGO

ARQUITECTURA
(1794-1836)

Vol. I

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

1999

Maria José Coelho de Azevedo

A IGREJA MATRIZ DE VALONGO

ARQUITECTURA
(1794-1836)

Vol. I

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

1999

A IGREJA MATRIZ DE VALONGO

ARQUITECTURA
(1794-1836)

Vol. I - Texto

Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves.

À minha mãe.

"Não pedimos para ser seres eternos. Pedimos apenas que as coisas não percam o seu significado».

Antoine de Saint Exupéry

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de Mestrado, dedicada à igreja matriz de Valongo, muito deve ao apoio e profissionalismo de várias pessoas que se revelaram basilares para a concretização do nosso projecto.

Antes de mais, agradecemos ao Reverendo Padre Avelino José Ferreira e Abreu, pároco de Valongo, e ao Sacristão, Senhor Joaquim Pimenta, pela disponibilidade e atenção com que nos receberam.

Aos funcionários dos Arquivos e Bibliotecas que frequentamos, nesta árdua mas apaixonante, caminhada, especialmente à Senhora D. Valentina e ao Senhor João, do Arquivo Distrital do Porto.

À técnica Manuela Pinto, pelo bom trabalho de processamento de texto e pela solicitude.

Ao núcleo de professores de História da Arte, sob a orientação da Professora Doutora Natália Marinho Ferreira-Alves, pelos ensinamentos prestados, contribuindo assim, para a nossa formação científica.

Aos nossos colegas de Mestrado, em particular à Luisa, com quem aprendemos e partilhamos angústias, um muito obrigada.

À Lília Ribeiro, pelo estímulo e apoio inquebrantáveis, só possível através dos laços nascidos de uma profunda amizade, e a quem devemos também o esforço efectuado na revisão do texto.

Queremos também registar uma palavra de gratidão à nossa família pela compreensão revelada, face à nossa ausência.

Finalmente, e de um modo muito especial, cumpre-nos agradecer ao Professor Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves um efectivo acompanhamento do nosso trabalho, pautado pelo profissionalismo e disponibilidade, e cujas competências científicas, pedagógicas e interpessoais foram já marcantes no decurso da nossa formação académica e pessoal. Foi um autêntico privilégio trabalharmos sob a orientação de tão insigne Mestre.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS 1
ÍNDICE 2
FONTES MANUSCRITAS 4
FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA 10
SIGLAS E ABREVIATURAS 15
INTRODUÇÃO 17
CAPÍTULO I - A PRIMITIVA IGREJA MATRIZ DE VALONGO 20
1. Localização 20
2. As primeiras notícias 26
3. O padroado do mosteiro de S. Bento da Avé-Maria 32
3.1. A côngrua do reitor 32
3.2. Os deveres das freiras e dos moradores de Valongo 37
4. A descrição das fábricas 39
5. A descrição da igreja em 1670 47
6. As obras de acrescento e restauro 50
6.1. Capela-mor 52
6.2. Sacristia do lado do nascente 53
6.3. Corpo da igreja 54
7. Os artistas 57
7.1. António Garcês (1679) 58
7.2. Caetano da Silva Pinto (1724) 59
7.3. José Marques do Vale (1729) 62
8. As obras posteriores a 1758 66
CAPÍTULO II - A NOVA IGREJA MATRIZ DE VALONGO 70
1. A problemática da sua construção 70
1.1. As razões 71
1.2. A subvenção da obra 76
1.3. O local escolhido 79
1.4. A utilização como igreja paroquial da capela do Senhor dos Passos 81
2. A construção da nova matriz 85
2.1. Os projectos 89
2.2. As obras de construção 95

2.2.1. Corpo da igreja 96
2.2.2. Capela-mor 123
2.2.3. Adro 143
2.2.4. Sacristia 146
2.2.5. Sepulturas 151
3. Os materiais 159
3.1. A pedra 160
3.2. A madeira 162
3.3. A telha e o tijolo 163
3.4. Outros materiais 164
3.5. Os fornecedores 164
4. Os protagonistas 170
4.1. Os arquitectos 170
4.1.1. Teodoro de Sousa Maldonado 170
4.1.2. Damião Pereira de Azevedo 172
4.1.3. José Francisco de Paiva 174
4.1.4. Joaquim da Costa Lima Sampaio 176
4.2. Os artistas 178
5. Análise artística da igreja matriz de Valongo 200
5.1. Análise formal do exterior 200
5.1.1. Fachada 200
5.1.2. Alçados laterais 202
5.1.3. Exterior da capela-mor 203
5.1.4. Exterior das sacristias 203
5.2. Análise formal do interior 204
5.2.1. Planta rectangular 204
5.2.2. Nave única 205
5.2.3. Capela-mor 208
5.2.4. Sacristias 209
CONCLUSÃO 210

VOLUME II - APÊNDICES DOCUMENTAL E DE IMAGENS

VOLUME III - FOLHAS DE PAGAMENTOS DOS ARTISTAS E ARTÍFICES

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

1. Desembargo do Paço

Minho e Trás-Os-Montes (Valongo)

Mç. 24 - doc. 104
Mç. 47 - doc. 168
Mç. 173 - doc. 26

Porto (Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria):

Mç. 35 - doc. 189
Mç. 50 - doc. 156
Mç. 80 - doc. 16
Mç. 122 - doc. 45
Mç. 140 - doc. 23
Mç. 207 - doc. 48
Mç. 238 - doc. 39
Mç. 260 - doc. 77

2. Dicionário Geográfico de Portugal (Memórias Paroquiais de 1758)

Vol. 17 - r. 426
Vol. 38 - r. 585

3. Ministério do Reino

Mç. 281 - Cx. 376
Mç. 285
Mç. 325 - Cx. 435
Mç. 326 - Cxs. 436, 437 e 438

Mç. 353

Mç. 354

Mç. 355

Mç. 356

4. Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria do Porto II

Bulas, Breves e Privilégios (1534-1597)

Mçs. 22 e 23

Doações, Privilégios e Sentenças

Livrs. nºs 2, 3, 10

Padroado do Convento

Liv. nº16

Receita do Convento (1648-1649)

Liv. nº13

Receita e Despesa do Convento (1701-1702)

Liv. nº21

Sentenças

Mçs. 25 e 26.

Tombo Antigo das Terras de Valongo

Liv. nº12

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

1. Fundo Monástico

Livro de Autorização

Liv. nº4714

Livro de Aforamentos

Livs. nºs 4681, 4718

Livro do Cartório

Liv. nº 4688

Livro de Cobrança

Liv. nº4684

Livros de Contas (1799-1826)

Livs. nºs 4720, 4721, 4723, 4724, 4725, 4726, 4727, 4728, 4729, 4730, 4731, 4753.

Livro da Demarcação

Liv. nº4673

Livros Diversos

Livs. nºs 4633, 4634.

Escrituras

Cxs. 4743, 4744, 4745.

Livro da Fundação

Liv. nº4674

Livro de Índice

Liv. nº4735

Livro do Mostrador

Liv. nº4698

Livros de Notas

Livs. nºs 4694, 4696, 4697

Livros de Prazos (1522-1827)

Livs. nºs 4477, 4478, 4479, 4480, 4481, 4482, 4483, 4484, 4485, 4486, 4488, 4489, 4506, 4509, 4511, 4512, 4513, 4515, 4516, 4518, 4519, 4525, 4528, 4530, 4531, 4538, 4547, 4552, 4558, 4560, 4563, 4570, 4579, 4585, 4590, 4592, 4593, 4594, 4595, 4596, 4598, 4601, 4602, 4636, 4638, 4639.

Livro de Prazos, Doações e Outros

Liv. nº4631

Livro de Prazos, Escrituras e Diversos

Liv. nº4629

Livros de Recibo

Livs. nº 4682, 4683, 4684, 4685, 4686, 4687, 4752

Livros de Sentenças Diversas

Livs. nºs 4626, 4627, 4628, 4636, 4746, 4747, 4748, 4749.

Livros de Tombos

Livs. nºs 4640, 4641, 4642, 4643, 4644, 4645, 4646, 4647, 4648, 4649, 4650, 4651, 4652, 4653, 4654, 4655.

Livro de Visitas

Liv. nº4750

2. Fundo Paroquial

Bobines nºs. 462, 463, 464.

3. Fundo Notarial

PO - 1ª - 3ª série

Livrs. nºs 38, 39, 40, 41, 42.

PO - 1ª - 4ª série

Livs. nºs. 400, 402, 403, 404, 405, 407, 408, 409.

PO - 4ª

Livs. nºs. 206, 207, 208, 210

PO - 8º

Do Liv. nº1 ao nº164

Do Liv. nº235 ao nº400

PO - 9º - 3ª série

Livs. 20, 21, 21-F, 22, 23, 24, 25, 25-F, 26.

PO - 11º - 1ª série

Livs. nºs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16.

4. Provedoria da Comarca do Porto

Livs. nºs. 64, 71, 72, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 85, 89, 91, 93.

5. Real Casa Pia do Porto

Livs. nºs. 1, 2, 3.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO

1. Contribuição de Guerra (1808)

Liv. nº2024

2. Ordenanças (Valongo)

Livs. nºs 4401, 4402, 4403, 4404.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

- Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria do Porto

Livro das Contas Correntes

Liv. nº 8437

Livro da Fundação

Liv. nº 8395

Livros de Receita e Despesa

Livs. nºs. 8368, 8394, 8408, 8410, 8411, 8412, 8413, 8414, 8415, 8416, 8417, 8418, 8420, 8422, 8425, 8426, 8427, 8428, 8429, 8430, 8431, 8432, 8433, 8434, 8435, 8436, 8438, 8439, 8440, 8441, 8442, 8444, 8445.

FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA[1]

FONTES IMPRESSAS

COSTA, Américo — *Diccionario Chrografico de Portugal Continental e Insular.* Porto: Livraria Civilização, 1949, vol. XII.

COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portuguesa.* Braga: Typographia de Domingos Gonçalves, 2ª ed., 1868, vol. II.

PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa — *Portugal Antigo e Moderno.* Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1882, vol. 10.

SÃO TOMAS, Frei Leão de, — *Benedictina Lusitana.* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974, vol.II.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e Minho.* Porto: 1978, vol. I. (Dissertação de Doutoramento).
— *Vias Medievais Entre-Douro-e-Minho.* Porto: 1968, vol. I. (Dissertação para Licenciatura).
— *Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal.* Separata das «Actas das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval». Lisboa: 1972.
— *O Românico. In* «História da Arte em Portugal». Lisboa: Publicações Alfa, 1993, vol. 3.

ALVES, M — *Valongo. In* «Grande Enciclopédia Potuguesa-Brasileira». Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [s.d], vol. 34.
— *Valongo. In* «Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa: Editorial Verbo, 1976, vol. 18.

[1] Apenas são referenciadas as obras directamente utilizadas e citadas.

ANACLETO, Regina — *Panorama do início de Oitocentos. In* «História de Portugal». Dir. de MATTOSO, José. Lisboa: Círculo de Leitores. 1993, vol. 5.
— *Classicismo e Romantismo. In* «História da Arte em Portugal». Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol. 10.

ARIÈS, Philippe — *O Homem perante a Morte.* Sintra: Publicações Europa--América, 1988, vol. I.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu — *As invasões francesas e a formação das ideias liberais. In* «História de Portugal». Dir. de MATTOSO, José. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 5.

BASTO, Artur de Magalhães — *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII.* Porto: Arquivo Histórico - Câmara Municipal do Porto, [s.d.]. (Documentos e Memórias para a História da Cidade do Porto; 33).

BESSA, Joaquim Cardoso de Moura — *A Última Abadessa do Convento de S. Bento da Avé-Maria. In* «O Tripeiro», Porto: 6ª série, Ano III, nº8, 1963.

BORGES, Nelson Correia — *Arte Monástica em Lorvão: Sombras e realidade. Das origens a 1737.* Coimbra: 1992, vol. I. (Dissertação de Doutoramento).
— *Orgãos. In* «Dicionário de Arte Barroca em Portugal». Dir. de PEREIRA, José. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

BRANDÃO, Domingos de Pinho — *Obra de Talha Dourada, Emsamblagem e Pintura na cidade e na diocese do Porto. Documentação II* (1700-1725). Porto: [s.ed.], 1986.

CABRITA, António Russo; SILVA, Maria Margarida C.F. — *Monografia do Concelho de Valongo.* Porto: Oficinas Gráficas de «O Comércio do Porto», 1973.

ENES, Maria Fernanda — *As confrarias do Santissimo e das Almas no âmbito da cultura barroca. In* «Actas do I Congresso Internacional do Barroco». Porto: Reitoria da Universidade do Porto - Governo Cívil, 1991, vol. I.

FABIÃO, Carlos — *O Passado Proto-Histórico e Romano. In* «História de Portugal», Dir. de MATTOSO, José. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. I.

FERRÃO, Bernardo José — *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas (1758/1813).* Porto: FAP, 3ª ed., 1997.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. — *O Porto na época dos Almadas (Arquitectura. Obras Públicas).* Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988, 2 vols.
— *As duas igrejas do mosteiro de São Bento de Avé-Maria do Porto.* Separata do «I Congreso Internacional Del Monocato Feminino em España, Portugal e America, 1492-1992», Lion, 1992.
— *Pascoal Fernandes, Mestre Pedreiro de Arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade. In* «IX Centenário da edificação da Sé de Braga». Actas do Congresso Internacional, vol. II. Braga: 1990.
— *Elementos para a história das sociedades entre mestres pedreiros (séculos XVII - - XVIII).* Separata da «Revista da Faculdade de Letras». 2ª série, vol. IX. Porto: 1992.
— *Aspectos da actividade arquitectónica no Porto na segunda metade do século XVII.* Separata da «Revista da Faculdade de Letras do Porto». 2ª série, vol. IX. Porto: 1992.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho — *A arte da talha no Porto na época barroca. (Artistas e clientela. Materiais e técnica).* Porto: Arquivo Histórico - Câmara Municipal do Porto, 1989, 2 vols. (Documentos e Memórias para a História do Porto; 47).
— *De Arquitecto a Entalhador. Itenerários de um artista nos séculos XVII e XVIII. In* «Actas do I Congresso Internacional do Barroco» Porto: Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil, vol. I.
— *Nótula da actividade do arquitecto António Pereira na cidade do Porto. In* «Revista da Faculdade de Letras». 2ª série, vol. IX, Porto: 1992.
— *Púlpito. In* «Dicionário da Arte Barroca em Portugal». Dir. de PEREIRA. José. Lisboa: Ed. Presença. 1989, pp.387-388.

FRANÇA, José Augusto — *A Arte Portuguesa de Oitocentos.* Lisboa: Biblioteca Breve. 1992.

GADOW, Marion Reder — *Comportamiento social ante la muerte en el siglo XVII. In* «Actas do I Congresso Internacional do Barroco», Porto: Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil, 1991, vol. I.

HESPANHA, António Manuel — *A Igreja. In* «História de Portugal». Dir. de MATTOSO, José. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 4.

KOSTOF, Spiro — *História de la Arquitectura*. Madrid: Alianza Editoral, 1988, vol. II.

LESEGRETAIN, Claire — *Les Grands Ordres Religieux*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1990.

MACEDO, José Borges — *Almocreve. In* «Dicionário de História de Portugal». Dir. de SERRÃO, Joel. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963, vol. I.

MARTINS, Fausto Sanches — *A arquitectura dos primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*. Porto: 1994, vol. I. (Tese de Doutoramento).

MATTOSO, José — *A Nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
— *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - - Casa da Moeda, 2ª ed., 1997.
— *Rio Tinto (Mosteiro). In* «Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura». Lisboa: Editorial Verbo, 1974, vol. 16.

NORBERG-SCHULZ, Christian — *La signification dans l'architecture occidentale.* Belgique: Pierre Mardaga Editeur, 1997.

PACHECO, Helder — *O Grande Porto*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

PEDREIRINHO, José Manuel — *Dicionário dos arquitectos activos em Portugal (do séc.I à actualidade)*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

PEVSNER, Nikolaus — *Breve história de la arquitectura europeia*. Madrid: Alianza Edtorial, 1984.

PINTO, Maria Helena Mendes — *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto (1744-1824).* Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1973.

REIS, Joaquim Alves Lopes — *A Villa de Vallongo. Suas Tradições e História, Descripção, Costumes e Monumentos.* Porto: Typographia Coelho (a vapor), 1904.

SEARA, Francisco José Ribeiro — *Bosquejo Historico da Villa de Vallongo e suas Tradições.* Santo Tirso: Typ. do «Jornal de Santo Thyrso», 1896.

SILVA, Armando Coelho da — *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal.* Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins - Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986.

SILVA, José Sidónio M. da — *O Edifício do "Hospital Novo" de Viseu - 1793. In* «Beira-Alta». Vol. 53, fasc. 1 e 2, Viseu: 1997.

SIMÕES JUNIOR, Manuel Rodrigues — *A Primeira Abadessa do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria. In* «O Tripeiro», Porto: 6ª série, Ano III, nº10, 1963.

VARRIANO, John — *Arquitectura Italiana del Barroco ao Rococó.* Madrid: Alianza Editorial, 1990.

VARGUES, Isabel Nobre; TORGAL, Luis Reis — *Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político. In* «História de Portugal». Dir. de MATTOSO, José. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol.5.

VASCONCELOS, Flórido de — *O estuque, decoração privilegiada do barroco. In* «Actas do I Congresso do Barroco». Porto: Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil, 1991, vol. II.

SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLAS

A.D.P. - Arquivo Distrital do Porto

A.H.M.P. - Arquivo Histórico Municipal do Porto

A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

B.N.L. - Biblioteca Nacional de Lisboa

ABREVIATURAS

Cf. - Conferir, confrontar

Cx. - Caixa

Dir. - Direcção

Doc. avs. - Documentos avulsos

Ed. - Edição

Est. - Estampa

Fig. - Figura

Fasc. - Fascículo

Fl. - Fólio

Fls. - Fólios

S/ fl(s). - Sem fólio(s)

Liv. - Livro

Livs. - Livros

Mç. - Maço

Mc. - Microfilme

N°. - Número

N°s. - Números

Ob. cit. - Obra citada

P.	-	Página
Pp.	-	Páginas
Qd.	-	Quadro
S.	-	São
[S.d.]	-	Sem data
[S.ed.]	-	Sem edição
Vº	-	Verso
Vol.	-	Volume
Vols.	-	Volumes
[?]	-	Omissão de palavra ou palavras ilegíveis no documento
[...]	-	Omissão de texto numa citação documental ou bibliográfica

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui apresentamos foi uma das múltiplas propostas sugeridas pelo nosso Orientador, e não pode ser dissociada da obra «O Porto na época dos Almadas[2]», que nos abriu perspectivas de trabalho similares e extensivas a outras cidades e vilas da área do Grande Porto.

Entre as várias hipóteses de estudo, a nossa escolha recaiu sobre a igreja matriz de Valongo, devido não só à necessidade sentida de investigar o fenómeno de importação do neopalladianismo e a sua apropriação pela arquitectura portuense, numa região geográfica ainda não devidamente estudada, mas também movidos pela beleza e grandiosidade do edifício, procurando saber quais as razões que estão na base de tal empreendimento, os custos da construção, o nome dos arquitectos e de outros artistas que lá trabalharam.

A pesquisa que esteve na base do nosso trabalho desenvolveu-se a partir da investigação arquivística e da consulta bibliográfica que nos direccionou rumo aos Arquivos e Bibliotecas. Aqui, onde fomos presença quase diária, a angústia dos primeiros tempos foi-se transformando em verdadeiro fascínio à medida que a investigação evoluía. A paixão aliou-se ao espírito científico de um modo indissociável, o que viabilizou a superação de obstáculos e permitiu configurar o que é o nosso trabalho final.

Mais do que um estudo sobre uma arquitectura construída, sentimos necessidade de fazer uma análise retrospectiva, de saber as origens do objecto do nosso estudo. Para responder a esta e a muitas outras questões que, entretanto, se nos depararam, e após alguns planos apresentados e discutidos com o nosso Orientador, definiu-se a estrutura do trabalho agora apresentado. Assim, o nosso trabalho, em face das respostas colhidas, versou a história da primeira e segunda igreja

---

2 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B — *O Porto na época dos Almadas. (Arquitectura. Obras Públicas)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988, 2 vols.

matriz de Valongo. Metodologicamente, e para melhor expormos a pesquisa por nós realizada, dividimos a presente dissertação em dois grandes momentos ou fases.

Na primeira fase, desenvolvemos a polémica em torno da desaparecida primitiva igreja matriz de Valongo, (1062?-1794) destruída para dar vida à actual, dando a conhecer a sua contextualização histórica, os problemas levantados com a sua administração, as alfaias litúrgicas e paramentaria. Ainda nesta primeira parte, procedemos a uma análise planimétrica da velha matriz no século XVII. Do mesmo modo, mas no século XVIII, procedemos a uma análise formal do seu exterior e interior, destacando a nova planimetria da capela-mor e o grande embasamento em que se apoiava. Para esta primeira fase, socorremo-nos dos fundos monástico, notarial e paroquial existentes nos arquivos do Porto e Lisboa. Lamentavelmente, os elementos conseguidos foram assaz escassos. Os dados relativos a contratos e despesas são praticamente inexistentes. Assim, para colmatar esta lacuna, tratamos também dos retábulos que se encontravam no interior da primitiva matriz, fazendo ainda referência a alguns intervenientes.

A segunda parte corresponde ao corpo essencial do nosso trabalho. Nela procuramos seguir todas as etapas de construção do edifício religioso até à sua efectiva conclusão (1794-1836), desde a polémica levantada com a sua edificação, que opôs as motivações dos moradores aos interesses das padroeiras de Valongo, passando pelos materiais utilizados, colocando também a tónica nos arquitectos e mais artistas e artífices que viabilizaram os projectos traçados para a sua execução. Assim, houve que exumar dos arquivos os documentos originais, ou na falta destes, as cópias que chegaram até nós. Neste segundo caso, a recolha de dados foi generosa.

Trata-se, assim, de um estudo de carácter monográfico que tem como objectivo a análise arquitectónica do edifício religioso. Lamentavelmente, as características deste trabalho não nos permitiram estudar a talha, as imagens e as pinturas, que encontramos a vestir o interior da igreja matriz de Valongo. Porém, constituem a perspectiva de estudo deste trabalho no futuro.

O segundo volume desta dissertação é composto pelos apêndices documental e de imagens. No terceiro volume estão incluídas as folhas de pagamentos dos artistas e artífices que trabalharam na edificação da nova igreja matriz de Valongo.

Eis pois, em traços muito gerais, o empreendimento que nos propusemos levar a bom termo e no qual se pretendeu contribuir para o estudo das origens e evolução da construção da nova igreja matriz de Valongo e do seu enquadramento cultural e artístico. Não foi uma tarefa fácil, devido à complexidade da temática. Mas foi aliciante.

I. A PRIMITIVA IGREJA MATRIZ DE VALONGO

1. Localização

A primitiva igreja matriz de Valongo lançou as suas raízes num espaço singular, marcado por especificidades geográficas. A inegável vivacidade paisagística que apresenta, deriva da junção de elementos heterogéneos, aparentemente irreconciliáveis, «onde os verdes das propriedades contrastam com o cinzento das louzas»[3]. Lousas essas, que eram, «as melhores de Portugal»[4].

Valongo, termo da cidade do Porto, inscreve-se na *velha* área de Entre-Douro-e-Minho, maciço antigo constituído essencialmente por rochas eruptivas e metamórficas, «onde o granito com uma notável gama de variedade campeia»[5], estendendo-se «nas fraldas de extensas montanhas, sobre uma dilatada planicie das mais pittorescas e luxuriantes de vegetação»[6]. É um vale imenso, ameno, «com a forma de um triangulo obstusango, quasi rectangulo cujos cathetos são formados pelos montes de Santa Justa e Senhora das Chãos e a hypotenusa pelo monte do Sobrado»[7].

---

3 CABRITA, António Russo; SILVA, Maria Margarida C.F. — *Monografia do Concelho de Valongo*. Porto: Oficinas Gráficas de «O Comércio do Porto», 1973, p.83.

4 PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa — *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1882, vol. 10, p.179.

5 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Porto: 1978, vol. I, p.9. (Dissertação de Doutoramento).

6 SEARA, Francisco José Ribeiro — *Bosquejo Historico da Villa de Vallongo e suas Tradicções*. Santo Tirso: Typ. do «Jornal de Santo Thyrso», 1896, p. 7.

7 REIS, Joaquim Alves Lopes — *A Villa de Vallongo. Suas Tradicções e Historia, Descripção, Costumes e Monumentos*. Porto: Typographia Coelho (a vapor), 1904, pp.11-12.

A primeira informação de que dispomos sobre a povoação na qual se inscreve a nossa igreja data dos finais do séc. IX:

> *"Em 897, o prócer Gondesindo Eres, filho do conde Ero Fernandes e da condessa Adosinda, portugalenses, faz doação ao mosteiro de Sanguedo (Sanguinhedo) das Igrejas de S. Pedro de Couço, Santa Eulália de Gondomar e S. Martinho de Valongo»*[8].

Quanto à sua veracidade, o autor acrescenta perentoriamente:

> *«Não se duvida de que se trata de Valongo, a actual vila, embora a igreja não devesse existir forçosamente no lugar da mesma vila, nem pode pensar-se na de S. Martinho do Campo, que se diz ter sido por algum tempo S. Martinho de Valongo, o que jamais sucedeu em tempos antigos [...]. Mas que se trata deste Valongo na predita doação não há dúvida»*[9].

No século XIII, nas Inquirições de 1258, encontramos as designações de Valongo de Cima ou Susão e Valongo de Baixo ou Jusão[10]. Consideramos que esta divisão não traduz diferenças de mentalidade ou do *modus vivendi* da população[11], mas antes radica na origem do povoamento, mais antigo em Valongo Susão, onde encontramos vestígios de *habitat* castrejo[12], que «por excelência situa-se em plataformas elevadas, com bom domínio da paisagem circundante»[13], atendendo a critérios estratégicos de defesa.

---

8 ALVES, M, *Valongo*. *In* «Grande Enciclopédia Portuguesa - Brasileira». Lisboa - Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [s.d.], vol. 34, p. 46.

9 *Idem, ibidem.*

10 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p.115.

11 Nas mesmas Inquirições podemos lêr: «[...] disse que o Senhor rei tinha muitas herdades no logar chamado Vallongo de Cima e que as possuiam individuos do mesmo logar os quaes não pagam de fôro por ellas, senão o que querem; e disse mais que no logar que se chama Vallongo de baixo tem tambem o rei um casal e o possuiam individuos do mesmo logar os quaes não por elle senão o que querem». REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p.115.

12 SILVA, Armando Coelho da — *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins - Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, p. 85.

13 FABIÃO, Carlos — *O Passado Proto-Histórico e Romano*. *In* «História do Portugal». Dir. de MATTOSO, José. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. I, p.192.

Outro testemunho firme, e recorrendo novamente às ditas Inquirições, é a passagem por Valongo Susão da velha estrada romana, sucessivamente promovida a Via Pública ou Estrada Real em harmonia com o andar dos séculos e com o incremento da centralização do poder, que unia o Porto a Amarante e que, segundo Carlos Albertos Ferreira de Almeida, era o «caminho mais utilizado para Roma»[14]. Também nas viagens para Castela, «o mais importante caminho saía do Porto indo a Valongo, Amarante, Lamas de Orelhão e daí a Bragança ou Torre de Moncorvo e a Freixo»[15].

A persistência do eixo Porto-Amarante, a que não era alheio o crescente culto às relíquias de São Gonçalo, despoleta o desenvolvimento das povoações que percorre. Era imperioso criar infraestruturas capazes de oferecer condições de conforto a toda uma população flutuante de caminhantes, de romeiros, de feirantes, todos necessitados de alimento, albergue e assistência. Assim, parece-nos razoável considerar que o vale formado por Valongo, deve ter sido desde tempos remotos um dos eixos preferenciais de comunicação, uma vez que «devido á sua bella posição geographica estava em vantajosas condições para descanço e repouso de todos os viandantes, pousada a refresco de todos os passageiros»[16].

Outro factor de desenvolvimento desta antiga povoação foi, sem dúvida alguma, o trabalho das suas gentes, principalmente o das mulheres. Supomos que as terras aráveis de Valongo, apesar de constituirem «um fértil vale irrigado pelos rios Ferreira e Leça»[17], e, por conseguinte, «muito produtivo em todos os géneros agrícolas»[18],

---

14 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Vias Medievais Entre-Douro-e-Minho*. Porto: 1968, vol. I, p.173. (Dissertação para Licenciatura). No mesmo documento podemos percorrer as várias etapas do percurso: «Saía pela Porta de Cimo da Vila [...], junto à igreja de Santilafonso onde começa o caminho da Corte de Roma. Seguia o caminho pela actual rua de Santo Ildefonso onde existia o hospital da invocação do mesmo santo e uma albergaria, passava o largo do Padrão onde havia um cruzeiro que lhe deixou o nome, seguia a Mijavelhas, onde estava a ponte das Patas e se estabeleceu um hospital de gafos, atravessava pelo Bonfim e ia à Corujeira. Daí partiam dois desvios: o mais antigo descia a Campanhã, passava entre Rio Tinto e o lugar de Azevedo, ia à ponte de Socorido, a Cabanas e daí a Vale de Ferreiros [...]. O outro desvio ia a Vila Cova e pela Ranha passava junto do mosteiro de Rio Tinto, subia por S. Sebastião, Venda Nova e em Vale de Ferreiros juntava-se ao antecedente. Este percurso nos finais da Idade Media suplantou o anterior. Pela Portela de Valongo desciam à «povoação junta» de Valongo, passavam o rio Ferreira na ponte do mesmo nome e mais ou menos pelo leito da actual estrada Porto-Penafiel, seguia ate S. Martinho de Muazares (Penafiel)». *Idem, ibidem*, pp.173-174.

15 *Idem — Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal*. Separata das «Actas das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval». Lisboa: 1972, p.50.

16 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p. 127.

17 COSTA, Américo — *Diccionario Chrografico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Livraria Civilização, 1949, vol. XII, p.219.

18 *Idem, ibidem*.

cedo se mostraram insuficientes para prover o sustento de uma população sempre crescente, daí a apetência pela almocrevaria e o fabrico do pão. Não obstante a importância dos almocreves, «a coluna vertebral dos transportes internos»[19], Valongo tornou-se conhecida pelo trabalho feminino. É a terra das padeiras, das roscas e dos biscoitos, cuja comercialização, que contribui para o desenvolvimento sócio-económico de Valongo, não se confinava ao seu termo. Acarinhadas e protegidas pela abadessa e mais religiosas do mosteiro de S. Bento da Avé-Maria do Porto[20], às quais pagavam avultados dízimos, as padeiras «d'tempo antiquissimo vendem o pão no largo do tirreiro da feira difronte do seu mosteiro»[21]. No século XVII, Valongo torna-se o centro abastecedor de pão à cidade do Porto[22].

A este respeito, e nos inícios do século XVIII, António Carvalho da Costa faz-nos o seguinte retrato de Valongo:

> *«Vigairaria do Mosteiro das Freiras de São Bento do Porto que rende ao todo cento e vinte mil reis, e pera as religiosas com sabidos trezentos mil reis: he povo grande e arruado habitado de muitas padeiras que sustentão o Porto de pão que elas lá levão a vender, e de muitos almocreves, que vivem de conduzir de muitas légoas o trigo para suas mulheres cozerem: tem duzentos e noventa vesinhos, e estas ermidas, Nossa Senhora das Chans, que foi de muita romagem, Santa Justa, S. Bertholameu e Santo Antão»*[23].

---

19 MACEDO, José Borges — *Almocreve. In* «Dicionário de História de Portugal». Dir. de SERRÃO, Joel. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963, vol. I, p. 120.

20 Com efeito, em 1803 a madre abadessa do mosteiro de São Bento da Avé-Maria do Porto apresenta uns autos de requerimento na sessão da Câmara de 13 de Agosto do mesmo ano a favor das padeiras de Valongo, «que forão mandadas despejar, fazendo-as ir para a Praça Nova», pedindo o seu regresso para o largo da Feira, uma vez que, em seu entender, vendem géneros de primeira necessidade. Arquivo Distrital do Porto (A.D.P.), Fundo Monástico, cx. nº4745, doc. avs..

21 A.D.P., *Idem, ibidem.*

22 ALVES, M — *Valongo. In* «Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura». Lisboa: Editorial Verbo, 1976, vol. 18, p.671.

23 COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portuguesa*. Braga: Typographia de Domingos Gonçalves, 2ª ed., 1868, vol. II, p. 231.

No segundo decénio do século XVIII[24], aquando da sentença cível favorável às monjas de São Bento que recusaram colocar às suas custas um coadjutor na primitiva igreja matriz, Valongo tinha «alguns longes»[25], e possuia «mil e quatrocentas pessoas, e quatrocentos e trinta fogos»[26]. Alguns anos depois, em 1758, na descrição das Memórias Paroquiais elaborada pelo pároco Joaquim de Sousa Dias[27], apresenta já «quinentos e oitenta e tres fogos; tem mil e seis centas e trinta e coatro pesoas de comunham, tem duzentos e trinta e sete de mor idade, como consta do rol dos comfeçados»[28], o que demostra o seu rápido crescimento demográfico e urbanístico.

Este manuscrito faculta-nos ainda dados alusivos à contextualização geográfica de Valongo:

> *«Esta Cituada parte em Valle e parte no alto ou cerra que he a estrada do Porto; dentro no lugar nam se descobre outra alguma terra; dos altos se descobre a freguezia de São Martinho do Campo, a freguezia de Fanzeres e os montes pertencentes a freguesia de Rio Tinto; que todas distam a saber a de Sam Martinho meya legoa, e as mays partem no cítio chamado a cerra; tem esta freguesia a si ad junta huma aldeya chamada Vallongo suzam [...] Tem meya legoa de comprido outra meya legoa de largo; começa vindo da cidade do Porto, no sitio chamado a serra da Senhora das Chays, ou do Porto; e acaba no sítio chamado Cabalo morto»*[29].

Toda a bibliografia consultada é unânime em ressaltar a presença paradisíaca da Natureza, a amenidade do clima, a privilegiada situação geográfica. Esta constância em afirmar as qualidades do lugar não é desprovida de sentido, já que o sítio desempenha um papel fulcral na implantação da arquitectura em geral, e da arquitectura religiosa em particular, uma vez que a construção de uma igreja traduz «a ideia e a vontade de

---

24 Cf. Vol. II, documento nº29, pp.71-81.
25 Cf. *Idem, ibidem*, p.78.
26 Cf. *Idem, ibidem*, fl. 76.
27 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Dicionário Geográfico. vol. 38, fls. 181-182, rolo 585.
28 A.N.T.T., *Idem, ibidem.*
29 A.N.T.T., *Idem, ibidem.*

uma época e de uma determinada comunidade, traduzidas num programa e num espaço»[30].

Sobre a particularidade destas relações escreveu Norberg-Schulz:

> *«L'architecture est un phénomène concret. Elle comprend des paysages et des implantations, des bâtiments et une articulation caractérisante.*
> *Elle est donc une réalité vivante. Depuis des temps reculés, l'architecture a aidé l'homme à rendre son existance signifiante [...]. Les significations existentielles procèdent de phénomènes naturels, humains et spirituels.*
> *L'architecture les traduit en formes spatiales. [...] Dans l'architecture, la forme spatiale signifie lieu, parcours et domaine, c'est-à-dire la structure concrète de l'environnement humain»*[31].

A primitiva matriz de Valongo teve o seu assento no alto, situando-se em plano semelhante aquele que actualmente ocupa a nova igreja, na «juncção das duas ruas Nova e Velha»[32], bem no meio do lugar, mas na parte mais alta[33], dominando pela sua posição sobranceira e volumétrica as restantes construções, numa intima relação com a paisagem. Rodeada de uma paisagem agreste, percorrida pelo «Ribeiro chamado da Igreja»[34] e por outros cursos de água, que assumem um sentido purificador, a velha igreja matriz encontrava-se enraizada num cenário verdadeiramente sedutor, já que este constituía um local ideal por excelência para a sua construção.

---

30 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira — *Arquitectura Românica...*, p. 3.
31 NORBERG-SCHULZ, Christian — *La signification dans l'architecture occidentale.* Belgique: Pierre Mardaga Editeur, 1997, p. 5.
32 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p.236.
33 *Idem, ibidem.*
34 Cf. Vol. II, documento nº41, p.106.

2. As primeiras notícias

A notícia mais antiga que encontramos da primitiva matriz de Valongo remonta ao ano de 1062 aquando da fundação do mosteiro de Rio Tinto por D. Diogo Trutesendo[35] e seus filhos, que terão dotado a novel instituição com «grossas rendas, padroados de igrejas, porque in solidum ou meyas ou terços erão ao todo doze»[36]. Desta doação fazia parte a primeira igreja matriz de Valongo[37].

D. Diogo Trutesendo pertence à nobreza condal[38], tendo exercido importantes cargos políticos e administrativos. Magnate, possuía inúmeras propriedades que lhe outorgavam um poder quase ilimitado. Ao fundar o mosteiro de Rio Tinto, reservou-o expressamente à vocação da sua família[39], tornando-o, assim, numa comunidade familiar e, posteriormente, dúplice[40]. Os bens e o prestígio da congregação sempre foram grandes, «apesar da enorme quantidade de membros da família patronal, de que dependia»[41].

As inúmeras benesses feitas por D. Diogo Trutesendo, «fidalgo muito principal, e como tal asignou na escritura de Doação que El-Rey D. Fernando de Leão fez ao mosteiro de Lorvão»[42], e pelos seus filhos, Trutesendo Dias[43], Gonçalo Dias[44] e Unisca Dias[45], ilustram o imaginário da época que se traduz, nomeadamente, na necessidade de assegurar a salvação das suas almas e outras contrapartidas menos desinteressadas.

---

35 A.D.P., Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, livro nº4674, fl.9v..
36 COSTA, António Carvalho da — *Ob. cit.*, p.231.
37 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p. 108.
38 MATTOSO, José — *A Nobreza Medieval Portuguesa.* Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 226.
39 *Idem — Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa.* 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p. 22.
40 *Idem — Rio Tinto (Mosteiro). In* «Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura». Lisboa: Editorial Verbo, 1974, vol. 16, p. 649.
41 *Idem, ibidem.*
42 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4674, fl. 9v.
43 A.D.P., *Idem, ibidem.*
44 A.D.P., *Idem, ibidem.*
45 A.D.P., *Idem, ibidem.*

A este respeito escreveu Joaquim Alves Lopes Reis:

> *«Seria a vóz da consciência que clamava justiça, quem fez com que este D. Diogo Trutizendes, para reparar males que tinha feito, instituisse o convento de Rio Tinto e o dotasse com parte de seus bens, talvez bem pouco escrupulosamente ajuntados, e com o padroado das egrejas que teria fundado ou dotado para mais dominar ou augmentar suas riquezas»*[46].

Em 1173, D. Afonso Henriques (1109-1185), possivelmente para travar os constantes abusos dos nobres e a fuga aos pesados tributos por parte das populações, couta o mosteiro de Rio Tinto na pessoa de sua abadessa, D. Ermesenda Guterres[47], senhora de extracção nobre, filha de Guterre Mendes[48]. Esta senhora e seu mosteiro, irão proteger os eremitas, cuja exarcebação da vida religiosa, pautada pela pobreza total[49], e absoluta entrega à oração e contemplação da Natureza, conhece uma grande vitalidade neste período[50], como o confirma a doação da Vila do Bispo, feita conjuntamente com o seu irmão, a Paio Soares[51] e seus confrades

No manuscrito, o rei refere outras razões subjacentes da sua carta de coutar:

> *"[...] faço couto/ muy fyrme aaquelle Moesteiro de Sam Crisptovão de Ryo Tinto por remedio de my alma e de meu Padre/ e Madre // E pello Amor de Deus e pello dia do Juizo que he mais temedouro/ e porque me fazedes quinhoeiro nas vosas orações e de todalas / outras vosas bemfytorias que cada dia fizerdes e porque recebi Eu de vos quinhentos moravydes douro/»*[52].

---

46 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p. 110.
47 A.N.T.T., Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria do Porto II, livro nº 3, fls. 2v.-3f.
48 MATTOSO, José — *Religião e Cultura...*, p. 229.
49 LESEGRETAIN, Claire — *Les Grands Ordres Religieux*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1990, p.37.
50 *Idem, ibidem.*
51 MATTOSO, José — *Religião e Cultura...*, p. 110.
52 A.N.T.T., Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria do Porto II, livro nº 3, fls. 2v.-3f..

O documento refere ainda claramente a confrontação do couto do mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto[53], que vindo a beneficiar de sucessivas confirmações reais e de benesses dos seus protectores, reais ou não, viu aumentar o seu património fundiário (Fig. 1), o prestígio e o poder. Do protectorado real, destacamos a acção do monarca D. Afonso IV (1291-1357), que concedeu à abadessa a jurisdição do couto[54].

Em 1518, D. Manuel I (1469-1521) manda edificar o mosteiro de S. Bento de Avé-Maria do Porto, com o objectivo de «incorporar perpetuamente os quatro antiquíssimos mosteiros de religiosas benedictinas»[55]: S. Cristovão de Rio Tinto, S. Salvador de Tuías, S. Salvador de Vila Cova de Sandim e Santa Maria Maior de Tarouquela. Concluídas as obras em 1527[56], somente no ano de 1535[57] se procedeu à transferência das monjas dos quatro mosteiros para a nova Instituição, tendo o rei D. João III (1502-1557) designado como primeira abadessa perpétua, D. Maria de Melo[58], «pessoa tão cheia de Virtudes, e de merecimentoz, como era preciso para governar quatro Rebanhos de Epozas de Christo que de quatro Montanhas se vinham ajuntar neste novo Parayzo»[59].

---

53 Com efeito, no mesmo manuscrito pode ler-se: «Num accedamus agora nos achegemos aos termos do couto pera o couto ser declarado per hua parte primeiramente se começa aquele couto per aquella mamoa que he sobre Crestove Annes/ como vay aaquel outeiro/ de (3v.) Porrinhos Maos e deshy ao outro outeiro da Sabugossa e vay per aquella fomte de curralhos/ e vay per termo como parte gomtomyr e villa cova ataa o pego negro// E deshy vay pella carreira antiga que he acerqua da igreja de São Migel e vai aquella serra que parte antre /Soutello e Manariz. E deshy vay per aquel lugar que he termo antigo antre Cabanas e Rios Tintos ata o Rio de Pomtelhas e vay per esse rio aquella arca a (?). E deshy a igreja de São Mamede e vay aaquel porto de recemir ata a aquel logo homde primeiramente compeçamos/ convem saber a mamoa de Crestove Annes de corrente o Rio de Doiro terretorio do Porto». A.N.T.T., Mosteiro de S. Bento da Avé Maria do Porto II, livro nº3, fl.3f.,v..

54 SÃO TOMÁS, Frei Leão de — *Benedictina Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974, vol. II, p. 256.

55 A.D.P., Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria do Porto, livro nº4674, fl. 5f.

56 A.D.P., *Idem, ibidem*, fl. 5v.

57 A.D.P., *Idem, ibidem*, fl. 6f.

58 A escolha desta senhora para tão importante cargo, não foi arbitrária. Denota até, um certo nepotismo, protagonizado por D. Melícia de Melo, penúltima abadessa do mosteiro de Arouca e senhora de reconhecidas virtudes como o confirma a sua transferência em 1537 para o mosteiro de Lorvão a fim de ocupar o cargo de abadessa deixado em aberto pela expulsão de D. Filipa de Eça, decretada por D. João III. Por sua vez, D. Maria de Melo também já havia dado provas da sua competência e eficácia no mosteiro de Tarouquela onde tinha sido enviada por sua tia como regedora, a pedido do rei D. Manuel I, descontente com o governo da abadessa do mesmo. Sobre este assunto consultar: BORGES, Nelson Correia — *Arte Monástica em Lorvão. Sombras e realidade. Das origens a 1737.* Coimbra: 1992, vol. I, pp.256-265. (Dissertação de Doutoramento). E SIMÕES JUNIOR, Manuel Rodrigues — *A Primeira Abadessa do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria. In «O Tripeiro»*, Porto: 6ª série, Ano III, nº10, 1963, p.289.

59 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4674, fl. 5v..

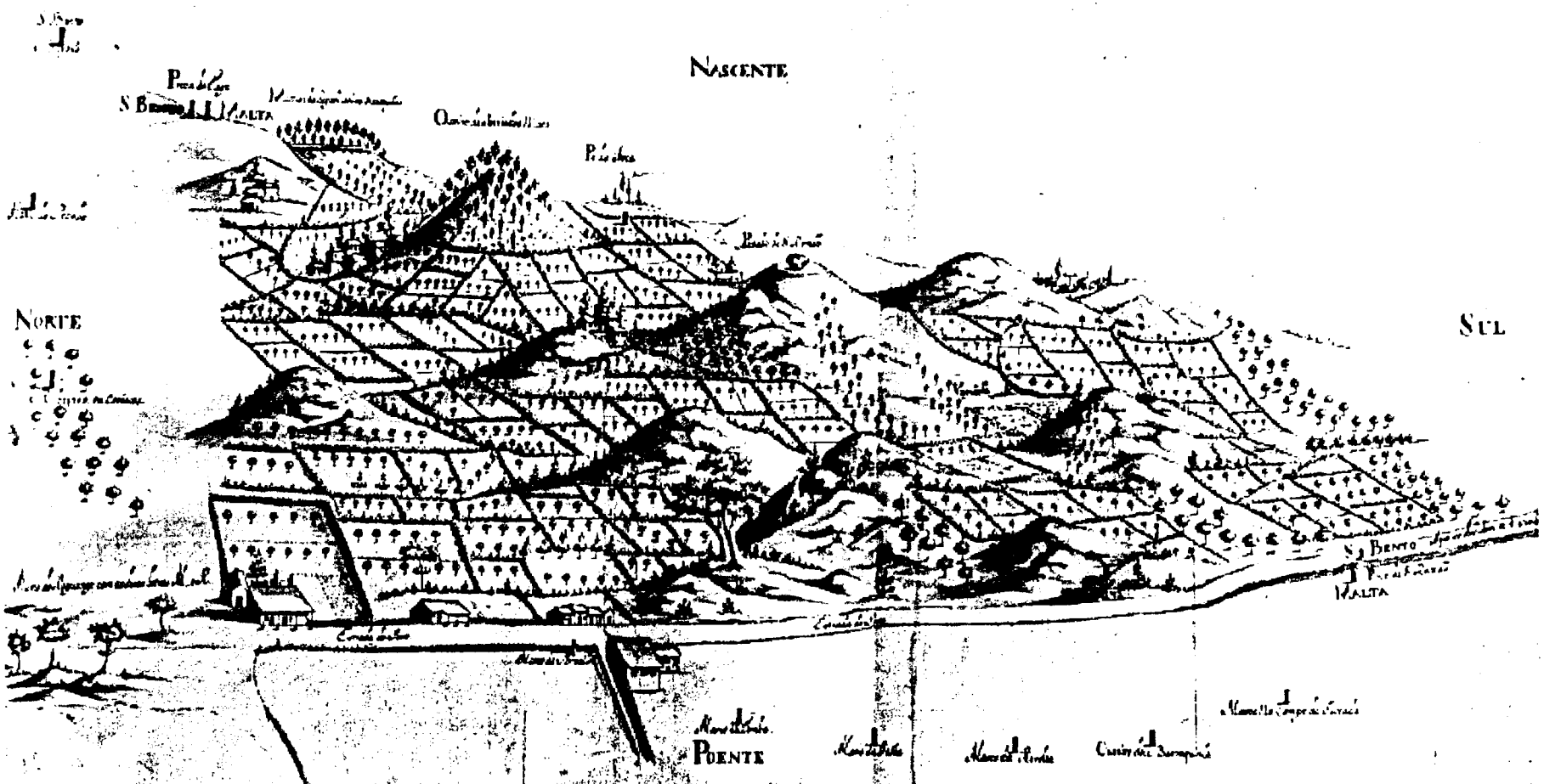

Fig. 1. Confrontação do Couto de Rio Tinto.

Fonte: A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4673, p.30.

A união *in perpetuum* do mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto ao mosteiro de S. Bento de Avé-Maria do Porto, e consequente anexação de todas as propriedades, igrejas, dízimos e rendas que lhe pertenciam, não foi isenta de quezília. Com efeito, a última abadessa do mosteiro de Rio Tinto, D. Inês Borges, apelou para Roma, vindo a apresentar «demamdas na rota do samto padre»[60], entregues a «marqo amtonyo maestro auditor»[61] da corte de Roma, com o intuito de receber as devidas contrapartidas, não só pela extinção do mosteiro que tutelava, como do seu próprio cargo, factos que se traduziam em grandes perdas e danos ao seu prestígio, poder e segurança.

As negociações entre as partes foram longas e intensas. O rei D. João III intervem efectivamente na contenda visando um acordo entre as partes, com o intento de «evitar qustas e despisas que sobre iso se poderiom fazer»[62]. Nesse sentido, nomeia dois homens da sua inteira confiança para proceder às negociações: João Pinto, «fidallguo e capelão do serinisimo rey»[63], como procurador de D. Maria de Melo, e Bento Pereira, «cryado do dito rey»[64], como procurador de D. Inês Borges. Estes «veneraviles e discretos varõens»[65] não pouparam esforços para que se «extimguise ha demamda que traziom»[66] as duas senhoras religiosas. D. Inês Borges acabaria por ceder os seus direitos - que se revelaram legítimos - em permuta de uma pensão anual, para que «por respeito desta cesam não padecese damparo»[67], de cem ducados em moedas de ouro «larguos parte sobre os fruytos do dito mosteyro de rio timto e parte sobre os dizimos da igreja parrochial de vallomguo (...) e parte os cazaes de sam guimil.»[68].

A renda da primitiva matriz de Valongo, avaliada em 20$000 réis[69], foi calculada tendo por base apenas os últimos quatro anos de arrendamento. Nos primeiros três

---

60 Cf. Vol. II, documento nº1, p.1.
61 Cf. *Idem, ibidem.*
62 Cf. *Idem, ibidem.*
63 Cf. *Idem, ibidem.*
64 Cf. *Idem, ibidem.*
65 Cf. *Idem, ibidem.*
66 Cf. *Idem, ibidem.*
67 Cf. *Idem, ibidem,* p.2.
68 Cf. *Idem, ibidem.*
69 Cf. *Idem*, documento nº4, p.6.

anos esteve arrendada ao alfaite João Pires[70] «muito barato por que ele he de casa e aguasalha todollos ospedes que vom ao mosteiro e bestas de fora»[71]. O último ano, em 1540, a Nicolau da Maia[72] «por ser, como he, e vosas merces sabem de casa»[73], sendo alguns pagamentos feitos em «careguos velhos»[74]. A 26 de Fevereiro de 1540[75], D. Inês Borges toma posse da renda da velha igreja matriz de Valongo «per pedra e terra e caldeira e pichos»[76].

D. Maria de Melo imprimiu a sua personalidade austera ao mosteiro de S. Bento de Avé-Maria do Porto, «hum dos mais magníficos deste Reino de Portugal, tanto pelo sitio em que se acha fundado, que he o melhor, e maiz aprazivel da Cidade, como pelos Privilegios e Regalias, de que goza; Padroados de Igrejas, que apresenta; e Rendas que tem»[77]. Apesar de receber principalmente senhoras de origem nobre, de usufruir da protecção real de que sempre foi alvo e do próprio património, a vida destas freiras pautou-se por valores austeros, raiando o limiar da pobreza, e por clausura rigorosa, cujas «grades só se permitirão limitadas vezes aos Payes e Mãys das Religiosas»[78].

Este projecto de vida encontrou continuidade ao longo da existência da instituição monástica, compreendida entre 1535-1892, ano da morte da sua última abadessa, D. Maria da Glória Dias Guimarães[79]. A partir de 1834, aquando da extinção das ordens religiosas por Joaquim António de Aguiar e consequente nacionalização dos seus bens, este desvelo da vivência religiosa tornar-se-ia mesmo uma exigência despoletada por motivos de natureza política e pelo apagamento, lento mas inexorável, do fervor religioso das populações.

---

70 Cf. *Idem,* documento nº3, p.5.

71 Cf. *Idem, ibidem.*

72 Cf. *Idem, ibidem.*

73 Cf. *Idem, ibidem.*

74 Cf. *Idem, ibidem.*

75 Cf. *Idem*, documento nº5, pp.7-8.

76 Cf. *Idem, ibidem*, p.7.

77 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4674, fl. 3v..

78 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl. 4f.,v.

79 BESSA, Joaquim Cardoso de Moura — *A Última Abadessa do Convento de S. Bento de Avé-Maria. In* «O Tripeiro», Porto: 6ª Série, Ano III, nº8, 1963, pp.241-242.

3. O padroado do mosteiro de S. Bento de Avé-Maria

O padroado proporcionava direitos e privilégios e também alguns deveres às monjas beneditinas. Assistia-lhes o direito de «apersemtar cura e capelam quando quer que acomteça vaguar per quall quer modo que seja»[80]. Os seus apresentados eram confirmados e colocados nas igrejas da sua responsabilidade «sem consenso, reserva, nem alternativa alguma»[81]. Depois de confirmado, restava ao pároco provar, com o auxílio de testemunhas escolhidas por si e «dignas de fê e credito»[82], como era «christão velho, limpo, e sem raça algua de mouro, nem judeo»[83], e aos moradores, concomitantemente, aceitá-lo «por seu verdadeiro vigairo e Reitor»[84], obedecendo-lhe «assi no espiritual como no temporal»[85] e concorrer para o seu sustento e bem-estar, sob pena de excomunhão[86].

3.1. A côngrua do reitor

Em Fevereiro de 1561[87], ainda sob o abadessado de D. Maria de Melo, Gonçalo Dias[88], confirmado cura perpétuo da igreja matriz de Valongo pelo Bispo do Porto D. Rodrigo Pinheiro[89], «per morte naturall»[90] de Henrique Borges[91], «ultimo cura e

---

80 Cf. Vol. II, documento nº6, p.9.
81 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº 4638, fl. 277 f.,v..
82 Cf. Vol. II, documento nº15, p.34.
83 Cf. *Idem, ibidem.*
84 Cf. *Idem, ibidem.*
85 Cf. *Idem, ibidem.*
86 Cf. *Idem, ibidem.*
87 Cf. *Idem*, documento nº6, pp.9-10.
88 Cf. *Idem, ibidem,* p.9.
89 Cf. *Idem, ibidem.*
90 Cf. *Idem, ibidem.*
91 Cf. *Idem, ibidem.*

posoidor que da dita igreja foy»[92], fruia de côngrua o mesmo que o seu antecessor: «quatro mill reis em dinheiro e os pasais da dita igreja e todo o pee do altar dela e de sus hermidas»[93]. Estas ermidas, que se encontravam sob alçada do pároco da primitiva igreja matriz de Valongo, eram: a de Nossa Senhora da Luz, situada «casy no cabo do luguar, pera a parte do nacemte no campo»[94], a de S. Bartolomeu, «que estaa no monte devoto allem dagua»[95], a de Santo Antão, fundada «no cabo do luguar na parte do norte»[96] e, finalmente, a ermida de Santa Justa, eregida «no cume da serra da parte do vemdaval»[97], sendo esta última a que mais dividendos aportava ao reitor da velha matriz, já que era uma capela de grande romaria.

No dia 1 de Junho de 1593[98], tendo como segunda abadessa perpétua das monjas beneditinas a D. Guiomar de Ataide[99], é feito um auto de reconhecimento da igreja de Valongo, sendo agora pároco Cristovão Dias[100], que fora colocado na velha matriz em 16 de Outubro de 1561[101], devido à morte prematura de Gonçalo Dias[102]. Este auto conta ainda com a presença de Cristovão da Costa de Sá[103], «juiz com allçada per provizão del Rey noso senhor do tombo dos bens propredades que pertemcem ao mosteiro de são bemto da dita cidade e de todas as igrejas e mosteiros suas anexas»[104], e de Gonçalo de Araújo[105], «procurador da senhora abadessa e comvemto»[106]. Neste documento, lavrado por Lourenço da Mota Rebelo[107], o reverendo reconhecente confirma a côngrua anterior, e refere que, por se ter queixado aos «bispos

---

92 Cf. *Idem, ibidem.*
93 Cf. *Idem, ibidem,* p.10.
94 Cf. *Idem*, documento nº9, p.20.
95 Cf. *Idem, ibidem.*
96 Cf. *Idem, ibidem.*
97 Cf. *Idem, ibidem.*
98 Cf. *Idem*, documento nº8, p.18.
99 Biblioteca Nacional de Lisboa (B.N.L.), Reservados, COD. 8395, fl.17f...
100 Cf. Vol. II, documento nº9, pp.19-21.
101 Cf. *Idem*, documento nº11, pp.25-26.
102 Cf. *Idem, ibidem*, p.25.
103 Cf. *Idem*, documento nº8, p.18.
104 Cf. *Idem, ibidem.*
105 Cf. *Idem, ibidem.*
106 Cf. *Idem, ibidem.*
107 Cf. *Idem, ibidem.*

passados»[108] da parca quantia recebida, auferia agora, por visitações, «outros dez cruzados mais e trimta allqueires de pão meado»[109], dando-lhe igualmente abadessa a quantia de «quinhemtos reis em dinheiro pera ostias e pera sera pera as missas dos dominguos e festas e pera o vinho das ditas misas»[110]. A côngrua contemplava ainda o usufruto das casas de residencia e passais[111], e de uma casa «terreira e telhada»[112], situada na Rua Direita de Valongo[113], para recebimento dos dízimos concernentes às terras arrendadas pelas padroeiras, a qual servia também de celeiro, possuindo «demtro em sy pera iso duas tulhas de taboado»[114].

De acordo com o exposto, supomos que as côngruas seriam escassas, contrariamente ao número de pedidos para o seu aumento, tanto em géneros como em dinheiro. Esta situação gerava, frequentemente, tensões e conflitos entre as partes. Data de 1609[115] a primeira sentença cível de que temos conhecimento e que opunha D. Guiomar de Ataíde[116] e mais religiosas do mosteiro de São Bento da cidade do Porto ao então reitor da primitiva igreja matriz de Valongo, por este almejar «por capitulos de visita lhe desse este mosteiro cada anno dous alqueires de trigo para

---

108 Cf. *Idem,* documento nº10, p.22.

109 Cf. *Idem, ibidem.*

110 Cf. *Idem, ibidem.*

111 No mesmo documento, podemos ler: «As casas em que vive de hum sobrado telhadas com seus repartimemtos pelo meo de taipa que os devide em cimquo casas a saber huma sala e tres camaras e hua cozinha com suas logeas por bayxo que são tres huma serve de adegua e as outras de estrebarias, e no cabo das casas tem hua varamda velha pera a parte da igreja, e estão estas casas tapadas ao redor de parede fechadas com huma porta fronha por homde se servem, e partem do nacemte, poemte e vemdaval com os pasais da dita igreia. E do norte com o adro della/ Tem diamte das ditas casas hum terreiro que se fecha com as mesmas casas que tem em sy duas laramjeiras e des carvalhos e duas ramadas piquenas e hum castinheiro e hum pesegueiro e uma ameixieira -
Jumto deste tereiro tem huma orta tapada ao redor da parede com alguas fruiteiras ao redor, e jumto della tem outro serrado de parede que serve de orta que ambas partes de todas as partes com os pasais e adro da dita igreia// De fora destas ortas tem hum serrado que são os proprios pasais da igreia todos tapados ao redor da perede [...] Tem estes pasais toda a agoa do ribeiro da igreia, que he livremente todo o ano e no imverno e verão, e tem ao redor allguns carvalhos, os quaes pasais tem suas sahidas pera o monte e tem o dereito diguo o dereito de rosar e pastar nele com os moradores e vesinhos do luguar de vallomguo», *Idem, ibidem,* pp.22-23.

112 Cf. *Idem, ibidem,* p.23.

113 Cf. *Idem, ibidem.*

114 Cf. *Idem, ibidem.*

115 A.N.T.T., Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria do Porto II, maço 25, s/fls.

116 A.N.T.T., *Idem, ibidem.*

hostias e dous mil reis para lavage da roupa da Igreja»[117]. A partir desta data, assiste-se a um desenrolar de contendas entre os sucessivos reitores da velha matriz - a que se associavam frequentemente os padres visitadores - e as monjas beneditinas.

Os próprios párocos engrossavam, muitas vezes, a categoria dos dependentes, já que pagavam pesados tributos tanto aos bispos como aos padroeiros das igrejas que oficiavam. Recuando até ao ano de 1593, o pároco Cristovão Dias pagava ao bispo e cabido da Sé do Porto dos proventos da igreja de Valongo, «trimta alqueires de pão meado, e tres allqueires e tres quartos de triguo, e cemto e dezoito reis em dinheiro, e de dereito de visitação cemto e trimta reis»[118].

Em 22 de Agosto de 1670[119], sendo «segundo ves Abadeça a muito illustre senhora Dona Maria de Castilho»[120], lavra-se novo auto de reconhecimento da primitiva igreja matriz de Valongo, passais e fábrica, na presença de João Marques[121], reitor da igreja em virtude da «renumcia que nelle fes, o reverendo vigairo diogo ribeiro, seu anteseçor»[122], de Cristovão Alão de Morais[123], juiz do Tombo, e de Domingos Pereira Valverde[124], procurador das monjas beneditinas. O pároco aufere agora de côngrua anual «treze mil reis em dinheiro, e hum carro de senteio, e outro de milho»[125], mantendo os usufrutos já anteriormente mencionados.

Datado da segunda metade do século XVIII encontramos o último auto de reconhecimento do padroado da primitiva matriz de Valongo de que temos conhecimento. Iniciado a 5 de Maio de 1758[126], prolongou-se pelo prazo de três

---

117 A.N.T.T., *Idem, ibidem.*
118 Cf. Vol. II, documento nº10, p.22.
119 Cf. *Idem,* documento nº23, p.60.
120 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4655, s/ fl.
121 Cf. Vol. II, documento nº23, p.60.
122 Cf. *Idem, ibidem.*
123 Cf. *Idem, ibidem.*
124 Cf. *Idem, ibidem.*
125 Cf. *Idem, ibidem.*
126 Cf. *Idem*, documento nº39, p.98.

dias[127], tendo como intervenientes o reverendo licenciado Joaquim de Sousa Dias[128], «vigario collado da dita Igreja em que sucedeo por titullo de renuncia por coadjutoria com justa sucessão»[129], o desembargador da Relação e Casa do Porto, Francisco de Sá Barreto[130], e o procurador das monjas beneditinas, padre Carlos Manuel Coutinho[131]. Neste auto, elaborado durante o primeiro triénio do abadessado de D. Joana Inês Ozório de Alarcão[132], encontramos descriminados os proventos do reitor de Valongo. Além de receber de côngrua anual 13$000 réis e 80 alqueires de pão de segunda[133], «tezssado posto, e pago tudo na sua rezidencia pello Rendeiro da dita freguezia»[134], e, segundo ordens «dellaz ditaz Relligiozaz»[135], possuía também «todos os direytos parochiais benezes e offertas tocantes ao pê do altar da sobredita Igreja, e cappellaz suz filiais e pupolares»[136].

Estes novos direitos eram exercidos agora sobre sete ermidas[137]: a capela de Nossa Senhora das Neves, «a qual he popular, tem a sua galile e fica no meyo do lugar»[138]; a capela de São Bruno, «da qual he direyto e senhorio o capitam Joze Pereyra»[139]; a capela de Nossa Senhora das Chãns, «que fica no alto da cerra a qual mandou fazer Manoel Antonio da freguezia de Champanham vindo no mar vendoce em prigo»[140]; a capela de Nossa Senhora da Serra, que «he popular e fica tambem dentro do lugar»[141]; a capela de S. Bartolomeu, que se encontra no extremo «deste lugar a parte do norte junto ao destrito de Alfena he popular»[142]; a capela de Santa

---

127 Cf. *Idem,* documentos n°s40, 41 e 42, pp.101-110.
128 Cf. Idem, documento n°39, p.98.
129 Cf. *Idem, ibidem.*
130 Cf. *Idem, ibidem.*
131 Cf. *Idem, ibidem.*
132 A.D.P., Fundo Monástico, caixa n°4748, s/fls.
133 Cf. Vol. II, documento n°40, p.101.
134 Cf. *Idem, ibidem.*
135 Cf. *Idem, ibidem.*
136 Cf. *Idem, ibidem.*
137 A.N.T.T., Dicionário Geográfico, ibidem, fl.182 f..
138 A.N.T.T., *Idem, ibidem.*
139 A.N.T.T., *Idem, ibidem.*
140 A.N.T.T., *Idem, ibidem.*
141 A.N.T.T., *Idem, ibidem.*
142 A.N.T.T., *Idem, ibidem.*

Justa, também popular[143]; e, finalmente, a capela do Senhor dos Passos, «que fica junto ao adro»[144] da igreja, sendo esta última de grande romagem já que «he irmandade de muitos irmãos»[145].

3.2. Os deveres das freiras e dos moradores de Valongo

Data de 1670 a primeira referência conhecida dos deveres de padroado das freiras beneditinas no que concerne à igreja e população de Valongo:

> *«[...] davão as ditas religiozas, a sera neseçaria pera as missas dos freigezes, e duas tochas, e duas vellas para acompanhar os sacramentos, da eocarestia e da unção coando se dam aos infermos, e outro si são as ditas religiozas obrigadas a dar de comer aos vezitadores [...] tinhão obrigação de fabricar a capella mor da dita igreija, eiceso o sacrario que he dos freigezes, [...] a comsertar a samcrestia e pia de Bautizar, e cazas da rezidemcia de tudo o neseçario»*[146].

Afigura-se-nos particularmente relevante nesta informação, a obrigação que as monjas beneditinas têm de restaurar ou construir de raíz a capela-mor da igreja de que são padroeiras, e que de uma maneira mais abrangente se estende à sacristia do lado do nascente e às casas de sobrado para residência do pároco.

Em 1758, no inventário que se fez da igreja matriz, a que já aludimos, além de constar as obrigações das freiras, com os naturais acertos que o tempo acarreta, encontramos descriminadas também as obrigações dos moradores de Valongo. Assim, as padroeiras eram obrigadas a todos os «reparoz da Cappella, e Altar mór com seu

---

143 A.N.T.T., *Idem, ibidem,* fl.182v..

144 A.N.T.T., *Idem, ibidem.*

145 A.N.T.T., *Idem, ibidem.*

146 Cf. Vol. II, documento nº23, pp.60-61.

Retabollo, Arco cruzeiro e Sanchriztia»[147]. E caso a cabeceira da igreja não fosse devidamente acarinhada, eram obrigadas «a fazer tudo de novo a ruinandoce»[148]. Também tinham a seu cargo a conservação ou execução da pia baptismal, do sino, dos paramentos e alfaias necessários para magnificar a capela-mor, uma vez «que tudo he seu»[149].

Concomitantemente, os fregueseses, além de pagarem as dizimarias e rações habituais, eram responsáveis pelo estado de conservação do corpo da igreja, do adro, das cordas do sino e do sacrário, fornecendo também o azeite para a lâmpada do Santíssimo Sacramento[150]. Era igualmente da sua competência, o restauro da tribuna do altar-mor, ou, na impossibilidade de tal, custear a execução de um novo[151].

Apesar das responsabilidades estarem delimitadas, e cada uma das partes ter o seu campo de acção específico, a coexistência nem sempre foi consensual entre as padroeiras e os moradores de Valongo. Houve sempre grandes dissensões. Em 1770, os fregueses da velha matriz recusam mandar dourar a «Tribuna, obra que se tinha mandado fazer por cappitulos de vezita»[152], pois consideram não ser da sua obrigação, mas sim das monjas beneditinas, e só por sentença cível lavrada a 30 de Março do mesmo ano[153], o fazem.

---

147 Cf. *Idem,* documento nº40, p.101.

148 Cf. *Idem, ibidem.*

149 Cf. *Idem, ibidem.*

150 Cf. *Idem, ibidem*, pp.101-102.

151 Cf. *Idem, ibidem.*

152 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4735, fl.82v. Supomos que os moradores de Valongo já almejavam construir uma nova igreja matriz, mais ampla e magestosa, em suma, que materializasse condignamente o desenvolvimento económico e a fé dos seus moradores.

153 A.D.P., *Idem, ibidem.*

4. A descrição das fábricas

A mais antiga informação dos haveres da primeira matriz de Valongo encontra-se também no manuscrito datado de finais do século XVI, de acordo com o requerimento feito a Cristovão da Costa de Sá[154], para que «vise os ornamemtos e mais cousas que pertemcem ha dita senhora abadessa e comvemto».[155].

Neste auto, lavrado a 1 de Junho de 1593[156], deparamos com a descrição da fábrica da responsabilidade das padroeiras[157]. Consideramos que este inventário das peças e paramentos da primitiva matriz é bastante modesto, porquanto na capela-mor «não avia nenhum fromtal nem toalhas do alltar»[158]. Esta parcimónia de paramentos e alfaias religiosas sentida na primitiva matriz de Valongo, surge num tempo em que a importância e o prestígio de qualquer igreja se media, em grande parte, pela beleza e opulência das suas alfaias litúrgicas.

Este documento fornece-nos, ainda, uma descrição do retábulo da capela-mor, principalmente da sua imaginária:

> *«hum retabolo na capella moor que tem seis paineis com as figuras de são mamede e são joão bautista e são pedro e são bemto e nosa senhora e são miguel, o anjo o qual retabolo estaa pimtado de novo e tem seus ballaustres pelo meo dourados e pelos nascedouros diamte os paineis tem tres serafims dourados»*[159].

Julgamos que o retábulo apresentava uma estrutura em andares, com fiadas verticais de pintura separadas por colunas, exprimindo com propriedade a gramática

154 Cf. Vol. II, documento nº8, p.18.
155 Cf. *Idem, ibidem.*
156 Cf. *Idem, ibidem.*
157 Cf. *Idem*, documento nº9, pp.19-21.
158 Cf. *Idem*, *ibidem*, p.19.
159 Cf. *Idem, ibidem.*

maneirista, constituindo a única provável obra de talha da primitiva matriz, ainda com uma função meramente enquadrante.

Cinco anos depois, em 1598, executa-se novo inventário da primeira igreja matriz[160]. Verificamos que as padroeiras tinham procedido ao aumento do espólio da mesma no que concerne aos paramentos, nomeadamente «huas toalhas novas que servem no altar mòr»[161]. As peças em prata começam igualmente a merecer a atenção das padroeiras. Remonta a esta época a aquisição de um cálice deste nobre material, «todo branco que pode pesar tres mil onças pouco mais ou menos»[162]. Não obstante o empenho, o campo de intervenção das monjas beneditinas na primitiva igreja matriz mantinha-se diminuto, contrapondo-se, assim, à portentosa acção da confraria do Santíssimo Sacramento, uma vez que, anotou o inventariante de serviço, «todo o mais que està no dito altar mòr he de sancta confraria»[163].

Neste inventário, executado a 1 de Maio do referido ano[164], deparamos também com a descrição das fábricas das confrarias[165] coexistentes na primitiva igreja matriz: a do Santíssimo Sacramento, a de Nossa Senhora do Rosário e a do Senhor Jesus. A confraria do Santíssimo Sacramento salienta-se pelo espólio variado e riquíssimo que apresenta[166], o que traduz, não só o seu poder e prestígio, como também a ainda incipiente afirmação do exercício de padroado das monjas do mosteiro de São Bento da Avé-Maria do Porto.

A mais antiga informação de que dispomos sobre a existência de um orgão[167] na primitiva matriz de Valongo surge neste inventário, o que nos leva a supor que este teria sido adquirido no tempo que medeia entre 1593 e 1598. Aliando-se ao orgão da primitiva matriz, instrumento indispensável «à grandiosidade e pompa do

---

160 Cf. *Idem,* documento nº12, p.28.
161 Cf. *Idem*, *ibidem*.
162 Cf. *Idem, ibidem.*
163 Cf. *Idem, ibidem.*
164 Cf. *Idem, ibidem.*
165 Cf. *Idem*, documentos nºs13 e 14, pp.30-32.
166 Cf. *Idem,* documento nº14, pp.31-32.
167 Cf. *Idem, ibidem,* p.31.

barroco»[168], encontramos no mesmo manuscrito a referência ao púlpito[169], elemento essencial das igrejas contra-reformistas na organização do espaço interior[170]. Por falta de documentação, desconhece-se o autor do risco e o entalhador que o executou. Adossado à parede, do lado do Evangelho - cujo acesso se realizava através de uma escada de granito - estrategicamente colocado, possibilitava ao orador de serviço sermões plenos de dramatismo, que aliados à linguagem gestual, se transformavam em quadros cenográficos, tão caros à liturgia que então se vivia. Avaliando bem a importância e o peso da comunicação oral na cultura de seiscentos e setecentos, a Igreja utilizou o púlpito como «o meio excelente para a educação maciça e para a difusão das ideias verdadeiras»[171].

Sabemos que o interior da primitiva igreja matriz albergava, além do altar-mor, mais quatro altares: o altar do Santíssimo Sacramento que se encontrava disposto na capela-mor[172], os altares da Nossa Senhora do Rosário e do Senhor Jesus[173] - que dividia o seu espaço com a Senhora da Purificação - nas *ilhargas* da primitiva matriz, e, finalmente, o Altar das Almas[174] colocado no corpo do edifício, do lado da Epístola. No quadro seguinte, encontramos alguns elementos relacionados com os altares das confrarias de Nossa Senhora do Rosário e do Senhor Jesus.

---

168 BORGES, Nelson Correia — *Órgãos. In* «Dicionário da Arte Barroca em Portugal». Dir. de PEREIRA, José. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.332.
169 Cf. Vol. II, documento nº14, p.31.
170 FERREIRA-ALVES, Natália Marinho — *Púlpito. In* «Dicionário da Arte Barroca em Portugal». Dir. de PEREIRA, José. Lisboa: Editorial Presença, 1989, pp.386-387.
171 HESPANHA, António Manuel — *A Igreja. In* «História de Portugal». Dir. de MATTOSO, José. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 4, p.224.
172 A.N.T.T., Dicionário Geográfico, *ibidem*, fl.183f..
173 Cf. Vol. II, documento nº13, p.30.
174 Cf. *Idem, ibidem.*

QUADRO I	
ALTARES ENCOSTADOS AO ARCO CRUZEIRO DA PRIMITIVA IGREJA MATRIZ	
Lado do Evangelho. **Senhor Jesus e Senhora da Purificação**	**Lado da Epístola.** **Nossa Senhora do Rosário**
- retábulo repintado em 1597 - frontal de chamalote verde franjado - lampadairo - toalhas - castiçais de latão	- retábulo repintado em 1597 - frontal de tafetá branco, franjado com guarnição de tafetá amarelo - toalhas - castiçais de estanho - coroa de prata - vestimenta de tafetá branco, toda perfeita - um cálice de prata - um páleo e guião de damasco amarelo, com capa igual e sebasto de tafetá azul - lampadairo
A.D.P. Fundo Paroquial, Valongo, bobine 642, fl.227 f, v.	

A 14 de Maio de 1617[175] é executado novo inventário das alfaias de culto existentes na primitiva igreja. Também nova paramentaria se adquiriu nesse período, assim como peças novas em prata, mormente «hua naveta de prata nova com sua caixa, e que se guarda»[176] e um «vazo de prata dourada que custou 120 reis pera dar o Sacramento[177]». Posteriormente, seriam ainda adquiridos um lampadairo de prata no valor de 47$300 réis[178] e um «abanador de pao do brazil com sua argola de prata e com seu tafeta vermelho que custou 320»[179]. Estas peças encontram-se incluídas no vasto inventário da confraria do Santíssimo Sacramento[180], onde deparamos também com a informação de «Huns orgãos consertados»[181]. Supomos que seriam orgãos pequenos, de armário. A confraria de Nossa Senhora do Rosário também se preocupou em adquirir peças novas, como «hum cales de prata com sua patena. E manga dourada»[182]

175 Cf. *Idem,* documento nºs 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, pp.33-47.
176 Cf. *Idem,* documento nº16, p.36.
177 Cf. *Idem, ibidem.*
178 Cf. *Idem, ibidem,* p.37.
179 Cf. *Idem, ibidem.*
180 Cf. *Idem, ibidem,* pp.35-37.
181 Cf. *Idem, ibidem,* p.35.
182 Cf. *Idem,* documento nº17, p.38.

e uma coroa de prata[183]. Igualmente neste inventário encontramos a referência à aquisição de uma imagem da Nossa Senhora do Rosário, «piquena pera a procissão com seu resplamdor»[184]. Os mordomos da confraria de Jesus procuram também enobrecer a Imagem da sua devoção, comprando para o efeito «huma coroa de prata de Jesus»[185] e «hum guião de damasco verde com sua crus de prata que chegou a custar quatorze mil reis. So a crus»[186]. Pouco tempo depois, em 1618[187], os moradores de Valongo mandam colocar «Hum painel para o cruzeiro novo»[188], enriquecendo, assim, o interior da velha igreja matriz. A partir do século XVII, a devoção do Santíssimo Sacramento atinge a grande maioria da população, que se sente fascinada com a paramentaria de luxo, o ouro e a prata, a solenidade das procissões e outras festividades religiosas, frutos da doutrina tridentina. A veneração é profundamente solenizada e o milagre implica a presença de velas e de uma atmosfera de profundo misticismo[189].

Apesar da fábrica das padroeiras começar a adquirir importância, e do investimento pessoal feito por algumas abadessas, que envidaram esforços no sentido de obstar à carência de paramentos, nomeadamente D. Ana de Ataíde[190], que em 1633 ofertou à velha matriz «duas vestimentas novas»[191], uma de damasco branco, e «outra roxa de ligatura»[192], e D. Branca da Silva[193], que em 1635 mandou colocar na capela-mor «hum sobreceo de linho no seu altar»[194], as monjas beneditinas foram, a maioria das vezes, impelidas à fábrica dos paramentos e alfaias de culto por mandatos dos padres visitadores, que, aquando das suas visitas regulares à velha matriz de Valongo, auscultavam não só a opinião do pároco como a dos próprios moradores. Nas visitações

---

183 Cf. *Idem, ibidem.*
184 Cf. *Idem, ibidem*, p.39.
185 Cf. *Idem,* documento nº20, p.46.
186 Cf. *Idem, ibidem.*
187 Cf. *Idem*, documento nº19, p.44.
188 Cf. *Idem, ibidem.*
189 ENES, Maria Fernanda — *As confrarias do Santissimo e das Almas no âmbito da cultura barroca. In* «Actas do I Congresso Internacional do Barroco». Porto: Reitoria da Universidade do Porto - Governo Cívil, 1991, vol. I, p.282.
190 Cf. Vol. II, documento nº18, p.43.
191 Cf. *Idem, ibidem.*
192 Cf. *Idem, ibidem.*
193 Cf. *Idem, ibidem.*
194 Cf. Vol. II, documento nº18, p.43.

ocorridas no ano de 1650[195], a madre abadessa do Mosteiro de S. Bento, D. Isabel Pereira[196], foi pressionada à conclusão das «obras velhas»[197] até ao dia de Natal[198], sob pena de pagar uma multa de 500 réis[199]. Por *obras velhas*, entenda-se tudo o que foi determinado em visitações anteriores e que ficou por realizar, como nos mostra o mesmo documento:

> *«A madre abbadessa não cumprio com a sentença para a administração dos sacramentos, nem de huas toalhas de doze varas, pera dar a comunhão, e de hua esteira e de hua toalha pera o altar mór, e de hua sacra, he de hua crus de pau preto pera o altar mór, he de trez cordois, e de duas mesas de corporaes, nem de concertar o lavatorio, e de duas toalhas pera elle, nem de duas alvas, nem com os dous veos dos calices, nem dos sanguinhos em que emcorreo nas penas da visitação passada»*[200].

No ano de 1670, ao examinarmos o novo inventário das peças e paramentos da fábrica pertencente às padroeiras[201], constatamos o aumento significativo do volume das alfaias sagradas, que se traduziu numa renovação apreciável tanto a nível da paramentaria como das peças necessárias ao bom funcionamento do culto divino[202]. Ainda neste documento deparamos com a menção a «hum sino com seu campanario»[203], o que nos leva a supor que a antiga matriz foi objecto de obras no período que medeia entre 1617 e 1670, uma vez que não consta nenhum registo do campanário nos inventários anteriores, assaz minuciosos. Neste documento deparamos igualmente com a referência a «hum sacrario dourado, em que esta o

---

195 Cf. *Idem*, documento nº21, p.50.
196 Cf. *Idem*, ibidem, p.49.
197 Cf. *Idem*, ibidem.
198 Cf. *Idem*, ibidem, p.50.
199 Cf. *Idem, ibidem*. A multa revertia, em partes iguais, a favor do meirinho de Valongo e do cabido da Sé do Porto.
200 Cf. *Idem, ibidem*.
201 Cf. *Idem, ibidem*.
202 Cf. Vol. II, documento nº24, pp.62-63.
203 Cf. *Idem, ibidem*, p.63.

santisimo, que pertence aos freigezes»[204]. Supomos tratar-se do mesmo sacrário dourado, «com seu cofre forrado de veludo carmesim»[205], que pertencia à confraria do Santíssimo Sacramento, conforme o inventário datado de 1 de Maio de 1598, a que já aludimos.

Decorridos longos anos, em 1758, ao analisarmos o último inventário da fábrica das padroeiras de que temos conhecimento[206], constatamos que o interior da primitiva matriz enriqueceu-se com a nova paramentaria adquirida neste período, mas dela quase não há notícia nos livros de despesa. Sabemos apenas que algumas das obras de beneficiação foram realizadas sob a tutelaria da abadessa D. Teresa Isabel de Sousa Lobo[207], que despendeu 9$630 réis[208] na aquisição e manutenção das alfaias religiosas, mormente por mandar «dourar hum calis hum coarto de ouro»[209]

Os cuidados com a aquisição e restauro das alfaias religiosas da primitiva matriz de Valongo por parte das padroeiras, foram uma constante no decurso dos diferentes abadessados. No triénio do governo de D. Teresa Maria da Silva[210] (1760-1763), adquirem-se algumas peças destinadas a abrilhantar as cerimónias religiosas, nomeadamente, «huas galhetas novas»[211] que custaram 600 reis[212]. No livro de despesas do abadessado de D. Joana Clara[213], (1772 a 1775), foram comprados, além de um par de novas «galhetas»[214], «tres véos de Cálices»[215], no valor de 770 réis[216]. No triénio seguinte, a abadessa D. Angélica Maria[217] procede à compra de «hûa Estolla de

---

204 Cf. *Idem, ibidem.*
205 Cf. *Idem*, documento nº14, p.31.
206 Cf. *Idem*, documento nº42, pp.109-110.
207 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº 4729, s/fls.
208 Cf. Vol. II, documento nº 38, p. 96.
209 Cf. *Idem*, *ibidem.*
210 B.N.L., Reservados, COD. 8394, s/ fls.
211 Cf. Vol. II, documento nº43, p.111.
212 Cf. *Idem, ibidem.*
213 B.N.L., Reservados, COD. 8433, s/fls.
214 Cf. Vol. II, documento nº44, p.112.
215 Cf. *Idem, ibidem.*
216 Cf. *Idem, ibidem.*
217 B.N.L., Reservados, COD. 8431, fl.1f..

damasco branco, e roixo»[218], no valor de 3$600 réis[219], e de «huns castições de bronze, novos»[220], entre outras peças, no valor 1$050 réis[221].

As folha de despesas concernentes ao triénio de D. Josefa Clara Camelo[222] (1778-1781), registam a aquisição de «hûa Imagem de Santo Christo»[223] para o altar-mor no valor de 1$200 réis[224], e também a de um sino novo, que custou 42$490 réis[225]. A paramentaria mereceu igual atenção neste período, sendo despendidos 52$805 réis[226] na sua aquisição, tendo as padroeiras oferecido ainda «duas Alvaz, duas Sobrepelizes, tres Amitos, quatro Marusterges, e quatro Sanguinuos»[227].

No livro de despesa respeitante ao governo de D. Sofia Brandão[228] (1781--1784), encontramos mencionada a verba de 9$700 réis[229] despendida com a aquisição de «quatro castiçãez para a Banquêta do Altar Mór»[230]. Encontramos igualmente registada a compra de «duas tocheiras grandez de pàs, prateadas»[231], no valor de 7$200 réis[232]. Neste triénio procedeu-se ainda ao restauro do «Santo Christo, do Altar Môr»[233], tendo a abadessa despendido 560 réis[234].

---

218 Cf. Vol. II, documento nº45, p.113.
219 Cf. *Idem, ibidem.*
220 Cf. *Idem, ibidem.*
221 Cf. *Idem, ibidem.*
222 B.N.L., Reservados, COD. 8432, fl. 1f..
223 Cf. Vol. II, documento nº46, p.114.
224 Cf. *Idem, ibidem.*
225 Cf. *Idem, ibidem.*
226 Cf. *Idem, ibidem.*
227 Cf. *Idem, ibidem.*
228 B.N.L., Reservados, COD. 8413, s/fls.
229 B.N.L., *Idem, ibidem.*
230 B.N.L., *Idem, ibidem.*
231 B.N.L., *Idem, ibidem.*
232 B.N.L., *Idem, ibidem.*
233 B.N.L., *Idem, ibidem.*
234 B.N.L., *Idem, ibidem.*

5. A descrição da igreja em 1670

Remonta a 1670 a primeira informação de que dispomos sobre as dimensões da primeira igreja matriz de Valongo, «da In vocasão de Sam Mamede, que he parroquia de toda a fregezia»[235]:

> *«[...] tem a capella Maior de comprido sinco varas e de largo coatro, medida por dentro.*
> *Item o corpo da igreija de comprido dezanove, e de largo oito varas; toda esta cercada de adro da dita igreija.*
> *A samcrestia pera a parte do norte, tem de comprido coatro varas, e de largo tres e meia.*
> *O adro da dita igreija tem de comprido trinta e seis varas, e de largo vinte e duas varas, com suas arvores de carvalhos, e sereijeiras, parte do norte e nasente com o caminho e ruas publicas e das mais partes com terras dos Pasais»*[236].

Orientada do nascente para o poente, como todas as igrejas românicas em geral, apresenta uma capela-mor quase quadrilonga de 5,5 por 4,4 m, adossada a um corpo de 20,9 por 8,8 m. Sob a mesma água do telhado, a norte, uma sacristia de 4,4 m por 3,85 m.

Apesar da inexistência de vestígios materiais e da escassez das fontes escritas, e que, quando existem, são avaras em informações, supomos que se trata de uma estrutura maciça de origem basilical, certamente de acanhadas proporções, com poucas aberturas, como convinha à espiritualidade da época em que, provavelmente, foi edificada, e ladeada por «hum syno com seu campanario»[237].

---

235 Cf. Vol. II, documento nº25, p.64.
236 Cf. *Idem, ibidem.*
237 Cf. *Idem*, documento nº24, p.63.

Julgamos que os materiais empregues na primitiva matriz foram o granito e a lousa, as rochas mais utilizadas na Idade Média[238]. O granito, como material por excelência para a sua construção. A lousa, tão abundante nesta região[239], concomitantemente em revestimentos nas paredes para evitar a infiltração de água[240] e em associação com a telha, fazendo os beirais dos telhados. Sabemos que a casa do relógio da torre velha da primitiva matriz, era revestida, no seu interior, com pedra de lousa[241].

Supomos que até 1670 a primitiva matriz de Valongo sofreu sucessivas intervenções pontuais a nível da sua arquitectura e, sobretudo, da sua imaginária. Neste sentido, destacamos a acção das confrarias, principalmente a da confraria do Santissimo Sacramento, que a partir do século XVII se afirma com vigor em toda a Europa, para fazer face ao avanço do Protestantismo[242].

A este respeito, e em 1598, certifica-nos Gonçalo André[243], então padre coadjutor da igreja de Valongo:

> *«o coro e orgãos que estão nelle que todo foi feito as custas da Confraria do Sanctissimo Sacramento e assi o pulpeto/. E a Abadessa nem freiguezes não derão nada pera a ajuda de tudo isto:/»*[244]

Também na primitiva matriz, e coro e o orgão associam-se, tornando-se indispensáveis ao explendor das cerimónias litúrgicas e a toda a teatralidade que a envolvia e que é apanágio do barroco.

---

238 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitectura Românica...*, p.11.
239 *Idem, ibidem.*
240 *Idem, ibidem.*
241 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro n°.89, fl.30.
242 FERREIRA-ALVES, Natalia Marinho — *A arte da talha na época barroca*. (Artistas e clientela. Materiais e técnica). Porto: Arquivo Histórico - Câmara Municipal do Porto, 1989, vol. I, p.53. (Documentos e Memórias para a História do Porto; 47).
243 Cf. Vol. II, documento n°14, p.31.
244 Cf. *Idem, ibidem.*

A partir de 1670, assiste-se a um vasto programa de obras de pedraria e de carpintaria no edifício, que contemplam a capela-mor, a sacristia do lado do nascente, e o interior da igreja. Este surto construtivo, que grassa por todo o país, reflecte não só a nossa recuperação económica como também a da nossa identidade, com evidentes reflexos no campo cultural e artístico:

> *«Após os anos de penúria, que marcaram a arquitectura portuense e portuguesa, durante grande parte do século XVII, a que o domínio espanhol (1580-1640) e a guerra da Restauração (1640-1668) não foram estranhos, vamos assitir na cidade a partir de 1670-1675 a um recrudescimento gradual da actividade económica até finais da centúria e princípios do século XVIII»*[245].

Esta revitalização da vida portuguesa, introduz um discurso mais inovador, não só a nível da arquitectura e urbanismo, através de obras de beneficiação e de ampliação, como também da arte da talha, que enchia de ouro e luz o interior da igreja. Os fieis, sentindo-se impressionados e extasiados com tamanha opulência e luxo, aderiam fervorosamente ao espectáculo religioso, reafirmando, assim, a sua fé.

---

245 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B — *Pascoal Fernandes, Mestre Pedreiro de Arquitectura. Alguns elementos para o estudo da sua actividade. In* «IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga». Actas do Congresso Internacional, vol. II. Braga: 1990, p.397.

6. As obras de acrescento e restauro

Como mencionamos anteriormente, entre 1670 e 1758, último ano de inventariação e descrição da igreja de Valongo de que temos conhecimento, assiste-se a um surto de reformas que envolveram trabalhos de pedraria e carpintaria e que contemplam sobretudo a capela-mor, o interior da igreja, a sacristia, o espaço circunjacente e as casas da residência do pároco.

No triénio de D. Maria da Conceição e Azevedo[246] (1701-1704), encontramos o registo de 7$500 réis[247] «que se gastarão nas obras que se mandarão fazer na Igreja»[248]. Não sabemos se estas obras contemplaram a capela-mor ou a sacristia, ou ambas. Ainda durante o seu governo, e no ano de 1704[249] decorreram, igualmente, obras nas casas de residência do pároco de Valongo, cujo custo total foi pago em duas prestações. O primeiro pagamento foi efectuado a 24 de Junho do mesmo ano[250], tendo recebido «Alam Durão Reitor de Val-longo do rendeiro Antonio Alvez desta mesma freguezia»[251] a quantia de 10$003 réis[252]. A última prestação, no valor de 54$000 réis[253], foi liquidada em 20 de Outubro de 1704[254].

Sob a tutelaria de D. Teresa Isabel de Sousa Lobo[255], decorreram novamente obras de beneficiação nas casas de residência do pároco de Valongo, tendo sido gastos 44$450 réis[256], distribuídos «por madeiras, pregos, ferrage, e da impreita pera solhar duas salas, duas portas, duas janellas e reparo do aydo doz gadoz e maes concertoz»[257].

---

246 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4743, s/fls.
247 A.N.T.T., Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria do Porto II, livro nº21, fl. 77f..
248 A.N.T.T., *Idem, ibidem.*
249 Cf. Vol. II, documentos nºs 27 e 28, pp.69-70.
250 Cf. *Idem*, documento nº27, p.60.
251 Cf. *Idem, ibidem.*
252 Cf. *Idem, ibidem.*
253 Cf. *Idem*, documento nº28, p.70.
254 Cf. *Idem, ibidem.*
255 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4729, s/fls.
256 Cf. Vol. II, documento nº38, p.97.
257 Cf. *Idem, ibidem.*

As obras do governo de D. Teresa Isabel de Sousa Lobo estenderam-se à sacristia e casa da tulha. Com a renovação do telhado da sacristia foram despendidos 2$540 réis[258], montante que incluí o material e as jornas pagas aos trabalhadores[259]. As obras da casa que, concomitantemente, servia de tulha e celeiro, de raíz, orçaram 162$285 réis[260], repartidos «por madeiras, cal, telha, jornaes, impreita e pella micção da parede que se pagou ao vezinho da tulha que se fez de novo afundamentez»[261], em conformidade com o contrato lavrado a 31 de Janeiro de 1756[262], com Vicente de Sousa[263] e sua mulher. Este casal recebeu das monjas beneditinas 6$000 réis[264], como recompensa dos prejuízos decorrentes de não poderem «abrir cantareira [...] nem fazer forno, nem calidade algûa de fogo»[265] na parede da sua casa, que fazia fronteira com a parede da casa da tulha.

As informações contidas no auto de reconhecimento do «Padroado da Parochial Igreja»[266] de São Mamede de Valongo, executado entre 5 e 8 de Maio de 1758[267], são da maior importância, já que nos possibilitam não só precisar as suas novas proporções, como recriar o interior da própria igreja. Estes documentos servem para introduzir os aspectos essenciais das obras da velha matriz em várias frentes, como passamos a descrever:

- obras de acrescentamento da capela-mor e sacristia do lado do nascente
- obras de beneficiação do adro
- renovação estética do interior do edifício religoso

---

258 Cf. *Idem, ibidem.*
259 Cf. *Idem, ibidem.*
260 Cf. *Idem, ibidem.*
261 Cf. *Idem, ibidem.*
262 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4636, fls. 140f.-145f..
263 A.D.P., *Idem, ibidem*, fl.140v..
264 A.D.P., *Idem, ibidem*, fl.142v..
265 A.D.P., *Idem, ibidem.*
266 Cf. Vol. II, documento nº39, p.98.
267 Cf. *Idem*, documentos nºs 39, 40, 41, e 42, pp.98-110.

6.1. Capela-mor

A capela-mor foi alvo de uma reconstrução completa. Para impedir a infiltração da água que surgia na época do inverno «por baixo do subpedaneo do Altar Mor»[268] e que, consequentemente, inundava a maior parte do corpo da igreja, impedindo assim, «sepultar cadaveres»[269], houve necessidade de edificar a nova capela-mor sobre um grande basamento de pedra, apresentando-se, assim, cerca de 1,54 m mais alta relativamente ao corpo da igreja[270]. De modestas proporções em 1670, apresenta, agora, uma profundidade de «nove varaz e meyo palmo»[271] (10,01 m), e de largura, «seis varaz e douz palmoz»[272] (7,04m).

Na parede da capela-mor, «sem cruzeiro»[273], rasga-se uma única abertura, «huma fresta grande pella parte do sul»[274], e que traduz a necessidade vital da luz, mais de acordo com as novas exigencias do culto divino. A capela-mor, comunica com a sacristia, por uma porta a norte.

O interior da capela-mor sofreu também um processo de actualização. A capela--mor, «forrada e apainellada de madeira de castanho em preto»[275], é agora um espaço rectangular relativamente profundo e iluminado, concebido para receber o altar, «com frontal, de madeira de talha dourada»[276], o retábulo, que as padroeiras «á sua custa mandarão emendar e comcertar»[277], com a respectiva tribuna, mandada executar, «sy volluntariamente»[278] pelos moradores de Valongo, e, colocado lateralmente, o altar da confraria do Santíssimo Sacramento[279].

---

268 Cf. *Idem*, documento nº64, p.140.
269 Cf. *Idem, ibidem.*
270 Cf. *Idem,* documento nº68, p.145.
271 Cf. *Idem,* documento nº41, p.104.
272 Cf. *Idem, ibidem.*
273 Cf. *Idem*, documento nº64, p.140.
274 Cf. *Idem*, documento nº41, p.104.
275 Cf. *Idem, ibidem.*
276 Cf. *Idem, ibidem.*
277 Cf. *Idem*, documento nº40 p.101.
278 Cf. *Idem, ibidem.*
279 A.N.T.T., Dicionário Geográfico, *ibidem*, fl.182.

6.2. Sacristia ao lado do nascente

A igreja estava ladeada por duas sacristias, dispostas paralelamente e, supomos, de igual planimetria. A do lado poente pertencia aos mordomos da confraria das Almas[280], e a do nascente era pertença das monjas beneditinas - destinada ao reitor da primitiva matriz - e também para guarda dos paramentos e alfaias religiosas. É desta que tratamos no âmbito da temática do nosso trabalho.

A sacristia do lado do nascente estava bem fornecida de tudo que é necessário para o culto divino, dispondo, assim, de «hum caixão de castanho com trez andares de gabetoins de almofadaz»[281], para guarda dos paramentos da igreja, e de «hum almarinho continuado nelle de goarda doz calicez»[282], além de um lavabo «emvotido na parede»[283]. Foi também alvo de uma reconstrução completa. A sacristia tem agora de comprimento, «seiz varas e meya menoz hua mão traveça»[284] (7,04m), e de largura, «quatro varas e meya menoz meyo palmo»[285] (4,73). No que concerne a vãos, apresenta «huma piquena frezte pella parte do Norte»[286], e uma porta pelo poente que faz a comunicação com o adro[287]. Todo o interior da sacristia encontrava-se «forrada de castanho em preto»[288].

---

280 Cf. Vol. II, documento nº41, p.105.
281 Cf. *Idem*, documento nº42, p.109.
282 Cf. *Idem, ibidem.*
283 Cf. *Idem*, documento nº41, p.104.
284 Cf. *Idem, ibidem.*
285 Cf. *Idem, ibidem.*
286 Cf. *Idem, ibidem.*
287 Cf. *Idem, ibidem.*
288 Cf. *Idem, ibidem.*

6.3. Corpo da igreja

O corpo da igreja não sofreu grandes obras de intervenção a nível de pedraria (Qd. II), uma vez que «recuzarão os Freguezes readificar também o corpo da Igreja»[289]. Apenas acertos. Não obstante, o seu interior sofreu um revestimento a nível da talha, à semelhança do que aconteceu em outras zonas do país e com mais profusão na cidade do Porto. Assim, o corpo do edificio religioso, tem, de comprimento «dezanove varaz e meya»[290] (21,45m) e de largura «outo varaz [...] menoz dous palmos»[291] (8,36m).

No que concerne aos vãos, nos muros laterais observamos «huma freste pello mesmo Norte, e duaz pello Sul, e seu coro»[292]. Ainda na parede exterior do lado norte, deparamos com «duas travessaz»[293], uma das quais dava para a sacristia da confraria das Almas[294]. O portal axial da velha matriz ficava a nascente[295].

O corpo da igreja, «forrado de castanho, e emgessado»[296], possuia quatro altares: Encostados ao arco cruzeiro, encontramos dois altares: o do Senhor Jesus Crucificado[297], da parte do Evangelho, e o de Nossa Senhora do Rosário[298], da parte da Epístola, ambos «com retabollos doceis, e banquetaz de talha, dourada e frontaiz de madeira pintados»[299]. Lateralmente dispostos, vamos encontrar mais dois altares: do lado da Epístola, o altar das Almas, que apresenta «hum quadro das Almas do Purgatorio de vulto elevantado em madeyra»[300], e do lado do Evangelho, o altar de Santo António «com retabollo banqueta e frontal de talha dourada»[301]. É também do

---

289 Cf. *Idem*, documento nº61, p.134.
290 Cf. *Idem*, documento nº41, p.105.
291 Cf. *Idem, ibidem.*
292 Cf. *Idem, ibidem,* p.104.
293 Cf. *Idem, ibidem.*
294 Cf. *Idem, ibidem.*
295 Cf. *Idem, ibidem.*
296 Cf. *Idem, ibidem.*
297 Cf. *Idem, ibidem.*
298 Cf. *Idem, ibidem.*
299 Cf. *Idem, ibidem.*
300 Cf. *Idem, ibidem.*
301 Cf. *Idem, ibidem,* p.105.

lado do Evangelho que se encontra o púlpito[302], cujo acesso se fazia por escadas de pedra, possuindo um gradeamento de madeira. Do mesmo lado, e junto à porta principal, encontrava-se a pia baptismal[303], fechada, com grades também de madeira.

Paralelamente às obras da igreja, procedeu-se à reforma do adro[304], que envolve não só a matriz como outras construções, e, apesar do seu cariz religioso, só indirectamente lhe são ligadas, obrigando a uma coexistência, que supomos ter sido consensual.

Com uma cabeceira de significativas proporções voltada a nascente, com a fachada para o lado oeste, a planta da primitiva matriz de Valongo apresenta-nos uma capela-mor exageradamente comprida em relação ao tamanho da nave, patenteando, uma grande simplicidade da organização espacial.

---

302 Cf. *Idem, ibidem.*

303 Cf. *Idem, ibidem.*

304 Com efeito, o documento descreve-nos, vivamente, o adro da velha igreja matriz: «E tem o Adro da dita Igreja murado de louza com tres sobreiroz, e duaz oliveyraz pello Norte, e outra oliveyra pello Sul, e pello Nazcente, hum carvalho que tem de comprido do Nascente, ao Poente cincoenta e seis varas e de largo do Norte ao Sul na cabeça e Nascente dezaceis varas e dous palmos, e na do Poente aonde foi chave para o Norte quatorze varas e tres quartos, e mais adiante no fim do Adro e cabeça do mesmo Poente/ sete varas e meya digo/ sete varas em cujaz mediçoins se comprehende a cappellamor, e Igreja e Sanchrystia ja medidas tem o dito Adro uma caza terria pello Sul chamada a caza da Morte que serve de fabrica da confraria do Senhor huma Sanchristia com sua caza de sobrado pella parte do Norte da referida Igreja pertenças da comfraria das Almas, e a cappella do Senhor dos Pasoz com sua sanchristia, e caza de sobrado da sua fabrica pello Poente cuja cappella, sanchriztia, e caza senão mediram por não serem pertenças do Padroado dellas Relligiozaz, e comfronta o dito Adro pello Nascente com o cam(19f.) com o caminho da referida Igreja e Estrada publica para o Porto do Poente a dita capella do Senhor dos Pasoz, e a servintia da Rezidencia do Reverendo Reconhecente, do Norte a mesma Estrada e a dita cappella, e do Sul com as cazas da mesma Rezidencia e terras do Passal da sobredita Igreja», Cf. *Idem, ibidem.*

QUADRO II			
MEDIÇÕES DA IGREJA NOS ANOS DE 1670 E 1758			
Anos	**1670** (1)	**1758** (2)	**Diferenças**
CAPELA-MOR	«Tem a capela maior de comprido cinco varas (5,5m) e de largo quatro varas (4,4m)»	«Tem de comprido do nascente ao poente nove varas e meio palmo (10,1m) e de largo do norte ao sul pelo nascente seis varas e dois palmos (7,04m) e pelo poente outras seis varas e dois palmos»	Comp. = +4,6m Larg. = +2,64m
CORPO DA IGREJA	«Tem o corpo da igreja de comprido dezanove varas (20,9m) e de largo oito varas (8,8m)»	«Tem de comprido do nascente ao poente dezanove varas e meia (21,45m) e de largo do norte ao sul pelo nascente e fronteira oito varas menos dois palmos (8,36m) e pelo poente o mesmo».	Comp. = +1,36 m Larg. = - 0,44 m
SACRISTIA	«Para a parte de norte tem de comprido quatro varas (4,4m) e de largo três e meia (3,85m)»	«Tem de comprido de nascente ao poente seis varas e meia menos uma mão traveça (7,04m) e de largo do norte ao sul pelo nascente quatro varas e meia menos meio palmo (4,73) e pelo poente o mesmo.»	Comp. =+2,64 m Larg. = +0,88m
ADRO	«O adro da dita igreja tem de comprido trinta e seis varas (39,6m) e de largo vinte e duas varas (24,2m).»	«Tem de comprido do nascente ao poente, cincoenta e seis varas (61,6m)e de largo do norte ao sul na cabeça e nascente dezasseis varas e dous palmos (18,04m) e na do poente aonde foi chave para o norte catorze varas e tres quartos (16,23m).»	Comp. = +22 m Larg.1 = 6,16m Larg.2 = -7,97 m

Fontes (1) A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4655, fl.453 f.,v.
(2) A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4646, fls.16v.-19f..

7. Os artistas

Os documentos que encontramos nada nos dizem sobre os homens que trabalharam nas obras de pedraria da capela-mor e sacristia da primitiva igreja matriz de Valongo. As fontes escritas apenas nos dão a conhecer a extensão dos programas e os nomes do mestre das obras de carpintaria da igreja e dos mestres da talha. A descrição pormenorizada destas obras permite-nos avaliar, não só a real qualidade dos mestres que a executaram, como a importância e o empenho da comunidade a que se destinavam, já que os seus trabalhos não lograram chegar até nós.

Como referimos, os documentos silenciam o nome do arquitecto ou mestre pedreiro responsável pela traça da nova capela-mor, assim como os nomes dos restantes artistas e artífices que trabalharam a pedra e ergueram os muros da cabeceira da velha igreja matriz de Valongo. Se não possuímos o nome do homem que erigiu esta obra, alguns dados temos que nos vão permitir levantar uma hipótese de atribuição. A nosso ver, a paternidade da obra deve ser atribuída ao mestre pedreiro António Vieira[305], natural de Paço de Sousa.

Supomos que este «mestre de pedraria e arquitectura»[306], que desde 1658 encetou trabalhos na cidade do Porto[307], muitos deles em sociedade com outros mestres pedreiros[308], teria sido contratado pela abadessa do mosteiro de S. Bento da Avé-Maria do Porto para as obras de raíz da capela-mor da velha matriz. Não sabemos se houve contrato notarial, ou se este se extraviou. Mas supomos que foi por sua indicação que o mestre António Garcês[309], também de Paço de Sousa, arrematou as obras de carpintaria da velha igreja matriz de Valongo, assinando o contrato a 11 de Abril de 1679[310]. Não deixa de ser revelador o facto de António Vieira ter sido fiador do mestre carpinteiro que vestiu de madeira de castanho todo o edifício religioso de

---

305 Cf. Vol. II, documento nº26, p.67.
306 A.D.P., Fundo Notarial, PO-4º, livro nº49, fl.112f..
307 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B — *Elementos para a história das sociedades entre mestres pedreiros (séculos XVII e XVIII).* Separata da «Revista da Faculdade de Letras». 2ª série, vol. IX, Porto: 1992, p.338.
308 *Idem, ibidem.*
309 Cf. Vol. II, documento nº26, p.66.
310 Cf. *Idem, ibidem,* pp.66-68.

Valongo, e que, segundo o mesmo documento, era «pessoa de muito abal e reconhesida».[311]

Na falta, até ao momento, de qualquer documento que nos informe sobre o nome do mestre pedreiro, parece-nos lógico apontar o nome de António Vieira como o responsável do projecto da capela-mor da velha matriz.

7.1. António Garcês

Mestre carpinteiro, natural do «lugar do vão»[312], Paços de Sousa, é o responsável pelas obras de carpintaria da igreja matriz de Valongo e de «toda a ferrage que for nesesaria pera as portas da ditta igreja, e preguaria nesesaria»[313]. O contrato para que a velha matriz fosse «forada de novo, com toda a prefeyção na forma dos ditos apomtamentos e trassa»[314], é lavrado a 11 de Abril de 1679, «no rocio de Sam Bemto das freyras dele»[315], na presença de Gonçalo João[316], juiz da igreja de Valongo, e de João Paulo[317], procurador da mesma igreja.

António Garcês auferiu pela renovação estética da primitiva matriz, segundo os cânones do gosto barroco, e que contemplou paredes e tectos, 170$000 réis[318] e «paguo em coatro paguas»[319], sendo o último pagamento apenas executado «no cabo della dita obra bem feita e acabada»[320], depois de devidamente examinada «per ofesiais que bem entendão da dita obra se esta bem feita e acabada na forma dos

311 Cf. *Idem, ibidem,* p.67.
312 Cf. *Idem, ibidem,* p.66.
313 Cf. *Idem, ibidem.*
314 Cf. *Idem, ibidem.*
315 Cf. *Idem, ibidem.*
316 Cf. *Idem, ibidem.*
317 Cf. *Idem, ibidem.*
318 Cf. *Idem, ibidem.*
319 Cf. *Idem, ibidem.*
320 Cf. *Idem, ibidem.*

apomtamentos e trassa»[321]. Por este contrato, o mestre carpinteiro recebeu «toda a madeyra velha que se tira da dita obra»[322], e que estava no interior da velha matriz. Para melhor cumprimento deste contrato, António Garcês apresenta por seus fiadores o mestre pedreiro António Vieira[323], e João Ferreira[324], «apavonador morador na porta do Olivall»[325].

7.2. Caetano da Silva Pinto

É o executor do retábulo e tribuna da capela-mor da primitiva igreja matriz de Valongo, conforme contrato assinado a 25 de Janeiro de 1724[326], na presença do tesoureiro da igreja, António de Sousa Fernandes[327], morador na rua Velha, em Valongo, e do reitor Manuel de Sousa Dias[328], encomendante da obra.

Supomos que este mestre entalhador e imaginário, morador na rua Direita[329] da cidade do Porto, é o mesmo mestre que figura nos Apontamentos de A. de Magalhães Basto simplesmente como Caetano da Silva[330], apresentando a mesma residência. Assim, Caetano da Silva Pinto surge como escultor num documento da Misericórdia datado de 19 de Junho de 1726[331]. Entre 16 de Dezembro de 1726 e 24 de Novembro de 1727[332], executou, na Sé do Porto, trabalhos de talha concernentes a

---

321 Cf. *Idem, ibidem.*
322 Cf. *Idem, ibidem,* p.67.
323 Cf. *Idem, ibidem.*
324 Cf. *Idem, ibidem.*
325 Cf. *Idem, ibidem.*
326 Cf. *Idem,* documento nº30, pp.82-84.
327 Cf. *Idem, ibidem.*
328 Cf. *Idem, ibidem.*
329 Cf. *Idem, ibidem.*
330 BASTO, Artur de Magalhães — *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto no século XV ao século XVIII.* Porto: Arquivo Histórico-Câmara Municipal do Porto, [s.d.], p.508. (Documentos e Memórias para a História do Porto; 33).
331 *Idem, ibidem.*
332 *Idem, ibidem.*

quatro tribunas[333], procedendo também a acrescentos dos retábulos das naves, em parceria com o mestre entalhador portuense, Garcia Fernandes[334].

Caetano da Silva Pinto é também o autor do retábulo do Senhor Jesus da igreja de Santa Marinha de Gaia[335], aqui, de parceria com o mestre entalhador, Luis Pereira da Costa[336]. O contrato é assinado a 4 de Fevereiro de 1722.[337] Em 7 de Setembro de 1724[338] compromete-se a executar o retábulo, tribuna, sacrário e banqueta da capela-mor da igreja de São Pedro de Miragaia, agora, de parceria com António Gomes[339].

Como já referimos, a obra da talha concernente ao retábulo e tribuna da nova capela-mor da primitiva igreja matriz de Valongo não é de raíz. Caetano da Silva Pinto procede apenas ao seu acrescento, de forma a adequar o conjunto não só ás novas formas artísticas como às novas expressões de culto. Contudo, ambos os programas são alvo de especial atenção e detalhe programático, como se pode apreciar pelo documento seguinte, onde a obra nos é vivamente descrita, principalmente a nível da sua imaginária:

> *«[...] os pillares de tras das colunnas formarão caza, cappitel e tronos, como a coluna e serão emtalhados, e o de fora que fica â parede, tambem leva cappitel, e vaso, como a colunna, e tersso corrispondente aos mais pillares, e a meya cana tambem cappitel, e vazo, e no terço terá hua pianha pera reseber os santos, a coal pianha, terá hum menino no meyo acompanhado com a talha, e a meya cana com talha olandeza per não estorvar os cantos, as colunnas, levarão cada huma tres meninos, onde milhor se acomedarem, e do terso pera sima serão com duas voltas de fruteiros, para levar suas lasadas e nellas acomodarão os meninos, e do terso pera sima, terão como se costuma e lhe poderão por o menino no meyo, e na filla da parede, hum menino, e seos passaros, e as collunnas, levarão seos passaros onde forem necessarios, as coartellas do doceo,*

333 *Idem, ibidem.*
334 *Idem, ibidem.*
335 *Idem, ibidem.*
336 BRANDÃO, Domingos de Pinho — *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na cidade e na diocese do Porto. Documentação II (1700-1725).* Porto: [s.ed.] 1986, p.608.
337 *Idem, ibidem.*
338 FERREIRA - ALVES, Natália Marinho — *A Arte da talha...*, p.102.
339 *Idem, ibidem.*

cada húa semelhante, as mais pessas, com passaros e meninos, a portada do sacrario dous meninos e seus passaros, a tarja no meyo de sima do Remate dous meninos, e a outra hum»[340].

Trata-se de um retábolo grandioso, cheio de força e dinamismo, como é apanágio dos retábulos barrocos. A diferenciação de planos na colocação das colunas deu lugar à formação de nichos para as imagens que supomos serem figuras de um barroquismo exarcebado, tanto no insuflamento dos volumes como das vestes.

Caetano da Silva Pinto faria toda a obra da talha, ao «muderno, na forma obeça explicada, muito limpa, e crespa, e serâ vista, e examinada por Mestres»[341], à excepção de «os meninos de sima do friso»[342], que seriam executados posteriormente por um escultor[343]. Lamentavelmente, nada sabemos sobre este artista.

A obra de talha, «de madeira somente, de castanho, e entalhado»[344], devia ser dada pronta «athê o dia de São Miguel de Setembro»[345] do mesmo ano, e por ela o mestre entalhador recebia 230$000 réis[346], pagos em tres prestações. Caetano da Silva Pinto apresentou, «per seu fiador, e principal pagador»[347], o ourives Manuel Carneiro da Silva[348], estabelecido na Rua dos Canos[349]. Executada a encomenda com a mestria estipulada, o seu transporte ficava a cargo do reitor da velha matriz de Valongo[350], que, neste mesmo contrato, «se obrigou a dar os carros para condução da dita obra»[351]

---

340 Cf. Vol. II, documento nº30, pp.82-83.
341 Cf. *Idem, ibidem, p.*83.
342 Cf. *Idem, ibidem.*
343 Cf. *Idem, ibidem.*
344 Cf. *Idem, ibidem, p.*82.
345 Cf. *Idem, ibidem,* p.83.
346 Cf. *Idem, ibidem, p.*82.
347 Cf. *Idem, ibidem, p.*83.
348 Cf. *Idem, ibidem.*
349 Cf. *Idem, ibidem.*
350 Cf. *Idem, ibidem.*
351 Cf. *Idem, ibidem.*

7.3. José Marques do Vale

Mestre «emtalhador e morador na Rua Direita da freiguezia de Santo Ildefomço[352], é o responsável pela execução dos dois retábulos dos altares que se encontravam encostados ao arco cruzeiro da primitiva matriz de Valongo: o do Senhor Jesus Crucificado e o da Senhora do Rosário.

O contrato entre este mestre entalhador e os encomendantes das obras, os mordomos das confrarias do Senhor Jesus e da Senhora do Rosário[353], realiza-se a 8 de Março de 1729[354]. José Marques do Vale apresenta como fiadores dois artistas de insigne reputação: o mestre pedreiro Pantalião das Neves[355], que cerca de dois meses volvidos, assegurará a obra de transformação da estrutura arquitectónica da capela-mor do convento de Santa Clara do Porto,[356] em sociedade com outros mestres de pedraria[357], e Miguel Francisco da Silva[358], mestre arquitecto[359], que supomos ter sido o autor do risco dos dois retábolos, já que o trabalho de talha requeria a divisão do trabalho e o mestre arquitecto era «aquele que se encarregava do desenho do risco, elemento básico de toda a obra da talha»[360].

---

352 Cf. *Idem*, documento nº31, p.85.
353 Cf. *Idem, ibidem.*
354 Cf. *Idem, ibidem.*
355 Cf. *Idem, ibidem.*
356 FERREIRA-ALVES, Natália Marinho — *Nótula da actividade do arquitecto António Pereira na cidade do Porto, In* «Revista da Faculdade de Letras». 2ª série, vol. IX, Porto: 1992, p.390.
357 *Idem, ibidem.*
358 Cf. Vol. II, documento nº31, p.86.
359 BASTO, A. de Magalhães — *Ob. cit.*, pp. 347-358 e p. 512
360 FERREIRA-ALVES — Natália Marinho — *A arte da talha...*, p.53.

Ambos os retábulos seriam rematados:

> *«[...] o arco e frontespicio e aduella do mesmo arco da Cappella mor da dita Igreja, com mais seis paineis por sima da dita obra, que pregarão no tecto da Igreja e estes se uzão com rompantes, e frizos de talha e levante, tendo de largo cada painel seis palmos com suas rozas nos cantos, levando o remate digo levando dous anjos mais dos que estão na planta, pegando nos cravos, e rozario»*[361].

Por todo o trabalho, ajustou-se a quantia de 219$000 réis[362], pagos em três pagamentos, um no início da obra, outro a meio da mesma, e o último em Junho, data do término de execução dos retábulos, arco e paineis, «perfeitos, e acabados, de bõa madeira de castanho»[363].

Com as obras destes mestres (Qd. III), a talha atinge a sua maioridade. A arte da talha veste todo o interior da primitiva matriz de Valongo (Qd. IV), à semelhança do que acontece em outras zonas do país, com mais profusão na cidade do Porto. A religião católica encontra na talha «uma magnifica expressão artística, que teve grande peso, na manifestação da religiosiade ibérica»[364]. A arte barroca, forte e pujante, despertava nos crentes também «fuertes pasiones capaces de transportar el alma a um nível superior»[365].

---

361 Cf. Vol. II, documento nº31, p.85
362 Cf. *Idem, ibidem,* p.86.
363 Cf. *Idem, ibidem,* pp.85-86.
364 FERREIRA-ALVES — *A Arte da talha...,* p.39.
365 VARRIANO, John — *Arquitectura italiana del Barroco al Rococó.* Madrid: Alianza Editorial, 1990, p.14.

QUADRO III

ARTISTAS QUE TRABALHARAM NA PRIMITIVA MATRIZ

Data	Nome	Profissão	Naturalidade	Obra	Encomendador	Preço em Réis
- 1679.Abril.11	- António Garcês	- mestre carpinteiro	- Lugar do Vão, Paço de Sousa.	- Embelezamento do edifício religioso.	- Gonçalo João, juíz da igreja.	170$000
- 1724.Janeiro.24	- Caetano da Silva Pinto	- mestre entalhador	- Rua Direita, Porto.	- Retábulo e tribuna da capela-mor.	- Manuel de Sousa Dias, pároco da igreja.	230$000
- 1729.Março.08	- José Marques do Vale	- mestre entalhador	- Rua Direita, Porto	- Retábulo do Senhor Jesus. - Retábulo da Nossa Senhora do Rosário.	- Mordomos da confraria do Senhor Jesus e da confraria de Nossa Senhora do Rosário.	219$000

Fontes: (1) A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4655, fl.453 f.,v..
(2) A.D.P., Idem, livro nº4646, fls.16v..-19f..

QUADRO IV		
DESCRIÇÃO DO INTERIOR DA PRIMITIVA IGREJA MATRIZ DE VALONGO(1)		
- CAPELA-MOR	- Altar-mor com frontal de madeira de talha dourada. - Sacrário com porta com talha dourada, sobre a banqueta do altar-mor, também em talha dourada - Retábulo e tribuna em talha dourada engessada, pertencente à Confraria do Santissimo Sacramento(2), com a imagem de vulto de S. Mamede no trono, ladeado por duas imagens de vulto: a de S. Pedro, do lado do Evangelho e a de S. Francisco do Lado da Epistola.	
- ARCO CRUZEIRO	LADO DO EVANGELHO	LADO DA EPÍSTOLA
	- Altar do Senhor Jesus Crucificado • retábulo com docel e banqueta de talha dourada com frontal de madeira pintado.	**- Altar da Nossa Senhora do Rosário** • retábulo com docel e banqueta de talha dourada com frontal de madeira pintado, que apresenta uma imagem de vulto sobre o altar e outra de menor vulto, num nicho sobre a banqueta.
- CORPO	**- Altar de Santo António** • retábulo, banqueta e frontal de talha dourada, com a imagem de Santo António no alto. No meio as imagens de Santa Ana, Nossa Senhora, ladeadas por S. Roque e S. Bartolomeu, do lado da Epístola, e pelas imagens de Santa Justa e Santa Rufina. - Púlpito com escadas de pedra e grades de pau. - Pia batismal.	**- Altar das Almas** • retábulo com frontal e banqueta em talha dourada com um quadro das Almas do Purgatório. No alto do altar a imagem da Senhora da Purificação, ladeada pela imagem do menino Jesus, que se encontra resguardada num nicho e pela imagem de Santa Apolónia. Todas as imagens são de vulto.

Fontes: (1) A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4646, fls.16v.-18v..

(2) A.N.T.T., Dicionário Geográfico, vol. 38, r.585.

8. As obras posteriores a 1758

Apesar de terem procedido à reconstrução completa da capela-mor e renovação estética do seu interior - em cumprimento da sua obrigação e zelo - a velha igreja matriz continuou a ser alvo de interesse e atenção por parte das monjas beneditinas ao longo dos tempos. No triénio da abadessa D. Teresa Maria da Silva[366], (1760-1763), são gastos 1$850 reis[367] no «concerto da Sachristia»[368]. Poucos anos depois, no livro de despesas concernente ao triénio de D. Teresa Maria da Silva[369] com início a 8 de Abril de 1772[370], encontramos descriminada a verba de 28$730 réis[371] que se despendeu «em reformar o sino da Igreja, que quebrou»[372]. Este triénio foi profícuo em obras de beneficiação no edifício religioso. Assim, no mesmo documento, encontramos registada a verba de 19$240 réis[373] despendida em «concertar os telhados da Capella Mór, e Cazas da Rezidencia»[374] do pároco, e ainda a quantia de 5$740 réis[375] utilizada em «concertar o Baptisterio, solhar, forrar e pintar»[376]. Lamentavelmente, nada sabemos sobre os artistas que executaram estas obras.

No triénio seguinte, o zêlo com a primitiva matriz mantem-se, sendo gastos 600 réis[377] novamente com o «concerto do Baptisterio»[378] e ainda, 6$000 réis[379] com o «custo de hûas vidraças para a capella Mór da dita Igreja»[380].

---

366 B.N.L., Reservados, COD. 8394, s/fl.
367 Cf. Vol. II, documento nº43, p.111.
368 Cf. *Idem, ibidem.*
369 B.N.L., Reservados, COD. 8433, s/ fls.
370 B.N.L., *Idem, ibidem.*
371 Cf. Vol. II, documento nº44, p.112.
372 *Cf. Idem, ibidem.*
373 Cf. *Idem, ibidem.*
374 Cf. *Idem, ibidem.*
375 Cf. *Idem, ibidem.*
376 Cf. *Idem, ibidem.*
377 Cf. Vol. II, documento nº45, p.113.
378 Cf. *Idem, ibidem.*
379 Cf. *Idem, ibidem.*
380 Cf. *Idem, ibidem.*

D. Josefa Clara[381] inicia o seu abadessado 23 de Maio de 1778[382]. No livro de despesa respectivo, encontramos registada a verba de 34$340 réis[383] concernente às obras «dos taburnos da Igreja, e das portas, e outras mais das Cazas da Rezidencia»[384]. Neste triénio, adquire-se também um sino novo[385], no valor de 42$490[386]. Em 25 de Maio de 1781[387] é eleita abadessa trienal D. Sofia Brandão[388], que tinha sido escrivã de D. Josefa Clara[389]. Sob a sua tutela, gastam-se 13$090 réis[390] com «os ferros do sino, e porta nova para o mesmo»[391]. Os telhados da capela-mor e da casa do pároco são novamente contemplados, gastando-se na sua reparação 14$100 réis[392] .

Em 31 de Julho de 1784[393] é lavrado o contrato para execução de «hum Rojio de Igreija»[394]. Foi encomendador da obra, Domingos Jorge Ribeiro[395], homem de negócios da freguesia de Santo Ildefonso[396], que se prontifica a pagar «a despeza da chapa do mostrador»[397] do mesmo relógio. O arrematante da obra é Manuel de Sousa[398], «Carpinteiro ou Relijueyro»[399] de Valongo, que se compromete a finalizar a obra no prazo de «oito mezes que comesão a correr do dia de hoje em diante»[400], pelo «preso e comtia»[401] de 195$000 réis[402]. Para melhor cumprimento deste contrato, a

381 B.N.L., Reservados, COD. 8433, fl.1f..
382 B.N.L., *Idem, ibidem.*
383 Cf. Vol. II, documento nº46, p.114.
384 Cf. *Idem, ibidem.*
385 Cf. *Idem, ibidem.*
386 Cf. *Idem, ibidem.*
387 B.N.L., Reservados, COD. 8413, s/ fls.
388 B.N.L., *Idem, ibidem.*
389 B.N.L., *Idem,* COD. 8433, fl.1f..
390 Cf. Vol. II, documento nº59, p.131.
391 Cf. *Idem, ibidem.*
392 Cf. *Idem, ibidem.*
393 Cf. Vol. II, documento nº60, pp.132-133.
394 Cf. *Idem, ibidem.*
395 Cf. Vol. II, documento nº60, p.132.
396 Cf. *Idem, ibidem.*
397 Cf. *Idem, ibidem.*
398 Cf. *Idem, ibidem.*
399 Cf. *Idem, ibidem.*
400 Cf. *Idem, ibidem.*
401 Cf. *Idem, ibidem.*
402 Cf. *Idem, ibidem.*

que respondia com os seus próprios bens, apresenta «per seu fiador e principal pagador»[403] a Manuel José da Fonseca Bagulho[404], morador na Rua de S. Crispim.

Apesar das obras de acrescentamento da capela-mor e sacristias, da renovação estética do interior do edifício religioso, e obras de beneficiação a que sempre esteve sujeita (Qd. V), a primitiva igreja matriz, continuará a ser de reduzidas dimensões, para albergar no seu interior todos os moradores de Valongo.

403 Cf. *Idem, ibidem.*
404 Cf. *Idem, ibidem.*

QUADRO V				
CRONOLOGIA DAS PRINCIPAIS OBRAS POSTERIORES A 1758				
Cronologia	**Designação**	**Preço em Réis**	**Artistas**	**Fonte**
1760-1763	- Obras de beneficiação da sacristia do lado do nascente.	1$850		B.N.L., Reservados, COD. 8394, s/fls.
1772-1775	- Restauro do sino da igreja. - Obra de beneficiação dos telhados da capela-mor e casas de residência do pároco. - Restauro do baptistério.	28$730 19$240 5$740		B.N.L., Reservados, COD. 8433, s/fls.
1775-1778	- Conserto do baptistério. - Compra de vidros para as frestas da capela-mor. - Um cozinha nova e outras obras de beneficiação.	600 6$000 94$380		B.N.L., Reservados, COD. 8433, fls. 40f.-41f..
1778-1781	- Compra de um sino novo. - Taburnos da igreja, portas e outras obras das casas da residência do pároco.	42$490 34$340		B.N.L., Reservados, COD. 8432, fls. 35f.-36v..
1781-1784 1784	- Compra de ferros para o sino e execução de uma porta - Reparação dos telhados da igreja e casas de residência. - Contrato para a execução de um relógio para a torre da igreja.	13$090 14$100 195$000	- Manuel de Sousa	B.N.L., Reservados, COD 8413, s/fls. A.D.P., Fundo Notarial, PO-1ª, 4ª série, liv. 408, fls.58--59.

II. A NOVA IGREJA MATRIZ DE VALONGO

1. A problemática da sua edificação

A edificação da nova igreja matriz de Valongo surgiu exclusivamente da vontade e determinação dos moradores da mesma freguesia que, pelo menos desde 1781, encetaram uma autêntica cruzada na progénie da construção de um novo templo, mais espaçoso e belo, em consonância com a «grandeza e pupulação desta freguezia que he huma das mayores e mais povoadas»[405] da comarca do Porto.

Passaram-se, no entanto, vários anos até que a edificação da nova igreja fosse levada a cabo, uma vez que não houve consenso entre os fregueses, a quem cabia a responsabilidade de construir o corpo do edifício religioso, e as monjas beneditinas, a quem competia edificar a cabeceira e sacristia da parte do nascente, uma vez que a sacristia da parte do poente era de inteira responsabilidade das confrarias que habitavam a mesma igreja, como referimos com anterioridade.

Entre 1781 e 1786, ano da Provisão Régia que concede e torna viável a construção de uma nova matriz aos moradores de Valongo, assiste-se a uma verdadeira batalha burocrática entre as partes, travada ao mais alto nível. A partir de 1783, esta situação agudiza-se, uma vez que, as padroeiras, confrontadas com os inúmeros encargos que o incêndio deflagrado no seu mosteiro na madrugada de 10 de Outubro[406] acarretou, tudo fizeram para obstar à edificação de uma nova capela-mor.

---

405 Cf. Vol. II, documento nº51, p.119.

406 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. — *As duas igrejas do mosteiro de São Bento da Avé-Maria do Porto:* Separata do «I Congreso Internacional Del Monacato Femenino en España, Portugal y America, 1492-1992», Lion: 1992, p.749.

1.1. As razões

Como referimos com anterioridade, a edificação da nova matriz de Valongo surge da vontade dos fregueses da mesma igreja. As razões desta pretensão colectiva prendem-se com as diminutas dimensões da primitiva matriz e o mau estado de preservação que apresenta.

No que concerne às dimensões, é considerada «muito piquena»[407] para albergar as duas mil e quarentas pessoas[408], entre maiores e menores «de sete annos para sima»[409], «as quaes tem obrigação de ouvir Missa»[410]. Nestas circunstâncias, não se podendo «acommodar dentro nella os Parochianos, ouvindo Missa muito povo de fora della»[411], os crentes deixavam de aderir fervorosamente ao espectáculo religioso, e os ofícios divinos celebravam-se, amiudadamente, «com muitas irreverencias, inquietações e escandalos»[412]. Do mesmo modo, há a assinalar que, justificavam os moradores de Valongo, pertinentemente, a velha matriz «não esta na forma da Constituição, que determina seja húa Igreja com ambito, e capacidade de receber dentro de si o povo»[413].

Quanto ao estado de conservação da primeira matriz, os moradores consideram unamente que, além de ser «muito velha»[414], encontrava-se «in deploravel estado»[415], apresentando «as paredes abertas, desaprumadas, e ameaçando ruina»[416], e, portanto, reafirmam, «incapás de nella se fazerem as funções sagradas do Sanctuario»[417]. Em conformidade com o exposto, supomos tratar-se de uma estrutura frágil do ponto de vista tectónico, com uma espessura de muros modesta,

---

407 Cf. Vol. II, documento nº64, p.140.
408 Cf. *Idem*, documento nº52, p.121.
409 Cf. *Idem, ibidem.*
410 Cf. *Idem, ibidem.*
411 Cf. *Idem*, documento nº47, p.115.
412 Cf. *Idem*, documento nº64, p.140.
413 Cf. *Idem, ibidem.*
414 Cf. *Idem*, documento nº63, p.138.
415 Cf. *Idem*, documento nº69, p.146.
416 Cf. *Idem*, documento nº64, p.140.
417 Cf. *Idem, ibidem.*

não podendo, deste modo, oferecer a robustez nem a resistência exigíveis para não esmorecer através dos séculos.

Tecnicamente pobre e sem escoamento das águas pluviais, a primitiva igreja matriz sofria, no inverno, a invasão de «muita agoa»[418], que nascia por baixo do supedâneo do altar-mor, e que inundava, não só a capela-mor, como a maior parte do corpo da igreja, «de sorte que até o meio della»[419]. Além do desconforto e prejuízo que esta situação acarretava, os enterramentos no interior da primitiva matriz ficavam interditos nesta estação do ano, «por se acharem as sepulturas quazi cheias de agua»[420]. Neste contexto, parece-nos legítimo concluir que os cadáveres eram remetidos temporariamente para outros espaços sagrados, como as capelas e ermidas circundantes.

A pretensão dos moradores de Valongo em mandarem edificar, de raíz, «húa Igreja com ambito, e capacidade de receber dentre de si o povo»[421], embarrou com a oposição das monjas do mosteiro de São Bento da Avé-Maria do Porto em aceitarem fabricar às suas custas a capela-mor, «que lhe pertence como Padroeiras»[422], por se considerarem desobrigadas de tal tarefa, uma vez que, afirmam as mesmas senhoras, atempadamente «a mandarão fazer muito decente»[423]. Consideram também que o estado de ruína que apresenta o corpo da igreja é de inteira responsabilidade dos moradores de Valongo, pois quando as monjas beneditinas decidiram erigir uma nova capela-mor, os fregueses, consultados que foram nesse sentido, recusaram reedificar à suas custas o corpo da velha matriz[424]. Assim, consideram as padoreiras pertinazmente, só «por sua culpa, e notoria negligencia»[425], é que há necessidade do corpo ser edificado, «a qual não tem a Capela Mór»[426].

---

418 Cf. *Idem*, documento nº63, p.138.
419 Cf. *Idem*, documento nº64, p.140.
420 Cf. *Idem, ibidem.*
421 Cf. *Idem, ibidem.*
422 Cf. *Idem*, documento nº61, p.134.
423 Cf. *Idem, ibidem.*
424 Cf. *Idem, ibidem.*
425 Cf. *Idem, ibidem.*
426 Cf. *Idem, ibidem.*

Efectivamente, as monjas beneditinas além de reputarem que sempre cumpriram com a sua obrigação de padroeiras e de se sentirem injustiçadas com «o projuizo de fazer a Capela Mór tendo a feito com decencia»[427] uns anos antes, entendem que, «á vista da planta»[428] que lhes foi apresentada, este projecto lhes é expressamente lezível, uma vez que a sua concretização implicava a ocupação de «terra do passal sem necessidade»[429]. Ainda assim, não se opõem a que os moradores façam uma nova igreja matriz, com a cabeceira incluída, mas sem «concorreram para as despeza»[430], e continuando padroeiras, «como sempre forão, e Senhoras della»[431].

As razões apresentadas pelas monjas beneditinas não são julgadas suficientemente válidas pelos moradores de Valongo. Estes consideram que além destas senhoras serem as padroeiras, retiram generosos dividendos da velha matriz de Valongo, já que «percebem annualmente de dizimos melhor de hum conto de reis»[432]. Do mesmo modo, acrescentam perentoriamente, há que referir que se apenas se erguesse o corpo da igreja, e se aproveitasse a capela-mor no estado em que se encontrava, antiga e arruinada, «ainda no negado de que estivesse capaz»[433] para os oficios divinos, a obra teria como resultado final, «hum monstro por diferentes modos, e disforme»[434].

Perante este choque de opiniões e de interesses, em que cada uma das partes afirmava e reafirmava os seus pretensos direitos, a primitiva igreja matriz foi alvo de duas vistorias. A primeira, a pedido dos moradores de Valongo, decorreu a 27 de Junho de 1782[435], na presença do Dezembargador e Provedor da Comarca do Porto, Francisco de Azevedo Coutinho[436], considerado mais tarde pelos interessados, «hum Ministro tam intelligente, e circunspecto»[437]. Esta vistoria contou ainda com a presença de José

---

427 Cf. *Idem, ibidem.*
428 Cf. *Idem, ibidem.*
429 Cf. *Idem, ibidem.*
430 Cf. *Idem, ibidem.*
431 Cf. *Idem, ibidem.*
432 Cf. *Idem*, documento nº63, p.139.
433 Cf. *Idem, ibidem.*
434 Cf. *Idem, ibidem.*
435 Cf. *Idem*, documento nº51, pp.119-120.
436 Cf. *Idem, ibidem.*
437 Cf. *Idem*, documento nº63, p.138.

Francisco[438], mestre pedreiro, e Manuel de Sousa[439], mestre carpinteiro, ambos louvados das obras públicas da cidade do Porto, «aprezentados por parte dos ditos moradores Suplicantes»[440], e os também louvados das mesmas obras públicas, Manuel João da Silva[441], mestre pedreiro, e José Bessa Correia[442], mestre carpinteiro, ambos «nomeados para este vestoria por parte deste Juizo»[443].

Após o exame do estado de conservação da velha matriz, os intervenientes viriam a expressar uma posição consensual, visto que a «acharão todos uniformemente»[444] muito «piquena e igualmente muito velha e amiaçando ruina e toda dezaprumada»[445]. Consideraram também, depois de terem procedido a uma nova leitura da planta e respectivos apontamentos, que acompanhavam o requerimento dos moradores de Valongo, «que a obra que os mesmos mostrão he de necessidade o fazerce»[446].

Apesar do empenho demonstrado pelos moradores de Valongo e do parecer favorável da vistoria, as monjas padroeiras continuam firmes na sua cruzada de não custearem a edificação de uma capela-mor de raíz. E, novamente, se chega a um impasse. Contudo, a nomeação de um outro desembargador vem alterar esta situação.

A segunda vistoria, realizada no dia 12 de Maio de 1785[447], é ordenada e presenciada pelo novo desembargador e corregedor do Porto, Francisco de Almada e Mendonça[448], eleito para o cargo pela Carta Régia de 2 de Março de 1784[449]. Estão também presentes nesta vistoria, os louvados Manuel João da Silva[450] e José

---

438 Cf. *Idem*, documento nº51, pp.119-120.
439 Cf. *Idem, ibidem.*
440 Cf. *Idem, ibidem.*
441 Cf. *Idem, ibidem.*
442 Cf. *Idem, ibidem.*
443 Cf. *Idem, ibidem.*
444 Cf. *Idem, ibidem.*
445 Cf. *Idem, ibidem.*
446 Cf. *Idem, ibidem.*
447 Cf. *Idem*, documento nº68, pp.144-145.
448 Cf. *Idem, ibidem.*
449 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. — *O Porto na época...*, p.43
450 Cf. Vol. II, documento nº68, pp.144-145.

Francisco[451], mestres pedreiros, e Paulo Moreira da Mota[452] e José Moreira de Azevedo[453] mestres carpinteiros, «por elle Menistro nomeados»[454], a fim de procederem ao exame do edifício para «efeito de declararem se se achão comforme o que alegão»[455] os moradores de Valongo.

As conclusões deste auto de vistoria também não foram abonatórias para a pretensão das monjas beneditinas. Francisco de Almada e Mendonça despachou célere e favoravelmente os moradores de Valongo. A capela-mor foi considerada por este desembargador, «tutalmente aruinada sem que possa ademetir reparo algum»[456], situando-se, assim, ao mesmo nível de conservação do corpo da igreja. Perante esta análise, a abadessa e mais religiosas do mosteiro de São Bento foram literalmente compelidas à fabrica da cabeceira da nova igreja matriz de Valongo, numa altura de provável exaustão dos seus cofres, provocada pela construção da nova igreja conventual, cujas obras se tinham iniciado «a 7 de Junho de 1784, altura em que foi lançada a primeira pedra»[457].

---

451 Cf. *Idem, ibidem.*
452 Cf. *Idem, ibidem.*
453 Cf. *Idem, ibidem.*
454 Cf. *Idem, ibidem*, p.144.
455 Cf. *Idem, ibidem.*
456 Cf. *Idem*, documento nº68, p.145.
457 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. — *As duas igrejas...*, p.749.

1.2. A subvenção da obra

Avaliadas as razões, procede-se aos ajustamentos necessários para se iniciarem as obras de edificação da nova igreja matriz de Valongo, sendo novamente os fregueses da mesma igreja os grandes impulsionadores deste projecto, a quem competia a responsabilidade de erguer o corpo da nova matriz com a grandeza almejada.

Mas esta tarefa revelar-se-ia árdua para os mesmos moradores de Valongo, uma vez que «se acha o dito povo alcançado, e muito pobre»[458]. Como não podiam acarretar com as avultadas despesas inerentes a uma obra desta envergadura, «entre si pactuarão os Supplicantes»[459] pedir Provisão à rainha D. Maria I, «em que lhes fassa a graça»[460] de lançar o tributo de um real em cada quartilho de vinho e de azeite, e em cada arratel de carne pelo tempo necessario a «tam pia, e necessaria obra»[461].

Na acta de vereação lavrada a 28 de Julho de 1781[462], decretada pela rainha D. Maria I em carta datada de 28 de Junho do mesmo ano[463] e endereçada ao desembargador Francisco de Azevedo Coutinho, o ouvidor, o procurador do concelho, os representantes da nobreza e povo de Valongo, rapidamente chegam a consenso, reconhecida que foi, desde o princípio, a necessidade de edificar uma nova igreja de raíz. Deste modo, na sessão da Câmara do Porto realizada poucos dias volvidos, a 1 de Agosto[464], os mesmos protagonistas, «sendo chamados a toque de sino»[465], lançam oficialmente o seu pedido de Provisão «pello tempo de dês anos»[466], não se estendendo a imposição além dos limites da então freguesia de Valongo[467].

---

458 Cf. Vol. II, documento nº47, p.115.
459 Cf. *Idem, ibidem.*
460 Cf. *Idem, ibidem.*
461 Cf. *Idem, ibidem.*
462 Cf. *Idem,* documento nº49, p.117.
463 Cf. *Idem,* documento nº48, p.116.
464 Cf. *Idem,* documento nº50, p.118.
465 Cf. *Idem, ibidem.*
466 Cf. *Idem, ibidem.*
467 Cf. *Idem, ibidem.*

No dia 10 de Julho de 1782[468], com o aval da Câmara e do desembargador e corregedor do Porto, Francisco de Azevedo Coutinho, são afixados os editais, no Porto e em Valongo, «para andar a lanços a obra de pedraria e carpintaria»[469] da nova matriz, de acordo com os «apontamentos, Planta e risco della»[470]. Apregoadas as obras pelo «Pregoeiro deste Juizo Domingos Pereira»[471], que o fez «emtrando em altas e intelegiveis vozes»[472], estas foram arrematadas por Manuel de Sousa[473], mestre carpinteiro da freguesia de Valongo, que ofereceu 40$000 cruzados[474] pela licitação, sendo considerado «o menor lanço que ouve»[475]. Manuel de Sousa apresentou como seus fiadores a Francisco Frutuoso de Sousa[476], António Bernardes[477] e Manuel Marques António[478], «homens de Negocio»[479], e a José Marques António[480], mestre ferreiro.

A partir de 1785, as monjas do mosteiro de S. Bento da Avé-Maria do Porto começam a sentir-se especialmente pressionadas à factura da capela-mor, a que a personalidade incisiva de Francisco de Almada e Mendonça não é alheia, e para quem é «induvitavel e sem questão a obrigação que as Supplicadas tem da factura da Cappela Maior»[481], uma vez que, além de serem as padroeiras, também recebem os dízimos correspondentes, «os quaes são muito avultados»[482], reafirma.

Estas opiniões, corporizadas numa carta dirigida à rainha D. Maria I e datada de 22 de Outubro de 1785[483], vão ser decisivas para o destino da primitiva igreja matriz de Valongo. Nesta carta de parecer de Francisco de Almada e Mendonça, encontramos

---

468 Cf. *Idem,* documento nº53, p.122.
469 Cf. *Idem,* documento nº54, p.123.
470 Cf. *Idem, ibidem.*
471 Cf. *Idem,* documento nº53, p.122.
472 Cf. *Idem,* documento nº54, p.123.
473 Cf. *Idem, ibidem.*
474 Cf. *Idem, ibidem.*
475 Cf. *Idem, ibidem.*
476 Cf. *Idem, ibidem.*
477 Cf. *Idem, ibidem.*
478 Cf. *Idem, ibidem.*
479 Cf. *Idem, ibidem.*
480 Cf. *Idem, ibidem.*
481 Cf. *Idem*, documento nº69, p.147.
482 Cf. *Idem, ibidem.*
483 Cf. *Idem, ibidem,* pp.146-148.

igualmente firmada a opinião do procurador da Coroa sobre a Provisão pedida pelos moradores de Valongo, da qual retiramos o seguinte trecho:

> *«Conformo me com o Parecer do Corregedor Informante, não so pelo que toca a construção do Corpo da Igreja, que pertence ao Povo; mas taobem pelo que respeita a Capela Mor, a que devem ser obrigadas as Religiozas do Mosteiro de São Bento do Porto, que ainda são Padroeiras, percebem notoria mente os avultados Dizimos da mesma Freguezia, pelo que não se fazem atendiveis os requerimentos que ellas tem feito para não serem obrigadas a edificação de nova Capella Mor»*[484].

Levando em consideração as opiniões firmadas, D. Maria I manda passar Provisão a 10 de Abril de 1786[485], concedendo a «Impozição de hum rial»,[486] em cada quartilho de vinho e de azeite e em cada arratel de carne, pelo espaço de dez anos, não podendo o mesmo imposto extrapolar os limites da freguesia de Valongo. Ainda, neste documento, a rainha determina também ao corregedor Francisco de Almada e Mendonça que coloque novamente «a lansos a obra da Igreja separada da Cappela mór»[487] tanto a nível de pedraria como de carpintaria[488], e que notifique as padroeiras para igualmente concorrerem com as obras de edificação da capela-mor, que considera «indubitavelmente da sua obrigação»[489]. Os tributos sobre o vinho o azeite e a carne seriam rematados todos os anos, separadamente, «pelo maior, e mais seguro lanso»[490], sob a inspecção de Francisco de Almada e Mendonça, a fim de «acautelar qualquer descaminho, e segurança, e perfeição da mesma obra»[491].

---

484 Cf. *Idem*, documento nº70, p.149
485 Cf. *Idem*, documento nº73, pp.152-153.
486 Cf. *Idem, ibidem*, p.152
487 Cf. *Idem, ibidem.*
488 Cf. *Idem, ibidem.*
489 Cf. *Idem, ibidem*, p.153.
490 Cf. *Idem, ibidem*, pp.152-153.
491 Cf. *Idem, ibidem*, p.153.

1.3. O local escolhido

Solucionados os problemas que a subvenção das obras concernente à edificação da nova igreja matriz de Valongo levantou, questiona-se agora o local ideal para se proceder à sua construção.

Considerando as opiniões de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, segundo as quais «a escolha do lugar para construir a uma igreja ou mosteiro não é arbitrária»[492], uma vez que a sua implantação obedece a imperativos de ordem física e simbólica, além de que «muito dificilmente uma igreja se reconstrói em sítio diferente do anterior»[493], já que a sacralização do seu espaço é sempre telúrica e resistente, supomos não errar ao afirmar que o mais natural seria implantar os alicerces da nova matriz na mesma área da primitiva construção românica.

---

492 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *O Românico. In* «História da Arte em Portugal». Lisboa: Publicações Alfa, 1993, vol. 3, p.13.
493 Cf. *Idem, ibidem*.

Fig.2. Carta Topográfica da cidade de Valongo - Localização da igreja matriz.
Fonte: Câmara Municipal de Valongo. (Departamento de Urbanismo)

Contudo, o espaço disponível e escolhido para a sua edificação não foi bem o mesmo. Tal facto prende-se com questões meramente técnicas. Somos levados a admitir que o acentuado declive em que se encontrava enraizada a primitiva igreja matriz de Valongo muito contribuiu para o surgimento da água que inundava a capela-mor e também grande parte do corpo da igreja, tornando difícil o cumprimento das cerimónias religiosas, mormente, das exéquias. A fim de obstar a este contratempo, a nova igreja matriz deveria ficar implantada sensivelmente no mesmo sítio, mas «ao travez virada com a porta principal para o Poente»[494], em conformidade com a nova traça, e evitando, deste modo, as consequências nefastas que a localização «imprópria» da velha igreja acarretou.

1.4. A utilização como igreja paroquial da capela do Senhor dos Passos

A premente demolição da primitiva igreja matriz de Valongo levanta, de imediato, questões práticas ao pároco de Valongo: a necessidade de continuar a presidir aos oficios divinos e poder oferecer um espaço capaz de responder ao sempre crescente número de fregueses que ocorriam a ouvir, ver e sentir o culto divino durante o período em que decorriam as obras de edificação da nova matriz. Pragmáticos, instalaram-se, provisoriamente, na capela do Senhor dos Passos.

O culto do Senhor dos Passos estabeleceu-se em Portugal nos finais do século XVI, segundo filiação sevilhana[495]. A procissão, representando os Passos na Via Sacra, toca profundamente o coração dos crentes portugueses e, rápidamente, a devoção se estendeu por todo o país, aportando também a Valongo, onde alcançou grande prestígio junto da população local que se traduziu em inúmeras esmolas e ofertas.

---

494 Cf. Vol. II, documento nº64, p.140.
495 BORGES, Nelson Correia — *Ob. cit.*, p. 368.

A capela do Senhor dos Passos, em Valongo, data dos princípios do século XVIII. Foi seu fundador João Vieira de Mesquita[496] que, e segundo a lenda, a fundara em 1710, para, concomitantemente, servir de expiação aos seus pecados - visto ter sido um marido desconfiado e cruel - e «de memorar os padecimentos da sua innocente esposa»[497]. A capela, «com sua sanchristia, e caza de sobrado da sua fabrica pello Poente»[498], ficava situada junto ao adro da primitiva igreja matriz de Valongo. Esta confraria possuía «mui ricas alfaias com que abrilhanta imenso»[499] a festa do Senhor dos Passos, que se realizava no terceiro Domingo da Quaresma, atraindo inúmeros romeiros devido ao «seu explendor e solemnidade»[500].

Joaquim Alves Lopes Reis fornece-nos dados importantíssimos sobre esta capela:

> *«Mede 10 metros de comprido por 6 de largo, possue sacristia e côro e tem um altar em que embutem tres santuários com as imagens de Nossa Senhora da Soledade, Senhor dos Passos e Senhor Ecce Homo, por sobre os quaes se desdobra a estação do Calvario com sete figuras de tamanha natural».*[501]

Ainda do lado do Evangelho encontrava-se «um outro nicho»[502], com as imagens de Nossa Senhora, Santa Ana e Jesus, «constituindo um grupo encantador»[503].

Aquando da demolição da primitiva matriz, esta capela foi utilizada como «egreja parochial durante o tempo que durou a reconstrução da mesma egreja»[504]. Devido às suas diminutas dimensões, e atendendo ao número elevado e sempre crescente dos moradores de Valongo, foi imperioso promover a obras de acrescento. Assim,

---

496 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p.251.
497 *Idem, ibidem.*
498 Cf. Vol. II, documento nº41, p.105.
499 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p.252.
500 *Idem, ibidem*, p.253.
501 *Idem, ibidem*, p.252.
502 *Idem, ibidem.*
503 *Idem, ibidem.*
504 *Idem, ibidem.*

procedeu-se à construção de «uma especie de barracão de madeira»[505], de forma a albergar a maior parte dos fieis.

As obras, executadas somente a nível de carpintaria, foram administradas pelo pároco de Valongo, Afonso Gonçalves Pereira Capelo[506]. Iniciadas em Outubro de 1797[507], só terminariam em Dezembro do mesmo ano[508], sendo o total dos trabalhos orçado em 125$715 réis[509]. Neste montante encontra-se englobado o trabalho dos carpinteiros e o custo dos materiais (Qd. VI).

---

505 *Idem, ibidem.*
506 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº64, fl. 63v..
507 A.D.P., *Idem, ibidem.*, fl. 63f..
508 A.D.P., *Idem, ibidem.*, fl. 63v..
509 A.D.P., *Idem, ibidem.*

QUADRO VI			
RELAÇÃO DOS GASTOS COM AS OBRAS DA CAPELA DO SENHOR DOS PASSOS			
Nomes dos carpinteiros	**Dias**	**Preços em Réis**	**Somas**
- Manuel de Sousa	52 1/2	300	15$750
- João Francisco	38 1/2	240	9$240
- Agostinho Lopes	36 1/2	240	8$760
- Francisco da Rocha	15	240	3$600
Materiais Utilizados			
Madeiras			
- 29 dúzias e 3 tábuas de 12 palmos (2,64 m) a 1$100 réis.			32$175
- 6 1/2 dúzias de forro de 20 palmos (4,4 m) a 1$100 réis			7$150
- 4 dúzias e 4 barrotes de 15 ditos (3,3 m) a 650 réis			2$815
- 3 dúzias e 3 barrotes de 12 ditos (2,64 m) a 600 réis			950
- 4 pinheiros grandes a 500 réis			2$000
- 12 pinheiros pequenos a 100 réis			1$200
- Carretos de todas as madeiras			750
Pregos e chumbo			
- 1050 pregos a 300 réis			3$150
- 2900 pregos a 200 réis			5$800
- 1050 pregos a 120 réis			1$470
- 1550 pregos a 120 réis			1$860
- 300 pregos a 100 réis			300
- 2 arrateis de chumbo a 60 réis			120
- madeira e feitio dos portões do adro			135
- uma trinqueta para os mesmos			480
- um aldravão, dobradiças e pregos			920
- tintas para pintar os portões			290
- telha			15$640
- carreto da telha			3$600

Fonte: A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº64, fl. 63f.,v..

2. A construção da nova matriz

Ultrapassadas as divergências iniciais, obtida a necessária Provisão Régia, escolhido o local ideal - leia-se tecnicamente perfeito - assegurada a continuidade do culto divino no decorrer dos trabalhos, procede-se à arrematação dos impostos e adjudicação das obras de edificação da nova matriz, sob a inspecção de Francisco de Almada e Mendonça, designado regiamente «Espector da mesma obra»[510], a 2 de Março de 1786[511], cargo que exerceu com gosto e determinação até 1804[512], ano da sua morte.

Em 12 de Junho de 1786[513], José Marques de Paiva[514], morador em Valongo da Estrada[515], torna-se o primeiro arrematante oficial do real aplicado, oferecendo 670$000[516] réis pelo produto licitado, pagos em duas prestações iguais. Os primeiros 335$000 réis, «metade do Quartel da sua rematação»[517], no dia 21 de Junho[518] e o «resto da sua rematação»[519], no dia de Fevereiro de 1787[520], sendo ambas as quantias entregues a Inácio da Costa Lima[521], «Thezoureiro nomeado para o recebimento do Rial aplicado para a obra da Igreja de Vallongo»[522]. Contudo, José Marques de Paiva não usufruirá do cargo por muito tempo. Em 10 de Junho de 1788[523], é substituido pelo negociante José Ribeiro da Silva[524], morador na rua Igreja[525], também em Valongo,

---

510 Cf. Vol. II, documento nº71, p.150.
511 Cf. *Idem, ibidem.*
512 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. — *O Porto na época...*, p.88.
513 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº85, fl.1
514 A.D.P., *Idem, ibidem.*
515 Arquivo Histórico Municipal do Porto (A.H.M.P.), Ordenanças de Valongo, livro nº.4403, fl. 5v..
516 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº85, fl. 1.
517 A.D.P., *Idem, ibidem*, fl.5.
518 A.D.P., *Idem, ibidem.*
519 A.D.P., *Idem, ibidem.*
520 A.D.P., *Idem, ibidem.*
521 A.D.P., *Idem, ibidem.*
522 A.D.P., *Idem, ibidem*, fl.1.
523 A.D.P., *Idem, ibidem.*
524 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº85, fl.1.
525 A.H.M.P., Ordenanças de Valongo, *ibidem.*

que oferece nesse ano o melhor lanço: 610$000 réis[526], entregues no acto da arrematação.

Na sessão respeitante à arrematação pública das obras de pedraria a carpintaria, o licitante das duas foi o mestre carpinteiro Manuel de Sousa[527], natural de Valongo. Supomos estar na presença do artista que em 1782 arrematara as mesmas obras e em 1784 se comprometia a executar um relógio para a velha matriz, como tivemos ocasião de referir. Este mestre carpinteiro aparece nomeado na primeira folha de pagamento dos artistas e artífices[528] que trabalhavam na construção da nova matriz, ocupando, devido ao montante do seu vencimento[529], uma posição de destaque. Nas folhas de pagamento surge umas vezes como Manuel de Sousa Fernando[530] e outras como Manuel de Sousa[531].

A construção da nova igreja matriz não se iria revelar uma tarefa fácil, não obstante a existência de um projecto inicial global, bem estruturado, como atestam as plantas e os apontamentos executados, e que sempre acompanharam os requerimentos dos moradores para fazer valer as suas pretensões. Mas toda a obra de arte em geral, e a arquitectura em particular, implica iniquivocamente um grande esforço em recursos materiais e humanos. Ora, apesar da tenacidade e fervor religioso revelados pelos moradores de Valongo, faltava a protecção de alguém suficientemente rico, poderoso ou carismático, que dinamizasse as obras de construção da nova matriz, financiando ou usando a sua influência, evitando, assim, que estas se arrastassem, como de facto aconteceu, por um grande espaço de tempo.

A nova igreja matriz de Valongo, inscrita no clima de mudança que se vive no país em termos urbanísticos e arquitectónicos, sobretudo devido à actividade da Junta das Obras Públicas do Porto, cedo se irá confrontar com o drama e a guerra. Se, a partir de 1807, com a saída da família real e corte para o Brasil, «um durável

---

526 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº85, fl.1.
527 A.D.P., *Idem,* livro nº64, fl.1f..
528 Cf. Vol. III, quadro I, p.1.
529 Cf. *Idem, ibidem.*
530 Cf. *Idem, ibidem.*
531 Cf. *Idem,* quadro II, p.2.

sentimento de orfandade política»[532] apodera-se de todos os portugueses que ficam, com as invasões francesas, foram inúmeras as «mortes, violências e rapinas»[533]. Segundo Regina Anacleto, estes dois acontecimentos vieram dar «o golpe de misericóridia na já precária implantação das artes em Portugal»[534].

Como seria de esperar, a nova e ainda incipiente igreja matriz sofreu também as vicissitudes desses tempos. Com efeito, «o magestoso templo de Vallongo, que então estava só em paredes e coberto, foi convertido em cavallariça e arsenal»[535] das tropas invasoras, «de onde roubaram grande quantidade de objectos de prata e ouro»[536], nomeadamente «quatro lanternas de prata e seis varas de pallio do mesmo metal»[537], pertencentes à confraria do Santíssimo Sacramento.

Apesar de conhecermos hoje o alcance da sangria perpetada pelos usurpadores nas nossas igrejas, Joaquim Alves Lopes Reis transmite-nos uma outra versão sobre o desaparecimento das alfaias de culto da matriz de Valongo, e que grassava na freguesia de então:

> *«Muita gente de má lingua quer dizer que, como estes e outros objectos estavam em casas particulares por andar a egreja em obras, alguem se locupletou á custa dos francezes»*[538].

As guerras com os franceses causam efeitos perniciosos também nas finanças públicas. O pouco dinheiro existente nos cofres era utilizado para armar e equipar o nosso exército. As preocupações da altura eram, essencialmente, de índole material. Lamentavelmente, não havia tempo para cuidar do espírito. A igreja ressentiu-se. Deixou de ser acarinhada. As obras param[539].

---

532 ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu — *As invasões francesas e a formação das ideias liberais. In* «História de Portugal». Dir. de MATTOSO, José. Lisboa: Circulo de Leitores, 1993, vol. 5, p.25.
533 REIS, Joaquim Alves Lopes, *Ob. cit.*, p. 152.
534 ANACLETO, Regina — *Panorama do início de Oitocentos. In* «História de Portugal». Dir. de MATTOSO, José. Lisboa: Circulo de Leitores, 1993, vol. 5, p.667.
535 REIS, Joaquim Alves Lopes - *Ob. cit.*, p. 150.
536 *Idem, ibidem.*
537 *Idem, ibidem*, p. 152.
538 *Idem, ibidem.*
539 Cf. Vol. II, documento nº114, p.216.

Em 26 de Julho de 1808[540], a Junta Provincial do Governo Supremo[541] determina a suspensão das obras públicas e a recolha de todos os «alcances que ficarem existindo nos cofres respectivos daquellas contribuições»[542]. Num manuscrito datado de 13 de Agosto de 1808[543] encontramos referência à efectiva suspensão das obras públicas e a canalização das respectivas contribuições para o exército. Neste requerimento, António Lourenço Dias[544], juiz do couto de Campanhã, pede a continuação das obras de construção da Estrada Real que unia Porto a Valongo, no intuito de se «acautellar terriveis atuleiros»[545] que se formavam no inverno e que provocavam «graves e perigozos incomodos»[546] a todos os caminhantes, e, principalmente, às padeiras de Valongo[547]. E as obras recomeçam, as da Estrada Real e as da igreja de Valongo, a 19 de Setembro, do mesmo ano[548], por ordem do Corregedor da Comarca do Porto, ostentando a respectiva Portaria as «trez Rubricas dos Deputados da Junta Provizional do Governo Supremo»[549].

Com a retirada das tropas francesas, a situação económica pouco melhorou. Os dinheiros continuam a ser desviados para o nosso exército, com o intuito de mantermos a integridade territorial. Nestes tempos difíceis, e num requerimento datado de 18 de Julho de 1812[550], são os próprios moradores de Valongo que solicitam a suspensão das obras da nova igreja matriz, «atenta a falta de meios para continuar, com alguma actividade a obra de Pedreiros»[551], uma vez que o número de trabalhadores se mostrava insuficiente para mover e guindar a pedra, «pela obra estar já muito alta, e porque pede grandes pedras»[552]. Perante tal situação, os trabalhos são imediatamente suspensos, recomeçando sensivelmente dois meses depois.

---

540 Cf. *Idem, ibidem.*
541 Cf. *Idem, ibidem.*
542 Cf. *Idem, ibidem.*
543 Cf. *Idem,* documento nº115, pp.217-218.
544 Cf. *Idem,* ibidem, p.217.
545 Cf. *Idem, ibidem.*
546 Cf. *Idem, ibidem.*
547 Cf. *Idem, ibidem.*
548 Cf. *Idem*, documento nº116, p.219.
549 Cf. *Idem, ibidem.*
550 Cf. *Idem,* documento nº128, p.236.
551 Cf. *Idem, ibidem.*
552 Cf. *Idem, ibidem.*

A partir de 1820, a instabilidade política é uma constante agravada com a desordem administrativa. Em 7 de Julho do mesmo ano[553], dá-se nova interrupção nas obras da igreja. Alguns artistas foram requisitados para trabalharem nas obras da estrada de Valongo[554], junto à serra do mesmo nome. Somente a 3 de Junho de 1821[555] são reiniciados os trabalhos de construção da nova matriz. A situação gravosa que se vivia na época é ainda acentuada pelas lutas liberais, que em nada a vieram beneficiar. E o percurso da nova matriz de Valongo espelha o do próprio país. Com avanços impetuosos e com paragens abruptas. Perante estes indicadores supomos que os efeitos negativos da conjuntura política e económica se reflectiram não só na morosidade das obras como também no menor brilho do programa decorativo que hoje apresenta.

2.1. Os projectos

Edificada fundamentalmente por razões de ordem prática - necessidade de aumentar as suas características planimétricas de forma a albergar no seu interior um elevado e sempre crescente número de fieis, e a falta de robustez e segurança devido a sua ancianidade - a nova igreja matriz de Valongo nasceu de um projecto inicial global, bem estruturado, para a qual foi feita a planta e respectivos apontamentos.

553 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº.81, fl. 16v..
554 A.D.P., *Idem, ibidem.*
555 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.25f..

Lamentavelmente, só os apontamentos chegaram até nós. Todavia, sabemos que a traça da nova matriz comtemplava a planta, os alçado, os cortes, tudo compilado em seis documentos e cuja destribuição é a seguinte:

> *«hum, em que se mostra o Plano da Igreja, outro Elevação do lado interior da Igreja// outro Elevação do lado exterior da Igreja// outro Elevação exterior da Fronteira principal, outro Elevação, e profil do Arco cruzeiro, e outro ultimamente, em que se mostra a Elevação interior das torres e fronteira principal, suppondo-se cortada pela mesma parte interior, e Elevação da parte de trás da Capella Môr, Arco Cruzeiro, e Sacristias»*[556].

Nos apontamentos concernentes às obras de edificação da nova matriz encontramos patenteados dois dos princípios básicos de Vitruvio: *firmitas e utilitas.* Tendo em conta o exposto, e no que concerne ao oficio de pedreiro, os alicerces da nova igreja «serão fundados até se achar firme, para os assentar»[557], de forma a aguentar o peso das abóbadas. No que respeita aos muros e vãos da futura matriz, as paredes do edifício religioso serão de alvenaria, feitas de pedra, cal, e saibro[558], e «não de louzas, das que há naquelle lugar»[559], afim de se evitar que apresentassem a fragilidade dos muros da anterior matriz. No «direito»[560] de cada uma das linhas de armação, «levará saidas húas grandes pedras em forma de cachorros»[561]. Os muros, junto aos vãos da capela-mor e do corpo da igreja, não serão executadas em pedra de esquadria, mas sim em alvenaria, o que permite a entrada de mais claridade e apresenta menores custos[562]. As frestas do edifício levarão grades de ferro que «terão, de grosso em esquadra húa poleguada»[563], associando-se, assim, à estrutura do conjunto.

---

556 Cf. Vol. II, documento nº56, p.126.
557 Cf. Vol. II, documento nº56, p.125.
558 Cf. *Idem, ibidem.*
559 Cf. *Idem, ibidem.*
560 Cf. *Idem, ibidem,* p.126.
561 Cf. *Idem, ibidem.*
562 Cf. *Idem, ibidem.*
563 Cf. *Idem, ibidem.*

As duas torres, que envolvem a fachada principal, «serão uniformes no seu perspacto exterior»[564], mas diferentes na sua morfologia interna, como se pode apreciar nos mesmos apontamentos:

> *«... da parte do Evangelho hé para o Relogio em cima, e em baixo hé o lugar do Baptisterio, dentro do qual há também servidão para a caza dos pezos, que fica para trás do mesmo Baptisterio, como claramente se vê na Planta; a torre da parte da Epistola levará escadas, que dão servidão para o Coro, e para a mesma torre, e também para a outra torre, e caza do Relogio, levando para cima da aboboda os degraos, que na planta se mostrão, que serão seguros mettidos na parede da fronteira principal pera parte de trás, cuja passagem ficará para baixo da armação de telhado»*[565] .

A factura de uma igreja levava, naturalmente, em consideração os mortos. Para garantir que o edifício religioso cumpra as funções a que se destina, o pavimento do corpo da nova matriz será todo dividido em sepulturas, «as que lhe couverem»[566]. Ainda no que diz respeito ao ofício de pedreiro, o nartex da nova matriz, todo em pedra[567], comportará duas «fiadas de sepulturas ao traves da Igreja»[568], com inicio no «direito do dito Arco pera baixo»[569]. As tampas das sepulturas nesta zona da igreja serão também de pedra[570]. O pavimento da capela-mor receberá três sepulturas[571], «tudo lageado de pedra, e da mesma hade ser o Presbiterio e seus degraus»[572]. Os lajeados serão «bem lavrados, e bem juntos»[573].

---

564 Cf. *Idem, ibidem,* pp.125-126.
565 Cf. *Idem, ibidem,* p.126.
566 Cf. *Idem, ibidem,* p.125.
567 Cf. *Idem, ibidem.*
568 Cf. *Idem, ibidem.*
569 Cf. *Idem, ibidem.*
570 Cf. *Idem, ibidem.*
571 Cf. *Idem, ibidem.*
572 Cf. *Idem, ibidem.*
573 Cf. *Idem, ibidem.*

O ofício de carpinteiro inicia-se com a execução das tampas das sepulturas[574]. As sepulturas, «ingradadas de conçueiras com seus pinazios»[575], levarão ainda, «duas travesas no meio deste comprimento», que seriam «espiguadas nas couçueiras»[576] e o «mais cheio com hua taboa inteira incaichillada nas mesmas couçueiras»[577]. Nas sepulturas será utilizada madeira de castanho[578], madeira nobre por excelência, tanto nas que ficam localizadas na capela-mor como nas do corpo da igreja, à excepção das «duas fiadas de sepulturas que ficão debaixo do Coro»[579], que serão cobertas com tampas de pedra[580].

Os «fixaes»[581], inteiros a nível do comprimento, apenas serão emendados «no lugar das linhas de armação»[582]. As linhas da armação manterão entre si a distância de 3,08 m[583]. Assim, o corpo da igreja levará sete linhas[584] e a capela-mor quatro linhas[585], «sobre cada húa das quaes se porá húa thizoura»[586].

No que concerne às coberturas, as abóbadas da capela-mor e do corpo da igreja serão executadas em estuque[587], «para o que se farão cambotas, seguindo o Arco de meio ponto»[588]. A armação do telhado das duas sacristias será «de troixa com suas linhas, thizouras, e barrotes com vitolas suficientes»[589], sendo revestida, posteriormente, por um forro «de olivel lizo com o seu entabulamento, e cornija»[590].

---

574 Cf. *Idem, ibidem*, p.127.
575 Cf. *Idem, ibidem*.
576 Cf. *Idem, ibidem*.
577 Cf. *Idem, ibidem*.
578 Cf. *Idem, ibidem*.
579 Cf. *Idem, ibidem*.
580 Cf. *Idem, ibidem*.
581 Cf. *Idem, ibidem*.
582 Cf. *Idem, ibidem*.
583 Cf. *Idem, ibidem*.
584 Cf. *Idem, ibidem*.
585 Cf. *Idem, ibidem*.
586 Cf. *Idem, ibidem*.
587 Cf. *Idem, ibidem*.
588 Cf. *Idem, ibidem*.
589 Cf. *Idem, ibidem*, p.128.
590 Cf. *Idem, ibidem*.

Do programa de carpintaria constava ainda, a qualidade da madeira a utilizar na factura da nova igreja. O castanho iria revestir o seu interior. Toda a obra de carpintaria será «bem lavrada, assentada, e segura»[591], de forma a que, quando examinada por «Mestres da respectiva ocupação, não tenhão defeitos, que lhe notar»[592]. E caso a obra final não fique nas condições exigidas e acordadas, tudo «será desfeito, e tornado a fazer á custa do Mestre, que fizer a obra»[593].

Por sua vez, os mestres trolhas teriam a seu cargo a execução da abóbada do coro, os acabamentos das paredes interiores e exteriores e os telhados da nova matriz[594]. No que concerne aos trabalhos da abóbada do coro, esta será de tijolo e revestida «com o mesmo argamasso das paredes»[595], preparado com «tres cestos de saibro, e hum de cal»[596]. A cobertura do edifício religiosos será feita de telha, e «serão os ditos mestres obrigados a dala»[597]. O telhado, «invocado todo com passadeiras por húa, e outra parte ao correr da mesma Igreja»[598], será também revestido de argamasso, mas composto de cal e areia, na proporção de «dous cestos de area, para hum de cal»[599] .

Nestes apontamentos, preciosíssimos pelo exaustivo programa que tratam, somente não está incluída a execução das portas da nova matriz, «asim a principal, como as traveças, e todas as outras mais»[600], posto que «ainda se não assentou na sua qualidade, e forma»[601] . Pelo exposto, supomos não errar ao afirmar que a edificação da nova igreja matriz de Valongo estava alicerçada num projecto bem estruturado, grandioso e, como tal, dispendioso. Conscientes das dificuldades a superar, prevendo também que as verbas já destinadas para as obras fossem insuficientes, os protagonistas não poupam esforços no sentido de remediar a situação. Pelo Aviso

---

591 Cf. *Idem, ibidem.*
592 Cf. *Idem, ibidem.*
593 Cf. *Idem, ibidem.*
594 Cf. *Idem, ibidem.*
595 Cf. *Idem, ibidem.*
596 Cf. *Idem, ibidem.*
597 Cf. *Idem, ibidem.*
598 Cf. *Idem, ibidem.*
599 Cf. *Idem, ibidem.*
600 Cf. *Idem, ibidem.*
601 Cf. *Idem, ibidem.*

Régio de 3 de Outubro de 1794[602], «se mandou proceder a exame sobre a planta que se acha aprovada»[603], a ver se seria possível, «com menor despeza, e sem opressão dos Moradores construir com decencia»[604].

Nada nos indicia ter havido alterações do projecto original. Por sua vez, os moradores de Valongo aproveitam o ensejo para, novamente, dar testemunho público de humildade e espírito de sacrifício. Visando maior tranquilidade e segurança para a construção da sua querida igreja, pedem que lhes seja concedido uma imposição sobre o pão que «levão para o consumo da cidade do Porto, e suas vezinhanças»[605]. Finalmente, a 30 de Outubro de 1796[606], obtêm a Provisão desejada. Todavia, e apesar de continuar a ser um auxílio financeiro importante, metade desta imposição seria aplicada igualmente nas obras de reconstrução da Ponte Carvalha e da Estrada Real até Valongo[607].

A traça primitiva da nova igreja matriz de Valongo é reformulada no ano de 1801[608] pela mão de Damião Pereira de Azevedo[609]. Pouco sabemos sobre este projecto. Sabemos apenas que a reforma do risco foi executada após o falecimento de Teodoro de Sousa Maldonado. Contudo, somos levados a supor que o risco executado contemplou a capela-mor e sacristia do lado do nascente, cuja factura era, nessa altura, já de inteira responsabilidade da Junta das Obras Públicas do Porto, em conformidade com o contrato assinado com as padroeiras da igreja de Valongo, a 2 de Agosto de 1800[610].

Em 1825[611], procede-se a nova traça, agora pela mão de Joaquim da Costa Lima Sampaio[612], em virtude de se terem encontrado desproporções nas medidas da que já

602 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº96, fl. 1v..
603 A.D.P., *Idem, ibidem.*
604 A.D.P., *Idem, ibidem.*
605 A.D.P., *Idem, ibidem.*
606 Cf. Vol. II, documento nº80, p.163.
607 Cf. *Idem, ibidem.*
608 Cf. *Idem,* documento nº93, p.181.
609 Cf. *Idem, ibidem.*
610 Cf. Vol. II, documento nº92, pp.176-180.
611 A.D.P., *Idem,* documento nº218, pp.350-351.
612 Cf. *Idem, ibidem*, p.351.

estava desenhada. Contempla novamente a capela-mor, depois de devidamente avaliado o pedido do pároco Manuel Álvares de Oliveira[613] e mais moradores de Valongo. Estes homens baseiam o seu requerimento no que «os praticos inteligentes sobre esta materia dizem, que falta de fundo a ditta Capella 18 palmos»[614] (3,96 m).

Passados quase dez anos, em 1834[615], iniciam-se as obras de beneficiação do adro[616] da nova igreja matriz de Valongo, executadas também a pedido do ainda pároco Manuel Álvares de Oliveira[617] e mais fregueses de Valongo, que afirmavam a premência destes trabalhos, uma vez que não há «logar para se enterrar os mortos»[618], já que o adro se encontrava «indecente para o dito fim»[619]. Um ano depois, a 23 de Maio de 1835[620], começam os trabalhos de acrescento da sacristia da parte do nascente, de forma a ficar com igual planimetria da sacristia que fica do lado poente, e «que já foi accrescentada outro tanto»[621] .

2.2. As obras de construção

Apesar de não nos ser possível precisar, desconhecermos quando e como se deu o lançamento da primeira pedra, sabemos que as obras de construção do novo templo foram oficialmente iniciadas a 5 de Março de 1794[622], data em que se processou a primeira folha de pagamento dos artistas e artífices que nela trabalhavam. Morosas e atribuladas, prolongar-se-iam ao longo de cerca de quarenta anos, ficando

613 Cf. *Idem, ibidem,* pp.350-351.
614 Cf. *Idem, ibidem*, p.350.
615 Cf. *Idem*, documento nº331, p.468.
616 Cf. *Idem, ibidem.*
617 Cf. *Idem,* documento nº330, pp.466-467.
618 Cf. *Idem, ibidem*, p.466.
619 Cf. *Idem, ibidem.*
620 Cf. *Idem,* documento nº349, p.489.
621 Cf. *Idem,* documento nº347, p.486.
622 Cf. Vol. III, quadro I, p.1.

concluídas apenas no ano de 1836[623], com o fim das obras de ampliação da sacristia do lado do nascente.

Às obras de construção da nova matriz, contrapunham-se as obras de demolição da primitiva igreja, que só tiveram o seu término a 11 de Outubro de 1794[624]. Embora destruída por razões de índole pratica e funcional - pequena, em estado deplorável e desaprumada - julgámos que os moradores de Valongo almejavam uma igreja magestosa e imponente, em conformidade com a estética contemporânea.

Seguindo a ordem cronológica e fazendo uso da documentação que encontramos, podemos acompanhar o decurso da obra realizada, cuja lentidão ao longo dos tempos foi uma característica dominante.

2.2.1. Corpo da igreja

Como referimos com anterioridade, data de 5 de Março de 1794 o início das obras de edificação da nova igreja matriz de Valongo, em conformidade com a primeira folha de pagamento das «pessoas que se ocuparão em arancar pedra na Pedreira»[625]. Convém assinalar o facto das obras terem começado pelo corpo do edifício religioso. Em nossa opinião, o arranque tardio dos trabalhos de construção da capela-mor traduz, essencialmente, o descontentamento e desinteresse sentidos pelas monjas do mosteiro de São Bento da Avé-Maria do Porto, obrigadas, por ordem régia, à sua edificação, assim como da sacristia do lado do nascente. Qualquer exercício de dever de padroado, assente em decretos deste teor, cria com frequência focos de tensão, provocando, necessariamente, colisões: muitos foram os protestos e pleitos que estas senhoras travaram com os moradores de Valongo.

---

623 A.D.P., Real Casa Pia do Porto, livro nº3, fl. 248v..
624 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº64, fl.17f..
625 A.D.P., *Idem, ibidem*, fl.1v..

Iniciadas as obras, ao mesmo tempo que se abriam os alicerces da futura matriz trabalhava-se no arranque da pedra nas pedreiras e na demolição da primitiva igreja. As ferramentas utilizadas nas obras tinham sido atempadamente compradas ao mestre ferreiro António João dos Santos[626], morador em Santo André[627], como consta da sua conta datada do dia 27 de Fevereiro de 1794[628], no valor total de 60$355 réis[629]. Também na primeira folha de pagamento encontramos o montante de 960 réis[630], concernente à aquisição da pólvora a ser utilizada nas pedreiras[631]. A 15 de Março de 1794[632], Betrando José da Silva[633], morador em Valongo, torna-se o primeiro carreteiro das obras de edificação da nova igreja matriz, ao transportar onze carros de pedra para a obra, no valor total de 2$975 réis[634]. Sensivelmente um mês depois, a 14 de Abril[635], compram-se novas ferramentas para obra no valor de 12$600 réis[636], a João Leite de Magalhães[637], do Porto. O montante referido não incluía o «carreto da ferramenta para este lugar»[638], e que custou 480 réis[639], pagos pela administração das obras da nova matriz.

Data de 24 de Maio de 1794[640], a primeira referência que encontramos da compra de madeira para as obras de construção da nova igreja matriz. Um carvalho e «carreto deste»[641] no valor total de 4$300 réis[642] e ainda «3 carretos de Pinheiros»[643] a 150 réis cada[644]. Supomos que as madeiras se destinavam à execução e reparação dos carros utilizados nos transportes das pedras até às obras, sendo contratados para este

---

626 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.1f..
627 A.D.P., *Idem, ibidem.*
628 A.D.P., *Idem, ibidem.*
629 A.D.P., *Idem, ibidem.*
630 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.1v..
631 A.D.P., *Idem, ibidem.*
632 A.D.P., *Idem, ibidem.*
633 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl2f..
634 A.D.P., *Idem, ibidem.*
635 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.3f..
636 A.D.P., *Idem, ibidem.*
637 A.D.P., *Idem, ibidem.*
638 A.D.P., *Idem, ibidem.*
639 A.D.P., *Idem, ibidem.*
640 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.4f..
641 A.D.P., *Idem, ibidem.*
642 A.D.P., *Idem, ibidem.*
643 A.D.P., *Idem, ibidem.*
644 A.D.P., *Idem, ibidem.*

trabalho os carpinteiros José de Sousa[645] e Manuel Ferreira[646]. Logo depois, Francisco Frutuoso de Sousa[647], homem de negócios[648] de Valongo, morador na Ponte Carvalha[649] e encarregado da administração das obras da nova matriz, comprou ao madeireiro Manuel Bento Filhoto[650], morador na Rua de Bacelos[651], também em Valongo, madeira «de taboado. Casoeiras para tapar no arco Cruzeiro da Igreja e mais madeira para a roda do aparelho»[652], tudo no valor total de 11$400 réis[653], a fim de se proceder ao tapamento do arco cruzeiro, que separaria tambem fisicamente as obras do corpo e da capela-mor do edifício, em conformidade com o estabelecido pela Provisão Régia de 10 de Abril de 1786[654]. Os pregos necessários a esta obra foram comprados ao mestre serralheiro Caetano Alves Pereira[655], pelo preço de 4$710 réis[656].

É também no primeiro livro de despesas das obras da nova matriz que deparamos com a verba de 57$460 réis[657], respeitante ao que Francisco Frutuoso de Sousa despendeu «Pello emporte de hua Bousa que por ordem do Illustrissimo Senhor Corregedor e Provedor da Comarca comprou a Joze Marques de Paiva»[658], afim de se proceder ao arranque da pedra «de Alvenaria»[659]. Assim, e a partir de 11 de Junho[660], intensificam-se os trabalhos nas pedreiras e, consequentemente, o incremento dos transportes de pedra para a obra, surgindo, pela primeira vez, a listagem dos pedreiros montantes «de Alvenaria»[661] na oitava folha de pagamento dos artistas e artífices, com início a 11 de Junho de 1794[662]. Do mesmo modo, há que

---

645 A.D.P., *Idem, ibidem.*
646 A.D.P., *Idem, ibidem.*
647 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.5v..
648 A.N.T.T., Desembargo do Paço, ibidem, s/fls.
649 A.H.M.P., Ordenanças de Valongo, livro nº4403, fl.7v..
650 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº64, fl.5v..
651 A.D.P., *Idem, ibidem.*
652 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº64, fl.5v..
653 A.D.P., *Idem, ibidem.*
654 A.D.P., *Idem*, livro nº96, fl.1f.,v..
655 A.D.P., *Idem*, livro nº64, fl.6v..
656 A.D.P., *Idem, ibidem.*
657 Cf. Vol. II, documento nº74, p.154.
658 Cf. *Idem, ibidem.*
659 Cf. *Idem, ibidem.*
660 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº64, fl.6f..
661 Cf. Vol. III, quadro VIII, p.8.
662 Cf. *Idem, ibidem.*

assinalar que é também nesta *féria* que encontramos referência ao ofício de carpinteiro na nova matriz, com a contratação de Valongo, dos carpinteiros João de Couto[663] e Agostinho Lopes[664], este último morador na Rua da Portela[665].

Supomos que estes artistas, além de procederem ao tapamento do arco cruzeiro, executaram igualmente as rodas do aparelho para guindar a pedra, assim como os andaimes, de forma a dar início aos trabalhos de demolição dos telheiros da primitiva matriz. Neste sentido, procede-se à compra de «2 barrotes de castanho para a roda»[666], que custaram 300 réis[667], e ainda alguns «trabiteos de carvalho para a roda grande»[668]. Foram também comprados para o efeito, «5 pinheiros ao Reitor e carreto»[669], que orçaram 1$250 réis[670], o que atesta o empenho de toda a comunidade na construção da nova matriz. A par com as pedras, chegam ao local da construção da nova matriz, 47 carros de saibro[671] que custaram 11$280 réis[672], e ainda 51 sacos de cal[673], no valor de 14$190 réis[674], comprados a Manuel Luis dos Guindais[675].

---

663 Cf. *Idem, ibidem.*
664 Cf. *Idem, ibidem.*
665 A.H.M.P., Ordenanças de Valongo, ibidem.
666 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº64, fl.6f..
667 A.D.P., *Idem, ibidem.*
668 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.6v..
669 A.D.P., *Idem, ibidem.*
670 A.D.P., *Idem, ibidem.*
671 A.D.P., *Idem, ibidem.*
672 A.D.P., *Idem, ibidem.*
673 A.D.P., *Idem, ibidem.*
674 A.D.P., *Idem, ibidem.*
675 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.7v..

A grandeza do projecto e dos apontamentos exigiu, desde o início, uma equipa de artistas e artífices com responsabilidades diferenciadas, capaz de assegurar o bom andamento dos trabalhos e de satisfazer as exigências qualitativas dos projectos. Outro factor vital para o avanço inicial de obras desta envergadura seria o de dispor de meios competentes para comprar e acarretar os materiais indispensáveis para a nova construção. A demolição da primitiva matriz ocupa os trabalhadores até 11 de Outubro de 1794[676], altura em que se entregam à factura da nova igreja a tempo inteiro e, naturalmente, do arranque e transporte da pedra para a sua construção, assim como dos outros materiais. Neste sentido, podemos afirmar que estavam reunidas as condições necessárias para que as obras de edificação da nova matriz de Valongo se processassem a um bom ritmo.

Em 12 de Janeiro de 1795[677] fazem-se os preparativos para erguer os muros do corpo do edifício, tendo sido compradas a António da Rocha[678], morador em Felgueiras, «duas varas para guindar a pedra»[679] no valor de 960 réis[680], e ainda dois pinheiros que custaram 1$000 réis[681]. As obras continuam o seu percurso. Muitos são os carretos de pedra, cal e saibro chegados às obras. Os serviços dos mestres ferreiros são constantemente solicitados para repararem as ferramentas utilizadas não só nas pedreiras, como também na execução dos alicerces da nova matriz.

Em 20 de Janeiro de 1795[682] e na Contadoria da Real Casa Pia, é lavrado o primeiro auto de averiguação das despesas das obras de edificação[683] da nova igreja matriz, que contou com as presenças do desembargador Francisco de Almada e Mendonça[684], a quem competia a estreita vigilância das receitas e despesas das obras, causa a que se dedicou com acuidade, do tesoureiro da mesma casa, João Lopes da

---

676 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.17f..
677 A.D.P., *Idem, ibidem.*
678 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.28f..
679 A.D.P., *Idem, ibidem.*
680 A.D.P., *Idem, ibidem.*
681 A.D.P., *Idem, ibidem.*
682 Cf. Vol. II, documento nº77, p.160.
683 Cf. *Idem, ibidem.*
684 Cf. *Idem, ibidem.*

Silva Ferraz[685], e do administrador das obras da igreja, Francisco Frutuoso de Sousa[686]. Neste «auto de Exame e averiguações de contas»[687] constatou-se que até essa data se tinham gasto «1:971$512 reis»[688] com as obras de edificação do corpo do edificio.

Os trabalhos prosseguem a um bom ritmo. Em 24 do mesmo mês e ano[689] compram-se mais dois pinheiros e duas varas para «guindar as pedras»[690], ao mesmo tempo que se procede à compra da madeira necessária para «o tilheiro»[691] da pedreira de S. Cosme[692]. Poucos dias depois, a 21 de Fevereiro[693] o administrador da obra procede ao pagamento de «bronze para 4 ouvidos»[694] e de «4 eixos de ferro a 900 e 200 réis de Moutoens»[695], no valor total de 3$650 réis[696]. A partir desta data, o ritmo dos trabalhos abranda, decrescendo manifestamente o número de artistas e artífices nas obras[697], assim como o volume dos *aprestos* para as mesmas[698].

A partir de 25 de Agosto de 1795[699] o caudal de trabalhadores nas obras diminui drasticamente. Esta inoperância construtiva - leia-se falta de dinheiro - é resolvida pela nova Provisão de 30 de Outubro de 1796[700]. Neste documento régio é decretado um novo imposto, desta vez sobre o pão, que as padeiras de Valongo «levão para o consumo da cidade do Porto, e suas vezinhanças»[701]. Não obstante a aquiescência da rainha em facilitar o andamento das obras, somente a partir de 25 de Novembro de

---

685 Cf. *Idem, ibidem.*
686 Cf. *Idem, ibidem.*
687 Cf. *Idem, ibidem.*
688 Cf. *Idem, ibidem.*
689 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº64, fl.28f.
690 A.D.P., *Idem, ibidem.*
691 A.D.P., *Idem, ibidem.*
692 A.D.P., *Idem, ibidem*, fls. 31v.-40f..
693 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.31f..
694 A.D.P., *Idem, ibidem.*
695 A.D.P., *Idem, ibidem.*
696 A.D.P., *Idem, ibidem.*
697 Cf. Vol. III, quadro XXVII, p.43.
698 Cf. *Idem, ibidem.*
699 Cf. *Idem,* quadro XXXIX, p.55.
700 Cf. Vol. II, documento nº80, p.163.
701 Cf. *Idem, ibidem.*

1797[702], aquando do segundo auto de contas das obras[703], surge um novo fulgor construtivo[704]. Deparamos nessa folha de pagamento com a presença de três carpinteiros de Valongo: Manuel Luis de Paiva[705], filho do mestre carpinteiro José de Paiva[706] e morador na Rua de Bacelis[707], João Francisco[708] morador na rua do Escoural[709] e José Ferreira[710], filho do mestre carpinteiro de igual nome[711], do Susão[712].

Para o trabalho destes artistas foram comprados «2 pinheiros para as pranchas por 6$000»[713] a Francisco Gonçalves[714], de Rio Tinto, ainda e «3 taboas de solho e 8 reltras por $860»[715] ao mestre carpinteiro Manuel Bento Filhoto[716]. Os trabalhos relacionados com o ofício de carpintaria eram ainda esporádicos nessa altura da construção. Supomos que os carpinteiros contratados limitavam-se à execução das rodas dos aparelhos utilizados para erguer os muros do edificio. Desta forma, há uma certa rotatividade destes artistas, já que esta empresa não pressupõe um trabalho diferenciado ou contínuo. Na folha dos artistas e artífices com início a 19 de Março de 1798[717], encontramos a despesa com a aquisição de uma «tigela que se comprou para dereter a cola para as Pedras»[718], continuando, assim, os pedreiros, ocupados em erguer os muros da nova matriz. Dois meses depois, a 26 de Maio, gastaram-se mais

---

702 Cf. Vol. III, quadro LXXX, p.76.
703 Cf. Vol. II, documento n°82, pp.165-166.
704 Cf. Vol. III, quadro LXXXIV, pp.82-83.
705 Cf. Vol. III, quadro LXXXIV, p.83.
706 A.H.M.P., Ordenanças de Valongo, *ibidem.*
707 A.H.M.P., *Idem, ibidem.*
708 Cf. Vol. III, quadro LXXXIV, p.83.
709 A.H.M.P., Ordenanças de Valongo, *ibidem.*
710 Cf. Vol. III, quadro LXXXIV, p.83.
711 A.H.M.P., Ordenanças de Valongo, *ibidem.*
712 A.H.M.P., *Idem, ibidem.*
713 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro n°64, fl.74v..
714 A.D.P., *Idem, ibidem.*
715 A.D.P., *Idem, ibidem.*
716 A.D.P., *Idem, ibidem.*
717 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.79f..
718 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.79v..

800 réis[719] na compra de cola efectuada ao «criado do Reverendo Reitor de Valongo»[720], João António[721].

As obras de construção da nova igreja matriz seguem o seu curso. Novo auto de despesas referente aos trabalhos de edificação da nova matriz é lavrado a 16 de Março de 1799[722], na presença de Francisco de Almada e Mendonça[723], verificando-se terem sido gastos até essa data 8:255$070 réis[724] nas obras. Na folha de pagamento dos artistas e artífices com data de 27 de Maio de 1799[725], encontramos registado o montante de 2$400 réis[726] respeitante à compra «de cera para collar os fechos de pedra»[727], efectuada à *serieira* Teresa Joaquina[728]. Os carretos de pedra e de cal em pó continuam a entrar na obra diariamente. A compra de pólvora e respectivo carreto estão também assegurados.

Em 7 de Julho de 1800[729], detectamos a presença, em Valongo, do «Inspector do Porto»[730], Manuel Soares Borges[731], presença essa que se prolongaria até 16 de Agosto do mesmo ano[732]. Supomos que Francisco de Almada e Mendonça teria detectado alguma irregularidade nos livros de despesas da nova matriz e, nesse sentido, enviado a Valongo um inspector da sua confiança com vista a averiguar possíveis responsabilidades que, em nosso entender, só poderiam ser atribuídas ao administrador das mesmas obras, Agostinho António da Fonseca[733], ou ao tesoureiro

---

719 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.85v..
720 A.D.P., *Idem, ibidem.*
721 A.D.P., *Idem, ibidem.*
722 Cf. Vol. II, documento nº85, p.169.
723 Cf. *Idem, ibidem.*
724 Cf. *Idem, ibidem.*
725 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº71, fl.6f..
726 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.6v..
727 A.D.P., *Idem, ibidem.*
728 A.D.P., *Idem, ibidem.*
729 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.36v..
730 A.D.P., *Idem, ibidem.*
731 A.D.P., *Idem, ibidem.*
732 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.39v..
733 A.D.P., *Idem, ibidem.*

da Real Casa Pia do Porto, João Lopes da Silva Ferraz[734], ou a um convénio entre ambos, já que eram os únicos que guardavam em suas casas o produto das arrematações destinado às obras. O acerto das contas era feito periodicamente, como referimos. Agostinho António da Fonseca acabaria por ter «huma pequena desavença com o Inspector Manoel Soares Borges»[735]. Obrigado a regressar ao Porto «por des dias aonde esteve por castigo»[736], ordenado por Francisco de Almada e Mendonça, não mais regressou ao seu posto nas obras da nova igreja matriz, «para que não sucedese tornar a implicar com o dito ad'menistrador e ficando asim despedido das ad'menistrações em que tinha entrado»[737]. Acusado formalmente de corrupção pelo mesmo desembargador, é preso e «conduzido pellos officiaes á casa Pia aonde o meterão em segredo»[738], depois de lhe «fazerem aprienção em todos os seos papeîs, sem escapar o mais pequeno, e de lhe porem em soquestro os seos bens»[739]. Submetido a tortura pelos escrivães Filipe Megre[740], «Escrivam Proprietario da Superintendencia dos Tabacos e Alfandega»[741] e Manuel José da Silva e Sousa[742], e «vendose obrigado das dores»[743], acabaria por assinar a declaração de culpa imposta apesar de se afirmar veementemente inocente[744].

As despesas decorrentes das obras de edificação da nova matriz sempre foram objecto de exames periódicos[745], reconhecida que foi, desde o princípio, a importância de evitar, não só o desvio de fundos, como uma má canalização dos mesmos. Contudo, depois deste incidente, o cerco apertou-se. Neste sentido, a 19 de Junho de 1802[746], são apresentados, na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, os dois primeiros

---

734 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.61v..
735 Cf. Vol. II, documento nº96, p.187.
736 Cf. *Idem, ibidem.*
737 Cf. *Idem, ibidem.*
738 Cf. *Idem, ibidem.*
739 Cf. *Idem, ibidem,* pp.187-188.
740 Cf. *Idem, ibidem.*
741 A.D.P., *Idem*, documento nº100, p.196.
742 Cf. *Idem*, documento nº96, p.188.
743 Cf. *Idem, ibidem.*
744 Cf. *Idem, ibidem.*
745 Cf. *Idem*, documento nº77, p.160; documento nº82, pp.165-166; documento nº85, p.169; documento nº99, p.193.
746 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº71, fl.62f..

livros de registo das despesas de construção da nova igreja matriz[747], «mostrando se ter se despendido te 10 Abril 1802// a quantia de 14:937$793»[748] réis com a sua construção.

No auto de conferência e aprovação das contas lavrado a 3 de Julho de 1804[749], por ordem de Pedro de Melo Breiner[750], Governador das Justiças da Relação e Casa do Porto, constata-se que, desde 5 de Março de 1794 até essa data, as despesas orçaram 23:383$703 réis[751], montante que engloba não só os salários de todas as pessoas envolvidas - artistas, artífices, carreteiros, fornecedores, inspectores, apontadores, escrivão - como também todos os materiais comprados e reparados. Este auto já não contou com a presença de Francisco de Almada e Mendonça, que se encontrava em Lisboa, onde adoecera gravemente, a aguardar autorização do Príncipe Regente para poder regressar ao Porto[752], como era seu desejo. Regressado a esta cidade, viria a falecer na Casa Pia em 19 de Agosto de 1804[753], com a idade de 47 anos. O seu lugar seria ocupado pelo bacharel José Teixeira de Sousa[754], «Corregedor Ajudante desta Comarca»[755]. Pedro de Melo Breiner, por Aviso Régio de 19 de Fevereiro de 1805[756], ocuparia também o cargo de inspector das obras da nova matriz de Valongo, deixado em aberto com a morte do mesmo desembargador.

As obras, ainda que somente a nível de pedraria, continuavam a processar-se a um bom ritmo. Esta cadência prolongou-se até finais de Novembro de 1804. Mas, logo a 3 de Dezembro do mesmo ano[757], surge a primeira ordem que visa a contenção das despesas consideradas menos necessárias de que se tem conhecimento. Pedro de

---

747 A.D.P., *Idem, ibidem.*

748 A.D.P., *Idem, ibidem.*

749 Cf. Vol. II, documento nº108, p.207.

750 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº71, fl.120.

751 Cf. Vol. II, documento nº108, p.207.

752 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. — *O Porto na época...*, p.43.

753 *Idem, ibidem.*

754 *Idem, ibidem.*

755 Cf. Vol. II, documento nº92, p.176.

756 Cf. *Idem*, documento nº138, p.250.

757 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº71, fl.117f..

Melo Breiner «suspendêo de hir o Pagador a Vallongo»[758], ficando o «Produto do aluguel da cavalgadura»[759] disponível para outros fins. Os pagamentos, «aos Mestres, Inspector, Offeciais e Carreteiros»[760] envolvidos nas obras fazem-se, a partir desta data, «no Escriptorio da Real Caza Pya»[761].

Francisco de Almada e Mendonça exercera os seus cargos de forma absorvente e abnegada, protagonizando uma administração cuidadosa e eficaz. A sua morte, porém, daria início a um novo capítulo, menos esplendoroso, na história da nova igreja matriz de Valongo. A partir desta data, as obras começam a desenrolar-se vagarosamente. A este compasso não é alheia também a instabilidade política e económica que se começa a viver em Portugal, e que será ainda agravada com as invasões francesas[762].

Na folha de pagamento dos artistas e artífices com início a 17 de Junho de 1805[763], encontramos um grupo de carpinteiros de Valongo a trabalhar nas obras: o mestre Manuel de Sousa[764], morador na rua da Portela[765] e os oficiais João Francisco[766], José Alves[767], José Torres[768] e Francisco Gonçalves de Azevedo[769]. O

---

758 A.D.P., *Idem*, livro nº85, fl.65.

759 A.D.P., *Idem, ibidem.*

760 A.D.P., *Idem, ibidem.*

761 A.D.P., *Idem, ibidem.*

762 Se analisarmos o valor das arrematações anuais dos impostos aplicados para esta obra pelo Aviso Régio de 30 de Outubro de 1796, verificamos que no ano de 1806 a arrematação atingiu o valor de 2:200$000 réis, no ano de 1807, a arrematação foi de 1:901$000 réis, no ano de 1808, a licitação alcançou o valor de 1:898$000 réis. O ano de 1809 é considerado o pior ano, e o produto da arrematação atingiu menos de metade do valor do ano anterior: 900$00 réis. Em 1810 deparamos com uma pequena recuperação económica: o produto da arrematação atinge 1:151$000 réis. Em 1811 o lanço foi de 1:167$000 réis, baixando ligeiramente em 1812 para 1:141$000 réis. A partir do ano de 1813, as arrematações dos impostos aplicados para as obras de edificação da nova igreja matriz começam a atingir valores mais altos, em consonância com o que se praticava antes das invasões francesas. Assim, e em 1813, o produto das arrematações foi de 1:310$000 réis, em 1814 de 1:760$000 e, finalmente, em 1815, o valor das arrematações foi de 1:998$000 réis. Cf. Vol. II, documento nº138, pp.351-352.

763 Cf. Vol. III, quadro CCLIII, p.297.

764 Cf. *Idem, ibidem.*

765 A.H.M.P., Contribuição de Guerra, livro nº2024, fl.171f..

766 Cf. Vol. III, quadro CCLIII, p.297.

767 Cf. *Idem, ibidem.*

768 Cf. *Idem, ibidem.*

769 Cf. *Idem, ibidem.*

ofício de carpinteiro ocupou a maior parte destes artistas até Março do ano seguinte[770]. As madeiras utilizadas nas obras foram compradas por Francisco Frutuoso de Sousa[771], que despendeu 815$460 réis[772]. Este negociante ficou a receber, quinzenalmente, 60$000 réis[773], em desconto do montante «que elle tem pago das madeiras que comprou para a obra de Igreja de Valongo»[774]. A dívida só foi liquidada a 29 de Outubro de 1806[775].

As obras de pedraria continuam. Em Dezembro de 1806[776] Manuel Lopes[777], natural de Valongo, torna-se o primeiro artista do oficio de trolha a trabalhar nas obras da nova igreja[778], na qual permanece quatro dias[779]. Em 1812, os muros do edificio encontravam-se já de pé[780], embora não tivessem ainda atingido a altura estipulada nos apontamentos, não obstante a obra do corpo da igreja «ja estar muito alta»[781]. Supomos que a conclusão dos muros se daria, até meados de 1815, uma vez que em 15 de Julho desse ano[782] encontramos registado o pagamento da madeira «de Barrotes, Solho, Forro, Ripas e Pinheiros»[783], comprada a Custódio José Rodrigues[784], natural de Fonte Arcada, no valor de 652$400 réis[785], e que se destinava «a obra de Armação da Igreja»[786]. Nessa folha de despesas deparamos também com a verba de 329$000 réis[787] respeitante à compra e transporte de «oitenta carros de telha com cento e

---

770 Cf. *Idem*, quadro CCLXXII, p.316.
771 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº71, fl. 141f..
772 A.D.P., *Idem, ibidem.*
773 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº71, fl.141f..
774 A.D.P., *Idem, ibidem.*
775 A.D.P., *Idem*, livro nº76, fl.12f..
776 Cf. Vol. III, quadro CCXCII, p.326.
777 Cf. *Idem, ibidem.*
778 Cf. *Idem, ibidem.*
779 Cf. *Idem, ibidem.*
780 Cf. Vol. II, documento nº128, p.236.
781 Cf. *Idem, ibidem.*
782 Cf. *Idem*, documento nº135, p.246.
783 Cf. *Idem, ibidem.*
784 Cf. *Idem, ibidem.*
785 Cf. *Idem, ibidem.*
786 Cf. *dem, ibidem.*
787 Cf. *Idem*, documento nº133, p.244.

secenta moyos»[788] ao *telheiro* Manuel João dos Santos[789], da freguesia de Canelas, e cujo pagamento tinha sido efectuado um pouco antes, a 27 de Junho do mesmo ano[790]. Ainda a 15 de Julho[791], efectuou-se o pagamento de 519$000 réis[792] ao madeireiro José Vieira[793] pela aquisição de «62 traves de castanho»[794], postas na obra da igreja por sua conta e risco. Todas as madeiras foram ajustadas com o mestre carpinteiro António Francisco de Paiva[795], sob o aval do inspector da obra, João Alves Veludo[796], adquirindo-se, ainda, ao mestre cordoeiro João da Silva[797] «1 cabo de guindar, ligeiras, alças e lingas»[798], que custaram apenas 118$490 réis[799] «com o abatimento dos cabos velhos»[800] que se deram em troca. Estavam, assim, reunidas as condições para execução dos cimbres, a fim de se proceder à efectiva armação da abóbada.

Em 11 de Novembro de 1815[801], as atenções viram-se para as duas torres que já ladeavam, altivas, a nova matriz. Custódio José Rodrigues[802], vende as «Madeiras, para as Escadas da Torre, corrimões, e caixilhos»[803], pelo valor de 62$760 réis[804], apresentando ainda outro recibo no valor de 7$200 réis[805], referente a «outra conta de Madeiras para cobrir a Torre»[806]. Nesta data, procedeu-se igualmente ao «concerto do

---

788 Cf. *Idem, ibidem.*
789 Cf. *Idem, ibidem.*
790 Cf. *Idem, ibidem.*
791 Cf. *Idem*, documento nº134, p.245.
792 Cf. *Idem, ibidem.*
793 Cf. *Idem, ibidem.*
794 Cf. *Idem, ibidem.*
795 Cf. *Idem, ibidem.*
796 Cf. *Idem, ibidem.*
797 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº85, fl.174.
798 A.D.P., *Idem, ibidem.*
799 A.D.P., *Idem, ibidem.*
800 A.D.P., *Idem, ibidem.*
801 Cf. Vol. II, documento nº139, p.257.
802 Cf. *Idem, ibidem.*
803 Cf. *Idem, ibidem.*
804 Cf. *Idem, ibidem.*
805 Cf. *Idem, ibidem.*
806 Cf. *Idem, ibidem.*

Relojo para a obra da Igreja»[807], que orçou 55$290 réis[808], conforme conta de António José Ferreira[809]. A madre abadessa D. Genoveva Vitória de Faria[810] regista ainda no livro despesas do seu triénio (1814-1817), a verba de 14$635 réis[811] que, afirma, «dispendi com a nova porca, e ferros para o sino»[812].

Em 25 de Agosto de 1817[813], os trabalhadores da igreja encontram-se ocupados «na armação della»[814]. Os trabalhos são a nível de pedraria, tendo sido contratado o assentador José Rodrigues[815], natural de Grijó, e o oficial do mesmo ofício, Manuel de Oliveira[816]. Estes artistas mantêm-se nas obras da nova matriz até 16 de Maio de 1818[817]. Os carregamentos de pedra para a obra são uma constante, assim como a compra de cera para fazer cola. Para levantar as pedras é comprada, por 2$380 réis[818], «Hûa corda chamada a corda da preguiça»[819]. Em Novembro de 1818[820], chegam à obra «5 carros de pedra grandes»[821], no valor de 6$000 réis[822]. Pouco tempo depois, em Março de 1819[823] entram na obra «6 carros de pedra d'Esquadria»[824], que orçaram

807 Cf. *Idem, ibidem.*
808 Cf. *Idem, ibidem.*
809 Cf. *Idem, ibidem.*
810 Cf. Reservados, COD. 8438, fl.43f..
811 B.N.L., *Idem, ibidem.*
812 B.N.L., *Idem, ibidem.*
813 Cf. Vol. III, quadro CCCLXVI, p.363.
814 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº79, fl.1f..
815 Cf. Vol. III, quadro CCCLXVI, p.363.
816 Cf. *Idem, ibidem.*
817 Cf. *Idem*, quadro CCCLXXXIV, p.372.
818 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº79, fl.37f..
819 A.D.P., *Idem, ibidem.*
820 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.38v..
821 A.D.P., *Idem, ibidem.*
822 A.D.P., *Idem, ibidem.*
823 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.47f..
824 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.47v..

3$600 réis[825], mais «tres ditos pedras de cunhal»[826], a 1$200 réis cada carro[827] e, finalmente, «Dezeseis carros de Alvenaria»[828], pelo preço total de 3$200 réis[829].

Na folha de pagamento dos artistas e artífices com início a 13 de Abril de 1819[830], encontramos o nome de António Francisco de Paiva[831], mestre carpinteiro, e dos seus oficiais: Manuel Francisco de Paiva[832] e Joaquim Alves[833], todos naturais de Campanhã. Supomos que a contratação destes artistas prendeu-se essencialmente com a mudança dos cimbres da abóbada e com a execução de alguns vãos do corpo da nova matriz. Por recomendação do seu irmão, o arquitecto José Francisco de Paiva[834], numa carta firmada a 14 de Junho de 1819[835], António Francisco de Paiva e os seus oficiais ficaram responsáveis pela mudança dos simples, «para os sitios onde detriminar o Mestre pedreiro»[836] da obra, Manuel Ferreira[837], natural de Perosinho. Esta operação conjunta, em que «ambos os ditos Mestres carpinteiro e pedreiro combinarão hum com outro ajudando cada hum com os seus Officiaes a dita muda»[838], deveria ser executada com toda a segurança, «lançando-lhe novas escoras sendo-lhe percizas»[839]. O mestre carpinteiro ficaria também responsável pela execução dos caixilhos[840] «nas quatro Ferestas do corpo da Igreja»[841], de forma a possibilitarem a iluminação conveniente.

---

825 A.D.P., *Idem, ibidem.*
826 A.D.P., *Idem, ibidem.*
827 A.D.P., *Idem, ibidem.*
828 A.D.P., *Idem, ibidem.*
829 A.D.P., *Idem, ibidem.*
830 Cf. Vol. III, quadro CDVIII, p. 384.
831 Cf. *Idem, ibidem.*
832 Cf. *Idem, ibidem.*
833 Cf. *Idem, ibidem.*
834 Cf. Vol. II, documento nº154, p.273.
835 Cf. *Idem, ibidem.*
836 Cf. *Idem, ibidem.*
837 Cf. *Idem,* documento nº156, p.276.
838 Cf. *Idem,* documento nº154, p.273.
839 Cf. *Idem, ibidem.*
840 Cf. *Idem, ibidem.*
841 Cf. *Idem, ibidem.*

Com a indicação clara do mestre carpinteiro e, simultaneamente, da obra a realizar, inicia-se outra fase: a escolha do material necessário. Logo a 15 de Julho de 1819[842], é paga a quantia de 100$000 réis[843] ao madeireiro Custódio José Rodrigues[844], «pelo importe de Madeiras e ferragens para a obra dos Simples da Igreja»[845], fornecidas a 20 de Junho[846] de acordo com a relação[847] que encontramos das «madeiras percizas para o andame e simplices, para a segurança das aduellas de pedra da Abobeda»[848] e ainda o rol das ferragens[849] a utilizar na mesma obra. Posteriormente, o mestre carpinteiro António Francisco de Paiva encomenda ao mesmo fornecedor madeiras de pinho e castanho, no valor total de 220$270 réis[850].

Supomos que a execução das portas e caixilhos das janelas da nova matriz foi concluida até finais do mês de Agosto de 1819. As pinturas dos mesmos vãos iniciam-se pouco tempo depois, uma vez que na primeira folha de pagamento do mês de Setembro do mesmo ano[851], deparamos com a verba de 1$435 réis[852], despendida com a aquisição das tintas necessárias à obra, «1 1/2 cana d'oleo de linhaça 4 arrateis de roxo terra 1 1/2 arrattel de fezes em pó 3 arratteis d'Alvaado»[853]. Nesta *féria* encontramos registada a compra de outros materiais necessários à execução das mesmas pinturas, umas «empazilhas para tinta»[854] e «Hûa Brocha de Porta»[855]. Poucos dias volvidos[856], a 22 de Setembro, compra-se mais «tinta para a obra»[857], no valor de 1$390 réis[858].

---

842 Cf. *Idem*, documento nº158, p.278.
843 Cf. *Idem, ibidem.*
844 Cf. *Idem, ibidem.*
845 Cf. *Idem, ibidem.*
846 Cf. *Idem*, documento nº156, pp.275-276.
847 Cf. *Idem, ibidem*, p.275.
848 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº79, fl.64v..
849 Cf. Vol. II, documento nº156, p.277.
850 Cf. *Idem,* documento nº160, pp.280-281..
851 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº79, fls.73v.-74f..
852 A.D.P., *Idem, ibidem*
853 A.D.P., *Idem, ibidem.*
854 A.D.P., *Idem, ibidem.*
855 A.D.P., *Idem, ibidem.*
856 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl. 76f..
857 A.D.P., *Idem, ibidem.*
858 A.D.P., *Idem, ibidem.*

A partir de 21 de Setembro de 1819[859], com a saída do mestre carpinteiro António Francisco de Paiva e dos seus oficias das obras da nova matriz[860], os trabalhos dizem unicamente respeito ao ofício de pedreiro. Os carretos de pedra de alvenaria para a obra são uma constante. Em Junho de 1820[861], o corpo da nova igreja encontrava-se definitivamente erguido e provisoriamente telhado. Visando uma maior segurança, compra-se «hua chave nova para a porta principal»[862]. Ainda durante este mês, despendem-se 68$670 réis[863], na aquisição de «3 friedas de ferro»[864] ao mestre serralheiro João Leite[865]. Pouco depois, pagam-se mais 600 réis[866] a António de Sousa Alecrim[867], responsável pelo «carreto das grades de ferro»[868] compradas aquele mestre serralheiro.

Nos princípios de Janeiro de 1821 assistimos a um progressivo relançamento das obras da nova matriz, com a contratação de novos artistas e artífices[869]. Mas este ritmo é quebrado nos inícios de Julho do mesmo ano[870], dando-se um interregno dos mesmos trabalhos a 7 de Julho de 1821[871]. Estes só serão retomados a 3 de Julho de 1822[872], e dizem respeito à feitura da abóbada da nave. Na folha de pagamento correspondente, detectamos a presença do mestre trolha Manuel Pedrosa[873], natural de Pedroso e da sua equipa: os oficiais António Domingos[874], Simão dos Santos[875] e

---

859 Cf. Vol. III, quadro CDXIX, p. 392.
860 Cf. *Idem*, quadro CDXX, p.392.
861 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº79, fl. 105f..
862 A.D.P., *Idem, ibidem.*
863 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.107f..
864 A.D.P., *Idem, ibidem.*
865 A.D.P., *Idem, ibidem.*
866 A.D.P., *Idem*, livro nº81, fl.18f..
867 A.D.P., *Idem, ibidem.*
868 A.D.P., *Idem, ibidem.*
869 Cf. Vol. III, quadro CDLIV, p. 409.
870 Cf. *Idem*, quadro CDLXVI, p.417.
871 Cf. *Idem, ibidem.*
872 Cf. *Idem*, quadro CDLXVII, p.418.
873 Cf. *Idem, ibidem.*
874 Cf. *Idem, ibidem.*
875 Cf. *Idem, ibidem.*

Bernardo de Oliveira[876], e os *moços* João de Sousa[877], Agostinho Moreira[878] e José Pedrosa[879]. Assim, os pedreiros e trolhas que trabalhavam na factura da nova igreja matriz de Valongo planificam as respectivas tarefas para darem inicio à execução da abóbada de tijolo[880]. Os tijolos utilizados na empreitada tinham sido arrematados, já em 1818[881], por uma sociedade constituida por Custódio José dos Santos[882], António Ferreira[883], Manuel da Costa[884], António Luis[885], Manuel Moreira[886], «todos da freguezia de Alfena»[887], e que «hà trez annos forão incuvidos de fazer o tijollo para a abobada da Igreja de freguezia de Vallongo»[888], por ordem do então desembargador José Teixeira de Sousa[889]. Pelos tijolos encomendados, pagaram-se 81$832 réis[890], o que se traduziu em grande prejuízo para os fornecedores, uma vez que «algum com as chuvaz se arruinou, por falta de comodidade»,[891] durante os anos de espera.

Os trabalhos iniciaram-se com os pedreiros, que «se ocuparão no trabalho de fazerem, hum tanque, para o remolho da cal»[892], executando ainda «hum amassadouro para o saibro, juntamente arriando o simples, que estaba feito, para pronteficação das abobedas»[893]. A madeira dos simples iria ser aproveitada na execução de «2 quambotas», para as abobadas de tijolo»[894] e, «rompendo a parede

---

876 Cf. *Idem, ibidem.*
877 Cf. *Idem, ibidem.*
878 Cf. *Idem, ibidem.*
879 Cf. *Idem, ibidem.*
880 Cf. *Idem, ibidem.*
881 Cf. Vol. II, documento nº170, p.292.
882 Cf. *Idem, ibidem.*
883 Cf. *Idem, ibidem.*
884 Cf. *Idem, ibidem.*
885 Cf. *Idem, ibidem.*
886 Cf. *Idem, ibidem.*
887 Cf. *Idem, ibidem.*
888 Cf. *Idem, ibidem.*
889 Cf. *Idem, ibidem.*
890 Cf. *Idem,* documento nº177, p.299.
891 Cf. *Idem,* documento nº170, p.292.
892 Cf. *Idem*, documento nº182 p.307.
893 Cf. *Idem, ibidem.*
894 Cf. *Idem, ibidem.*

para fazer as lunetas»[895], da mesma abóbada. Por sua parte, os trolhas responsabilizam-se em «guarnesser o dito tanque»[896] de forma a executar os barretes para as abóbadas[897] e as «planxas»[898], para encetarem as obras. Assim, e dando continuidade aos trabalhos, a 28 de Junho de 1822[899], os trolhas «se ocuparão e fizerão, quatro braças d'abobeda»[900] (8,8m), e os pedreiros, por sua vez, executaram «duas braças de esquadria»[901] (4,4m) do arco da capela-mor, «juntamente, auxiliando huns aos outros»[902].

Tendo como pano de fundo a grave crise política e económica que assolava o País, as obras da igreja atravessavam, igualmente, uma séria crise económica, agravada ainda pelas acusações de má administração porquanto foram detectados «alguns abusos na aplicação dos impostos designados para a obra da Igreja de Vallongo, sua Estrada e as de Ponte Ferreira»[903]. Pela Portaria Régia de 26 de Junho de 1822[904], determina-se a separação das arrematações da igreja de Valongo e estradas, e a abolição do registo das despesas efectuadas com as obras de edificação da igreja matriz de Valongo, e «que so tem servido para aumentar despezas inuteis»[905]. Pelo Aviso Régio de 5 de Julho de 1822[906], Francisco Jacques Salinas de Benavides, Chanceller da Relação e Casa Pia do Porto, torna-se inspector das obras públicas da mesma cidade[907], nomeadamente, das obras da igreja e estrada de Valongo. Mal assumiu o cargo, o novo inspector tenta conter os «immensos abusos»[908] que existiam nas administrações da Casa Pia, «sobrecessivos de toda a boa economia»[909] afirma perentoriamente, onde

---

895 Cf. *Idem, ibidem.*
896 Cf. *Idem, ibidem.*
897 Cf. *Idem, ibidem.*
898 Cf. *Idem, ibidem.*
899 Cf. *Idem*, documento nº183, p.308.
900 Cf. *Idem, ibidem.*
901 Cf. *Idem, ibidem.*
902 Cf. *Idem, ibidem.*
903 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº96, fl.2f..
904 A.D-P., *Idem, ibidem.*
905 A.D.P., *Idem, ibidem.*
906 Cf. Vol. II, documento nº184, p.309.
907 Cf. *Idem, ibidem.*
908 Cf. Vol. II, documento nº192, p.318.
909 Cf. *Idem, ibidem.*

«nem hú só real tinha d'entro do cofre»[910]. Esta situação era ainda agravada pela inexistência de alguns livros de registo da administração da Casa Pia, que segundo alegava o tesoureiro da mesma Casa, João Lopes da Silva Ferráz acusado de corrupção pelo mesmo chanceler, «forão dezemcaminhados na ocaziam do Exercito Francez»[911]. Francisco de Benavides não acredita na versão deste funcionáro. E logo a 2 de Junho de 1822[912], retira-lhe a chave do cofre da Casa Pia e suspende o pagamento de parte do ordenado ao mesmo tesoureiro[913]. Igual sorte tem o oficial menor da Contadoria, Caetano Joaquim Ferreira Viana[914], também acusado de irregularidades pelo mesmo desembargador. Estavam tomadas, assim, as providências julgadas necessárias para evitar a corrupção que, na sua opinião, estava instalada nas administrações da Casa Pia.

Em conformidade com o exposto, atendendo a que o cofre da Casa Pia se encontrava exaurido, logo a 23 de Julho de 1822[915], Francisco Jacques de Salinas Benavides suspende o registo das folhas de pagamento dos artistas e artifices[916] que trabalhavam na construção da nova matriz de Valongo, a fim de obstar a mais despesas consideradas, também a seu ver, desnecessárias. Os mesmos registos só foram reatados cerca de um ano depois, a 30 de Junho de 1823[917], mas sob uma nova inspecção: a de Sebastião Correira de Sá[918].

Com data de 26 de Junho de 1823[919], encontramos registada a verba de 63$000 réis[920] despendida com a compra de 60 moios de telha[921]. Supomos que as telhas compradas se destinavam a cobrir os telhados do corpo do edificio. Ainda neste mês se

---

910 Cf. *Idem, ibidem.*
911 Cf. *Idem,* documento nº189, p.315..
912 Cf. *Idem*, documento nº191, p.317.
913 Cf. *Idem, ibidem.*
914 Cf. *Idem*, *ibidem*.
915 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº81, fl.44f..
916 A.D.P., *Idem, ibidem.*
917 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.55f..
918 A.D.P., *Idem, ibidem.*
919 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl. 57f..
920 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.57v.
921 A.D.P., *Idem, ibidem.*

procede à compra do material necessário ao gradeamento de quatro janelas do corpo da igreja, no valor global de 11$550 reis[922].

Em 1823 as obras do corpo do edificio estariam potencialmente concluídas, e o novo espaço sacro, apto a ser utilizado, uma vez que temos a notícia de que a 20 de Setembro desse ano[923] se celebrou a primeira missa na nova igreja matriz de Valongo[924]. No segundo triénio da abadessa D. Genoveva Vitória de Faria[925] (1820-1823) muitas foram as despesas com a capela-mor, mormente a nível da paramentaria[926]. Neste período procedeu-se também à aquisição de dois novos sinos para as torres da nova matriz, o maior no valor de 55$335 réis[927], e o outro no valor de 33$170 réis[928], em substituição do antigo, cuja «condução do Sino, e apialo da torre»[929] custou às padroeiras 1$080 réis[930], pagando ainda a abadessa «aos galegos, e Joze de Castro por trabalho que tiverão»[931] mais 320 réis[932]. No decurso do mesmo ano, de Outubro a Novembro, procede-se ao envidraçamento das frestas do corpo do edifício e respectiva pintura[933], tendo-se gasto ainda nos tilheiros 8$500 réis[934].

Em Janeiro de 1824[935] faz-se a arrematação de 66 m de lajeado[936] para a obra. Quatro meses volvidos, nos inícios de Maio[937], procede-se à licitação de 93,5 metros de

---

922 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.58f..

923 REIS, Joaquim Alves Lopes, *Ob. cit.,* p.238.

924 *Idem, ibidem.*

925 B.N.L., Reservados, COD. 8441, fl.1f..

926 Cf. Vol. II, documento nº198, p.326.

927 Cf. *Idem, ibidem.*

928 Cf. *Idem, ibidem.*

929 Cf. *Idem, ibidem.*

930 Cf. *Idem, ibidem.*

931 Cf. *Idem, ibidem.* Supomos que os galegos referidos no livro de despesas deste triénio seriam presos calcetas que trabalhavam na estrada de Valongo, e que recebiam uma remuneração simbólica pelos seus serviços. Sendo assim, estas obras decorreram entre 1821 e 1822, já que só nestes anos é que encontramos a trabalhar na estrada de Valongo presos calcetas naturais da Galiza.

932 Cf. *Idem, ibidem.*

933 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº81, fls.63.-65v..

934 A.D.P., *Idem, ibidem,* 66v..

935 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.70f.,v..

936 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.72f..

937 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.74f..

perpianho[938]. Manuel da Silva[939] arremata a obra por 198$000 réis[940]. A partir de finais de Maio, aumenta o rol de pedreiros[941] nas obras de edificação da nova igreja matriz, abrandando o ímpeto construtivo logo a partir de Agosto[942]. Em Janeiro do ano seguinte[943], executam-se «4 rodainas para por o Engenho tocar o Sino do fundo da Torre, e por fora da Porta»[944], ao mesmo tempo que se compra «3 duzias de taboado de castanho de boa qualidade»[945] ao madeireiro António José Moreira[946], natural de Rebordosa. Na folha de pagamento dos artistas e artífices com início a 4 de Abril de 1825[947], detectamos a presença de vários carpinteiros de Valongo, chefiados pelo mestre António Ferreira[948], natural de Rebordosa, cargo que ocupou até ao fim do mesmo mês[949], sendo substituído pelo mestre do mesmo ofício, Custódio Barbosa[950], de Valongo. A partir de 2 de Maio[951], este mestre carpinteiro tem a seu cargo uma vasta equipa de artistas e artífices - nove oficiais, dois trabalhadores e dois *moços*[952] a que se associam, pela primeira vez, os armadores Manuel João[953] e Ricardo Joaquim[954]. Os trabalhos são, agora, essencialmente a nível de carpintaria. O primeiro pintor contratado para a obra da nova matriz é Manuel de Sousa[955], que, logo a 17 de Maio do mesmo ano[956] seria substituído por Manuel da Conceição[957]. Todos estes

---

938 A.D.P., *Idem, ibidem,* fls.74f.-77f..
939 A.D.P., *Idem, ibidem.*
940 A.D.P., *Idem, ibidem.*
941 Cf. Vol. III, quadro CDXCIV, p.434.
942 Cf. Idem, quadro CDXCIX, p.438.
943 Cf. Vol. II, documento nº203, p.331.
944 Cf. *Idem, ibidem.*
945 Cf. *Idem,* documento nº207, p.337.
946 Cf. *Idem, ibidem.*
947 Cf. Vol. III, quadro DXVI, p.449.
948 Cf. *Idem, ibidem.*
949 Cf. Idem, quadro DXVII, p.450.
950 Cf. Idem, quadro DXVIII, p.451.
951 Cf. *Idem, ibidem.*
952 Cf. *Idem, ibidem.*
953 Cf. *Idem, ibidem.*
954 Cf. *Idem, ibidem.*
955 Cf. *Idem,* quadro DXVIII, p.451.
956 Cf. Idem, quadro DXIX, p.452.
957 Cf. *Idem, ibidem.*

homens são naturais de Valongo, o que materializa não só a qualidade técnica destes artistas, mas também a presença de um número elevado de oficinas locais.

Num documento datado de 31 de Maio de 1825[958], encontramos uma alusão ao altar-mor da nova igreja que tinha sido «tresladado para o Arco principal com a toda a sua prespectiva»[959] sob o «gostozo aplauzo, e regozijo de todos os honrados Moradores»[960], com excepção de «hum punhado de Indeviduos dezacordados»[961] que procuravam «calumniozamente interceptar a brilhante marcha do famozo Edifficio da nova Igreja»[962]. Procurando preservar a ambiência religiosa, pautada pela paz do coração e aconchego espiritual, o pároco e fregueses de Valongo pedem a execução de «hua ligeira grade de pau de pinho pintada»[963], a colocar «na extremidade do grande Pateo, immediatto ao Arco principal»[964] e que vai «té as Bazes dos Pulpitos, para decencia do Altar, e susego publico nos maiores concenssos do Povo»[965]. Supomos que a nova matriz servia também de local de assembleia nesses tempos politicamente tão conturbados e incertos. Poucos dias volvidos, a 31 de Maio[966], José Teixeira de Sousa, rendido às razões apresentadas, ordena a execução da mesma grade da igreja e, acrescente-se, que «intrinamente sirva de devizão aos dous sexos, servindo igualmente de Meza para a Communhão»[967]. A utilização de grades nas igrejas como elemento de separação, marcando a divisão de espaços e pessoas, não constituia uma novidade, já que era uma «pratica geral de todaz as Igrejas deste Bispado»[968].

As obras de carpintaria continuam a um bom ritmo. Assim, a folha de pagamento com início a 8 de Agosto de 1825[969], apresenta um número significativo de

---

958 Cf. Vol.II, documento nº214, pp.345-346.
959 Cf. *Idem, ibidem*, p.345.
960 Cf. *Idem, ibidem.*
961 Cf. *Idem, ibidem.*
962 Cf. *Idem, ibidem.*
963 Cf. *Idem, ibidem.*
964 Cf. *Idem, ibidem.*
965 Cf. *Idem, ibidem.*
966 Cf. *Idem, ibidem.*
967 Cf. *Idem, ibidem*, p.346.
968 Cf. *Idem, ibidem*, p.345.
969 Cf. Vol. III, qudro DXXV, p.457.

carpinteiros a trabalhar nas obras da nova matriz. No que concerne ao oficio de pedreiro, detectamos apenas a presença do mestre pedreiro Manuel Ferreira[970] e do oficial Manuel Balio[971]. Ainda na vigência do mês de Agosto, e para se proceder à efectiva execução da grade divisória, são compradas três duzias de tabuado[972] ao mestre carpinteiro Alexandre da Rocha Felgueiras[973], no valor de 3$450 réis[974]. As ferragens utilizadas na obra foram compradas ao mestre serralheiro Tadeu Barbosa de Andrade[975]: «14 ferros de chumbar, e quatro dobradiças [...] hum fecho pedréz hum ditto de pancada»[976]. Nesta conta foram ainda contempladas as portas dos confessionários com a aquisição, ao mesmo fornecedor, de «oito dobradiças»[977] necessárias à sua colocação. Pelo material fornecido, Tadeu Barbosa de Andrade apresentou o seu recibo no valor de 3$520 réis[978]. Ainda durante o mês de Agosto se procedeu à colocação da grade divisória no interior da nova igreja matriz. Pelos seis dias de trabalho aos carpinteiros destacados para o efeito,[979] e pelos dois dias de trabalho ao pedreiro Manuel Balio[980], que «abriu as chumbaduras»[981], pagam-se 17$250 réis[982]. Colocada a grade, procede-se à sua pintura, comprando-se as tintas necessárias à obra a José Rodrigues Grijó[983], a 29 de Agosto do mesmo ano[984]. Também nesta data é liquidada outra conta do mesmo fornecedor, concernente à venda de «tinta para os reparos dos Altares»[985], no valor total de 19$710 réis[986]. Supomos que a colocação da grade divisória teria causado alguns danos nos altares, obrigando ao seu pronto restauro.

---

970 Cf. *Idem, ibidem.*
971 Cf. *Idem, ibidem.*
972 Cf. Vol. II, documento nº224, p.358.
973 A.D.P., *Idem, ibidem.*
974 A.D.P., *Idem, ibidem.*
975 A.D.P., *Idem,* documento nº225, p.359.
976 Cf. *Idem, ibidem.*
977 Cf. *Idem, ibidem.*
978 Cf, *Idem, ibidem.*
979 Cf. Vol. III, quadro DXXV, p.457.
980 Cf. *Idem, ibidem.*
981 Cf. *Idem, ibidem.*
982 Cf. *Idem, ibidem.*
983 Cf. Vol. II, documento nº227, p.361.
984 Cf. *Idem, ibidem.*
985 Cf. *Idem,* documento nº228, p.362.
986 Cf. *Idem, ibidem.*

Ainda no mesmo ano, recuemos um pouco, num documento datado de 18 de Junho[987], deparamos com a notícia de que a obra de pedraria do corpo da nova matriz «está de todo concluida»[988], com excepção da «maior parte da Esquadria de dentro do Coro, que ainda está por limpar»[989] Não obstante, era necessário ainda proceder à abertura de «hum portal para a abobada»[990], a fim de se observar, no tempo das chuvas, «se na mesma cay agoa»[991]. Porém, não havia grande urgência nestes trabalhos, uma vez que «aquelle e este serviço pode fazer-se no Inverno por ser feito debaixo de telha»[992]. Com a igreja coberta, pavimentada e praticamente desentulhada, as preocupações e as energias dirigiam-se, novamente, para as obras da capela-mor, que ocuparão, durante alguns anos, os protagonistas da nova igreja matriz de Valongo.

Nestas circunstâncias, não nos parece estranho que a próxima notícia concreta que temos sobre as obras do corpo do edifício date somente de 23 de Abril de 1830[993], quando do pagamento de «hua porta de ferro para servir ao Baptisterio»[994], da autoria do mestre serralheiro Manuel José da Conceição[995], «a qual se acha colocada em seu competente logar ja de 24 do mez de Septembro»[996] do ano anterior, portanto desde 1829. Este artista, natural da cidade do Porto[997], recebeu 128$380 réis[998] pelo seu trabalho, tendo sido o seu filho, o também mestre serralheiro Joaquim José da Conceição e Silva[999], quem levantou a quantia referida nos balcões da Casa Pia do Porto[1000]. A partir de 23 de Agosto de 1830[1001] encontramos novamente o mestre

---

987 Cf. Vol II, documento nº218, p.350.
988 Cf. *Idem, ibidem.*
989 Cf. *Idem, ibidem.*
990 Cf. *Idem, ibidem.*
991 Cf. *Idem, ibidem.*
992 Cf. *Idem, ibidem.*
993 Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fls. 83v.-84f..
994 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.84v..
995 A.D.P., *Idem, ibidem.*
996 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.85f..
997 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.84v..
998 A.D.P., *Idem, ibidem,* fls.84v.-85f..
999 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.85f..
1000 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1001 Cf. Vol. III, quadro DCXLVII, p.527.

trolha Manuel Pedrosa[1002] e a sua equipa[1003] a trabalhar nas obras da nova matriz de Valongo, estada essa que se prolongou até 4 de Junho de 1831[1004], e que supomos estar directamente relacionada com os trabalhos realizados com a abóbada da capela-mor altura em que seriam substituidos por uma equipa de Viana, chefiada pelo mestre trolha João Ramos Paz[1005]. A nosso ver, e a partir desta data, os trabalhos contemplam também o corpo do edifício.

Assim, nesta mesma folha de pagamento, detectamos a presença do «Apparelhador»[1006] Francisco Pereira[1007], do novo mestre pedreiro da obra António Alves[1008] de Vila Nova da Telha, dos oficiais aparelhadores, António Francisco[1009], Manuel Dias[1010], António Moreira[1011], todos eles naturais de Moreira da Maia. Nesta *feria* encontramos também o registo da verba de 23$350 réis[1012], respeitante à venda efectuada por António Francisco Verdete[1013] de 4,4 m de lajeado, 2,85 m de cornija e 11,4m de friso[1014]. Supomos que estavam reunidas as condições necessárias para se concluírem os trabalhos de lajeamento e de colocação do friso. Logo depois, iniciam-se os trabalhos de estuque, ultimando-se igualmente as obras relacionadas com os beirais do telhados do edificio, sendo comprados para esse fim, a 8 de Agosto de 1831[1015], «256 pares de Beiras de 4 palmos»[1016], no valor de 12$800 réis[1017] e ainda «64 caloiz de cume»[1018]. Supomos que estas obras, e as realizadas pelos oficiais estucadores, foram

---

1002 Cf. *Idem, ibidem.*
1003 Cf. *Idem*, quadro DCXLVIII, p.528.
1004 Cf. *Idem*, quadro DCLXVII, p.537.
1005 Cf. *Idem,* quadro DCLXVIII, p.538..
1006 Cf. *Idem, ibidem.*
1007 Cf. *Idem, ibidem.*
1008 Cf. *Idem, ibidem.*
1009 Cf.*Idem, ibidem.*
1010 Cf. *Idem, ibidem.*
1011 Cf. *Idem, ibidem.*
1012 Cf. Vol. II, documento nº317, p.453.
1013 Cf. *Idem, ibidem.*
1014 Cf. *Idem, ibidem.*
1015 Cf. *Idem*, documento nº321, p.457.
1016 Cf. *Idem, ibidem.*
1017 Cf. *Idem, ibidem.*
1018 Cf. *Idem, ibidem.*

orientadas *in situ* pelo arquitecto Joaquim da Costa Lima Sampaio[1019], que auferiu 4$000 réis[1020] pelo seu trabalho.

Poucos dias depois, entram na obra 6,16 m de cornija «grossa»[1021], 5,06 m de cornija «delgada»[1022], 7,48 m de friso[1023], e 14,52 m de faixa[1024]. A par do tratamento dos muros, procede-se à compra de 11,22 m de lajeado[1025]. Todo este material, no valor de 33$652 réis[1026], foi arrematado por António Francisco Verdete[1027]. A 20 de Setembro do mesmo ano[1028], o mesmo fornecedor entrega mais 33,44 m de lajeado[1029] e 4,18 m de cimalha[1030], no valor total de 10$815 réis[1031]. Os carregamentos e transporte da pedra prosseguem para as obras da igreja, a par dos de cal e areia. A 20 de Março do ano seguinte[1032] as atenções dirigem-se para os telhados, com a compra de «6 braças de louza pera aljarozes»[1033], tendo sido contratados para o efeito os pedreiros de lousa João Ferreira[1034] e António Martins[1035]. Dois meses volvidos, em Maio[1036], compram-se «2 dobradiças para as bandeiras da Porta principal da Igreja»[1037], dando-se assim por concluídas as obras do corpo da nova matriz de Valongo.

1019 Cf. Vol. III, quadro DCLXIX, p.539.
1020 Cf. *Idem, ibidem.*
1021 Cf. Vol. II, documento nº323, p.459.
1022 Cf. *Idem, ibidem.*
1023 Cf. *Idem, ibidem.*
1024 Cf. *Idem, ibidem.*
1025 Cf. *Idem, ibidem.*
1026 Cf. *Idem, ibidem.*
1027 Cf. *Idem, ibidem.*
1028 Cf. *Idem,* documento nº324, p.460..
1029 Cf. *Idem, ibidem.*
1030 Cf. *Idem, ibidem.*
1031 Cf. *Idem, ibidem.*
1032 Cf. *Idem,* documento nº328, p.464.
1033 Cf. *Idem, ibidem.*
1034 Cf. Vol. III, quadro DCLXXXVII, p.550.
1035 Cf. *Idem, ibidem.* O documento refere também o nome de José Marques de Oliveira como «pedreiro de lousa». Supomos, porém que se tratou de um lapso do apontador da obra, uma vez que este artista era mestre carpinteiro.
1036 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.100f..
1037 A.D.P., *Idem, ibidem.*

Em 1835[1038], os mordomos da confraria das Almas encomendam um sino, para a torre de baixo, ao mestre ferreiro João Francisco[1039] e nele consta a seguinte gravação: «*JHS Joannes Franciscus me fecti-Bracharae*»[1040]. Em 1838[1041], o mesmo mestre executa um novo sino, desta vez por ordem dos mordomos da confraria do Senhor dos Passos[1042]. Em 1876[1043], estes dois sinos passam para a torre de cima. Nesse mesmo ano, é encomendado um sino ao mestre ferreiro Narciso António[1044], que seguiu também para a mesma torre. Na torre de baixo há um só sino, que resultou da fundição dos sinos velhos oferecidos pelas freiras beneditinas[1045].

2.2.2. A capela-mor

De acordo com a primeira folha de pagamento dos artistas e artífices que encontramos, as obras de edificação da nova capela-mor tiveram apenas início a 9 de Julho de 1798[1046], e diz respeito aos trabalhos de arranque da pedra na «pedreira da Capella Mor»[1047], obra a cargo das monjas beneditinas, na vigência do segundo triénio do abadessado de D. Ana Antónia de Sampaio[1048]. Na segunda folha de pagamento, com início a 23 do mesmo mês[1049] deparamos com os primeiros pedreiros

---

1038 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p.239.
1039 *Idem, ibidem.*
1040 *Idem, ibidem.*
1041 *Idem, ibidem.*
1042 *Idem, ibidem.*
1043 *Idem, ibidem*, pp.239-240.
1044 *Idem, ibidem.*
1045 *Idem, ibidem.*
1046 Cf. Vol. III, quadro DCCXXVI, p.573.
1047 B.N.L., Reservados, COD. 8419, fl.2f..
1048 B.N.L., *Idem, ibidem.*
1049 Cf. Vol. III, quadro DCCXXVII, p.573.

montantes, ocupados «na pedreira de alvenaria para o alicerce»[1050]: Pedro Ferreira[1051], José Rodrigues[1052] e Joaquim José[1053], todos eles artistas oriundos de Rio Tinto.

Estas datas não seriam confirmadas por Agostinho António da Fonseca[1054], administrador que foi das obras do corpo da nova matriz, na sua declaração de defesa lavrada a 12 de Janeiro de 1802[1055], na Cadeia da Relação. Este homem, que também exerceu o cargo de administrador das obras a cargo das monjas do Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria do Porto[1056], — capela-mor e sacristia do lado do nascente —, foi encarcerado a 24 de Outubro de 1800[1057] «pelas «nove oras da noite»[1058], por ordem de Francisco de Almada e Mendonça[1059], sob as acusações, não comprovadas aos olhos de Pedro de Melo Breyner[1060], de «extravio de dinheiro da obra, dezertor de Regimento de Infantaria de Almeyda, e réo de huma morte feita nesta Corte»[1061]. Na sua declaração de defesa, e no que concerne à acusação de desvio de fundos das obras da capela-mor, Agostinho António da Fonseca afirma que as mesmas obras somente tiveram início a 9 de Setembro de 1798[1062]. Todavia, este desfasamento não nos parece verdadeiramente significativo. Os trabalhos iniciam-se realmente a 9 de Julho com o arranque da pedra na pedreira de S. Cosme. Supomos que Agostinho António da Fonseca julgou esta data irrelevante, por considerar que diz respeito apenas à preparação dos trabalhos e não à efectiva construção da cabeceira da igreja. Em Agosto

---

1050 Cf. *Idem, ibidem.*

1051 Cf. *Idem, ibidem.*

1052 Cf. *Idem, ibidem.*

1053 Cf. *Idem, ibidem.*

1054 Cf. Vol. II, documento nº96, fl.186.

1055 Cf. *Idem, ibidem.*

1056 Cf. *Idem,* documento nº86, p.170.

1057 Cf. *Idem,* documento nº96, p.187.

1058 Cf. *Idem, ibidem.*

1059 Cf. *Idem, ibidem.*

1060 Cf. Vol. II, documento nº.104, pp. 201-202. As relações entre estes dois homens sempre foram tensas. Pedro de Melo Breiner chocava-se com o carácter implacável de Francisco de Almada e Mendonça, acusando-o de prepotência e de ser conivente com a violência perpetrada nas prisões da Cadeia da Relação. Quando da morte deste desembargador, Pedro de Melo Breyner, consegue impôr o seu estilo mais liberal. A este respeito consultar, FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B, *O Porto na época...*, p.47.

1061 Cf. Vol. II, documento nº104, p.201.

1062 Cf. *Idem*, documento nº95, p.184.

e Setembro desse ano[1063], os artistas e artífices já trabalhavam efectivamente na construção da capela-mor. Em Março do ano seguinte, José da Silva Coelho[1064], de Valongo, vende para a obra «71 sacos em pedra a 750 reis cada hum»[1065]. Pela venda e transporte da mercadoria «soma toda a conta salvo erro»[1066] 6$177 réis[1067]. Os serviços do mestre pedreiro de S. Cosme, João Vaz[1068], são também muito solicitados, já que era absolutamente necessário proceder à reparação das ferramentas utilizadas na pedreira «pertensente á Capela Mor[1069]. As contas respeitantes a estes artistas eram conferidas e rubricadas por Agostinho António da Fonceca[1070], na sua qualidade de administrador, e pelo mestre pedreiro da obra, António Barbosa[1071].

Em 25 de Outubro de 1799[1072], encontramos registado no livro de despesas das monjas beneditinas, o montante de 1:700$005 réis[1073], despendido «com o custo das obras de pedraria que mandamos fazer na nova Capella Mor da nossa Igreja de Valongo»[1074]. Neste documento deparamos também com outras despesas, resultantes da compra de um vaso de prata para levar «o Sagrado Fiateio aos enfermos»[1075] e também com a aquisição de nova paramentaria. Apesar deste investimento, em 1800[1076], segundo informações preciosíssimas contidas na declaração de defesa do mesmo administrador, a capela-mor ainda «era alicerces»[1077], enquanto que o corpo da igreja «se tinha adiantado muito»[1078], o que se traduzia em grande prejuízo para a obra[1079].

1063 Cf. Vol. III, quadros DCCXXVIII, DCCXXIX, DCCXXX, DCCXXXI, pp.574-577.
1064 Cf. Vol. II, documento nº86, p.170.
1065 Cf. *Idem, ibidem.*
1066 Cf. *Idem, ibidem.*
1067 Cf. *Idem, ibidem.*
1068 Cf. *Idem*, documento nº87, p.171.
1069 Cf. *Idem, ibidem.*
1070 Cf. *Idem, ibidem.*
1071 Cf. *Idem, ibidem.*
1072 Cf. *Idem*, documento nº89, fl.173.
1073 Cf. *Idem, ibidem.*
1074 Cf. *Idem, ibidem.*
1075 Cf. *Idem, ibidem.*
1076 Cf. *Idem*, documento nº96, p.187.
1077 Cf. *Idem, ibidem.*
1078 Cf. *Idem, ibidem.*
1079 Cf. *Idem, ibidem.*

Confrontado com esta apatia construtiva, e para obviar este inconveniente, Francisco de Almada e Mendonça pressiona as padroeiras de Valongo na pessoa da sua abadessa, D. Vitória Maria Corte Real[1080]. Esta senhora procura chegar a um acordo com o desembargador. Visando uma situação definitiva, propõem-lhe a entrega de «quatro mil cruzados para que a Cappella Mór se fizese junta com a obra do corpo da Igreja debaixo de hua mesma inspeção»[1081]. Em contrapartida, ficava definitivamente desobrigada das obras. Francisco de Almada e Mendonça não aceita a proposta. E através de um mensageiro, «lhe mandou dizer que só por/ por oito mil cruzados conviria niso»[1082]. Agostinho António da Fonseca tentou, ainda segundo o seu depoimento, dissuadir o corregedor quanto ao baixo valor do montante por este estipulado, uma vez que a obra «hindo conforme a planta, senão podia fazer menos de vinte mil cruzados»[1083].

Não logrou, porém, ser ouvido. Talvez devido às poucas qualidades que Francisco de Almada lhe parecia atribuir. Supomos que esta atitude revela um certo anacronismo, uma vez que por ordens do mesmo desembargador, Agostinho da Fonseca havia ocupado cargos de responsabilidade em obras de vulto no Porto, nomeadamente como administrador «no teatro desta cidade»[1084], e também como Inspector das obras das Fontainhas[1085], aqui, «na companhîa do cappitão Joze Joaquim Fernandes Correia»[1086]. Parecia assim, que aquele que fora em tempos homem da confiança de Francisco de Almada, não possuía agora as competências suficientes para desempenhar o cargo. Porém, a opinião firmada deste homem levanta desde já um novo problema. Teria existido uma certa imprudência na decisão de Francisco de Almada e Mendonça?. A ligeireza das freiras beneditinas, associada à prontidão com que acolheram a contraproposta do corregedor, sugere que sim. Por outro lado, o facto de Damião Pereira de Azevedo reformular o risco da igreja, e que, a nosso ver, contemplou a capela-mor e sacristia do lado do nascente, prendeu-se,

---

1080 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4595, fl.112f..

1081 Cf. Vol. II, documento nº96, fl.187.

1082 Cf. *Idem, ibidem.*

1083 Cf. *Idem, ibidem.*

1084 Cf. *Idem, ibidem.*

1085 Cf. *Idem, ibidem.*

1086 Cf. *Idem, ibidem.*

necessáriamente, com as questões económicas decorrentes de uma construção desta envergadura, já de si onorosas, agravadas com a decisão do corregedor.

Pouco depois, e em conformidade com o exposto, a 2 de Agosto de 1800[1087], lavra-se o contrato entre a madre abadessa do mosteiro de S. Bento da Avé-Maria, na pessoa do seu procurador, o Doutor António de Araújo Lima[1088], o juiz da Cruz Manuel de Sousa Fernando[1089], o procurador dos moradores de Valongo, Vicente Lopes de Carvalho[1090], e os eleitos da mesma freguesia, Caetano da Silva Pereira[1091], João Alves Saldanha[1092] e Custódio da Silva Montanhão[1093], «a respeito da Capella Mor e Samcristia da dita Igreja»[1094]. Este contrato contou ainda com a presença de José Teixeira de Sousa[1095], corregedor ajudante de Francisco de Almada e Mendonça, a quem cabia a responsabilidade da inspecção das obras públicas quando aquele se ausentava da cidade invicta[1096].

Por este contrato, lavrado por Crespim Caetano da Costa[1097], «Escrivão Proprietario de hum dos ofícios do Juizo da Correição»[1098] e morador na Rua de Santo Ovidio[1099], na presença do oficial maior da Contadoria da Real Casa Pia, João Lopes da Silva Ferraz[1100], as monjas padroeiras obrigam-se a pagar 3:200$000 réis[1101] para se completar as obras de construção da capela-mor e sacristia do lado do nascente, de acordo com a «planta aprovada por Sua Magestade»[1102]. Este montante foi pago em

---

1087 Cf. *Idem,* documento nº92, pp.176-180.
1088 Cf. *Idem, ibidem,* p.178.
1089 Cf. *Idem, ibidem*, pp.178-179.
1090 Cf. *Idem, ibidem*, p.179.
1091 Cf. *Idem, ibidem*
1092 Cf. *Idem, ibidem.*
1093 Cf. *Idem, ibidem.*
1094 Cf. *Idem,* documento 101, p.197.
1095 Cf. *Idem,* documento nº92, p.176.
1096 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B, *O Porto na época...*, p.45.
1097 Cf. Vol. II, documento nº92, p.177.
1098 Cf. *Idem, ibidem*, p.179.
1099 A.D.P., Fundo Notarial, PO-8º, livro nº289, fl.24v..
1100 Cf. Vol. II, documento nº92, p.177.
1101 Cf. *Idem, ibidem*, p.178.
1102 Cf. *Idem, ibidem.*

três prestações: 1:600$00 réis[1103] na assinatura do contrato, 800$000 réis[1104] a 20 de Março de 1801[1105] e, «se deo o ultimo quartel»[1106] em 27 de Fevereiro de 1802[1107].

A partir da última quitação, as freiras beneditinas ficaram «desobrigadas de tudo quanto puder pertencer a obras e despezas da dita Capella Mor, e Sam Christia»[1108], terminando, desta maneira, com «todos os pleitos que tem havido, e posão haver a este respeito»[1109] com os moradores de Valongo. As mesmas obras transitaram para a alçada da Junta das Obras Públicas da cidade do Porto, «asim como corre o Corpo da Igreja»[1110], visando uma «maior brevidade da sua manofactura»[1111], ficando deste modo as padroeiras «desonerados tanto em promptidão e omisção que posa haver na mesma obra»[1112]. Por este acórdão, as padroeiras despenderam mais 12$640 réis[1113] com «hum mimo, que se deo ao Escrivão que tratou do contrato e termo que se fez a respeito da Capella mor de Vallongo»[1114], Crespim Caetano da Costa.

Em conformidade com o exposto, as obras de edificação da capela-mor e sacristia do lado do nascente transitam oficialmente para a alçada da Juntas das Obras Públicas do Porto, a 27 de Outubro de 1803[1115], cuja inspecção pertence, nesta época, a Francisco de Almada e Mendonça. Todavia, apesar do contrato ter sido realizado com o intuito de tornar célere a construção das obras a cargo das padroeiras, esta mudança não provocou alterações significativas no que concerne ao andamento dos trabalhos, cuja característica dominante foi a morosidade.

1103 Cf. *Idem, ibidem.*
1104 Cf. *Idem, ibidem.*
1105 Cf. *Idem*, documento nº101, p.197.
1106 Cf. *Idem, ibidem.*
1107 Cf. *Idem, ibidem.*
1108 Cf. Vol. II, documento nº92, p.178. .
1109 Cf. *Idem, ibidem.*
1110 Cf. *Idem, ibidem*, p.179.
1111 Cf. *Idem, ibidem.*
1112 Cf. *Idem, ibidem.*
1113 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4720, fl.77.
1114 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1115 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº85, fl.57.

Em 1825, as obras da capela-mor continuavam muito atrasadas em relação às do corpo da igreja. Pelo requerimento datado de 18 de Junho do mesmo ano[1116], o reitor e mais moradores de Valongo pedem a continuação das obras da capela-mor, alegando que a «prezente Estação hé mais propria para as obras descobertas»[1117]. Supomos que esta obra seria ainda incipiente, e, naturalmente, o dinheiro utilizado na mesma diminuto. Perante esta inoperância construtiva, os moradores de Valongo não se acanham e pedem que a mesma obra seja vistoriada, a fim de se verificar se «está nos termos, e corresponde ao Corpo da Igreja: segundo o pede a Arquitetura»[1118], uma vez que encontravam desproporções no edificio religioso. Consideravam que a planimetria da capela-mor era demasiada pequena, acanhada, comparativamente ao corpo do edifício. Baseavam o seu parecer no que os «praticos inteligentes sobre esta matéria dizem»[1119], ou seja, que faltava de «fundo a ditta Capella 18 palmos»[1120]. No mesmo requerimento, os moradores pedem «seria reflexão»[1121] sobre este assunto, «por delle depender a formuzura do ditto Edifficio»[1122]. E são atendidos.

Assim, pela Portaria de 6 de Julho de 1825[1123] é dado conhecimento ao «arquiteto da Cidade Joaquim da Costa Lima»[1124] do requerimento efectuado pelo reitor e fregueses da nova matriz, ao mesmo tempo que se lhe encomenda a execução de nova traça da «parte da obra que achar se deve fazer»[1125]. O ilustre arquitecto da cidade depois de proceder à vistoria da cabeceira da igreja, confirma a necessidade de se proceder à reforma do risco da mesma[1126]. Para demonstrar esta afirmação, opina que se acrescente ao seu comprimento mais 3,52 m[1127], não só para maior

---

1116 Cf. Vol. II, documento nº218, p.350.
1117 Cf. *Idem, ibidem.*
1118 Cf. *Idem, ibidem.*
1119 Cf. *Idem, ibidem.*
1120 Cf. *Idem, ibidem.*
1121 Cf. *Idem, ibidem.*
1122 Cf. *Idem, ibidem.*
1123 Cf. *Idem, ibidem*, p.351.
1124 Cf. *Idem, ibidem.*
1125 Cf. *Idem, ibidem.*
1126 Cf. *Idem, ibidem.*
1127 Cf. *Idem, ibidem.*

comodidade e funcionamento do culto divino[1128], como também «para a sua regularidade exterior»[1129], de forma a não desdizer do conjunto. Pela Portaria de 8 de Agosto do mesmo ano[1130], que autoriza a execução de novo risco, procede-se à reforma da capela-mor, «dando-se-lhe de fundo mais deza-seis palmos na conformidade da informação do arquitecto, e planta junta»[1131], cuja traça foi, posteriormente, entregue ao apontador da obra António Pinheiro de Souza[1132].

A partir desta data, assiste-se a novo fulgor construtivo[1133]. Contudo, logo após o reinício dos trabalhos, outro problema concreto se deparou aos seus responsáveis. A nova capela-mor, à semelhança da primitiva, sofre a infiltração da água das chuvas[1134]. Surgia como inevitável o espectro de nova paragem das obras. Em Novembro de 1825[1135], são gastos 5$180 réis[1136] com as «Pessoas Empregadaz de Noite a tirar a Agoa do Allicerce da Capella Mor da Igreja»[1137]. Em 28 de Janeiro do ano seguinte[1138], pagam-se 2$000 réis[1139] ao mestre carpinteiro Joaquim Ferreira Campainho[1140] do rol da «Madeira para tapar 2 frestas»[1141] da capela-mor. Os carregamentos de pedra[1142] para as obras de acrescento da capela-mor da igreja de Vallongo sucedem-se. Em Maio do mesmo ano[1143], o apontador António Pinheiro de Sousa despende a quantia de 8$260 réis[1144] na compra de 3,3 m de pedra de esquadria[1145], ao mestre José

1128 Cf. *Idem, ibidem.*
1129 Cf. *Idem, ibidem.*
1130 Cf. *Idem, ibidem.*
1131 Cf. *Idem, ibidem.*
1132 Cf. *Idem, ibidem.*
1133 Cf. Vol. III, quadros, DXXVII, p.459.
1134 Cf. *Idem*, quadro DXXVIII, pp.460-461.
1135 Cf. *Idem, ibidem.*
1136 Cf. *Idem, ibidem,* pp.460-461.
1137 Cf. *Idem, ibidem,* p.460.
1138 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro n°81, fl.119f..
1139 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1140 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1141 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1142 Cf. Vol. II, documentos n°s 238 e 239, pp.366-367.
1143 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro n°81, fl.123v..
1144 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.124f..
1145 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.124v..

Rodrigues[1146]. Quatro meses volvidos, o mesmo apontador compra «hum cabo uzado por 3$200»[1147] a António Ferreira[1148], de Baguim do Monte, e ainda «hua ligeira que importou 3$100»[1149] a José Francisco Lima[1150], procedendo os trabalhadores da obra da igreja de Valongo à execução de uma roda nova «para guindar»[1151] as pedras. Ainda no mês de Setembro, realizam-se as obras de beneficiação da «Fonte da Igreja»[1152], gastando-se 3$120 réis[1153].

A contínua infiltração das águas das chuvas levanta o problema dos estragos causados no edifício. Contudo, não afectavam apenas a capela-mor. No dia 22 de Setembro de 1826[1154] procede-se à avaliação dos prejuízos que o «alicerce da Capela Mor desta freguezia deu ao Cazeiro Alexandre da Roxa»[1155], na presença dos louvados João de Souza Paupério[1156] e Manuel João da Cruz[1157]. Os estragos causados no passal do pároco foram calculados em 4$800 réis[1158], uma vez que, além dos prejuízos normais, foi necessário executar «hua rotta no campo para escuar as agoas do alicerce»[1159].

Os trabalhos de construção da capela-mor prosseguem. Poucos dias depois, a 21 de Outubro de 1826[1160], são gastos 5$250 réis[1161] com a compra de 9,35m de pedra para os «portais interiores que leva o acrescento da Capella Mor»[1162]. Contudo, parte

---

1146 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1147 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1148 A.D.P., *Idem, ibidem.* fl.132f..
1149 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1150 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1151 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1152 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1153 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1154 Cf. Vol. II, documento nº243, p.371.
1155 Cf. *Idem, ibidem.*
1156 Cf. *Idem, ibidem.*
1157 Cf. *Idem, ibidem.*
1158 Cf. *Idem, ibidem.*
1159 Cf. *Idem, ibidem.*
1160 Cf. *Idem,* documento nº245, p.373.
1161 Cf. *Idem, ibidem.*
1162 Cf. *Idem, ibidem.*

da capela-mor continuava ainda «demolida»[1163]. Assim nesta data, como o «vento atacava a Igreja»[1164], foi necessário mandar «tapar todas as frestas e buracos que tinha a madeira aonde está pregada a perspectiva»[1165], tendo o apontador da obra despendido 4$840 réis[1166] com a aquisição do material necessário. Manuel João[1167] foi o artista contratado para esta empresa, respeitante a seis dias de trabalho[1168] e pela qual auferiu 1$920 réis[1169]. Sensivelmente um mês depois, a 18 de Novembro[1170], encontramos registada a despesa que se fez ao «forrar por dentro o tapamento que se vê no Arco Cruzeiro a saber da Cornija te ao redondo do dito arco»[1171], e que separava a capela-mor do corpo da igreja. Colocou-se também «hua porta nas costaz do Throno»[1172]. Pelos materiais comprados e pelo pagamento de quatro dias a Manuel João,[1173] o artista «que fez a obra»[1174], despendeu-se 5$650 réis[1175].

As obras continuam lentamente o seu percurso. Os trabalhos dirigem-se, agora, para os vãos da capela-mor. A 2 de Dezembro de 1826[1176], José Rodrigues[1177], de Rio Tinto, e o seu sócio António Ferreira[1178], de Baguim do Monte, vendem «pedra fina para tres friestas que de novo se abrêm 21 carros»[1179], no valor global de 27$300 réis[1180], e ainda 184 palmos de esquadria[1181] (40,48m), no valor de 9$660 réis[1182]. Para

---

1163 Cf. *Idem*, documento nº246, p.374
1164 Cf. *Idem, ibidem.*
1165 Cf. *Idem, ibidem.*
1166 Cf. *Idem, ibidem.*
1167 Cf. Vol. III, quadro DLI, p.475.
1168 Cf. *Idem, ibidem.*
1169 Cf. *Idem, ibidem.*
1170 Cf. *Idem*, documento nº248, p.376.
1171 Cf. *Idem, ibidem.*
1172 Cf. *Idem, ibidem.*
1173 Cf. *Idem, ibidem.*
1174 Cf. *Idem, ibidem.*
1175 Cf. *Idem, ibidem.*
1176 Cf. *Idem*, documento nº249, p.377.
1177 Cf. *Idem, ibidem.*
1178 Cf. *Idem, ibidem.*
1179 Cf. *Idem, ibidem.*
1180 Cf. *Idem, ibidem.*
1181 Cf. *Idem, ibidem.*
1182 Cf. *Idem, ibidem.*

obviar a colocação das pedras, o apontador António Pinheiro de Sousa[1183] vende «1 1/2 arratel de cera para fazer colla»[1184].

A partir dos finais de Janeiro do ano seguinte, devido ao crescente clima de insegurança que grassava no País, os dinheiros concernentes à despesa de obras da igreja matriz e das outras obras públicas, foram recolhidos a «bordo da Brigue Providencia surto no Rio Douro»[1185]. Pouco tempo depois, a 12 de Fevereiro de 1827[1186], procede-se à compra de 4,4 m de esquadria[1187] para as frestas do meio da capela-mor. José Rodrigues[1188] foi o fornecedor, auferindo pela venda 10$500 réis[1189]. Cinco dias volvidos, compram-se mais seis carros de esquadria ao mesmo mestre montante e «posta na obra que importa 8$400 réis»[1190].

Abertos os vãos, procede-se ao seu gradeamento. Em 20 de Março[1191] compra-se uma grade de ferro ao serralheiro Manuel José da Conceição[1192], que se responsabilizou também pelo transporte, e que «soma tudo em metal 24$830»[1193]. Sensivelmente três meses depois, a 25 de Junho de 1827[1194], pagam-se mais 35$760 réis[1195] ao mesmo fornecedor, concernentes à venda de duas grades de ferro[1196] para as frestas da capela-mor. Poucos dias volvidos, Manuel José da Conceição entrega na obra outra grade de ferro[1197], no valor de 26$460 réis[1198]. A par com este material, os

---

1183 Cf. *Idem,* documento nº252, p.380.
1184 Cf. *Idem, ibidem.*
1185 Cf. *Idem*, documentos nº253, p.381.
1186 Cf. *Idem*, documento nº255, p.383.
1187 Cf. *Idem, ibidem.*
1188 Cf. *Idem, ibidem.*
1189 Cf. *Idem, ibidem.*
1190 Cf. *Idem*, documento nº256, p.384.
1191 Cf. *Idem,* documento nº257, p.385.
1192 Cf. *Idem, ibidem.*
1193 Cf. *Idem, ibidem.*
1194 Cf. *Idem,* documento nº260, p.389.
1195 Cf. *Idem, ibidem.*
1196 Cf. *Idem, ibidem.*
1197 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.12f..
1198 A.D.P., *Idem, ibidem.*

carregamentos de cal e saibro[1199] continuam a chegar à obra com regularidade assim como de pedra de alvenaria[1200].

Os trabalhos de colocação do friso da capela-mor iniciam-se em Outubro de 1827[1201], quando o arrematante José Rodrigues[1202] coloca na obra 17m[1203] de «frizo de pedra de grão a 220 reis cada palmo»[1204]. Para procederem à efectiva colocação do friso, os responsáveis da obra compram cinco pinheiros ao valonguense Braz João[1205], para se «formar duas pranxas, em toda a largura da Capella Mor para nellas se asentar as varas para guindar a pedra»[1206], conforme recibo apresentado em 17 de Novembro do mesmo ano[1207], no valor de 7$800 réis[1208]. Nesta verba encontra-se também incluído o «gasto com 5 homens que se chamarão para ajudar a levantar o Guindastre»[1209]. Poucos dias volvidos, a 17 de Dezembro de 1827[1210], encontramos registada a despesa de 13$500 réis[1211], concernente a 90 carros de «Alvenaria que se julga ultimar a obra da Capela-Mor»[1212].

Os trabalhos de colocação do friso nos muros da capela-mor prosseguem. Cerca de um mês depois, a 23 de Janeiro de 1828[1213], é efectuado o pagamento de «5 cunhaiz, e parte da Cornija que tudo faz 9 carros a 1$440 reis importa 12$960 reis»[1214], novamente ao mestre montante José Rodrigues[1215]. Com data de 7 de

---

1199 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.13f..
1200 A.D.P., *Idem, ibidem*, fls.14v.-15f..
1201 Cf. Vol. II, documento nº262, p.392.
1202 Cf. *Idem, ibidem.*
1203 Cf. *Idem, ibidem.*
1204 Cf. *Idem, ibidem.*
1205 Cf. *Idem,* documento nº263, p.393..
1206 Cf. *Idem, ibidem.*
1207 Cf. *Idem, ibidem.*
1208 Cf. *Idem, ibidem.*
1209 Cf. *Idem, ibidem.*
1210 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.20v..
1211 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1212 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1213 Cf. Vol. II, documento nº264, p.394.
1214 Cf. *Idem, ibidem.*
1215 Cf. *Idem, ibidem.*

Fevereiro de 1828[1216], encontramos uma factura no valor de 20$850 réis[1217] referente à compra de 139 carros de pedra de alvenaria[1218] que tinham entrado nas obras desde 24 de Dezembro de 1827 a 24 de Janeiro de 1828[1219]. A 12 de Março de 1828[1220] o mesmo arrematante entrega na obra a pedra necessária para se ultimar a cornija da capela-mor[1221], no valor de 11$200 reis[1222], e «maiz ditta para completar o frizo da dita e para a fresta pequena por 6$800 reis»[1223]. Os carretos de saibro[1224] e de cal[1225] para as obras continuam a bom ritmo. Sensivelmente dois meses depois, a 2 de Maio de 1828[1226], José Rodrigues aufere mais 9$000 réis[1227] pela venda de «4 carros de Esquadria[1228] e de «20 carretos d'alvenaria»[1229]. Ambos os materiais seriam utilizados «na volta»[1230] da capela-mor.

Apesar da gravíssima crise política que então assolava o País, onde os actos políticos de D. Miguel chocavam com a reacção liberal,[1231] chegando a ser instituído um governo revolucionário ao norte do País - a Junta do Porto[1232] - os trabalhos de pedraria da nova matriz continuam. O mestre Manuel Ferreira[1233] tem a seu cargo um razoável leque de artistas e artífices, a quem cabe executar, com mestria, as tarefas distribuídas. Em Julho de 1828[1234], os cofres da Casa Pia encontravam-se

---

1216 Cf. *Idem*, documento nº265, p.395.
1217 Cf. *Idem, ibidem.*
1218 Cf. *Idem, ibidem.*
1219 Cf. *Idem, ibidem.*
1220 Cf. *Idem*, documento nº268, p.398.
1221 Cf. *Idem, ibidem.*
1222 Cf. *Idem, ibidem.*
1223 Cf. *Idem, ibidem.*
1224 Cf. *Idem,* documento nº269, p.399.
1225 Cf. *Idem,* documento nº270, p.400.
1226 Cf. *Idem,* documento nº272, p.402.
1227 Cf. *Idem, ibidem*
1228 Cf. *Idem, ibidem.*
1229 Cf. *Idem, ibidem.*
1230 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.35f..
1231 VARGUES, Isabel Nobre; TORGAL, Luís Reis — *Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político. In* «História de Portugal». Dir. de MATTOSO, José. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, vol. 5, p.75.
1232 *Idem, ibidem,* p.76.
1233 Cf. Vol. III, do quadro DLXXV ao quadro DXCIV, pp.491-500.
1234 Cf. Vol. II, documento nº275, p.405.

«exhauridos, e roubados pelos Rebeldes»[1235], tendo desaparecido 11:363$814 réis[1236]. Esta situação de penúria obrigou à imediata suspensão das obras da estrada de Valongo[1237]. Contudo, e apesar das vicissitudes expostas, supomos que não afectou significativamente os trabalhos da edificação da nova igreja matriz de Valongo. Os trabalhadores encontram-se, agora, empenhados na execução do arco triunfal. Data de 19 de Setembro de 1828[1238], a compra de 5,28 m de aduelas[1239] no valor global de 11$520 réis[1240]. A verba é liquidada pelo novo apontador das obras da igreja de Valongo, Casemiro António de Lima[1241]. Este homem, que fora nomeado para o cargo a 7 de Agosto de 1828[1242], em consequência da fuga de António Pinheiro de Sousa[1243], morador na Rua da Igreja[1244], para lugar incerto, evitando desse modo, afirma perentoriamente o novel apontador, «não ser prezo por crimes comettidos contra a Real Pessoa do Senhor D. Miguel 1º»[1245], possuía os requesitos julgados necessários para «servir o ditto lugar»[1246], pois, para além de «ser homem de probidade, saber ler, escrever»[1247], tinha também convicções absolutistas, uma vez que «foi sempre decedidamente affecto a Legitimidade do Ditto Senhor»[1248].

Um mês depois da sua nomeação, a 6 de Setembro de 1828[1249], e a seu pedido, o dinheiro do real aplicado para as obras de construção da nova matriz, «cobrado todo em cobre»[1250], deixa de ser guardado nos cofres da Casa Pia do Porto. A fim de obviar o «grande encomado, e despeza para ser conduzido ao cofre»[1251], os arrematantes

---

1235 Cf. *Idem, ibidem.*
1236 Cf. *Idem, ibidem.*
1237 Cf. *Idem*, documento nº276, p.407.
1238 Cf. *Idem*, documento nº283, p.415.
1239 Cf. *Idem, ibidem.*
1240 Cf. *Idem, ibidem.*
1241 Cf. *Idem, ibidem.*
1242 Cf. *Idem*, documento nº278, p.409.
1243 Cf. *Idem, ibidem.*
1244 A.D.P., Fundo Monástico, livro nº4738, s/fls.
1245 Cf. Vol. II, documento nº278, p.409.
1246 Cf. *Idem, ibidem.*
1247 Cf. *Idem, ibidem.*
1248 Cf. *Idem, ibidem.*
1249 Cf. Idem, documento nº281, p.413.
1250 Cf. *Idem, ibidem.*
1251 Cf. *Idem, ibidem.*

passam a entregar o produto das suas licitações em Valongo. Para fiscalizar as obras e controlar as contas, logo em 22 de Setembro do mesmo ano[1252], o chanceler da Relação e superintendente das obras da igreja de Valongo, José Inácio Pais Pinto de Sousa e Vasconcelos[1253], determina que o pároco da mesma igreja, Manuel Alves Oliveira[1254], fique encarregado de vigiar na «boa direção da Obra da Igreja, e fiscalizaçam das folhas de jornaes e aprestos»[1255], concomitantemente a bem «do seu culto externo, e bêm do publico»[1256]. Manuel Alves de Oliveira, perante a intimação de que foi alvo, aceita fiscalizar «a grande Obra da Igreja»[1257], apesar dos poucos momentos que lhe sobram das suas obrigações pastorais, uma vez que, justifica desalentado, é «hum Pastor de tres mil almas, e este hum fraco»[1258].

As obras na capela-mor continuam lentamente o seu percurso. O mestre pedreiro Manuel Ferreira e a sua equipa[1259] encontram-se ainda, no arco triunfal. Assim, a 3 de Outubro de 1828[1260], José Rodrigues vende mais 7,7 m de aduelas para o arco da capela-mor[1261]. Apresentada a sua conta ao apontador Casemiro António de Lima, este liquida a factura no valor de 16$800 réis[1262].

Reconstruída a cabeceira do edifício com a dignidade almejada, finalizados os trabalhos no arco principal da capela-mor, as energias são agora dirigidas para a cobertura da mesma. A 17 de Outubro de 1828[1263], são comprados «13 1/2 moios de telha para cobrir a Capela Mor»[1264]. A proveniencia do material é da Telheira de Alfena[1265], famosa pela qualidade das suas telhas. O transporte para a obra é da inteira

---

1252 Cf. *Idem*, documento nº284, pp.416-417.
1253 Cf. *Idem, ibidem*, p.416.
1254 Cf. *Idem, ibidem.*
1255 Cf. *Idem, ibidem.*
1256 Cf. *Idem, ibidem.*
1257 Cf. *Idem, ibidem.*
1258 Cf. *Idem, ibidem,* p.417.
1259 Cf. Vol. III, quadros DXCVI, DXCVII, DXCIX, pp.501-503.
1260 Cf. Vol. II, documento nº286, p.419.
1261 Cf. *Idem, ibidem.*
1262 Cf. *Idem, ibidem.*
1263 Cf. *Idem*, documento nº287, p.420.
1264 Cf. *Idem, ibidem.*
1265 Cf. *Idem, ibidem.*

responsabilidade do arrematante Francisco José Inácio[1266], que auferiu, pela venda e respectivo carreto, 10$120 réis[1267]. Colocadas as telhas, iniciam-se os trabalhos de carpintaria do interior da capela-mor[1268], que se prolongam durante todos o mês de Novembro[1269]. É datado de 17 de Dezembro de 1828[1270] o recibo que encontramos do madeireiro José Pereira[1271], referente à venda de cinco dúzias de solho[1272] e duas dúzias de forro[1273] para as obras, no valor total de 5$750 réis[1274].

Logo nos inícios de Janeiro de 1829[1275] encontramos registada a despesa de 3$300 réis[1276] respeitante ao «importe de hum caixilho de madeira e feitio do mesmo»[1277], tendo sido gastos mais 420 réis[1278] nas «compras de tinta e olio para caixilhos»[1279]. É também no decurso deste mês que se procede ao lajeamento da capela-mor. Para esse fim, e logo a 10 de Janeiro[1280], o apontador Casemiro da Costa Lima dispende 12$000 réis[1281] com a compra de 5,5 m de lajeado[1282] ao mestre montante José Rodrigues[1283]. Acrescente-se que, para a mesma obra, foram comprados os pregos necessários ao serralheiro Tomás Pereira Guimarães[1284], no valor total de 2$875 réis[1285]. Cerca de um mês depois, a 7 de Fevereiro[1286], o mesmo

---

1266 Cf. *Idem, ibidem.*
1267 Cf. *Idem, ibidem.*
1268 Cf. Vol. III, quadro DC, p.503.
1269 Cf. *Idem,* quadro DCI, p.504.
1270 Cf. Vol. II, documento nº288, p.421.
1271 Cf. *Idem, ibidem.*
1272 Cf. *Idem, ibidem.*
1273 Cf. *Idem, ibidem.*
1274 Cf. *Idem, ibidem.*
1275 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.41v..
1276 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1277 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1278 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.42v,,
1279 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1280 Cf. Vol. II, documento nº289, p.422.
1281 Cf. *Idem, ibidem.*
1282 Cf. *Idem, ibidem.*
1283 Cf. *Idem, ibidem.*
1284 Cf. *Idem*, documento nº290, p.423.
1285 Cf. *Idem, ibidem.*
1286 Cf. *Idem*, documento nº291, p.424.

mestre montante coloca na obra 6,6 m de laje[1287] «a 4$800 cada húa 14$400»[1288], comprando-se, poucos dias volvidos, a 20 de Fevereiro[1289], mais «2 Braças de lageado a 4$800 importa 9$600»[1290]. Os trabalhos com o pavimento da igreja continuam. A par com os carretos de pedra, chegam à obra carretos de cal e de saibro[1291]. Simultâneamente, procede-se à colocação dos vidros nas frestas da capela-mor. Pelo fornecimento dos vidros necessários à obra, a que se acrescenta o trabalho de «Batumar 48 vidros»[1292], o vidraceiro António Malem[1293], apresentou uma factura no valor de 3$080 réis[1294]. Estas obras foram, se não pessoalmente dirigidas, pelo menos vistoriadas pelo arquitecto Joaquim da Costa Lima Sampaio[1295], que auferiu pelos seus préstimos 4$800 réis[1296].

A 15 de Maio de 1829[1297], o mestre serralheiro Manuel José da Conceição[1298] entrega na obra «2 gradez de ferro, aramê e chumbadouros»[1299], no valor de 22$200 réis[1300] e ainda «4 dobradiças de joelho 130»[1301] para se proceder à sua efectiva colocação. No decurso do mesmo mês, os responsáveis pela obra despendem mais 3$420 réis[1302] com o «importe de 1 caixilho de madeira e feitio»[1303] e ainda, com o «xumbo para xumbar as janelas»[1304]. Envidraçados e gradados, os vãos da nova matriz aguardam o próximo passo: as pinturas. Para este efeito, em Junho do mesmo ano[1305]

1287 Cf. *Idem, ibidem.*
1288 Cf. *Idem, ibidem.*
1289 Cf. *Idem*, documento nº292, p.425.
1290 Cf. *Idem, ibidem.*
1291 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.45f.,v..
1292 Cf. Vol. II, documento nº293, p.426.
1293 Cf. *Idem, ibidem.*
1294 Cf. *Idem, ibidem.*
1295 Cf. Vol. III, quadro DCX, p.508.
1296 Cf. *Idem, ibidem.*
1297 Cf. Vol. II, documemto nº299, p.432.
1298 Cf. *Idem, ibidem.*
1299 Cf. *Idem, ibidem,*.
1300 Cf. *Idem, ibidem.*
1301 Cf. *Idem, ibidem.*
1302 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.48v..
1303 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1304 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1305 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.50v..

se «comprão tintas para os caixilhos»[1306]. A execução das pinturas foi entregue ao pintor José Russo[1307] que auferiu 800 réis[1308] respeitantes a dois dias e meio de trabalho[1309]. Cerca de um mês depois, são comprados mais 24 vidros[1310] ao mesmo fornecedor, no valor de 4$190 réis[1311]. Este montante inclui não só o material fornecido, como também o «trabalho e batume»[1312].

E as obras da capela-mor continuam o seu percurso a um bom ritmo. Acabados os trabalhos de lajeamento, substitui-se os carregamentos de lajes pelos de pedra de esquadria[1313], mantendo-se, todavia, o mesmo fornecedor[1314]. Em 12 de Dezembro de 1829[1315] entram na obra «nove pinheiros por 6$300»[1316] e uma porta «que importou em 4$800»[1317] e que, supomos, faria a ligação entre a capela-mor e a sacristia do lado do nascente. A execução desta obra foi entregue ao mestre carpinteiro de Valongo, José Marques de Oliveira[1318]. No ano seguinte, em 9 de Julho de 1830[1319], o mestre ferreiro Joaquim Jorge Ferreira[1320] coloca na obra à sua custa, «5 grades novas»[1321] no valor de 67$050[1322], auferindo ainda por «compor e acrescentar a velha 1$550»[1323]. Pouco tempo depois, a 23 de Agosto[1324], iniciam-se os preparativos para se proceder à efectiva execução da cobertura da capela-mor, com a entrada na obra de

---

1306 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1307 Cf. Vol. III, quadro DCXVIII, p.512.
1308 Cf. *Idem, ibidem.*
1309 Cf. *Idem, ibidem.*
1310 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.51v..
1311 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1312 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1313 Cf. Vol. II, documento nº301, p.437.
1314 Cf. *Idem, ibidem.*
1315 Cf. *Idem*, documento nº302, p.438.
1316 Cf. *Idem, ibidem.*
1317 Cf. *Idem, ibidem.*
1318 Cf. *Idem, ibidem.*
1319 Cf. *Idem*, documento nº304, p.440.
1320 Cf. *Idem, ibidem.*
1321 Cf. *Idem, ibidem.*
1322 Cf. *Idem, ibidem.*
1323 Cf. *Idem, ibidem.*
1324 Cf. *Idem*, documento nº319, p.455.

«nove milheiros de tijolo»[1325]. Francisco José Inácio[1326] foi o fornecedor, auferindo pela venda 54$000 réis[1327]. Os trabalhos foram entregues ao mestre trolha Manuel Pedrosa[1328] e sua equipa, e aos mestres carpinteiros de Valongo, João Gonçalves de Azevedo[1329] e João Marques de Oliveira[1330]. Cerca de um mês depois, o mesmo fornecedor transporta para a obra mais «sete milheiros de tijolos»[1331]. Os carretos de tijolos para a obra chegam a par dos da madeira[1332].

Finalizadas as obras de construção da capela-mor, iniciam-se os trabalhos de embelezamento do seu interior, utilizando-se uma decoração arquitectónica que possibilita a criação de grandes efeitos cénicos ou simplesmente decorativos: o estuque. Este material substitui quer a madeira quer «o mármore e o bronze apropriados das idades clássicas pelo Bernini»[1333]. A infinita maleabilidade que o caracteriza não impõe ao artista que trabalha o gesso qualquer limitação[1334]. Assim, e visando o revestimento da abóbada em estuque, logo em Outubro de 1830[1335] foram gastos 5$600 réis[1336] na aquisição de «1 talha, canecos e baldes, vassoiras para o uzo da abobeda»[1337]. Para proceder às obras, encontramos a trabalhar na nova matriz o mestre trolha Manuel Pedrosa[1338] e os artistas que fazem parte da sua oficina[1339]. A 27 de Dezembro[1340] compram-se as tintas para se realizarem os trabalhos das «pinturas

---

1325 Cf. *Idem, ibidem.*
1326 Cf. *Idem, ibidem.*
1327 Cf. *dem, ibidem.*
1328 Cf. Vol. III, quadro DCXLVII p.527.
1329 Cf. Vol. III, quadro DCXLVI, p.527.
1330 Cf. *Idem,* quadro DCXLVI, p.527.
1331 Cf. Vol. II, documento nº308, p.444.
1332 Cf. *Idem,* documentos nºs 306 e 307, pp.442-443.
1333 VASCONCELOS, Flórido de — *O estuque, decoração privilegiada do barroco. In* «Actas do I Congresso Internacional do Barroco». Porto: Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil., 1991, vol. II, p.552.
1334 *Idem, ibidem.*
1335 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.71v..
1336 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1337 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1338 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl71f..
1339 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1340 Cf. Vol. II, documento nº312, p.448.

da Igreja de Vallongo»[1341]. O rol do material[1342] necessário à obra, no valor total de 1$640 réis[1343] foi comprado a José Rodrigues Grijó[1344]. Data somente de 28 de Março de 1831[1345] a primeira informação que encontramos do gesso comprado para a nova matriz, «7 1/2 Quintaiz a 580 = 4$350. Carreto do mesmo 1$000»[1346]. Poucos dias depois, compra-se mais «hum peneiro para peneirar o gesso para a obra da Igreja.»[1347].

A execução desses trabalhos decorreu lentamente. Com data de 11 de Abril do mesmo ano[1348], encontramos um recibo respeitante à compra de tintas e utensílios necessários às pinturas da igreja, no valor de 1$270 réis[1349], passado em nome de Custódio José de Passos[1350], então proprietário de uma loja situada na «Praça Nova da Cidade do Porto»[1351]. Na folha de pagamento dos artistas e artífices com início a 5 de Abril de 1831[1352], constatamos a contratação do estucador José Pedrosa[1353] para as obras da nova igreja matriz, que supomos ser familiar do mestre trolha Manuel Pedrosa e dos artistas e artífices que o acompanhavam. Foram também comprados «dous carros de mato para cozer o gesso»[1354]. A 10 de Novembro[1355] procedeu-se à compra de «4 corsetans para as frestas da capela-mor»[1356]. Encontramos ligado às obras da igreja, desde Março de 1831[1357], o «Lavrador José Ferreira»[1358], natural do Sobrado. Este canteiro é o responsável pela decoração dos elementos arquitectónicos

---

1341 Cf. *Idem, ibidem.*
1342 Cf. *Idem, ibidem.*
1343 Cf. *Idem, ibidem.*
1344 Cf. *Idem, ibidem.*
1345 Cf. *Idem,* documento nº313, p.449.
1346 Cf. *Idem, ibidem.*
1347 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.81v..
1348 Cf. Vol. II, documento nº315, p.451.
1349 Cf. *Idem, ibidem.*
1350 Cf. *Idem, ibidem.*
1351 Cf. *Idem, ibidem.*
1352 Cf. Vol. III, quadro DCLXIII, p.535.
1353 Cf. *Idem, ibidem.*
1354 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.86f..
1355 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.93f..
1356 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1357 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.99f..
1358 A.D.P., *Idem, ibidem.*

da igreja de Valongo, em parceria com o também «lavrador»[1359] José Marques Neto[1360]. A sua colaboração mantem-se até Maio de 1932[1361], auferindo 20$400 réis[1362] pelo seu trabalho.

2.2.3. O adro

O adro, no conjunto do edifício religioso, desempenhava um papel importante, uma vez que, além de espaço cultural, se apresentava também como espaço sepulcral. A primeira notícia que encontramos do adro da nova igreja matriz de Valongo data de Março de 1794[1363], e diz respeito à folha de pagamento dos pedreiros que abriram os alicerces do adro[1364], depois de finalizadas as obras de desterro que planaram e prepararam o terreno para esse fim. Contudo, é-nos impossível acompanhar o percurso destas obras. Apenas sabemos que os trabalhos em questão se arrastaram por 12 dias[1365].

A segunda informação de que dispomos sobre o adro data de cerca de quarenta anos depois, e diz respeito às obras de beneficiação a que foi sujeito. Em Abril de 1834[1366], o apontador António Pinheiro de Sousa[1367] apresenta um requerimento ao desembargador Francisco de Sousa Machado, a fim de serem autorizadas as obras «para se aplanar e concertar o dito Adro»[1368], uma vez que na igreja matriz de Valongo «não ha logar para se enterrar os mortos»[1369], além de que, acrescenta incisivamente,

---

1359 Cf. Vol. III, quadro DXLXXXVIII, p.551.
1360 Cf. *Idem, ibidem.*
1361 A.D.P., *Idem,* Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.100v..
1362 A.D.P., *Idem, ibidem,* fls.99f.-100v..
1363 Cf. Vol III, quadro III, p.3.
1364 Cf. *Idem, ibidem.*
1365 Cf. *Idem, ibidem.*
1366 Cf. Vol. II, documento nº330, p.466.
1367 Cf. *Idem, ibidem.*
1368 Cf. *Idem, ibidem.*
1369 Cf. *Idem, ibidem.*

«o Adro da mesma está indecente para o dito fim»[1370]. Simultaneamente, quiçá no intuito de surtir mais efeito esta pretensão, o pároco e mais moradores de Valongo[1371] elaboram também um requerimento ao mesmo Francisco de Sousa Machado, pedindo que, em virtude das ordens recebidas do Bispo, «as quaes prohibem, que se enterre alguem dentro da Igreja»[1372], era urgente que se fizesse «hum paredão divisorio do adro e do passal»[1373], que também se encontrava «arruinado»[1374]. Sem a contrução deste paredão, afirmam igualmente categóricos, era impossível «por-se o dito adro em estado de se enterrarem os mortos nelle»[1375].

A inspecção decretada pela Junta das Obras Públicas e realizada ainda no mês de Abril, foi de encontro à vontade dos suplicantes, ao confirmar a real necessidade de se construtir «hum paredão pelo lado de trás, da Capella Mor da Igreja»[1376] com a extensão de «duzentos palmos por trinta d'altura»[1377]. Os custos desta obra foram calculados em 400$000 réis[1378]. De acordo com as informações obtidas, as obras de beneficiação do adro são autorizadas pela Portaria de 23 de Maio de 1834[1379]. Logo em 27 do mesmo mês[1380] dá-se início aos trabalhos do «concerto do Adro da Igreja Matriz da mesma Freguezia e logar de Vallongo»[1381].

As ferramentas necessárias às obras de benefeciação do adro foram fornecidas por dois mestres ferreiros: João Couto dos Santos[1382] e José Marques Nunes[1383]. O transporte da pedra necessária à obra fica a cargo de Manuel Moreira Bota[1384], «capataz

---

1370 Cf. *Idem, ibidem.*
1371 Cf. *Idem, ibidem,* p.467.
1372 Cf. *Idem, ibidem.*
1373 Cf. *Idem, ibidem.*
1374 Cf. *Idem, ibidem.*
1375 Cf. *Idem, ibidem.*
1376 Cf. *Idem, ibidem.* p.466.
1377 Cf. *Idem, ibidem.*
1378 Cf. *Idem, ibidem.*
1379 Cf. *Idem*, documento nº331, p.468.
1380 Cf. Vol. III, quadro DCXC, p.552.
1381 Cf. Vol. II, documento nº331, p.468.
1382 Cf. *Idem*, documento nº332, p.469.
1383 Cf. *Idem*, documento nº333, p.470.
1384 Cf. *Idem*, documento nº334, p.471.

dos carreteiros»[1385] e morador na Rua das Regadas[1386], freguesia de Fanzeres. A 11 de Julho de 1834[1387], José Vieira da Rocha[1388] recebe 8$800 réis[1389] pela venda de dez sacos de cal[1390]. Este valor engloba também o transporte da mercadoria.

Os trabalhos decorriam a um bom ritmo. O ofício de ferreiro era constantemente solicitado, sobretudo a nível da reparação das ferramentas utilizadas nas obras, assim como o de carreteiro. Contudo, pouco tempo depois, pela Portaria de 24 de Agosto de 1834[1391] determina-se a suspensão das mesmas obras, «visto acharem-se exhaustos os fundos destinados para a mesma»[1392]. Pouco depois, a 1 de Outubro de 1834[1393], o pároco e mais fregueses da nova matriz fazem novo requerimento pedindo a continuação das obras de construção do adro, alegando que lhes tinha constado já existir dinheiro suficiente no cofre, em suma, «com que pode continuar a dita obra»[1394]. Reiniciados os trabalhos a 6 de Outubro do mesmo ano[1395] estes só seriam concluídos a 14 de Março de 1835[1396]. Nestas obras de beneficiação foram gastos 719$435 réis[1397], montante superior à verba estipulada para os mesmos trabalhos.

1385 Cf. *Idem,* documento nº335, p.472.
1386 A.D.P., Fundo Notarial, PO-11º, 1ª série, livro nº8, fl.51v..
1387 Cf. Vol. II, documento nº336, p.473
1388 Cf. *Idem, ibidem.*
1389 Cf. *Idem, ibidem.*
1390 Cf. *Idem, ibidem.*
1391 Cf. *Idem*, documento nº343, p.480.
1392 Cf. *Idem, ibidem.*
1393 Cf. *Idem*, documento nº346, p.483.
1394 Cf. *Idem*, *ibidem*.
1395 Cf. Vol. III, quadro DCXCVI, p.558.
1396 Cf. *Idem*, quadro DCCIV, p.562.
1397 A.D.P., Real Casa Pia do Porto, ibidem., fls. 214v.-229f..

2.2.4. As sacristias

A traça da nova matriz contemplava duas sacristias, dispostas paralelamente, e que ladeavam a capela-mor. As sacristias formam um todo essencial para o culto e serviço religiosos já que possibilitam um melhor ordenamento do espaço[1398], destarte a sacristia do lado do nascente ficava destinada ao uso exclusivo do pároco, e a sacristia do lado do poente, ficava reservada ao serviço das confrarias, que custeavam tudo o necessário.

Supomos que a construção da sacristia do lado nascente, tenha sido a primeira dependência do edifício religioso a ser concluída. A maior brevidade na execução destas obras prende-se, normalmente, com aspectos de ordem pratica - menor planimetria e dispêndio de dinheiros e necessidade de guardar não só os paramentos e alfaias de culto, como também alguns materiais[1399] e ferramentas[1400] das obras da igreja matriz de Valongo. Todavia, a mais antiga informação de que dispomos sobre as sacristias da nova igreja matriz de Valongo data do abadessado de D. Genoveva Victória de Faria[1401] (1814-1817). No livro de despesas desta abadeça encontramos registado o montante de 72$000 réis[1402] que «despendemos, com o lageado da Sacristia»[1403] do lado do nascente. A notícia é inesperada, pois as padroeiras tinham ficado desobrigadas à sua fábrica depois do contrato lavrado com o então desembargador Francisco de Almada e Mendonça, como referimos. Consideramos que as monjas beneditinas não foram regiamente impulsionadas a custear as obras de edificação, mas sim que sentiram necessidade de contribuir para a efectiva conclusão da sacristia, em nome da observância religiosa face a um país económica e socialmente fragilizado pela usurpação francesa. No mesmo livro de despesas encontramos também registada a

---

1398 MARTINS, Fausto Sanches — *A arquitectura dos primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*. Porto: 1994, vol.I, p.111. (Dissertação de Doutoramento).

1399 Cf. Vol. II, documento nº. 174, p.296.

1400 Cf. *Idem*, documento nº181, pp.305-306.

1401 B.N.L., Reservados, COD. 8438, fl.43f..

1402 B.N.L., *Idem, ibidem.*

1403 B.N.L., *Idem, ibidem.*

verba de 5$700 réis[1404], respeitante à «despeza do rufo do tilhado»[1405] que, supomos, cobria a mesma sacristia.

A segunda notícia que encontramos data somente de 1819[1406] e diz respeito à factura das «portas da Nova Sacrestia da parte do Nascente»[1407], utilizando-se na sua execução «todas as madeiras que se acharem na dita obra»[1408]. Feitas as portas e colocadas nos sítios respectivos, procede-se agora à pintura das mesmas. Assim, a 24 de Fevereiro de 1821[1409] paga-se «o importe de tintas ao drogista, para as portas da Sacrestia»[1410], cujo valor foi de 970 réis[1411]. Uns meses depois, a 28 de Setembro[1412], guardam-se dentro da mesma sacristia, já devidamente telhada e fechada, os tijolos comprados em Alfena para execução da abóbada da igreja matriz[1413].

Longos anos decorreram até depararmos com novas notícias sobre as sacristias. Em Março de 1835[1414], o pároco Manuel Alves de Oliveira[1415], o juiz da igreja Ventura Gonçalves Valério[1416] e mais «Eleitos da freguesia de Vallongo»[1417] pedem a conclusão da «casa que esta começada por de traz da sacristia da parte do nascente»[1418], de forma a suster a obra do parapeito do paredão, até se entulhar o «grande vacuo que existe entre o novo paredão e o antigo adro»[1419]. Depois de devidamente examinado o local, o requerimento é considerado justo e as obras julgadas necessárias pelos mandatários da Real Casa Pia, «mandando-se acabar a casa indicada»[1420].

1404 B.N.L., *Idem, ibidem.*
1405 B.N.L., *Idem, ibidem.*
1406 Cf. Vol. II, documento nº154, p.273.
1407 Cf. *Idem, ibidem.*
1408 Cf. *Idem, ibidem.*
1409 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº81, fl.8v..
1410 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1411 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1412 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.29f..
1413 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1414 Cf. Vol. II, documento nº347, p.485.
1415 Cf. *Idem, ibidem.*
1416 A.D.P., Fundo Notarial, PO-11º, 1ª série, livro nº8, fl.52f..
1417 Cf. *Idem, ibidem.*
1418 Cf. *Idem, ibidem.*
1419 Cf. *Idem, ibidem*, p.486.
1420 Cf. *Idem, ibidem.*

As razões apontadas para a conclusão das obras foram várias. Em primeiro lugar, por ser «conforme ao risco, e ficar em simetria com a Sacristia, que se acha da parte do poente»[1421], destinada, portanto, ao serviço das confrarias existentes em Valongo. Em segundo lugar, por não envolver grandes custos e permitir uma maior segurança, já que ainda havia pedra de esquadria[1422], e «por se vedar a servidão exterior de huma porta, da Capella mór que se acha vadiavel»[1423]. Outra razão portentosa, é que da conclusão desta obra dependia uma «melhor commodidade das Irmandades, e Confrarias e seus aprestos»[1424], assim como do próprio pároco e «mais Ecclesiasticos nos dias Festivos»[1425], uma vez que a sacristia do lado do nascente era de diminuta planimetria[1426], o que já não acontecia com a sacristia do poente, mais ampla, porque, atempadamente, «já foi accrescentada outro tanto, como o deve ser a Sacristia da parte do nascente»[1427]. Contudo, «a que tem de servir para o futuro, da parte do poente»[1428] encontrava-se ainda por «encaixilhar, envidraçar, solhar, estucar e caiar»[1429], não possuindo sequer «portas interiores»[1430]. Todas estas obras implicavam bastantes despesas, como facilmente se depreende.

Pela Portaria de 30 de Abril de 1835[1431], autorizam-se as obras referidas, «á proporção do rendimento do imposto especial para ellas»[1432]. Assim, as obras de beneficiação da sacristia do lado nascente iniciam-se a 11 de Maio de 1835[1433], debaixo

---

1421 Cf. *Idem, ibidem.*
1422 Cf. *Idem, ibidem.*
1423 Cf. *Idem, ibidem.*
1424 Cf. *Idem, ibidem.*
1425 Cf. *Idem, ibidem.*
1426 Cf. *Idem, ibidem.*
1427 Cf. *Idem, ibidem.*
1428 Cf. *Idem, ibidem.*
1429 Cf. *Idem, ibidem.*
1430 Cf. *Idem, ibidem.*
1431 Cf. *Idem*, documento nº348, p.488.
1432 Cf. Idem, documento nº348, p.488
1433 Cf. Vol. III, quadro DCCV, p.562.

da inspecção de António José da Costa Lobo[1434], «Lente de Mattematica da Real Academia da Marinha e Commercio na Cidade do Porto»[1435].

Em 18 de Julho de 1835[1436], foram compradas «8 taboas para formar as escadas da Sacristia para a capella-mor»[1437], uma vez que a sacristia se encontra num plano mais elevado que a capela-mor, pelo preço total de 420 réis[1438]. Nesta data assiste-se também à compra de pedra de esquadria para a obra, no valor de 10$680 réis[1439], pagos ao montante Bento Ferreira[1440], de Águas Santas. Sensivelmente um mês depois, a 13 de Agosto[1441], compra-se o material necessário para se proceder à execução de «huma porta para a Sacristia»[1442] ao mestre carpinteiro António Gonçalves de Azevedo[1443] no valor de 1$790 réis[1444]. Alguns dias volvidos, a 16 de Agosto[1445], os trabalhos prosseguem com a colocação das «vidraças da Sacristia»[1446]. No mês seguinte, a 12 de Setembro,[1447] procede-se ao gradeamento dos mesmos vãos. São pagos 40$140 réis[1448] ao mestre ferreiro do Porto, José António de Oliveira Rosário[1449], «por ferro, e feitio de tres grades de vergalhão quadrado para as friestas da Sacristia»[1450].

Consumados os trabalhos concernentes às janelas da sacristia, as atenções convergem para a feitura do telhado. Na folha de pagamento dos artistas e artífices

---

1434 Cf. Vol. II, documento nº349, p.489.
1435 Cf. *Idem, ibidem.*
1436 A.D.P., *Idem,* Real Casa Pia do Porto, livro nº3, fl.233v..
1437 A.D.P., *Idem, ibidem*, fls. 233v-234f..
1438 A.D.P., *Idem, ibidem*, fl. 234f..
1439 Cf. Vol. II, documento nº350, p.490.
1440 Cf. *Idem, ibidem.*
1441 Cf. *Idem*, documento nº352, p.493.
1442 Cf. *Idem, ibidem.*
1443 Cf. *Idem, ibidem.*
1444 Cf. *Idem, ibidem.*
1445 Cf. *Idem*, documento nº353, p.494.
1446 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1447 Cf. Vol. II, documento nº354, p.495.
1448 Cf. *Idem, ibidem.*
1449 Cf. *Idem, ibidem.*
1450 Cf. *Idem, ibidem.*

com início a 14 a de Setembro de 1835[1451], encontramos mencionada a despesa feita com a aquisição de «duas taboas para a prancha»[1452] no valor de $200 réis[1453], para se proceder às obras do telhado. Assim, logo nos inícios de Outubro[1454] foram comprados «seis moios de telha para retelhar a sacristia»[1455], pagando-se 5$400 réis[1456] ao fornecedor Francisco Loureiro[1457]. Na folha de pagamento dos artistas e artífices com início a 12 de Outubro de 1835[1458], detectamos a presença, embora meteórica, do mestre trolha Alves Bexiga[1459], natural de Valongo, e que, supomos, foi o artista que planificou e distribuiu as tarefas relacionadas com a cobertura da sacristia. Poucos dias depois, a 24 de Outubro[1460], compra-se «hua chave para a porta que vai da Sacristia para a Capella Maior»[1461] no valor de 1$490 réis[1462]. Em 21 de Novembro[1463] são comprados os pregos necessários «para pregar a fechadura na porta da Sacristia»[1464].

Os trabalhos concernentes ao lajeamento da sacristia iniciam-se a 23 de Novembro de 1835[1465] Para esse fim, compram-se 11 m de lajeado[1466] ao montante Bento Ferreira[1467], de Águas Santas, no valor total de 25$000 réis[1468]. Em 30 de Janeiro de 1836[1469], encontramos registada a despesa de 120 réis[1470] concernente a

---

1451 A.D.P., Real Casa Pia do Porto, ibidem, fl. 239v..
1452 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1453 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1454 Cf. Vol. II, documento nº355, p.496.
1455 Cf. *Idem, ibidem.*
1456 Cf. *Idem, ibidem.*
1457 Cf. *Idem, ibidem*
1458 Cf. Vol. III, quadro DCCXVI, p.568.
1459 Cf. *Idem, ibidem.*
1460 A.D.P., Real Casa Pia do Porto, ibidem, fl.241f..
1461 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1462 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1463 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.243f..
1464 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1465 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl. 244v..
1466 Cf. Vol. II, documento nº356, p.497.
1467 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1468 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1469 A.D.P., Real Casa Pia do Porto, *ibidem*, fl.247f..
1470 A.D.P., *Idem, ibidem.*

«dous arrateis de chumbo para chumbar a porta do Adro»[1471]. Supomos que este vão faria a ligação directa da sacristia para o exterior, concretamente para o adro.

Nestas obras de beneficiação da sacristia do lado do nascente, que decorreram desde Março de 1835 até 29 de Fevereiro de 1836[1472], foram gastos 678$000 réis[1473]. Supomos que nesta verba estão incluídos também, os custos das obras de acabamento da sacristia do lado do poente.

2.2.5. As sepulturas

Nada sabemos sobre o modo como se processou a operação do treslado das ossadas da velha matriz para a nova matriz. Há uma enorme escassez de informação sobre este assunto. Sabemos que, pelo menos desde a Idade Média, a «função cemiterial começava no interior da igreja, dentro dos seus muros, e continuava para além dela»[1474] - a inumação em lugares não sagrados era proibida - reforçando, assim, o auxilio que a comunidade celestial podia oferecer aos fieis ao repousar em terra sagrada. Desde o Concilio de Trento que a igreja católica reforçava a ideia de que a morte «no era más que un largo e profundo sueño»[1475] do qual despertariam no Reino do Céu. Mas só os verdadeiramente católicos, pois «los que quedabem à margem da Igreja no despertaríam jamás del sueño de la morte»[1476]. Naturalmente, que a inumação deve ter sido uma questão assaz debatida.

Durante os longos anos de construção da nova igreja matriz de Valongo, apenas temos a notícia que na capela de Susão, e até ao ano de 1830, se enterraram «os

---

1471 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl. 248f..

1472 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.248v..

1473 A.D.P., *Idem, ibidem*, fls.229f.-248v..

1474 ARIÉS, Philippe — *O Homem perante a Morte*. Sintra: Publicações Europa-América, 1988, vol. I, p.7.

1475 GADOW, Marion Reder - *Comportamiento social ante la muerte en el siglo XVII. In* «Actas do I Congresso Internacional do Barroco». Porto: Reitoria da Universidade do Porto - Governo Civil, 1991, vol. I, pp.397-412.

1476 *Idem, ibidem.*

cadáveres dos indivíduos fallecidos n'aquelle logar»[1477]. É muito provável, e é o próprio autor quem levanta a hipótese, que tal facto se prendesse com a construção «da egreja parochial, o que aconteceu também com outras capellas centraes da Villa: Senhora da Hora, S. Bruno e Senhora da Luz»[1478]. Assim, impedidos de sepultarem os seus mortos nos espaços privilegiados da igreja paroquial, local por excelência de inumação em Valongo, uma vez que a igreja paroquial tinha o direito de abrigar, em redor da sua fachada a sepultura de todos os residentes no seu espaço[1479], optaram pela inumação em outros espaços sagrados, mormente nas ermidas e capelas circundantes.

A primeira informação de que dispomos sobre as sepulturas da nova igreja matriz de Valongo data de 1 de Junho de 1814[1480], altura em que se iniciaram as obras das sepulturas do corpo do edifício. Os trabalhos prolongam-se até 18 do mesmo mês[1481], tendo-se gasto 142$110 réis[1482], verba liquidada a 2 de Agosto do mesmo ano[1483].

A segunda notícia que encontramos referente às obras das sepulturas data de 3 de Abril de 1821[1484], quando Manuel da Silva[1485], mestre pedreiro natural de Milheiros[1486], arrematou «no sitio do Adro da Igreja da Freguezia de Vallongo»[1487], a empreitada concernente à execução de trinta sepulturas[1488]. Pelo lanço que deu, no valor de 120$000 réis[1489], o menor «emtre todos os lançadores»[1490], compromete-se a

---

1477 REIS, Joaquim Alves Lopes, *Ob. cit.*, p.273.
1478 *Idem, ididem*, pp. 273-274.
1479 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *O Românico. In* «História da Arte em Portugal». Lisboa: Publicações Alfa, 1993, vol. 3, p.11
1480 Cf. Vol. II, documento nº131, p.242.
1481 Cf. *Idem, ibidem.*
1482 Cf. *Idem, ibidem.*
1483 Cf. *Idem, ibidem.*
1484 Cf. *Idem*, documento nº169, p.291.
1485 Cf. *Idem, ibidem.*
1486 Cf. *Idem, ibidem.*
1487 Cf. *Idem, ibidem.*
1488 Cf. *Idem, ibidem.*
1489 Cf. *Idem, ibidem.*
1490 Cf. *Idem, ibidem*

dar 52,8 m de perpianho[1491] de 2,2 m de largura[1492] e com a grossura de 27,5 cm[1493]. Quanto à qualidade da pedra a utilizar na obra, Manuel da Silva afirma que «sera pedra de gram riga e posta no Adro desta dita Igreja»[1494] à sua custa. Nesta arrematação, está igualmente incluída a execução de «vinte padieiras»[1495]. Logo no próprio dia da arrematação, entrega 15,4 m de perpianho,[1496] no valor de 35$000 réis[1497]. Em 2 de Junho do mesmo ano[1498], este mestre pedreiro coloca no adro da nova matriz mais 17,6 m desse material[1499], auferindo agora pela venda 40$000 réis[1500]. Alguns dias volvidos, a 30 de Junho[1501], Manuel da Silva coloca na obra 6,6m de lajeado[1502], e finalmente, a 7 de Julho[1503], deposita no adro da igreja matriz 3,3 m de perpianho[1504] e ainda «3 braças e dezacete palmos»[1505] (10,34m) de lajeado, dando assim por terminado o contrato a que se tinha obrigado por sua «pessoa e bens»[1506].

Os trabalhos com as sepulturas prosseguem. A 27 de Novembro de 1824[1507] compram-se 10 canadas de alcatrão[1508]. Nos ínicios de Dezembro do mesmo ano[1509], o mestre carpinteiro João Gonçalves de Azevedo[1510], e os oficiais Manuel Bento

---

1491 Cf. *Idem, ibidem.*
1492 Cf. *Idem, ibidem.*
1493 Cf. *Idem, ibidem.*
1494 Cf. *Idem, ibidem.*
1495 Cf. *Idem, ibidem.*
1496 Cf. *Idem, ibidem.*
1497 Cf. *Idem, ibidem.*
1498 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº81, fl.16f..
1499 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1500 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1501 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1502 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1503 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1504 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1505 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1506 Cf. Vol. II, documento nº169, p.291.
1507 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº81, fl.90f..
1508 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1509 Cf. Vol. II, documento nº202, p.330.
1510 Cf. *Idem, ibidem.*

Filhoto[1511], Manuel Duque[1512] e António da Eufémia[1513], deram início aos trabalhos «para se efectuar o acampamento»[1514], cujos trabalhos se prolongariam por nove dias[1515]. A 11 de Dezembro[1516], João Gonçalves de Azevedo[1517] apresenta a sua conta ao apontador da igreja, no valor de 18$980 réis[1518], que engloba não só as jornadas dos artistas, como todo o material julgado necessário à obra: «6 duzias e 8 taboas de pinho»[1519].

Em Janeiro de 1825[1520], procedeu-se à compra de «sail para misturar com o Alcatrão para olêar as sepulturas por baixo»[1521], tendo o mestre carpinteiro João Gonçalves de Azevedo sido obrigado a deslocar-se «3 vezes ao Porto de hir buscar o Alcatrão»[1522]. Para execução desta obra, foram destacados, durante dois dias, os pedreiros Manuel Mingalho[1523] e António Pilafre[1524].

Sensivelmente três anos volvidos, em Fevereiro de 1828[1525], iniciam-se os trabalhos com as sepulturas da capela-mor, tendo o mestre carpinteiro João Gonçalves de Azevedo[1526], morador «ao Senhor de Oliveira»[1527] apresentado a sua factura no valor de 7$180 réis[1528]. Esta verba engloba não só a madeiras utilizadas na empreitada, mas também as despesas efectuadas com «4 dias a 3 homens a 720»[1529]. Ainda na

---

1511 Cf. *Idem, ibidem.*
1512 Cf. *Idem, ibidem*
1513 Cf. *Idem, ibidem.*
1514 Cf. *Idem, ibidem.*
1515 Cf. *Idem, ibidem.*
1516 Cf. *Idem, ibidem.*
1517 Cf. *Idem, ibidem.*
1518 Cf. *Idem, ibidem.*
1519 Cf. *Idem, ibidem.*
1520 Cf. *Idem,* documento nº203, p.331.
1521 Cf. *Idem, ibidem.*
1522 Cf. *Idem, ibidem.*
1523 Cf. *Idem, ibidem.*
1524 Cf. *Idem, ibidem.*
1525 Cf. *Idem*, documento nº266, p.396.
1526 Cf. *Idem, ibidem.*
1527 A.D.P., Fundo Notarial, PO-11, 1ª série, livro nº1, fl.24f..
1528 Cf. Vol. II, documento nº266, p.396.
1529 A.D.P., *Idem, ibidem.*

vigência desse ano[1530], o mesmo mestre apresenta outra conta, agora no valor de 2$660 réis[1531], referente a «hum xadieiro novo, taboas e pregos para elle, e hua campa nova»[1532]. Cerca de quatro meses depois, a 31 de Maio de 1828[1533], o madeireiro José da Fonte[1534], natural do Sobrado, vende «cinco paus de castanho para a Obra da Capella Mor»[1535], no valor de 12$500 réis[1536] e «mays hum ditto por 3$000»[1537]. De 9 de Agosto de 1828 a 23 do mesmo mês[1538], encontramos o mestre carpinteiro João Gonçalves de Azevedo[1539], e os oficiais do mesmo ofício, António da Rocha[1540] e António Monteiro[1541], a trabalhar no interior da nova capela-mor, sendo também comprada mais madeira neste período, desta vez ao fornecedor José Monteiro[1542], no valor global de 19$240 réis[1543].

Quase três anos depois, em 1831[1544] encontramos referida a despesa que se fez com a compra de «12 taboas para as campas»[1545], no valor de 1$100 réis[1546], «6 taboas para concertos»[1547] de outras sepulturas, «3 barretez de pinho»[1548], tudo no valor de 150 réis[1549]. Para se finalizar esta obra, procede-se à compra de «600 pregos soalhares

---

1530 Cf. *Idem*, documento nº267, p.397.
1531 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1532 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1533 Cf. *Idem*, documento nº273, p.403.
1534 Cf. *Idem, ibidem.*
1535 Cf. *Idem, ibidem.*
1536 Cf. *Idem, ibidem.*
1537 Cf. *Idem, ibidem.*
1538 Cf. Vol. III, quadro DXCIII e quadro DXCIV, p.500.
1539 Cf. *Idem, ibidem.*
1540 Cf. *Idem, ibidem.*
1541 Cf. *Idem, ibidem.*
1542 Cf. *Idem,* Vol. II, documento nº279, p.410.
1543 Cf. *Idem, ibidem.*
1544 A.D.P. Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.89v..
1545 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1546 A.D.P., *Idem, ibidem*
1547 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1548 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1549 A.D.P., *Idem, ibidem.*

de pezo»[1550] no valor de por 40 réis[1551], e ainda de mais «200 idem brazis»[1552] no valor de 100 réis[1553]. Em 26 de Novembro de 1831[1554] foram comprados, a José Marques de Oliveira[1555] mais «24 taboas de solho para campas»[1556] e ainda toda a ferragem necessária para as sepulturas, somando tudo 3$520 réis[1557].

Assim, Valongo, «terra de fé e crenças»[1558], possuía, finalmente, um monumento «de gloria que a immortalisa e muito enobrece e sublima: a sua magestosas egreja parochial»[1559]. Apesar de ter sido «levada a effeito segundo o modelo do templo da Lapa»[1560] da cidade do Porto, afirma Francisco José Ribeiro Seara[1561], o resultado final é primoroso, uma vez que, remata o mesmo autor «é-lhe talvez superior em elegância e riqueza»[1562]. Assim, numa aparência elegante e nobre esconde-se a robustez das suas paredes às «quaes presidiu um tino finissimo e grande engenho»[1563].

1550 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1551 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1552 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1553 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1554 Cf. Vol. II, documento nº325, p.461.
1555 Cf. *Idem, ibidem.*
1556 Cf. *Idem, ibidem.*
1557 Cf. *Idem, ibidem*
1558 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p.235.
1559 *Idem, ibidem.*
1560 SEARA, Francisco José Ribeiro — *Ob. cit.*, p.17.
1561 *Idem, ibidem.*
1562 *Idem, ibidem.*
1563 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p.236. Sobre o interior da nova igreja matriz escreve o mesmo autor: «Alli presidiu o bom gosto alliado as ideias desenvolvidas do estylo da architectura moderna. Não se veem os arcos ogivaes dos templos arabes, nem os rendilhados grotescos e de milhares de feitios da época manuelina que, apezar de serem uma maravilha e revelarem uma paciencia inaudita, acabrunham o espirito e abafam a alma. Alli ha só a simplicidade com tudo mais que é necessario para a tornar bella, sympathica, attrahente e encantadora». *Idem, ibidem..*

QUADRO VII	
CRONOLOGIA DAS PRINCIPAIS OBRAS	
ANO	OBRAS
1794	- Início das obras de construção do corpo da igreja. - Demolição da primitiva matriz. - Início das obras do adro. - Tapamento do arco cruzeiro.
1798	- Início das obras de construção da capela-mor.
1814	- Início das obras das sepulturas do corpo da igreja.
1801	- Nova traça que contempla a capela-mor e sacristia do lado do nascente.
1814	- Início das obras das sepulturas.
1815	- Cobertura do corpo da igreja. - Execução dos cimbres da abóbada. - Lajeamento da sacristia. - Início dos trabalhos de forrar as torres. - Execução das escadas das torres - Conserto do relógio.
1819	- Mudança dos cimbres da abóbada do corpo do edifício. - Execução dos vãos da nave. - Execução da porta da sacristia e respectiva pintura.
1821	- Execução de trinta sepulturas.
1822	- Início dos trabalhos da abóbada do corpo da igreja. - Compra de dois sinos.
1823	- Cobertura do telhado. - Gradeamento das frestas do corpo da igreja.
1824	- Execução das sepulturas do corpo da igreja. - Lajeamento do corpo da igreja. - Execução das pinturas.
1825	- Colocação do altar-mor junto ao arco triunfal. - Execução de sepulturas. - Colocação de uma grade divisória em pinho. - Execução de nova traça para ampliar a capela-mor.

QUADRO VII	
CRONOLOGIA DAS PRINCIPAIS OBRAS	
ANO	OBRAS
1826	- Tapamento do arco cruzeiro.
1827	- Abertura dos vãos da capela-mor. - Colocação das grades de ferro nos vãos da capela-mor. - Colocação da cornija na capela-mor. - Colocação do friso na capela-mor. - Execução da pequena janela no muro da capela-mor.
1828	- Execução do arco triunfal da capela-mor. - Execução do telhado da capela-mor. - Início dos trabalhos de forrar a capela-mor. - Execução das sepulturas da capela-mor.
1829	- Colocação da porta de ferro do baptistério. - Lajeamento da capela-mor. - Colocação dos vidros nas janelas da capela-mor. - Pintura dos vãos da capela-mor. - Execução de uma porta da capela-mor.
1830	- Execução da abóbada da capela-mor. - Colocação de lajes e do friso no corpo da igreja. - Início dos trabalhos de estuque.
1831	- Execução de sepulturas. - Execução das pinturas da igreja. - Início dos trabalhos de canteiro.
1834	- Início das obras de beneficiação do adro.
1835	- Início das obras de acrescento da sacristia do lado do nascente. - Execução dos degraus que ligam a sacristia à capela-mor. - Colocação dos vidros nas janelas da sacristia. - Engradamento dos mesmos vãos. - Obras do telhado. - Lajeamento da sacristia.

3. Os materiais

Nos livros de registo das despesas concernentes às obras de edificação da nova igreja matriz de Valongo, encontramos algumas informações sobre a qualidade e a origem dos materiais empregues, assim como o nome de alguns fornecedores. Quanto ao destino dado aos materiais da primitiva igreja - demolida devido à total ruína em que se encontrava - supomos que não foram reutilizados na construção própriamente dita, mas sim, vendidos ou usados na execução dos telheiros das pedreiras, das pranchas, dos barracos onde se guardavam as ferramentas da obra.

A única notícia documental que possuimos sobre o destino dado aos materiais da primitiva matriz data de 28 de Janeiro de 1817[1564], em conformidade com os despachos de 4 de Novembro de 1815 e 9 de Março de 1816[1565], que determinavam a venda dos «generos inuteis a obra»[1566], a fim de se diminuir as avultadas despesas que uma construção desta envergadura acarretava. Foram duas as arrematações realizadas nesse dia. Na primeira arrematação foram licitados «15 paus de pinheiro inuteis»[1567], e a «Madeira Velha da Torre das Almas»[1568], a que se juntava a «Pedra de Louza da Caza do relojo da Torre Velha»[1569], e um «pequeno Portal de pedra da Torre Velha das Almas»[1570] e, finalmente, «duas duzias de ripas [...] 5 paus de pinho bravo»[1571], no valor total de 12$940 réis[1572]. Na segunda arrematação, procedeu-se à venda «de pedra de hum pequeno portal da Sacrestia velha»[1573], no valor de 6$500 réis[1574], e ainda de «2 paus de pinho bravo que servirão de pranxas»[1575]. Lamentavelmente, não

---

1564 Cf. Vol. II, documento nº141, p.260.
1565 Cf. *Idem, ibidem.*
1566 Cf. *Idem, ibidem.*
1567 Cf. *Idem, ibidem.*
1568 Cf. *Idem, ibidem.*
1569 Cf. *Idem, ibidem.*
1570 Cf. *Idem, ibidem.*
1571 Cf. *Idem, ibidem.*
1572 Cf. *Idem, ibidem.*
1573 Cf. *Idem, ibidem.*
1574 Cf. *Idem, ibidem.*
1575 Cf. *Idem, ibidem.*

sabemos os nomes do ou dos arrematantes. Contudo, supomos que estariam directamente ligados à construção da nova matriz, uma vez que o documento faz referência à aplicação de algum material vendido nas obras do edifício.

3.1. A pedra

A pedra utilizada em toda a construção é oriunda de três pedreiras: a «pedreira da Senhora das Chans»[1576], situada em Valongo, e as pedreiras de S. Cosme[1577] e Rio Tinto[1578], situadas nas redondezas.

A pedreira da *Senhora das Chans*[1579], «cuja qualidade da pedra he justo muito forte»[1580] foi comprada a José Marques de Paiva[1581], - o primeiro arrematante oficial do real aplicado para as obras de construção da nova matriz de Valongo - por ordem do desembargador Francisco de Almada e Mendonça[1582]. Por este contrato, lavrado a 7 de Julho de 1794[1583], José Marques de Paiva recebeu 57$460 réis[1584] pela venda da bouça «onde se arranca a pedra de Alvenaria»[1585]. Em 18 de Abril de 1805[1586], o então governador das Justiças, Pedro de Melo Breiner[1587], visando diminuir os custos das mesmas obras decreta que se verifique a real necessidade de se manter, ou não, a pedreira de Valongo, e acrescenta o mesmo governador, caso «não o seja importa

---

1576 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro n°64, fl.82v..
1577 A.D.P., *Idem, ibidem*, fl.41v..
1578 A.D.P., *Idem*, livro n°71, fl.94v..
1579 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1580 A.N.T.T., Dicionário Geográfico, ibidem, fl.183v..
1581 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro n°64, fl.5v..
1582 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1583 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1584 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1585 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1586 Cf. Vol. II, documento n°111, p.211.
1587 Cf. *Idem, ibidem.*

vendella a beneficio da obra, asim como outra qualquer couza que exista»[1588]. Não sabemos se, efectivamente, se procedeu, ou não, à venda desta pedreira. Apenas sabemos que não encontramos qualquer outra referência a ela a partir desta data.

A pedreira de S. Cosme não foi comprada, mas antes arrendada. O «aluguel da bouça de S. Cosme onde se arranca a pedra»[1589] foi feito pelo gondomarense José Ramos[1590], que auferiu por este contrato 3$000 réis anuais[1591], sendo o primeiro arrendamento, referente ao ano de 1794, liquidado a 3 de Outubro de 1795[1592]. Supomos que esta pedreira se situava no Monte de Castro. A procura de pedra era considerável nesta região[1593], chegando mesmo a ser proibida a sua extração nos finais do século passado[1594], o que nos leva a supor que a sua qualidade também era excelente.

No que concerne às pedreiras de Rio Tinto[1595] - leia-se Baguim do Monte - estas também eram alugadas, mas supomos que extariam exclusivamente ao serviço das obras da estrada de Valongo[1596], sendo uma delas denominada «mina da Lameira»[1597]. A exploração destas pedreiras não pertencia directamente aos responsáveis das obras de edificação da nova igreja matriz. O facto dos gastos concernentes as obras da estrada estarem registados e englobados nos livros de despesas da nova matriz, prende-se com a aplicação dos vários impostos concedidos para a construção da mesma igreja e que contemplavam também outras obras públicas[1598], como referimos com anterioridade. Contudo, é de uma pedreira desta região que vêm, a partir de 1825[1599], os carretos de pedra para a nova matriz. A pedra é arrematada, geralmente no adro da

---

1588 Cf. *Idem, ibidem.*

1589 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº64, fl.41v..

1590 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.57f..

1591 A.D.P., *Idem, ibidem.*

1592 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.41v..

1593 PACHECO - Helder — *O Grande Porto.* Lisboa: Editorial Presença, 1986, p.16.

1594 *Idem, ibidem.*

1595 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº76, fl.14f..

1596 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.33f..

1597 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.49f..

1598 Refira-se a propósito que, em 1817, foram pagos 17$020 réis pela comissão das obras da igreja de Valongo, concernentes às despesas efectuadas com as «capas de Estrada de Valongo», A.D.P., *Idem*, livro nº79, fl.9f.,v..

1599 A.D.P., *Idem*, livro nº81, fl.115f..

igreja, e são os próprios vendedores que têm a incubência de explorar a pedreira, talhar e transportar as pedras para o local onde decorriam as obras da nova igreja matriz.

Nestas pedreiras gravitavam muitos artistas e artífices: os pedreiros montantes, que dão forma à pedra, os mestres ferreiros, encarregados de fornecerem e consertarem as ferramentas utilizadas nas pedreiras, os carreteiros, com a função de transportar a pedra já talhada para a obra. A manutenção das pedreiras também provocava gastos adicionais, já que a sua efectiva exploração implicava a construção de um tilheiro e da «barraca para guarda das ferramentas»[1600] a utilizar nas pedreiras.

3.2. A madeira

A qualidade da madeira utilizada na nova igreja matriz de Valongo foi diversificada, de acordo com a sua finalidade/funcionalidade e conotação/simbolismo. No entanto, destacam-se neste campo, as madeiras do pinheiro e do castanheiro. A utilização de pinho visou, sobretudo, projectos mais pragmáticos e abrangentes do que a madeira do castanheiro, considerada uma madeira nobre por excelência, e como tal, com um reduzido campo de aplicação, que devido ao seu elitismo, se traduzia consequentemente, num preço elevado.

Assim, a madeira de pinho teve um amplo campo de aplicação, nas obras de construção, uma vez que foi, não só aplicada na execução das pranchas[1601] utilizadas pelos artistas e artífices da obra, nos carros dos carreteiros[1602], nas rodas dos aparelhos elevatórios de pedras[1603], de forma a dar corpo ao edificio, como também cumpriu

---

1600 A.D.P., *Idem*, livro nº71, fl.64f..
1601 A.D.P., *Idem*, livro nº64, fl.74v..
1602 A.D.P., *Idem, ibidem*, fl.78f..
1603 A.D.P., *Idem, ibidem*, fl.5v..

outros serviços, ditos mais nobres - na feitura das sepulturas[1604], dos símplices das abóbadas[1605], das portas das sacristias[1606], nos caixilhos das janelas[1607]. A madeira de castanho confinou-se, essencialmente, para vestir o interior da nova igreja matriz, em conformidade com o estipulado nos apontamentos do arquitecto, que contemplou não só a capela-mor e corpo da igreja, como as escadas da torre, corrimões e caixilhos[1608].

3.3. A telha e o tijolo

As telhas utilizadas na cobertura do edifício religioso são, maioritariamente, oriundas da telheira de Alfena, famosa pela qualidade e abundância do seu barro. As terras barrosas desta região permitiam outras actividades igualmente importantes: o fabrico de tijolos, a par com as telhas, e o fabrico de cal. Em 1818[1609] foram encomendados os tijolos «para abobada da Igreja»[1610] a uma sociedade celebrada para a ocasião e composta por cinco «tilheiros»[1611]. No ano de 1828[1612], o fornecedor da telha a utilizar na cobertura da capela-mor - que tinha sido sofrido obras de acrescento - foi Francisco José Inácio[1613], «dono da Telheira de Alfena»[1614], que repetirá o fornecimento em 1832[1615]. A telha utilizada nas obras de beneficiação da sacristia do lado do nascente, foi fornecida por outro *tilheiro* de Alfena, Francisco Loureiro[1616], em 1835[1617].

1604 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.28f..
1605 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.91f..
1606 A.D.P., *Idem,* livro nº3, fl.236v..
1607 A.D.P., *Idem,* livro nº81, fl.18v..
1608 A.D.P., *Idem,* livro, nº89, fl.7.
1609 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº81, fl.27v...
1610 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1611 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1612 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.36v..
1613 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1614 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1615 A.D.P., *Idem, ibidem,* fl.97v..
1616 A.D.P., Real Casa Pia do Porto, livro nº3, fl.240v..
1617 A.D.P., *Idem, ibidem.*

3.4. Outros materiais

A cal utilizada na obra foi, maioritariamente, fornecida pela fabrica Rego Lameiro[1618], do Porto. Desta cidade vieram também a pólvora, as tintas e os vidros utilizados na nova matriz. O ferro era necessário para os alicerces, para engradar vãos. Geralmente, este material era encomendado no Porto. As ferragens e *miudesas* eram utilizadas na colocação das mesmas grades, vãos e mais obras. Podiam ser fácilmente mandadas executar em Valongo e S. Cosme, concomitantemente nas oficinas dos mestres ferreiros ou nas lojas dos mestres serralheiros. Pouco sabemos sobre a proveniência do saibro nem da areia utilizadas nas mesmas obras, a não ser que os carreteiros destes materiais eram, geralmente, oriundos de S. Cosme e Valongo.

3.5. Os fornecedores

Estendem-se por uma área geográfica relativamente restrita. Os fornecedores ou arrematantes dos materiais utilizados na edificação da nova igreja matriz vivem, geralmente, ou em Valongo, ou nas redondezas: S. Cosme, Alfena, Rio Tinto. Estes homens, e mulheres, tinham a responsabilidade de fornecer o material, assegurando nomeadamente o seu transporte, e de velar pela segurança do mesmo, quer protegendo-o dos roubos, quer evitando danos, respondendo por sua pessoa e bens. Muitos destes fornecedores mantiveram com a nova igreja matriz de Valongo uma relação de fidelidade inquebrantável, chegando alguns deles a trabalhar efectivamente na sua construção.

1618 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº82, fl.81f..

Ao analisarmos os documentos encontrados, constatamos que os fornecedores de pedra eram oriundos de Rio Tinto. Os mestres serralheiros tinham as suas oficinas em S. Cosme, Valongo e Porto. Os fornecedores das madeiras provinham de uma zona mais alargada: Valongo, S. Cosme, Rio Tinto, Baguim do Monte. Os fornecedores da pólvora, vidros, ferro e cal tinham as suas lojas preferencialmente na cidade do Porto.

QUADRO VIII		
FORNECEDORES DOS MATERIAIS APLICADOS NAS OBRAS		
PEDRA	**MADEIRA**	**FERRAGEM**
- ANTÓNIO, Manuel	- ANDRADE, Custódio Barbosa	- CAETANO, João Alves Oliveira Marques
- BOTA, José Moreira	- ANDRÉ, Manuel	- CAETANO, Manuel Marques
- BOTA, Manuel Moreira	- AZEVEDO, António Gonçalves de	- CONCEIÇÃO, Manuel
- CAETANO, José	- AZEVEDO, João Gonçalves de	- CONCEIÇÃO, Manuel José da
- ENES, Manuel Pereira	- BARBOSA, Custódio	- CARVALHO, Custódio Ferreira de
- FERREIRA, António	- BERNARDES, José	- FERREIRA, António
- FERREIRA, Bento	- BRÁS, João	- FERREIRA, Joaquim João
- FONSECA, José da	- CAMPAINHO, Joaquim Ferreira	- FERREIRA, Joaquim Jorge
- MARQUES, o Russo	- CAPELO, Afonso Gonçalves	- GRANDÃO, Manuel Nunes
- MOREIRA, Manuel	- CARVALHO, António Marques de	- GUIMARÃES, Tomás Pereira
- RODRIGUES, João	- COQUINHO, João	- JOSÉ, António
- RODRIGUES, José	- COSTA, José Ferreira Martins da	- JOSÉ, Domingos
- SILVA, Manuel da	- COSTA, José Marques da	- LEITE, João
- VERDETE, António Francisco	- FELGUEIRAS, Alexandre da Rocha	- LIMA, José Francisco
	- FELGUEIRAS, António da Rocha	- LIMA, Rosa da Cruz de
	- FERREIRA, Manuel	- MAGALHÃES, João Leite de
	- FERREIRA, Manuel José	- PEREIRA, Caetano Alves
	- FILHOTO, Manuel Bento	- PEREIRA, António Alves
	- FONSECA, José da	- QUEIRÓS, João Alves Oliveira
	- FONTE, José da	- REBELO, António Monteiro
	- FRANCISCO, João	- ROSÁRIO, José António de Oliveira
	- GONÇALVES, Francisco	- SANTOS, António João dos
	- GONÇALVES, Manuel	- SANTOS, Manuel António dos
	- GONÇALVES, Manuel Henrique	- SILVA, António José da
		- TAVARES, Custódio Dias

QUADRO VIII		
FORNECEDORES DOS MATERIAIS APLICADOS NAS OBRAS		
PEDRA	MADEIRA	FERRAGEM
	- JOÃO, Brás - MONTEIRO, José - MOREIRA, António José - NEVES, António de Sousa - NEVES, José Marques das - NETO, Vicente Marques - OLIVEIRA, José Marques de - OLIVEIRA, Manuel Alves - PEREIRA, José - ROCHA, Francisco da - PAIVA, Manuel Luis de - PEGO, Manuel - RODRIGUES, Custódio José - SANTOS, José António dos - SILVA, António José Moreira da - SILVA, João da - SOUSA, António Frutuoso de - SOUSA, Manuel de - SOUSA, Manuel Rodrigues de - VIEIRA, José	- TAVARES, Manuel Pinto - VAZ, João

QUADRO IX		
FORNECEDORES DOS MATERIAIS APLICADOS NAS OBRAS		
TELHA	TIJOLO	PÓLVORA
- CARVALHO, João Jorge	- ANTÓNIO, Manuel	- BERNARDES, José Bento
- COELHO, António José	- COSTA, Manuel da	- COSTA, António José
- CORREIA, José Luis	- FERREIRA, António	- GUIMARÃES, José Bento
- FERNANDES, João Moreira	- LUIS, António	- MONTEIRO, Pedro
- INÁCIO, Francisco José	- MOREIRA, António José	- MOURÃO, António José da Costa
- LEITE, João	- MOREIRA, Manuel	- SOUSA, Manuel de
- LOUREIRO, Francisco	- SANTOS, Custódio José dos	
- LOUREIRO, José da Fonseca	- VENDAS, António Fernandes	
- MONTEIRO, Bernardo Rodrigues		
- MOREIRA, Domingos		
- MOURA, Domingos de		
- QUINTELA, Manuel Pinto		
- PEDRO, João		
- PEREIRA, José		
- SANTOS, Manuel João dos		
- VENDAS, António Fernandes		

QUADRO X		
FORNECEDORES DOS MATERIAIS APLICADOS NAS OBRAS		
CERA	SAIBRO	VIDRO
- ANTÓNIO, José - ANTUNES, José - FRANCISCO, António - JOAQUINA, Teresa - LINO, João Ferreira - OLIVEIRA, José Marques - SOUSA, António Pinheiro de	- ALVES, Manuel - FERREIRA, João - FERREIRA, Joaquim - FERREIRA, José - NEVES, João das - PEREIRA, Manuel	- AZEVEDO, António Rodrigues de - BEL, António Moreira - GRIJÓ, José Rodrigues - MALLEM, António

QUADRO XI		
FORNECEDORES DOS MATERIAIS APLICADOS NAS OBRAS		
CAL	GESSO	TINTAS
- FÁBRICA de Rego Lameiro	- SANTOS, José Lopes dos	- PASSOS, Custódio José - GRIJÓ, José Rodrigues.

4. Os Protagonistas

4.1. Os arquitectos

Os homens que trabalharam na construção da nova igreja matriz de Valongo foram, com excepção de Joaquim da Costa Lima Sampaio, os insignes arquitectos do Porto almadino[1619]. São homens de diversificada formação[1620], mas que possuem um elo importantíssimo - o conhecimento efectivo dos tratados de arquitectura[1621]. A presença destes arquitectos nestas obras foi mais pontual do que regular. Só ocasionalmente é que dirigiam *in situ* a construção, ficando a direcção da mesma entregue ao mestre pedreiro da obra.

4.1.1. Teodoro de Sousa Maldonado

Teodoro de Sousa Maldonado foi o primeiro Arquitecto da cidade do Porto[1622], ao ser nomeado pelo senado da Câmara desta cidade, na vereação extraordinária efectuada a 30 de Maio de 1792[1623], e o primeiro arquitecto associado às obras de construção da nova igreja matriz de Valongo. Antes de ocupar aquele ilustre cargo, Teodoro de Sousa Maldonado já trabalhava efectivamente na Junta das Obras Públicas desde 24 de Abril de 1786[1624]. Entre 1789 e 1792, o seu trabalho foi bastante profícuo[1625], quer sozinho, quer em parceria com o engenheiro José Champalimaud de Nussane[1626]. O seu

---

1619 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. — *O Porto na época...*, p.289.
1620 *Idem, ibidem.*
1621 *Idem, ibidem.*
1622 *Idem, ibidem*, p.286.
1623 *Idem, ibidem.*
1624 *Idem, ibidem.*
1625 *Idem, ibidem*, pp.286-287.
1626 *Idem, ibidem.*

campo de acção não se limita ao Porto. É-lhe igualmente atribuído a traça do "Hospital Novo" de Viseu[1627].

Data de Fevereiro de 1795[1628] a primeira notícia que possuímos sobre a ligação do «Bacharel»[1629] Teodoro de Sousa Maldonado às obras de edificação da nova igreja matriz de Valongo. Trata-se de uma petição elaborada por este arquitecto e dirigida a Francisco de Almada e Mendonça[1630], pedindo que lhe seja paga a quantia de 24$000 réis[1631], concernente à execução de «huma copia do risco da Igreja»[1632]. Despachado favoravelmente a 14 de Fevereiro[1633], receberia o montante referido ainda a 18 do mesmo mês[1634], das mãos do tesoureiro João Lopes da Silva Ferraz[1635].

Supomos que foi das mãos de Teodoro de Sousa Maldonado que surgiu a traça que deu forma à nova igreja matriz de Valongo, apesar dos documentos silenciarem o seu nome. Apenas sabemos que o arquitecto que executou o risco do edifício vivia no Porto, já que, aquando do diferendo que opôs os moradores às monjas beneditinas, qualquer uma das partes poderia consultar o «Autor das Plantas»[1636], caso surgissem dúvidas.

A vida deste arquitecto e poeta[1637], apesar de intensa, foi curta. Faleceu a 9 de Outubro de 1799[1638]. Assim, a segundo notícia que encontramos sobre Teodoro de Sousa Maldonado, data de 19 de Abril de 1800[1639] e prende-se com o pagamento de

---

1627 A este respeito, consultar: SILVA, José Sidónio M. da — *O Edificio do "Hospital Novo" de Viseu. In* «Beira Alta». Vol. 53, fasc.1 e 2, Viseu: 1997, pp.77-107.
1628 Cf. Vol. II, documento nº78, p.161.
1629 Cf. *Idem, ibidem.*
1630 Cf. *Idem, ibidem.*
1631 Cf. *Idem, ibidem.*
1632 Cf. *Idem, ibidem.*
1633 Cf. *Idem, ibidem.*
1634 Cf. *Idem, ibidem.*
1635 Cf. *Idem, ibidem.*
1636 A.N.T.T., Desembargo do Paço, *ibidem.*
1637 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. — *O Porto na época...*, p.287.
1638 *Idem, ibidem*, p.286.
1639 Cf. Vol. II, documento nº90, p.174.

22$400 réis[1640], efectuado a «Donna Anna de Vasconcellos Maldonado e seu marido como herdeiros do falecido Arquitecto»[1641]. O montante referido diz respeito ao atraso de pagamento dos serviços prestados *in situ* nas obras de edificação da nova igreja matriz, «de hir 7 vezes a Vallongo a 3$200»[1642] uma situação muito comum na época. Segundo Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, «Teodoro de Sousa Maldonado, arquitecto, hábil no desenho e poeta foi o personagem, ao lado de Champalimaud de Nussane, que directa ou indirectamente mais marcou a arquitectura do Porto no último decénio do século XVIII»[1643].

4.1.2. Damião Pereira de Azevedo

Oriundo de uma família de grandes artístas[1644], Damião Pereira de Azevedo foi arquitecto da Relação[1645] e arquitecto civil[1646]. Contudo o seu percurso foi um pouco acidentado, marcado por alguns desentendimentos com Teodoro de Sousa Maldonado[1647], e também por alguns dissabores em termos profissionais. O projecto que executou para a nova igreja da Ordem Terceira de S. Francisco foi preterido a favor de António Pinto de Miranda[1648]. Muitos foram os trabalhos que executou para a Ordem Terceira do Carmo[1649] e alguns deles, gratuítos, como a execução do risco e de dirigir as obras da sacristia da mesma igreja[1650].

1640 Cf. *Idem, ibidem.*
1641 Cf. *Idem, ibidem.*
1642 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº85, fl.34.
1643 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B — *O Porto na...*, p.287.
1644 *Idem, ibidem,* p.276.
1645 *Idem, ibidem.*
1646 *Idem, ibidem.*
1647 FERRÃO, Bernardo José — *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas, (1758/1813).* Porto: FAP, 3ª ed., 1997, p.233.
1648 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime — *O Porto na época...*, p.276.
1649 *Idem, ibidem.*
1650 *Idem, ibidem.*

A primeira informação que encontramos sobre a presença desta personagem nas obras de edificação da nova matriz data de 10 de Novembro de 1798[1651], e diz respeito à verba de 80$000 réis[1652] «que se pagou ao Director e Arquiteto da obra da Igreja Damião Pereira de Azevedo de seu ordenado a 8$000 por mez de des mezes vencidos»[1653]. Pelo menos desde Fevereiro do mesmo ano, este arquitecto estaria comprometido com a construção da igreja de Valongo. Cerca de cinco meses depois, a 27 de Abril de 1799[1654], Damião Pereira de Azevedo recebe mais 24$000 réis[1655] pelos serviços prestados na nova matriz.

Em Janeiro de 1801[1656], constatamos que Damião Pereira de Azevedo é o autor da alteração da traça original da nova matriz de Valongo[1657]. Auferiu pela execução do novo risco 30$000 réis[1658]. Como referimos com anterioridade, não sabemos se a reforma do risco da igreja abrangeu todo o edificio, já que não possuímos nenhuma informação concreta sobre o assunto. Contudo, há uma série de pistas que nos permitem alvitrar a hipótese de que a reforma do risco contemplou a capela-mor e sacristia do lado do nascente, obras ainda em estado quase embrionário nessa altura, como já tivemos oportunidade de referir. É muito provável que a passagem das mesmas obras para a alçada da Junta das Obras Públicas do Porto, se tivesse processado por um valor irrisório. Supomos que a falta de fundos verificada obrigou a uma reforma do risco da capela-mor, mais modesta. Esta hipótese apesar de não poder ser comprovada por respaldo documental, parece-nos verosímil.

1651 Cf. Vol. II, documento nº84, p.168.
1652 Cf. *Idem, ibidem.*
1653 Cf. *Idem, ibidem.*
1654 Cf. Idem, documento nº88, p.172.
1655 Cf. *Idem, ibidem.*
1656 Cf. *Idem*, documento, nº93, p.181.
1657 Cf. *Idem, ibidem.*
1658 Cf. *Idem, ibidem.*

4.1.3. José Francisco de Paiva (1744-1824)

Ensamblador e arquitecto exerceu principalmente a sua actividade dentro da primeira profissão[1659], chegando a ser examinador do referido ofício em 1784[1660]. Da sua actividade de arquitecto fazem parte o Quartel de Santo Ovidio[1661], o novo Matadouro da cidade[1662] e o Passeio das Fontaínhas[1663]. Em parceria com Teodoro de Sousa Maldonado[1664], «alinhou e demarcou os alicerces para a obra da igreja da Trindade, no Calvário»[1665]. Conhecedor das obras de Robert Adams[1666], que procurou imitar, entrou na longa listas dos homens da nova igreja matriz de Valongo a 24 de Julho de 1800[1667], quando se processou ao pagamento de 64$000 réis[1668] a «Jose Francisco de Paiva Architecto da sobredita obra, pelo seu ordenado de 9 de Outubro 1799// té 9 de Junho de 1800// a 8$000 reis por mez»[1669]. Todavia, a sua presença nas obras da nova igreja matriz deu-se mais cedo, a 9 de Outubro de 1799[1670], como constatamos ao analisar o referido manuscrito. Afigura-se-nos assaz relevante o facto desta data corresponder ao dia da morte de Teodoro de Sousa Maldonado. Supomos que José Francisco de Paiva teria substituído aquele arquitecto na condução das obras públicas nas Províncias do Norte[1671], tendo Luís Inácio de Barros Lima[1672], a seu cargo a condução das obras públicas do Porto, como Arquitecto da cidade[1673], cargo para o

---

1659 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B — *O Porto na época...*, p.283
1660 *Idem, ibidem.*
1661 *Idem, ibidem.*
1662 *Idem, ibidem.*
1663 *Idem, ibidem.*
1664 *Idem, ibidem.*
1665 *Idem, ibidem.*
1666 PEDREIRINHO, José Manuel — *Dicionário dos arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade.* Porto: Edições Afrontamento, 1994, p.186.
1667 Cf. Vol. II, documento nº90, p.174.
1668 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1669 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1670 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1671 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B — *O Porto na época...*, pp.44-45.
1672 *Idem, ibidem*, p.284.
1673 *Idem, ibidem.*

que foi nomeado em 1801[1674] e que ocuparia ate 1822[1675], quando, por sua expressa vontade[1676], lhe sucedeu Joaquim da Costa Lima Sampaio[1677].

Em 16 de Junho de 1804[1678], José Francisco de Paiva pede que lhe sejam pagos os ordenados em atraso, uma vez que, por ordem do «Illustrissimo, Excellentissimo Senhor Francisco de Almada e Mendonça foi elegido para Arquitecto da nova Igreja de Valongo, para lhas distribuir todas as dimensoens percizas»[1679]. Quinze anos depois, a 14 de Junho de 1819[1680], este arquitecto e «director»[1681] das obras de construção da nova igreja matriz, solicita que lhe paguem não só o ordenado, «e são oito mil reis por més»[1682], mas tambem a despesa que «fés com cabalgadura para hir a Vallongo examinar a Obra»[1683]. José Francisco de Paiva não se limitava, ao vistoriar as obras da igreja, a confirmar se a planimetria executada correspondia à traça original, mas também tinha que se pronunciar sobre a qualidade dos materiais empregues na edificação da nova matriz e ainda sobre a necessidade ou não, de alguns mestres permanecerem nas mesmas obras.

Em Dezembro de 1822[1684], o Chanceler da Relação, Francisco Jacques Salinas de Benavides[1685] determina ao «dezinhista»[1686] José Francisco de Paiva que fosse «examinar ocularmente o estado das [...] obras»[1687] da Igreja de Valongo e pontes de Santo Tirso e Vila do Conde[1688], e que actualizasse as respectivas plantas[1689], de forma

---

1674 *Idem, ibidem.*
1675 *Idem, ibidem.*
1676 *Idem, ibidem.*
1677 *Idem, ibidem.*
1678 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº71, fl. 109f..
1679 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1680 Cf. Vol. II, documento nº153, p.272.
1681 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº71, fl.112f..
1682 Cf. Vol. II, dcomento nº153, p.272.
1683 Cf. *Idem, ibidem.*
1684 Cf. Vol. II, documento nº194, p.322.
1685 Cf. *Idem, ibidem.*
1686 Cf. *Idem, ibidem.*
1687 Cf. *Idem, ibidem.*
1688 Cf. *Idem, ibidem.*
1689 Cf. *Idem, ibidem.*

a se proceder a orçamentos e, posteriormente, disponibilizar as verbas necessárias ao «acabamento das obras»[1690]. Pelo seu trabalho, este arquitecto, que na ocasião possuía já uma idade invejável, recebeu a «modica soma»[1691] de 57$600 réis[1692].

4.1.4. Joaquim da Costa Lima Sampaio

Filho do mestre pedreiro portuense Veríssimo da Costa[1693], viria a substituir Luís Inácio de Barros Lima no cargo de Arquitecto da cidade do Porto em 1822, como referimos com anterioridade. Com ligações fortes à comunidade inglesa e ao novo gosto neoclássico, redesenha em 1773 os planos de John Carr para o Hospital de Santo António[1694]. São-lhe atribuídas a autoria das plantas do Palácio dos Carrancas[1695], obra executada entre 1795 e 1802, o edifício Sandeman[1696], e a igreja inglesa de St. James[1697].

A primeira notícia que encontramos sobre a presença de Joaquim de Costa Lima Sampaio nas obras de edificação da nova igreja matriz de Valongo data de 6 de Julho de 1825[1698], quando José Teixeira de Sousa[1699] determina, na qualidade de Chanceler e Governador Interino[1700], cargo que exercia desde 12 de Abril desse mesmo ano[1701], que o «arquiteto da Cidade Joaquim da Costa Lima»[1702] se deslocasse a Valongo,

---

1690 Cf. *Idem, ibidem.*
1691 Cf. *Idem, ibidem.*
1692 Cf. *Idem, ibidem.*
1693 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. — *O Porto na época...*, p.285.
1694 FERRÃO, Bernardo José — *Ob. cit*, p.203.
1695 *Idem, ibidem.*
1696 *Idem, ibidem.*
1697 *Idem, ibidem.*
1698 Cf. Vol. II, documento nº218, p.351.
1699 Cf. *Idem, ibidem.*
1700 A.D.P., Provedoria da Comarca do Porto, livro nº81, fl.102f..
1701 A.D.P., *Idem, ibidem.*
1702 Cf. Vol. II, documento nº218, p.351.

observasse as obras da capela-mor, e, caso considerasse que a planimetria da cabeceira devia ser rectificada, executasse a traça da «parte da obra que achar se deve fazer»[1703]. Poucos dias volvidos, a 19 de Julho[1704], Joaquim da Costa Lima Sampaio procede à reforma do risco da capela-mor, que apresenta, agora, «hum acrescento de 16 palmos de fundo»[1705] e que, para uma melhor apreciação do Chanceler, «vai banhado de vermelho, e o resto que vão de pretto, mostra o estado actual»[1706]. Este arquitecto considerou que as obras de acrescento da capela-mor eram necessárias, não só para a sua «regularidade exterior»[1707], de forma a que o edificio religioso apresentasse um todo harmonioso e coerente, mas também para o «encarregado do risco da tribuna»[1708] executar «com mais liberdade o seu dezenho»[1709]. Em 18 de Dezembro de 1826[1710], foram-lhe pagos 9$600 réis[1711], concernente à execução da nova traça «para a mudança da Obra, e acrescento da Capella Mor»[1712]. Os trabalhos relacionadas com o lajeamento da capela-mor foram igualmente objecto da sua orientação, tendo recebido em Abril de 1829[1713] 4$800 réis[1714] pelo seu trabalho. A última notícia que temos da presença deste arquitecto nas obras da nova matriz de Valongo data de 6 de Agosto de 1831[1715] quando recebeu 4$000 réis[1716] por presidir, supomos nós, às obras de cobertura e embelezamento do tecto e paredes do edificio.

1703 Cf. *Idem, ibidem.*
1704 Cf. *Idem, ibidem.*
1705 Cf. *Idem, ibidem.*
1706 Cf. *Idem, ibidem.*
1707 Cf. *idem, ibidem.*
1708 Cf. *Idem, ibidem.*
1709 Cf. *Idem, ibidem.*
1710 Cf. *Idem,* documento nº250, p.378.
1711 Cf. *Idem, ibidem.*
1712 Cf. *Idem, ibidem.*
1713 Cf. Vol. III, quadro DCX, p.508.
1714 Cf. *Idem, ibidem.*
1715 Cf. *Idem*, quadro DCLXIX, p.528.
1716 Cf. *Idem, ibidem.*

4.2. Os artistas e os artífices

Elaborado o risco para a construção da nova igreja matriz de Valongo, a sua concretização dependia da competência dos mestres que arrematavam as obras e de um grande número de artífices que colaboravam para o mesmo fim.

Inicialmente, como referimos com anterioridade, as obras de pedraria e da igreja foram colocadas a pregão pelo pregoeiro oficial do Juizo da Provedoria da Comarca do Porto, Domingos Pereira, a 10 de Julho de 1782. A partir da Provisão Régia de 1786, as obras eram, anualmente colocadas a lanços, geralmente no adro da igreja, e arrematadas pelo mestre, ou mestres, que por menor preço se encarregasse de as fazer. O «termo de arrematação além de definir, pela entrega da obra, a quem pertencia a responsabilidade de executá-la, continha as condições que eram exigidas para a sua realização»[1717]. As condições abrangiam não só a qualidade e o preço de materiais, o prazo para a sua conclusão, como também, muitas vezes, o número mínimo de artistas e artífices que o arrematante teria que trazer na obra[1718].

No que concerce ao ofício de pedraria encontramos a erigir a nova matriz não só artistas locais e das redondezas, como também oriundos do Porto, Matosinhos, Maia, Santo Tirso, Vila Nova de Gaia, Espinho. Este escoamento de artistas explica-se pela importância e grandeza da obra. Destacamos neste ofício o mestre pedreiro, o homem que dirige as obras em conformidade com a traça do arquitecto, planificando e distribuindo as tarefas pelos seus oficiais e trabalhadores, muitas vezes secundados por outros artífices: os *rapazes*, assim denominados devido ao seu trabalho indiferenciado, e o mestre montante, o que dá a forma à pedra utilizada na construção.

Os artistas que que trabalham a madeira eram, maioritariamente, naturais de Valongo. Poucas foram as vezes que os responsáveis da obra recorreram aos serviços de artistas provenientes de outros lugares, o que nos leva a afirmar que, pelo menos no que concerne ao ofício de carpinteiro, Valongo possuía bons artistas e boas oficinas.

1717 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. — *O Porto na época...*, p.292.

1718 *Idem — Elementos para a história das sociedades...*, p.339.

Não obstante, queremos destacar a presença nas obras de dois carpinteiros vindos da cidade do Porto: o mestre António Francisco de Paiva e o oficial Manuel Francisco de Paiva.

Estes dois homens, naturais de Campanhã[1719], eram irmãos do ensamblador e arquitecto José Francisco de Paiva[1720] e do também ensamblador Francisco José de Paiva[1721]. A primeira informação que temos sobre o mestre carpinteiro data de 1817 e diz respeito à seleção que esta personagem fez das madeiras para forrar a torre da igreja, como já tivemos oportunidade de referir. Em 13 de Abril de 1819[1722], António Francisco de Paiva e os seus oficiais foram novamente contratados para as obras da igreja, onde permaneceram até 25 de Setembro de 1819[1723]. O ordenado que este mestre aufere é de 700 réis por dia[1724], quantia que consideramos extremamente elevada comparativamente ao mestre predreiro Manuel Ferreira[1725] que auferia 500 réis por dia[1726], menos 60 réis que o oficial carpinteiro Manuel Francisco Ferreira de Paiva[1727], o que atesta a qualidade e credibilidade destes artistas.

Quanto ao ofício de trolha, recorria-se sobretudo a artistas e artífices de Vila Nova de Gaia. O mestre que arrematava a obra, trazia para a mesma o seu corpo de oficiais e de artífices, raramente recorrendo a artistas locais.

Um elo de ligação entre estes homens de diferentes ofícios é o forte sentimento de fidelidade às obras de construção da mesma igreja, como podemos constatar ao analisarmos os quadros seguintes.

1719 PINTO, Maria Helena Mendes — *José Francisco de Paiva. Ensamblador e Arquitecto do Porto (1744-1824).* Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1973, p.21.
1720 *Idem, ibidem.*
1721 *Idem, ibidem,* p.10.
1722 Cf. Vol. III, quadro CDVIII, p.384.
1723 Cf. *Idem*, quadro CDXIX, p.392
1724 Cf. *Idem, ibidem.*
1725 Cf. *Idem, ibidem.*
1726 Cf. *Idem, ibidem.*
1727 Cf. *Idem, ibidem.*

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- ADÃO, Lino de Sousa	- moço	- Valongo	- 1829
- ALECRIM, João de	- trabalhador		- 1798
- ALVARES, Manuel			- 1794
- ALVES, Agostinho		- Baguim do Monte	- 1794
- ALVES, Agostinho		- Valongo	- 1794
- ALVES, António	- trabalhador	- Valongo	- 1798
- ALVES, António	- montante	- S. Cosme	- 1804-1805
- ALVES, António	- mestre	- Vila Nova da Telha	- 1831
- ALVES, Caetano	- oficial	- Barreiro	- 1798-1808
- ALVES, Francisco	- assentador e pedreiro	- Rio Tinto	- 1798-1799
- ALVES, Francisco	- assentador	- Valbom	- 1799
- ALVES, Manuel	- trabalhador	- Valongo	- 1794-1798
- ALVES, Manuel	- oficial	- S. Félix da Marinha	- 1798-1802
- AMARANTE, António	- trabalhador	- Amarante	- 1821
- ANA, João da	- jornaleiro	- Valongo	- 1823
- ANTÓNIO, João	- montante		- 1794
- ANTÓNIO, Joaquim	- trabalhador	- Grijó	- 1799-1800
- ANTÓNIO, José	- montante	- Rio Tinto	- 1794-1804
- ANTÓNIO, Jose		- Baguim do Monte	- 1794
- ANTÓNIO, José	- mestre montante	- S. Cosme	- 1794-1804
- ANTÓNIO, José (novo)		- S. Cosme	- 1794
- ANTÓNIO, José	- montante	- Pedrouços	- 1797-1798
- ANTÓNIO, José	- trabalhador	- S. Martinho do Campo	- 1798
- ANTÓNIO, José	- montante	- Moreira da Maia	- 1799-1800
- ANTÓNIO, José	- oficial	- Perosinho	- 1800-1802
- ANTÓNIO, Luis			- 1794
- ANTÓNIO, Luis		- Argonsilhe	- 1800-1801
- ANTÓNIO, Manuel	- montante		- 1794-1795
- ANTÓNIO, Manuel (o preto)	- montante	- S. Cosme	- 1801
- ANTÓNIO, Manuel	- montante	- Valbom	- 1801-1802

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- ANTÓNIO, Manuel		- Argonsilhe	- 1800-1801
- AZEITE, Manuel	- rapaz	- Valongo	- 1834
- AZEVEDO, João de	- montante	- Rio Tinto	- 1794-1801
- AZEVEDO, José de	- montante	- Rio Tinto	- 1794-1798
- AZEVEDO, José Ferreira de	- montante	- Baguim do Monte	- 1794-1798
- AZEVEDO, Manuel de	- rapaz	- Rio Tinto	- 1798-1799
- BALELA, Manuel	- jornaleiro	- Valongo	- 1823
- BALIO, Manuel Ferreira	- oficial	- Rio Tinto	- 1823-1828 - 1834-1835
- BARBATANA, José	- trabalhador	- Valongo	- 1824
- BARBOSA, António	- mestre	- Perosinho	- 1798-1809
- BARBOSA, João	- moço	- Perosinho	- 1824-1831 - 1834
- BARBOSA, Joaquim	- oficial	- Perosinho	- 1817-1821
- BARBOSA, José	- oficial	- Perosinho	- 1817-1822
- BARBOSA, Manuel	- rapaz	- Perosinho	- 1803-1809
- BARREIRO, Manuel		- Barreiros	- 1798
- BARROS, João de		- Valongo	- 1794
- BARROS, José Francisco da			- 1794-1795
- BASTO, José de	- trabalhador	- Valongo	- 1797
- BASTO, Joaquim de	- trabalhador	- Valongo	- 1798
- BASTOS, Manuel		- Valbom	- 1799
- BERNARDO, solteiro			- 1795
- CAMILO, Francisco	- trabalhador	- Valongo	- 1825
- CAMILO, José	- trabalhador	- Valongo	- 1825
- CAMILO, Pedro	- moço	- Valongo	- 1824
- CALCETA, Alexandre	- rapaz	- Valongo	- 1821
- CALCETA, António	- rapaz	- Valongo	- 1821
- CAPUCHO, João	- trabalhador	- Valongo	- 1825
- CAPUCHO, João	- rapaz	- Valongo	- 1834

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- CARRIÇO, Ventura	- trabalhador	- Valongo	- 1835
- CARVALHO, José de (Funfum)	- jornaleiro	- Valongo	- 1823
- CASACO, António	- trabalhador	- Valongo	- 1824
- CASEIRO, Alexandre	- rapaz	- Valongo	- 1821
- CASTRO, João de	- trabalhador	- S. Cosme	- 1799-1801
- CASTRO, José de	- montante	- S. Cosme	- 1798-1802
- CASTRO, Manuel de		- Valbom	- 1799
- CASTRO, Manuel de	- montante	- S. Cosme	- 1800-1804
- CASTRO, Manuel Pinto de		- S. Cosme	- 1799
- CASULO, José	- trabalhador	- Valongo	- 1825
- CLAUDINO, João	- trabalhador	- Penafiel	- 1799
- CLEMENTE	- moço	- Perosinho	- 1819
- COELHO, João	- moço	- Grijó	- 1819-1820
- COELHO, Manuel	- montante	- Canelas	- 1801-1803
- COLA, João	- trabalhador	- Valongo	- 1823
- COLA, Joaquim	- trabalhador	- Valongo	- 1825
- CORREIA, João	- rapaz	- S. Cosme	- 1798-1800
- CORREIA, José	- rapaz	- S. Cosme	- 1798
- COSTA, António Martins da	- jornaleiro	- Valongo	- 1829
- COSTA, José	- trabalhor	- Valongo	- 1799
- COSTA, José da	- oficial	- Grijó	- 1799-1801
- COSTA, Manuel da			- 1794
- COSTA, Manuel Soares da	- moço	- Valongo	- 1823
- COUTO, José de			- 1794-1796
- COUTO, José de	- trabalhador	- S. Cosme	- 1799
- COELHO, João	- moço	- Valongo	- 1829
- CRISTELO, António Ferreira	- oficial	- Cristelo	- 1834-1835
- CRUZ, José da	- moço	- Valongo	- 1823
- CUNINHA, José da			- 1794

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- DIAS, Duarte	- trabalhador	- Valongo	- 1825-1826
- DIAS, Inácio	- trabalhador	- Rio Tinto	- 1834
- DIAS, João José		- Valongo	- 1794
- DIAS, José		- Seixelo	- 1799-1801
- DIAS, José	- jornaleiro	- Valongo	- 1825-1829
- DIAS, José	- trabalhador	- Valongo	- 1834-1834
- DIAS, Manuel	- moço	- Valongo	- 1829
- DIAS, Manuel	- oficial aparalhador	- Moreira da Maia	- 1831
- DIAS, Manuel	- rapaz	- Valongo	- 1831
- DIAS, Pedro		- Seixelo	- 1801
- DOMINGUES, António		- Serzedo	- 1797-1799
- DOMINGUES, António		- Perosinho	- 1802-1803
- DOMINGUES, Filipe			- 1794-1797
- DOMINGUES, João		- Perosinho	- 1808-1809
- DOMINGUES, João	- trabalhador	- Canelas	- 1801-1804
- DOMINGUES, Joaquim		- Canelas	- 1803
- DOMINGUES, Joaquim		- Canelas	- 1803
- DOMINGUES, José		- Canelas	- 1797-1801
- DOMINGUES, José	- oficial	- Perosinho	- 1826-1830
- DOMINGUES, José	- oficial	- Perosinho	- 1834-1834
- DOMINGUES, Manuel	-	- Baguim do Monte	- 1794-1797
- DOMINGUES, Manuel	- oficial	- Valongo	- 1794-1809
			- 1817-1828
- DOMINGUES, Manuel		- Canelas	- 1800-1803
- DOMINGUES, Manuel	- trabalhador	- Canelas	- 1803-1806
- DOMINGUES, Manuel	- rapaz	- Perosinho	- 1803
- DUARTE, Joaquim	- oficial	- Rio Tinto	- 1826-1827
- DUQE, Manuel	- rapaz	- Perosinho	- 1831
- ESTOURADA, João Francisco			- 1794-1796
- EUFÉMIA, João da	- trabalhador	- Valongo	- 1823-1824

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- FELGUEIRAS, José da Rocha	- trabalhador	- Valongo	- 1835
- FELGUEIRAS, José da Rocha	- trabalhador	- Valongo	- 1821
- FELIX, José	- trabalhador	- Fanzeres	- 1802
- FERNANDES, António		- Rio Tinto	- 1794-1804
- FERNANDES, António			- 1794
- FERNANDES, António	- trabalhador	- Valongo	- 1835
- FERNANDES, José	- trabalhador	- Valongo	- 1834
- FERNANDES, Manuel	- rapaz	- Valongo	- 1834
- FERNANDO, António			- 1794-1795
- FERNANDO, Joaquim de Sousa		- Valongo	- 1796
- FERREIRA, António	- montante	- Rio Tinto	- 1797-1804
- FERREIRA, António	- montante	- S. Cosme	- 1803
- FERREIRA, António	- rapaz	- Rio Tinto	- 1802-1805
- FERREIRA, Bento	- oficial	- Rio Tinto	- 1824-1825
- FERREIRA, Bento	- rapaz	- Rio Tinto	- 1826
- FERREIRA, Inácio	- montante	- S. Cosme	- 1798
- FERREIRA, Inácio	- montante	- Pedrouços	- 1794-1801
- FERREIRA, Jerónimo			- 1794-1795
- FERREIRA, Jerónimo	- oficial	- Rio Tinto	- 1824-1825
- FERREIRA, João		- Carreira	- 1794
- FERREIRA, João		- Valongo	- 1794
- FERREIRA, João	- montante	- Rio Tinto	- 1794
- FERREIRA, João		- Serzedo	- 1797-1799
- FERREIRA, João	- oficial	- Barca	- 1800-1804
- FERREIRA, José		- Rio Tinto	- 1794-1795
- FERREIRA, José (o moço)	- montante	- Baguim do Monte	- 1794-1802
- FERREIRA, José	- oficial	- Grijó	- 1799-1805
- FERREIRA, José		- Rio Tinto	- 1799-1809
- FERREIRA, Juveneiro			- 1799

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- FERREIRA, Manuel	- montante	- Rio Tinto	- 1794-1795
- FERREIRA, Manuel		- Rio Tinto	- 1794-1801
- FERREIRA, Manuel		- Valongo	- 1794-1795
- FERREIRA, Manuel		- Fânzeres	- 1797
- FERREIRA, Manuel	- assentador e pedreiro	- Rio Tinto	- 1797-1801
- FERREIRA, Manuel		- Serzedo	- 1798-1799
- FERREIRA, Manuel	- trabalhador	- Campinho	- 1802
- FERREIRA, Manuel		- Grijó	- 1808-1809
- FERREIRA, Manuel	- mestre	- Perosinho	- 1817-1831
			- 1834-1835
- FERREIRA, Manuel	- aprendiz	- Serzedo	- 1818-1821
- FERREIRA, Pedro	- montante	- Rio Tinto	- 1794-1805
- FONSECA, José da	- trabalhador	- Valongo	- 1799-1800
- FRADE, João	- trabalhador	- Valongo	- 1825-1826
- FRADE, José	- trabalhador	- Valongo	- 1825-1826
- FRANCISCO, Alexandre		- S. Félix da Marinha	- 1798-1799
- FRANCISCO, António			- 1794-1795
- FRANCISCO, António		- Nogueira da Maia	- 1798
- FRANCISCO, António	- aparelhador	- Moreira da Maia	- 1831
- FRANCISCO, Bento		- Rio Tinto	- 1800-1801
- FRANCISCO, Bento	- oficial aparelhador	- Moreira da Maia	- 1831
- FRANCISCO, João			- 1794-1797
- FRANCISCO, João	- oficial	- Rio Tinto	- 1794-1798
- FRANCISCO, João (novo)			- 1794
- FRANCISCO, Joaquim		- S. Félix da Marinha	- 1794
- FRANCISCO, José			- 1794
- FRANCISCO, José António			- 1796
- FRANCISCO, Manuel	- montante	- Paranhos	- 1797
- FRANCISCO, Manuel		- S. Félix da Marinha	- 1798
- FRANCISCO, Manuel	- rapaz	- Grijó	- 1799-1802

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- FRANCISCO, Marcelino		- S. Félix da Marinha	- 1798-1799
- FRANCISCO, Rafael		- S. Romão	- 1794-1798
- FRADE, João	- moço	- Valongo	- 1823
- GALEGO, António	- rapaz	- Valongo	- 1834
- GALEGO, João			- 1794
- GALEGO, Manuel			- 1794
- GALHETO, Manuel	- trabalhador	- Valongo	- 1824
- GAMILHO, Francisco	- rapaz	- Valongo	- 1821
- GARRANO, Remualdo	- trabalhador	- Valongo	- 1824
- GOMES, António		- Perosinho	- 1803
- GOMES, João	- montante	- S. Cosme	- 1798-1799
- GOMES, José	- montante	- S.. Cosme	- 1794-1805
- GUEDES, José		- Pedroso	- 1800-1801
- GUEDES, José	- trabalhador	- Olival	- 1800-1801
- HENRIQUES, Manuel			- 1794
- JOÃO,	- moço	- Valongo	- 1821
- JOÃO, José	- trabalhador	- Perosinho	- 1801-1807
- JOÂO, Manuel	- trabalhador		- 1798
- JOSÉ, António	- montante	- Pedroso	- 1801
- JOSÉ, António	- montante	- Moreira da Maia	- 1798-1799
- JOSÉ, António	- trabalhador	- Campo	- 1798
- JOSÉ, Francisco			- 1794
- JOSÉ, Joaquim	- montante	- Rio Tinto	- 1798-1799
- JOSÉ, Joaquim			- 1794
- JOSÉ, Joaquim		- Barreiros	- 1794-1799
- JOSÉ, Manuel	- assentador e pedreiro	- Barreiros	- 1797-1799
- LABARINCHO, José	- trabalhador	- Valongo	- 1835
- LAGE, António Ferreira	- oficial	- Rio Tinto	- 1824-1830
- LAGE, António da Silva	- oficial	- Baguim do Monte	- 1834
- LAGE, António (novo)	- rapaz	- Rio Tinto	- 1834

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- LAPA, Manuel Pereira da	- mestre		- 1794-1795
- LAVRADOR, António Moreira			- 1794
- LECRE, António			- 1794-1795
- LEITE, Agostinho		- Perosinho	- 1807-1808
- LEITE, António	- assentador e pedreiro	- Cedofeita	- 1794-1799
- LEITE, António			- 1794
- LEITE, João	- moço	- Perosinho	- 1830-1831
- LEITE, José	- trabalhador	- Perosinho	- 1834-1836
- LOPES, Agostinho	- oficial	- Valongo	- 1794
- LOPES, Pedro		- Campanhã	- 1794-1795; 1801
- LOPES, Pedro		- Campanhã	- 1801-1803
- LOPES, António Gonçalves	- trabalhador	- Valongo	- 1835
- LOPES, Manuel	- trabalhador	- Campanhã	- 1800-1801
- LUIS, António	- trabalhador		- 1798
- LUIS, João			- 1794
- LUIS, José	- trabalhador	- Fânzeres	- 1800-1801
- LUIS, Manuel	- trabalhador	- Canelas	- 1802
- MACHADO, Roque	- trabalhador	- Valongo	- 1824
- MAGALHÃES, Francisco Dias	- trabalhador	- Valongo	- 1799
- MAGALHÃES, João José Dias		- Valongo	- 1794
- MANILHA, António	- trabalhador	- Valongo	- 1824-1825
- MANILHA, Estanislau	- trabalhador	- Valongo	- 1824
- MANUEL, moço	- moço	-	- 1795
- MARTINS, António	- rapaz	- Rio Tinto	- 1836
- MARTINS, António Ferreira	- oficial	- Rio Tinto	- 1824
- MARTINS, Francisco	- trabalhador	- Fânzeres	- 1794-1799
- MARTINS, Domingos			- 1794
- MARTINS, José	- trabalhador	- Fânzeres	- 1799-1800

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- MARTINS, Tomás	- montante	- Fanzeres	- 1794
- MINGALHO, Manuel	- trabalhador	- Valongo	- 1821-1825
- MOREIRA, António	- trabalhador	- Valongo	- 1794-1798
- MOREIRA, António			- 1794-1796
- MOREIRA, António		- Valongo	- 1794
- MOREIRA, António	- oficial aparalhedor	- Moreira da Maia	- 1831
- MOREIRA, António Alves			- 1796-1798
- MOREIRA, António José	- montante	- Moreira da Maia	- 1797-1801
- MOREIRA, Bernardo			- 1794-1795
- MOREIRA, Bernardo José			- 1794
- MOREIRA, Manuel		- Gandra	- 1807-1808
- MOREIRA, Custódio	- assentador e pedreiro	- Moreira da Maia	- 1797-1802
- MOREIRA, João			- 1794-1795
- MOREIRA, Manuel	- trabalhador	- Valongo	- 1794-1797
- MOREIRA, Manuel Alves			- 1796-1798
- MOURA, António de	- trabalhador	- Fânzeres	- 1834
- MOUTINHO, Domingos			- 1794
- MOSTELO, Bernardo de	- trabalhador	- Valongo	- 1831
- NAVIO, António	- trabalhador	- Valongo	- 1824-1826
- NAVIO, Elias	- rapaz	- Valongo	- 1834
- NAVIO, Ricardo	- trabalhador	- Valongo	- 1823-1825
- NEVES, João das	- trabalhador	- Fânzeres	- 1798-1800
- NOGUEIRA, António		- Nogueira da Maia	- 1798
- NOGUEIRA, José	- assentador e pedreiro	- Moreira da Maia	- 1798
- Ó. João do	- trabalhador	- Valongo	- 1823-1824
- Ó; Manuel do	- trabalhador	- Valongo	- 1823-1824
- OLIVEIRA, António			- 1794
- OLIVEIRA, António de		- Grijó	- 1794-1800
- OLIVEIRA, João	- moço	- Valongo	- 1829
- OLIVEIRA, José			- 1794

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- OLIVEIRA, Joaquim de		- Grijó	- 1797-1800
- OLIVEIRA, José de		- Grijó	- 1794-1801
- OLIVEIRA, José	- montante	- S. Cosme	- 1803-1804
- OLIVEIRA, José de	- montante	- S. Cosme	- 1803-1804
- OLIVEIRA, José de		- Olival	- 1800-1801
- OLIVEIRA, Manuel de	- oficial	- Grijó	- 1817-1818
- PARANHÃO, António Ferreira	- oficial	- Rio Tinto	- 1823-1831
- PARANHÃO, António Ferreira	- oficial	- Rio Tinto	- 1823-1827 - 1835-1836
- PARANHÃO, António, (rapaz)	- oficial	- Rio Tinto	- 1827
- PARANHÃO, Bento	- oficial	- Rio Tinto	- 1827
- PAREDES, João		- Valongo	- 1794
- PAREDES, João Dias		- Valongo	- 1794
- PENETRA, José	- jornaleiro	- Valongo	- 1823-1825
- PENETRA, José	- trabalhador	- Valongo	- 1834
- PEREIRA, António	- montante	- Coimbra	- 1801-1802
- PEREIRA, António	- oficial	- Perosinho	- 1817-1821
- PEREIRA, António	- oficial	- Grijó	- 1819-1820
- PEREIRA, António	- oficial aparalhedor	- Moreira da Maia	- 1831
- PEREIRA, António Barbosa	- oficial	- Perosinho	- 1820
- PEREIRA, Egídio	- montante		- 1794
- PEREIRA, Francisco	- aparelhador pedreiro	- Moreira da Maia	- 1831
- PEREIRA, Isidoro	- trabalhador	- S. Cosme	- 1795-1801
- PEREIRA, João			- 1794
- PEREIRA, Joaquim	- oficial	- Perosinho	- 1835
- PEREIRA, José			- 1794
- PEREIRA, José		- Perosinho	- 1826
- PEREIRA, Manuel			- 1794
- PEREIRA, Manuel	- montante	- Pedrouços	- 1801

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- PEREIRA, Manuel	- montante	- Pedroso	- 1801
- PEDRO, José	- montante		- 1798
- PILAFRE, António	- trabalhador	- Valongo	- 1823-1825
- PINHO, João de	- rapaz	- Valongo	- 1826-1826
- PINHO, Joaquim	- trabalhador	- Valongo	- 1825-1826
- PINTO, António	- oficial	- Campanhã	- 1799-1802
- PINTO, João	- trabalhador	- Valongo	- 1825-1826
- PINTO, Joaquim			- 1794-1795
- PINTO, José	- oficial		- 1799
- PINTO, Manuel	- montante	- S. Cosme	- 1801
- POMBINHA, José	- trabalhador	- Valongo	- 1824
- POMBINHA, Manuel	- rapaz	- Valongo	- 1834
- PORTO, João do	- trabalhador	- Porto	- 1798
- PÓVOA, José	- rapaz	- Valongo	- 1826
- PRESAS, António da Silva	- rapaz	- Valongo	- 1834
- RAMALHO, Lourenço	- oficial	- S. Lourenço	- 1834
- RAMOS, Manuel	- montante	- Paranhos	- 1797
- RATO, Delfim	- trabalhador	- Valongo	- 1825-1826
- RATO, João	- rapaz	- Valongo	- 1821-1824
- REIS, António	- trabalhador		- 1798
- ROCHA, Francisco da			- 1794
- ROCHA, José da	- oficial	- Carvalhos	- 1834
- ROCHA, Manuel da		- Valongo	- 1794-1797
- RODRIGUES, António	- oficial	- Canelas	- 1801-1807
- RODRIGUES, João		- S. Martinho do Campo	- 1800
- RODRIGUES, João		- Argonsilhe	- 1800-1801
- RODRIGUES, João	- trabalhador	- Grijó	- 1801
- RODRIGUES, Joaquim		- Grijó	- 1802
- RODRIGUES, José	- montante	- Rio Tinto	- 1797-1805

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- RODRIGUES, José	- trabalhador	- Grijó	- 1799-1800
- RODRIGUES, José	- assentador	- Grijó	- 1817-1818
- RODRIGUES, Manuel	- trabalhador	- Canelas	- 1801-1807
- RODRIGUES, Manuel	- montante	- Rio Tinto	- 1802-1804
- RODRIGUES, Manuel (velho)	- oficial	- Valongo	- 1795-1830
- RODRIGUES, Manuel	- moço	- Rio Tinto	- 1824-1826
- RUÇO, Roque	- trabalhador	- Valongo	- 1824
- SÁ, António de	- oficial	- Valongo	- 1825
- SABARINCHO, João	- rapaz	- Valongo	- 1834
- SALDANHA, João	- rapaz	- Valongo	- 1834
- SANTOS, António dos	- montante	- Fanzeres	- 1801
- SANTOS, António dos	- montante	- Valbom	- 1801-1802
- SANTOS, António dos	- montante	- Pedroso	- 1801
- SANTOS, António dos	- montante	- Pedrouços	- 1801
- SANTOS, Inácio dos	- trabalhador	- Fanzeres	- 1798
- SANTOS, Joaquim	- trabalhador	- Fanzeres	- 1798
- SANTOS, José dos		- Baguim do Monte	- 1794
- SANTOS, Jorge Pinto dos		- S. Cosme	- 1799
- SANTOS, José dos	- rapaz	- Valbom	- 1798-1799
- SANTOS, José Pinto dos	- montante	- S. Cosme	- 1798-1799
- SANTOS, Manuel dos	- montante	- Fânzeres	- 1794-1801
- SANTOS, Mnauel dos	- montante	- S. Cosme	- 1800-1802
- SANTOS, Manuel dos	- montante	- Rio Tinto	- 1802
- SILVA, Alexandre da	- montante	- S. Cosme	- 1801
- SILVA, Alexandre da	- trabalhador	- S. Cosme	- 1800-1801
- SILVA, André da	- trabalhador	- Vinhal	- 1798-1799
- SILVA, António da		- Rio Tinto	- 1794-1801
- SILVA, António da			- 1794
- SILVA, António da	- oficial	- Perosinho	- 1801-1802
- SILVA, Bernardo da	- montante	- Matosinhos	- 1797-1799

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- SILVA, Bernardo da	- montante	- S. Cosme	- 1798-1801
- SILVA, João da			- 1794
- SILVA, João da	- montante	- Pedroso	- 1798-1899
- SILVA, José da			- 1794
- SILVA, José da			- 1794
- SILVA, José da	- montante	- Pedrouços	- 1797-1798
- SILVA, José da		- Grijó	- 1803
- SILVA, Manuel da	- trabalhador	- Rio Tinto	- 1800
- SILVA, Manuel da			- 1794-1795
- SOARES, António			- 1794-1799
- SOARES, José			- 1794-1795
- SOARES, José		- Grijó	- 1799-1800
- SOARES, José Gomes	- montante	- Valbom	- 1800-1801
- SOARES, José Gomes	- montante	- S. Cosme	- 1800-1801
- SOARES, Manuel	- montante		- 1794
- SOLDADO, António	- rapaz	- Valongo	- 1826
- SOUSA, Alexandre de	- trabalhador	- Valongo	- 1821
- SOUSA, António de	- montante	- Rio Tinto	- 1800-1801
- SOUSA, António	- trabalhador	- Valongo	- 1821
- SOUSA, João de		- Seixo	- 1794
- SOUSA, João de	- oficial	- Valongo	- 1825
- SOUSA, Joaquim de		- Pedroso	- 1798-1799
- SOUSA, José de		- Seixo	- 1794
- SOUSA, Manuel de		- Seixo	- 1794
- SOARES, José Gomes	- montante	- S. Cosme	- 1800-1801
- SANTOS, Manuel dos	- montante	- Rio Tinto	- 1802
- SANTOS, Manuel dos	- montante	- Fânzeres	- 1800-1801
- SANTOS, António dos	- montante	- Fânzeres	- 1801
- TOCA, Manuel	- jornaleiro	- Valongo	- 1823
- TORRES, António Martins	- trabalhador	- Valongo	- 1829
- TORRES, Bento	- trabalhador	- Valongo	- 1821

QUADRO XII			
PEDREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- TUNA, Manuel Moreira			- 1796
- VALE, José do	- oficial	- Valongo	- 1835
- VALONGO, Manuel	- oficial	- Rio Tinto	- 1826
- VALONGUENSE, Manuel	- oficial	- Rio Tinto	- 1827
- VASSOURA, Antónia	- jornaleiro	- Valongo	- 1823
- VAZ, Domingos José		- Baguim do Monte	- 1794
- VAZ, João		- Baguim do Monte	- 1794
- VEHAGO, Ventura Dias	- trabalhador	- Valongo	- 1834
- VERÍSSIMO, José António	- montante	- S. Cosme	- 1798-1804
- VERÍSSIMO, Jorge António		- S. Cosme	- 1799-1804
- VINHAS, José Henrique			- 1794
- XENGO, José de Sousa		- Seixo	- 794

QUADRO XIII			
CARPINTEIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- ALVES, Joaquim	- oficial	- Campanhã	- 1819
- ALVES, José		- Valongo	- 1805-1806
- ANTÓNIO,	- moço	- Valongo	- 1821
- AZEVEDO, António Gonçalves de		- Valongo	- 1835
- AZEVEDO, Francisco Gonçalves de	- mestre	- Valongo	- 1800-1805
- AZEVEDO, João Gonçalves de	- mestre	- Valongo	- 1821-1835
- BARBOSA, Custódio	- mestre	- Valongo	- 1825; 1829
- BARBOSA, João		- Valongo	- 1825
- BARBOSA, José	- oficial	- Valongo	- 1825
- BASTO, Joaquim de		- Valbom	- 1798
- CAMILO, Pedro		- Valongo	- 1826
- COSTA, Manuel Ferreira da	- serrador	- Valongo	- 1799
- COUTO, João de			- 1794
- CRUZ, Joaquim de Sousa	- oficial	- Valongo	- 1828
- CUSTÓDIO, José		- S. Cosme	- 1798
- DELGADO, Francisco	- oficial	- Valongo	- 1823-1825
- DELGADO, Francisco Rocha			- 1794
- DIAS, Ricardo José	- oficial	- Moreira da Maia	- 1819
- DUARTE, Vicente	- oficial	- Valongo	- 1825
- DUARTE, Vicente João	- oficial	- Valongo	- 1828-1832
- DUQUE, Manuel	- oficial	- Valongo	- 1824-1825
- EUFÉMIA, Antónia da		- Valongo	- 1824-1825
- FERNANDO, Manuel de Sousa	- mestre	- Valongo	- 1794-1806
- FERREIRA, António	- mestre	- Rebordosa	- 1825
- FERREIRA, José		- Rio Tinto	- 1802

QUADRO XIII			
CARPINTEIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- FILETE, Francisco	- oficial	- Valongo	- 1825
- FERREIRA, José	- serrador	- Rio Tinto	- 1819
- FERREIRA, José	- serrador	- Valongo	- 1798-1799
- FERREIRA, Manuel			- 1794
- FERREIRA, Manuel	- serrador	- Agrela	- 1801
- FILHOTO, Manuel Bento	- oficial	- Valongo	- 1824-1825
			- 1834
- FRANCISCO, João	- mestre	- Valongo	- 1797-1809
- FRANCISCO, José		- Valongo	- 1809
- GANILHO, Francisco	- oficial	- Valongo	- 1823-1825
- GONÇALVES, Francisco	- serrador	- Valongo	- 1802
- GONÇALVES, João	- serrador	- Valongo	- 1802
- JOÃO, Manuel	- serrador		- 1799
- JOÃO, Manuel	- armador	- Valongo	- 1825
- JOAQUIM, Ricardo	- armador	- Valongo	- 1825
- JOSÉ, Ricardo	- oficial	- Moreira da Maia	- 1819
- LOPES, Agostinho		- Valongo	- 1794
- LOUREIRO, Inácio		- Valongo	- 1807
- LUIS, Manuel		- Valongo	- 1797-1798
- MARTINS, João	- serrador	- Campanhã	- 1819
- MONTEIRO, António	- oficial	- Valongo	- 1828
- MOREIRA, João		- Valongo	- 1809
- OLIVEIRA, José Joaquim de	- oficial	- Valongo	- 1834
- OLIVEIRA, José Marques de	- oficial	- Valongo	- 1828-1832
- PAIVA, António Francisco de	- mestre	- Campanhã	- 1817-1819
- PAIVA, Manuel Francisco de	- oficial	- Campanhã	- 1819
- PAIVA, Manuel Luis de	- mestre	- Valongo	- 1798-1805
- PADILHA, António Marques	- oficial	- Valongo	- 1830
- PEREIRA, Manuel	- oficial	- Massarelos	- 1819
- ROCHA, António da		- S. Cosme	- 1798

QUADRO XIII			
CARPINTEIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- ROCHA, António da	- oficial	- Valongo	- 1828
- ROCHA, Francisco da	- oficial	- Valongo	- 1823
- ROCHA, João da		- Valongo	- 1828
- ROCHA, Manuel		- Valongo	- 1807
- ROCHA, Tiago da	- oficial	- Valongo	- 1823
- SARUGA, Joaquim Marques		- Valongo	- 1825-1832
- SILVA, José da		- Valongo	- 1805-1807
- SOLTEIRO, Agostinho			- 1797
- SOUSA, José de			- 1794
- TEIXEIRA, Manuel	- oficial	- Campanhã	- 1819
- SOUSA, Manuel	- mestre	- Valongo	- 1805-1806
- TORRES, António	- oficial	- Valongo	- 1823-1828
- TORRES, José		- Valongo	- 1805-1806
- TORRES, José Martins	- oficial	- Valongo	- 1821

QUADRO XIV			
TROLHAS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- ALVES, Manuel		- Valongo	- 1825
- AMORIM, Domingos de	- oficial-estucador	- Viana	- 1831-1832
- AMORIM, Francisco de	- oficial-estucador	- Viana	- 1831-1832
- BEXIGA, Manuel Alves		- Valongo	- 1835
- CAMILO, Alexandre		- Valongo	- 1825
- DOMINGOS, António	- oficial	- Pedroso	- 1822
- GOMES, Alexandre	- oficial	- Pedroso	- 1823
- LUIS	- moço	- Viana	- 1831
- LOPES, Manuel		- Valongo	- 1806
- MARTINS, João	- servente	- Valongo	- 1831-1832
- MOREIRA, Agostinho	- moço	- Pedroso	- 1822
- MOREIRA, José	- oficial-estucador	- Viana	- 1831-1832
- OLIVEIRA, António	- moço	- Pedroso	- 1823
- OLIVEIRA, Bernardo	- oficial	- Pedroso	- 1822
- OLIVEIRA, João	- oficial	- Pedroso	- 1823
- OLIVIERA, Joaquim	- oficial	- Pedroso	- 1823
- OLIVEIRA, José		- Pedroso	- 1823
- PAZ, João Ramos	- mestre	- Viana	- 1831-1832
- PEDROSA, Joaquim	- moço	- Pedroso	- 1830-1831
- PEDROSA, José	- oficial	- Pedroso	- 1830-1831
- PEDROSA, José	- estucador	- Pedroso	- 1831
- PEDROSA, Manuel	- mestre	- Pedroso	- 1830-1831
- SANTOS, Simão dos	- oficial	- Pedroso	- 1822
- SOUSA, João de	- moço	- Pedroso	- 1822

QUADRO XV			
FERREIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- CAETANO, Manuel Marques			- 1834
- CARVALHO, Custódio Ferreira de	- mestre	- Valongo	- 1798-1803
- FERREIRA, Joaquim Jorge	- mestre	- Valongo	- 1820-1831
- FERREIRA, José	- mestre	- Valongo	- 1801
- GRANDÃO, Manuel José Nunes	- mestre	- Valongo	- 1794-1824
- JOSÉ, António	- mestre	- S. Cosme	- 1820
- NUNES, José Marques			- 1834-1836
- PEDRO, João	- mestre	- S. Cosme	- 1800
- PINTO, João Ferreira	- mestre		- 1803
- PINTO, Manuel	- mestre		- 1798
- QUINTELA, Manuel Pinto	- mestre	- S. Cosme	- 1798-1799
- SANTOS, António João dos	- mestre	- Santo André	- 1794
- SILVA, António José	- mestre		- 1820-1821
- TAVARES, Manuel Pinto	- mestre	- S. Cosme	- 1802-1803
- VAZ, João	- mestre	- S. Cosme	- 1794-1802

QUADRO XVI			
PINTORES QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- CONCEIÇÃO, Manuel da		- Valongo	- 1823-1825
- JOÃO, Manuel		- Campo	- 1826
- JOAQUIM, Ricardo		- Valongo	- 1825
- SOUSA, Manuel de		- Valongo	- 1825

QUADRO XVII			
CANTEIROS QUE TRABALHARAM NAS OBRAS DA IGREJA MATRIZ DE VALONGO			
Nomes	Categoria Profissional	Naturalidade	Cronologia
- FERREIRA, José	- Lavrador	- Sobrado	- 1832
- NETO, José Marques	- Lavrador	- Valongo	- 1832

5. Análise artística da igreja matriz de Valongo

5.1. Análise formal do exterior

A igreja matriz de Valongo, sendo concomitantemente a Casa de Deus e um espaço ao serviço da comunidade, ocupa uma área geográfica em perfeita sintonia com a paisagem e o casario envolventes [Est. 1]. Assim, na sua feitura houve também o cuidado de dispô-la de forma a facilitar a entrada ao maior número de fieis. O acesso ao espaço sagrado é feito por duas escadarias graníticas que dão para o adro, flanqueadas por duas portas de ferro[1728].

5.1.1. Fachada

A fachada do templo [Est. 2], nobre e severa, é composta por um corpo central ladeado por duas torres sineiras de 34 metros de altura[1729], em perfeita harmonia. No último registo observamos um frontão ondulado rematando o corpo central. O corpo curvo do frontão é sobrepujado por uma cruz e nas extremidades do arco invertido foram colocados urnas encimadas por fogareús.

Os entablamentos rectos, sem interrupção, sublinham a ordenação na linha horizontal. Esta é contrariada não só pelo forte embasamento em que assenta a fachada, como pela presença e perfil das torres, que acentuam o verticalismo da frontaria, segundo um movimento ascencional, e em cujos remates se nota a apropriação de uma nova linguagem, com silhuetas geométricas simples e nalgumas

---

1728 As escadarias e os portões foram executados em 1865, gastando-se nestas obras 1:073$165 réis. Consultar: REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p.236.

1729 *Idem, ibidem*, p.239.

decorações onde está também patenteado a pureza de detalhe, aspectos tão caros à arquitectura neoclássica.

No eixo central da fachada, e no primeiro andar, o pórtico de entrada [Est.3] encontra-se emuldurado por duas pilastras dóricas, assentes em pedestais salientes, que têm como função principal ressaltar a porta principal encimada por um entablamento com arquitrave, friso e cornija saliente com moldura e ducina, com seis ressaltos, que emprestam ao pórtico uma certa movimentação.

No segundo andar do corpo central abrem-se três grandes vãos fenestrados [Est.4]. As molduras das janelas laterais são lisas, sendo a janela do meio encimada por um frontão curvo e com cercadura granítica. Para além de ser o vão mais decorado do conjunto, apresenta uma inscrição colocada entre o frontão e a parte superior, semicircular da janela, enquadrado por uma moldura granítica, que apresenta, na parte inferior, séries de quatro gotas. Nesta inscrição pode lêr-se:

«O QUAM METUENDUS EST
VOCUS ISTE! VERE NON EST
HIC ALIUD NISI DOMUS DEI
ET PORTA COELI»
GEN. XXVIII 17[1730]

Ladeando a janela surge um elemento decorativo do lado externo a toda a altura do vão que se alarga na parte inferior. Faz-se ladear por pequenos elementos em forma de coração invertido em cima de um pequeno soco.

As torres que ladeiam o corpo central da fachada imprimem equilíbrio ao conjunto. Dão-lhe acima de tudo uma simetria pela regularidade destes dois corpos laterais. Como já foi salientado anteriormente, acentuam a verticalidade da frontaria, apenas quebrada pelas cornijas que dividem horizontalmente em três registos o

1730 «Que terível é este lugar! Aqui é a Casa de Deus, aqui é a porta do Céu».

corpo central. Junto ao entablamento e cornija que separa o remate do resto da frontaria foram colocados relógios enquadrados por moldura lisa granítica, que mostram de cada lado da moldura, na parte inferior, séries de quatro gotas. A torre de baixo possui mais um relógio, colocado, lateralmente, em 1965[1731].

Ladeando o remate central da fachada encontra-se o registo superior das torres [Est. 5] com duas ordens de campanários. É a zona onde se colocaram os sinos acolhidos sob arcos de volta perfeita. A rematar estes corpos superiores foi colocada uma cornija decorativa e varandim com balaústres na parte central. Cada uma das torres é sobrepujada por uma pequena cúpula sobre tambor. Uma pequena esfera e uma cruz rematam cada cúpula.

5.1.2. Alçados laterais

A configuração dos alçados [Est.6] deixa adivinhar a planta interior da igreja. Se já tivermos oportunidade de o verificar através da análise da fachada agora confirma-se na totalidade com a observação dos alçados laterais e topo constituído pela capela-mor.

O uso de uma planta longitudinal, de nave única, expressa-se pelo facto dos muros que formam a nave da igreja se encontrarem recuados em relação às torres e de acompanharem a fachada da igreja. Estes alçados laterais são marcados pela simplicidade, evocada pelo uso de reboco liso, pela pintura branca e pela ausência de elaborados trabalhos de canteiro ou escultor. Os muros laterais apresentam algumas aberturas: quatro janelões de cada lado da igreja que no interior provocará uma profusa iluminação, própria de espaços construidos nesta época.

1731 Apesar de sabermos que a Igreja de Valongo foi alvo de obras neste ano, a data em questão encontra-se gravada no interior do relógio.

A todo o cumprimento corre um friso, e nas extremidades que ligam o corpo da nave à capela-mor, foram colocadas urnas sobre pedestal. A clareza dos volumes é sublinhada através da continuidade dos contornos.

5.1.3. Exterior da capela-mor

O alçado exterior da capela-mor [Est.7] segue a mesma linha estilística que observamos para o corpo da igreja, também de tratamento marcado pela simplicidade e equilíbrio.

Encontra-se ligeiramente rebaixada em relação ao corpo da igreja e desenvolve-se em profundidade. Tal como o corpo da nave também este é fenestrado por quatro janelões gradeados. No topo apresenta ao centro do muro uma pequena janela. Igualmente corre um friso a todo o comprimento da capela-mor. A limitar o registo inferior do tipo de capela-mor encontra-se uma cornija que vem no seguimento da cornija lateral circundando o corpo da capela-mor.

A rematar o topo da capela-mor foi construído um frontão triangular com a sua cornija. No tímpano do frontão foi rasgado um pequeno vão, provavelmente com funções iluminantes e que hoje está fechado. No vértice do frontão foi colocada uma cruz de granito a rematar o telhado de duas águas do corpo da igreja. Esta, porém, encontra-se colocada sobre uma pequena peanha decorada com volutas.

5.1.4. Exterior das sacristias

As sacristias, uma de cada lado da capela-mor desenvolvem-se abaixo do limite inferior da fenestração daquele corpo [Est. 8], resultando em duas estruturas baixas e

muito fenestradas - cinco janelas laterais, uma porta de acesso a poente, e no seu seguimento uma janela.

É de salientar uma grande sobriedade e simplicidade em todo o conjunto, característica da linguagem clássica. A justaposição dos corpos, as superfícies rectangulares do vãos, revelam uma gramática estética própria do neoclássico.

Em 1965, o corpo central da fachada e as torres receberam um revestimento azulejar, como foi costume na primeira metade do século XX em muitas igrejas do Porto e do País, com especial incidência na zona norte, com quadros representando cenas da vida de S. Mamede.

5.2. - Análise formal do interior da igreja matriz

5.2.1. Planta rectangular

A planta da igreja apresenta-se desenvolvida longitudinalmente em dois corpos fundamentais - nave e capela-mor - aos quais aparecem adoçadas as sacristias laterais à capela-mor. Destaca-se desde já a ausência de transepto. Por isso, a igreja apresenta uma solução de continuidade na fluição do espaço sem qualquer quebra de ritmo resultante da junção de dois corpos rectangulares. As pilastras adossadas às paredes imprimem ritmo ao edifício.

5.2.2. Nave única

A nave rectangular apresenta cinco tramos divididos por pilastras dóricas, pouco destacadas da parede, mas que lhe empresta um certo movimento. Entre cada tramo da nave foram executados altares laterais decorados com talha, albergando imagens. Por cima dos altares foram rasgados os vãos que apresentam varandim e sanefa a decorar o lintel, ambos os elementos em talha dourada [Est. 9].

Na entrada da igreja deparamos com dois arcos adintelados, que assentam sobre quatro fortes consolas [Est. 10]. Estes dois arcos ocupam o quinto tramo albergando na parte superior o coro alto [Est. 11]. Este coro alto é profundamente iluminado devido à existência de três janelões que mencionamos e que foram rasgados na fachada da igreja. Um varandim corre a toda a largura do coro que também serve de assento a um magnífico órgão, «com vozes, harmoniosas, fortes e encantadoras»[1732]. Este órgão, «um dos melhores do paíz»[1733], foi comprado em Inglaterra, nas oficinas de Peter Conacher[1734], por intermédio de João Monteiro de Costa Lima[1735], e custou 1:700$000 reis[1736], sendo inaugurado a 6 de Fevereiro de 1881[1737].

Sob o muro do coro alto foi colocada a pia baptismal que se encontra no interior de um pequeno baptistério cuja porta apresenta um belissimo trabalho em ferro [Est. 12]. Debaixo da grande tribuna do coro, junto da porta da entrada, encontram-se duas magníficas pias de água-benta, de mármore policromado, com base em forma de balaústre e cuja bacia apresenta a forma de cálice hemisférico [Est. 13].

Além da porta axial, a nave possui mais três vãos. Duas portas de ferro situadas simetricamente. A do lado da Epístola dá entrada para o coro e a do lado do Evangelho para o Baptistério. Ao transpormos esta porta deparamos com a pia baptismal, em

---

1732 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p.245.
1733 PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa — *Ob. cit.*, p.180.
1734 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p.245.
1735 *Idem, ibidem.*
1736 *Idem, ibidem.*
1737 PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa — *Ob. cit.*, p.180.

mármore branco. Toda a parede é coberta por um quadro representando o Baptismo de Jesus [Est. 14], nascido das mãos do pintor romântico Francisco José Resende, aluno que foi, concomitantemente, da Academia Portuense e do pintor suiço Augusto Roquemont[1738], o retratista por excelência da nobreza nortenha de sangue miguelista[1739]. Resende foi o seu melhor seguidor, apesar de se lhe «reconhecer um minguado talento»[1740]. Este artista usava normalmente uma paleta brilhante e límpida que se tornava branda quando ligada a paineis religiosos[1741], como o trabalho que executou para o baptistério da igreja matriz de Valongo, e pelo qual auferiu 76$500 réis[1742] pagos por uma benfeitora. Do mesmo lado, encontramos a terceira porta, agora em madeira, que é a única que abre para o exterior[1743].

Como já referimos, ao longo da nave foram colocados altares e que se dedicam respectivamente, do lado do Evangelho e a partir do arco triunfal, o altar do Sagrado Coração de Jesus [Est. 15], o altar de Nossa Senhora da Conceição [Est. 16] e o altar de S. João Baptista [Est. 17]. Do lado da Epístola e a partir do arco triunfal, deparamos com o altar de Jesus Cristo Crucificado [Est. 18], o altar de Nossa Senhora do Rosário [Est. 19], o altar de Santo António [Est.20] e o altar de Nossa Senhora de Fátima [Est. 21].

Os primeiros seis altares laterais estão simetricamente colocados. Os seus retábulos, de talha dourada, devem ter surgido das mãos do mesmo artista, já que apresentam uma quase total uniformidade de ornamentação. O ritmo regular de todos os motivos de talha, a sua delicadeza, a uniformidade da cor, a identidade de soluções ao nível dos capitéis e fustes, são de uma harmonia puramente neoclássica, estética que traduz o perfeito acordo do todo com as partes. Todos estes retábulos apresentam

---

1738 ANACLETO, Regina — *O Neoclassicismo... In* «História da Arte em Portugal». Vol. 10, Lisboa: Publicações Alfa, 1986, pp.157-168.

1739 FRANÇA, José Augusto — *A arte Portuguesa de Oitocentos*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1992, p.33.

1740 *Idem, ibidem.*

1741 ANACLETO, Regina — *O Neoclassisimo...* p.158.

1742 REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, p.245.

1743 A Igreja de Valongo foi sujeita a obras de beneficiação em 1965. Supomos que até esta data ainda existia a porta lateral do lado da Epístola, simetricamente colocada com a do Evangelho e que dava para o átrio. Este vão é fechado e empedrado para receber o altar de Nossa Senhora de Fátima. A este respeito consultar REIS, Joaquim Alves Lopes — *Ob. cit.*, pp.240-245.

paineis que os representam [Est. 22-27], que cobrem as imagens no tempo da Quaresma, saídos das mãos do pintor João Baptista Ribeiro[1744], então director da Academia Portuguesa de Belas-Artes do Porto[1745], criada em 1833, durante o cerco da cidade.

Sobre este artista escreveu Regina Anacleto:

> *«João Baptista Ribeiro pode ser considerado um artista de duas épocas: se por um lado, teve aprendizagem neoclássica e cultivou este estilo, por outro, em virtude da pedagogia preconizada para o Museu Portuense e para a Academia Portuense de Belas-Artes pode ser considerado como pré-romantico»*[1746].

Supomos que estes paineis reflectem o conflito mental e cultural do pintor perante os dois universos em confronto. De um lado o classicismo, que dita soluções que privilegiam o desenho em detrimento da cor, a nitidez dos contornos, do outro o romantismo que emerge no carácter sentimental patente nas obras[1747]. O altar da Nossa Senhora de Fátima não possui retábulo e encontra-se situado no lugar anteriormente ocupado pela porta que dava acesso ao adro.

Os púlpitos [Est. 28] encontram-se adoçados às paredes laterais, com acesso através de uma porta de moldura granítica. Apresentam forma de caixa quadrada. Na talha que decora as partes laterais e, frontais dos púlpitos é visível a gramática neoclássica.

Todo o interior é percorrido por um forte entablamento, formado por cornija, friso e arquitrave que sustém a abóbada de berço. Sobre a cornija onde assenta a abóbada corre a todo o comprimento da nave um varandim [Est. 29].

1744 PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa — *Ob. cit.*, p.

1745 ANACLETO, Regina — *O Neoclassicismo...*, p.21.

1746 ANACLETO, Regina — *O Neoclassicismo...*, p.140.

1747 *Idem, ibidem.*

5.2.3. Capela-mor

A fechar o espaço rectangular da igreja e no prolongamento axial, da porta de entrada abre-se a capela-mor, alta e profunda, através de um belo arco triunfal [Est.30], granítico e de volta perfeita, ricamente decorado e que se limita a destacar a sua entrada, uma vez que faz directamente a ligação com a capela-mor que se encontra no prolongamento da nave. Assim, a capela-mor encontra-se espacialmente destacada através da dupla pilastra donde parte o arco que serve de separação entre a nave da igreja e a capela-mor.

Este corpo rectangular profundo, de três tramos, é organizado segundo o mesmo esquema que observamos para a nave. No registo inferior existem portas de acesso às sacristias tanto de um lado como do outro. No registo superior rasgam-se quatro vãos correspondentes aos quatros janelões que já descrevemos anteriormente quando efectuamos a análise do exterior do edifício. Assinala-se novamente a presença da cornija, semelhante à que decora a nave e do varandim que aqui tem continuidade sobre a cornija. Tanto as portas como as janelas estão decoradas por sanefas em talha dourada e as segundas também possuem varandins.

Cinco degraus elevam a capela-mor e levam-nos ao altar-mor. Ao fundo da capela--mor. e atraindo para ele o olhar dos crentes, encontra-se o retábulo-mor, de enormes dimensões [Est. 31]. Apresenta uma estrutura geral rectilínea e geométrica. A cor que domina é o marmoreado a que se associa o dourado das colunas e dos motivos decorativos, inscritos em paineis também moldurados a dourado. Toda a linguagem ornamental é do tipo neoclássico, desde os frisos às urnas. A cobrir esta estrutura encontra-se um painel que representa a Ascenção do Senhor e foi igualmente pintado por João Baptista Ribeiro[1748].

1748 SEARA, Francisco José Ribeiro — *Ob. cit.*, p.18.

5.2.4. Sacristias

A ladear a capela-mor encontramos duas amplas sacristias dispostas paralelamente, em harmoniosa simetria. Formam um corpo rectângular, onde se abrem cinco janelas para o exterior e duas portas de acesso: uma para o adro e outra para a capela-mor. A sacristia do lado do nascente está destinada a servir de arrecadação[1749]. A do lado do poente, destinada ao culto, possui um belíssimo arcaz [Est. 32] e um lavavo de granito de arquitectura simples, [Est. 33].

1749 Os paineis dos altares da nave encontram-se aí guardados.

CONCLUSÃO

Do «termo» de outrora à cidade do presente, Valongo tem visto a sua evolução marcada pela proximidade do Porto, cidade com a qual mantém uma relação privilegiada desde tempos recuados.

A Igreja de Valongo, eregida no espaço da antiga matriz, muito deve à força realizadora dos seus moradores. Apoiados numa actividade económica intensa, com base no fabrico e comercialização de pão e biscoitos, estes homens e mulheres empenharam-se na construção de uma nova matriz, mais ampla e magestosa, em suma, que traduzisse o prestígio e a fé dos seus moradores. A intenção era clara e a resolução mostrou-se madura.

Contudo, um empreendimento desta envergadura necessitava para se materializar de algo mais que empenho. Necessitava de uma administração cuidadosa e eficaz. E teve-a, na pessoa do desembargador Francisco de Almada e Mendonça, que na altura dirigia os projectos da Junta das Obras Públicas do Porto, seguindo a linha traçada pelo seu pai, João de Almada e Melo, o grande responsável pelas transformações urbanísticas que levou a cidade do Porto até ao neoclássico.

Nesta cidade, a arquitectura neoclássica obteve uma rápida adesão. A aceitação de novos modelos classicistas não encontrou grandes obstáculos no Porto, urbe que cedo se habituou a uma linguagem estética de cariz neopalladiano, fruto da influência que a colónia britânica exerceu, principalmente através da figura do seu cônsul, John Whitehead, e que teve na construção do Hospital de Santo António o seu expoente máximo, onde o carácter estrutural da arquitectura se sobrepõe à ornamentação e domina a composição, e cujo resultado final é de grande sobriedade. No entanto, não deixa de apresentar um aspecto leve e elegante.

O moderno figurino artístico rapidamente se explanou a outras cidades e vilas do norte do País. E Valongo não foi excepção. A sua igreja matriz encontra-se integrada na corrente neoclássica que ia dominando a arquitectura da cidade do Porto. Esta nova linguagem é evidente nas superfícies lisas, nas torres que ladeiam o corpo, nos três janelões centrais e no frontão, usando elementos próprios do vocabulário neoclássico, que foram ensaidos, nos Porto, pelos arquitectos que ligaram o seu nome à sua construção: Teodoro de Sousa Maldonado, Damião Pereira de Azevedo, Francisco José de Paiva e Joaquim da Costa Lima Sampaio.

Além do conhecimento dos arquitectos que intervieram na obra, a documentação existente sobre a Igreja de Valongo permitiu um levantamento exaustivo de todos aqueles que contribuiram para a sua construção e dos materiais utilizados e sua proveniência, o que permitiu acompanhar quase semanalmente todo o percurso construtivo.

A Igreja de Valongo, a nível da fachada e interior, filia-se na tipologia da igreja da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, mormente, nas torres elegantes que ladeiam o corpo central, no aspecto sólido e severo, com uma decoração quase nula. Após a sua construção transformou-se num ponto de referência para novos edifícios entre os quais destacamos a igreja de S. Martinho do Campo.

E chegamos ao termo desta dissertação. O nosso objectivo com este trabalho foi tão somente contribuir para o estudo das obras da igreja matriz de Valongo, procurando conhecer as razões da sua edificação, o autor do risco, os artistas e artífices que nela trabalharam, tendo sempre presente o enquadramento político-económico, artístico-cultural. Se conseguimos fornecer algumas respostas aos problemas que se nos colocaram, muitas ficaram em aberto. As características deste trabalho não nos permitiram debruçar sobre a talha, as imagens e as pinturas, belíssimas, que encontramos no interior da igreja matriz de Valongo. Porém, como já referimos, constituem perspectivas de estudo no futuro.